

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Centro de Estudos Gerais

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Programa de Pós Graduação em Antropologia

PORTO DOS DESTERROS

Morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio



Dissertação de mestrado (PPGA/UFF)

Autor: Pedro Guilherme Mascarenhas Freire

Orientador: Marco Antônio da Silva Mello

Niterói

Abril 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Centro de Estudos Gerais

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Programa de Pós Graduação em Antropologia

PORTO DOS DESTERROS

Morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio

PEDRO GUILHERME MASCARENHAS FREIRE

Dissertação de Mestrado apresentada a Banca
Examinadora como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre junto ao
Programa de Pós-Graduação em Antropologia da
Universidade Federal Fluminense.

Professor Dr. Marco Antônio da Silva Mello

NITERÓI

Abril 2011

Banca Examinadora:

Prof. Orientador – Dr. Marco Antônio da Silva Mello
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Hélio Raimundo Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Rafael Soares Gonçalves
Pontífica Universidade Católica

Dr. Letícia Luna Freire
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Neiva Vieira da Cunha (Suplente)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Em memória dos moradores de cortiços, casas de cômodos, casas de pensão, hospedagens, ocupações sem-teto e “cabeças-de-porco”, tresmalhados por despejos ou incêndios, fogo e ferro.

A casa do tempo perdido

Bati no portão do tempo perdido, ninguém atendeu.
Bati segunda vez e mais outra e mais outra.
Resposta nenhuma.

A casa do tempo perdido está coberta de hera
pela metade; a outra metade são cinzas.
Casa onde não mora ninguém, e eu batendo e chamando pela dor de chamar e não
ser escutado.

Simplesmente bater. O eco devolve minha
ânsia de entreabrir esses paços gelados.
A noite e o dia se confundem no esperar,
no bater e bater.

O tempo perdido certamente não existe.
É o casarão vazio e condenado.

Carlos Drummond de Andrade

- Fabiano, você é um homem...
Graciliano Ramos

Agradecimentos

Uma obra nunca é apenas uma ou de um. Ela tem seus ouvidos e guias, suas ruas e bairros, seus vizinhos. Por isso, agradeço as pessoas, aos amigos, que se manifestam neste texto com seus dedos, olhos, línguas e mãos. Quem viveu estas histórias comigo, quem me abraçou depois, quando o tempo ainda corria e nós seguíamos os seus passos como quem se apressa debaixo da chuva.

Agradeço aos companheiros de anos, aos novos, quem atuou comigo no Movimento de Educação Libertária, na Frente de Luta Popular, na Autonomia Popular, no Derrubando Muros, no Grupo de Educação Popular, em operativos.

Agradeço a Aninha, meu amor, pelo cuidado e carinho, por tantos trechos nossos aqui dentro. Por nossas “cores de mar”, nossa água calminha. Um dia me falaste da terra de emigrantes nus, de homens deuses, e eu te achei lá... pintada de pedra, eterna e turva. Depois abaixou os olhos, embrulhou minha orelha e me contou no ouvido um segredo bobo: a alegria é um a partir de, imprescindível

(Amanheci no seu dedinho, feliz.)

Agradeço a minha família, de sangue e santo, mortos ou vivos, do Rio, de Mendes, Brasília ou Pernambuco. Um beijo carinhoso em todos vocês, especialmente pra minha Mãe, minhas tias, meus irmãos e minha dindinha.

Ao meu orientador e demais colegas do LeMetro, nas linhas de hoje, de ontem.

Aos amigos do mestrado e doutorado por tantos momentos inesquecíveis vividos juntos, em largura tão curta. Um mar salgado para todos nós, depois do tempo escuro (a escrita reclusa, o peso do relógio).

Aos funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da UFF. Em especial, à professora Tânia Stolze Lima, pelas conversas, pelas aulas, pela combinação assustadora e fantástica que promove entre poesia e antropologia. Seus canibais são deuses e música, poemas.

Aos professores Ronaldo Lima, Antônio Jardim, João Camillo e Anderson Martins, da Faculdade de Letras da UFRJ. A Literatura como “medicina”...

Aos guerreiros e guerreiras de todas as ocupações sem-teto, ainda vivos e falantes, mesmo quando a época é surda.

À Manuel e Valentim, moradores da Ocupação Zumbi dos Palmares, que me ajudaram bastante neste trabalho.

Por fim, agradeço, com este poema de João Cabral de Melo Neto, a Ocupação Zumbi dos Palmares pela importância que tem na minha vida, pela boca sufocada gritando muda e seca, acesa em algum lugar...

O homem não morre mineral.
Morto e sem gestos que ele esteja,
logo põe-se a exportar a morte:
mal a tem, mas já a mercadeja.

Por isso é que amarram-lhe a boca,
tampam-lhe de algodão as narinas:
não querem que se expresse em sânio
o sermão que hoje poderia:

o talvez que achou? não achou?
quem sabe? ao final do percurso:
negam-lhe a antena do mau cheiro
por que diria seu discurso.
(MELO NETO, 1985)

“Quando morrem, os sóis se apagam,/ Quando morrem, os homens cantam”
(KHLIÉBNIKOV *apud* CAMPOS, SHNEIDERMAN, 1968: p. 74).

Resumo

O presente trabalho busca pensar o conceito de cidade - seu *modo próprio de ser e estar, acontecer* - a partir das habitações coletivas espargidas na área central do Rio de Janeiro, realizando uma etnografia das *narrativas e modos de habitar* em uma Ocupação sem-teto que se localizava na área portuária da cidade, região que vem sendo “alvo” de um amplo projeto de *revitalização e renovação* urbana. Os moradores desta ocupação foram retirados do lugar entre os dias 13 de Janeiro e 03 de Fevereiro de 2011, após cinco anos de conflitos e negociações com diversas instâncias públicas e jurídicas.

Com a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as olimpíadas de 2016, o projeto de “revitalização da área portuária” ganhou força e dezenas de habitações coletivas situadas às margens do cais já foram ou estão sendo retiradas da região, sendo rosto e noite de uma nova diáspora urbana que adentra a cidade. Vozes e água, olhos mudos, cortados, deste Porto de desterrados e exílios.

PALAVRAS-CHAVES: Cidade; Porto; Revitalização; Exílio

Abstract

The present study aims to think the way how the city is and how it happens – based on some experiences of collective settlements located in the central area in Rio de Janeiro. This paper performs an ethnographic study of narratives and ways of living in a “sem-teto” settlement that existed in Rio’s port area, a region that has been the "target" of a huge project of urban renewal and revitalization. The dwellers of this settlement were removed from their houses between the January 13th and the February 3rd 2011, after five years of conflict and negotiations with the State.

Since the city of Rio de Janeiro was chosen to host the 2014 Soccer World Cup and 2016 Olympic Games, the project "Revitalization of the Port Area" gained strength and several collective settlements located in this area have been removed, promoting a new dark urban diaspora through the city. Voices and water, voiceless and scratched eyes, of this Port of banishment and exile.

Keywords: City; Port; Revitalization; Exile

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução | 1 |
| Uma noite à beira do cais | 1 |
| Questões | 4 |
| Caminhos do verbo: passos e pistas | 11 |
| | |
| 1. Bairros Portuários: “sacos” de lembranças | 19 |
| 1.1 A linguagem das ruas | 23 |
| 1.2 Rua Barão de São Félix | 23 |
| 1.3 Ladeira do Barroso | 29 |
| 1.4 Rua Sacadura Cabral | 33 |
| 1.5 Rua da Gamboa | 35 |
| | |
| 2. Cidade ocupada: escuro tomado | 38 |
| 2.1 <i>Máquinas de guerra</i> : Trilogias | 45 |
| 2.2 Operativo | 45 |
| 2.3 Olheiro | 48 |
| 2.4 Arrombador | 51 |
| 2.5 Coordenador de grupo | 53 |
| 2.6 Advogado | 56 |
| | |
| 3. Ocupação Zumbi dos Palmares | 58 |
| 3.1 Avenida Venezuela, 53. | 60 |
| 3.2 Narrativas de Exílio | 64 |
| 3.3 Histórias de morador | 70 |
| 3.4. História de Rafael | 71 |
| 3.5 Álbum de cartas | 78 |
| 3.6 Leandro | 79 |
| 3.7 Luciete | 80 |
| 3.7 Claudia | 81 |
| | |
| 4. Desvelos do lar: os usos da civilidade | 81 |

| | |
|---|-----|
| 9.1 As relíquias dos cômodos | 81 |
| 9.2 Dos modos à mesa | 91 |
| 9.3 Direito e justiça (da democracia e resolução de conflitos). | 97 |
| | |
| 5. Antropologia da vida moderna | 104 |
| 5.1 A invenção dos “bárbaros” | 104 |
| 5.2 Etnocentrismo devorado | 112 |
| 5.3 Jamais fomos modernos? | 119 |
| | |
| 6. “Revitalização do Porto”: Processo civilizador? | 126 |
| 6.1 Civilizar-se, então | 126 |
| 6.2 “Porto Maravilha”: Uma proposta de “Revitalização” | 131 |
| 6.3 Conflitos e dramas: Águas do cais | 142 |
| 6.4 Outros exílios: viagens e diáspora | 150 |
| | |
| Conclusão | 157 |
| Cidade de “desterros” | 157 |
| | |
| Referências | 165 |
| | |
| Anexos | 172 |

Introdução

Uma noite à beira do cais

Menelau: Voltemos ao teu pedido. Não direi nada que eu mesmo não tenha vivido.

Homero

Chovia.

De um lado da rua, oposto ao seu, uma mulher descalça, magra, empurrava a porta de um sobrado antigo, desses que desfilam com suas janelas altas pelas ruas do centro do Rio. Sentia frio. Pelos seus olhos fundos, encolhidos, atravessava uma combinação estúrdia de carros, carroças, guarda-chuvas, cachorros, gatos, pessoas. Um desterro ansioso de cores e sons, anunciando as impaciências desta cidade escura. Talvez, claro, fossem as suas aflições que inventassem este universo impreciso, tão dispare aos nossos imaginários de cidade.

Quem sabe?

Desconfiado com tanto, passei por lá um dia desses, nesta mesma hora, e vi: uma vida agitada, fugindo nos carrinhos, confusa:

- Este lugar é exageradamente estranho, pensava comigo.

Combinaram de se encontrar – e isto que nos interessa aqui - na *Rua Barão de São Félix*, uma das ruas que cortam a *Central do Brasil*. O primeiro a chegar, como sempre, foi Roberto¹. Aliás, não é um grande exagero dizer que esta história que contamos agora começou com ele. Quando o conheceram, trabalhava como secretário de um Centro de Cultura Social, no bairro de Vila Isabel, administrado pela Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ). Tinha uma aparência discreta: cabelo preto, curto, penteado sempre com muito cuidado para o lado direito. Apesar da simplicidade, não dispensava um espelho e um detalhe. Estacionava seu corpo magro à imagem de uma estante de pedra, como se estivesse sempre “a serviço”, feito rua. Usava um cavanhaque comum e sobre o rosto fino uma boina preta, sombreando-o. Levava também dois olhos baixos, estreitos, que pareciam fugir, o que disfarçava, à primeira vista, sua alegria... esta vontade de viver, sobretudo. Tímido, falava baixo, devagar, retraído. Adorava símbolos – adesivos, desenhos, marcas, tatuagens – andando sempre afogado em folhas e jornais anarquistas.

¹ Todos os nomes de pessoas presentes neste texto, com exceção do autor, foram modificados.

Por namorar nesta época um morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga (o que o levou, inclusive, a residir neste prédio por alguns meses), acabou sabendo da existência deste processo, convidando seu colega, Guilherme, membro do mesmo grupo – *Movimento de Educação Libertária* – a também se inscrever.

Por isso, no dia 14 de Agosto de 2004, perto das 18 horas, quando o sol começava a se pôr, caminharam juntos do *Largo de São Francisco* à *Rua Senador Pompeu*, onde aconteciam as reuniões de organização de uma nova Ocupação sem-teto. Foi a primeira vez que Guilherme baldeou por estes lados. O intenso movimento de pessoas, algumas jogadas em frente às lojas, com a cabeça na lixeira; aquela multidão de objetos estendidos aos fundos da estação de trem ou nas mãos dos ambulantes: bolsas, guarda-chuvas, mochilas, relógios, biscoitos, balas, bebidas, revistas, DVDs, controles remotos, “cafezinho”, sapatos usados, carregador de celular, antenas, meias, blusas, enfeites de casa, pinturas, bolas de futebol, óculos, livros, pulseiras, vassouras; a sujeira das ruas, o lixo escorrendo pelas calçadas que não são; tudo impressionava o rapaz. Chegando ao Sindicato dos Ferroviários, preencheram uma ficha requisitando um quarto na nova moradia. Ficaram em pé ao longo de toda assembléia, que durou cerca de duas horas. Desde então, a partir desta segunda-feira, seguiram-se mais seis meses de reunião neste mesmo número. Depois, mais três meses de encontros na *Ocupação Chiquinha Gonzaga*.

Percorrido todo este tempo, voltamos, enfim, à história - o encontro dos dois amigos – que começávamos a contar no início deste texto, e que se deu no dia 26 de Abril de 2005. Nesse dia, que nem seus colegas sabiam bem, encontraram-se em frente ao posto de gasolina da Rua Barão de São Félix, caminhando para a *Ocupação Chiquinha Gonzaga*, único prédio da rua. A “Ocupação-mãe!”, como dizem. Um edifício alto, cinza, com treze andares, atualmente de propriedade do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), e que esteve vazio por quase vinte anos². Quando chegaram ao prédio, o número 110, ao lado de um bar e de uma hospedagem onde aluga-se quartos e vagas, encontraram o portão aberto. Acenaram para um morador que estava na portaria e subiram um pouco atrasados as escadas. Pelo relógio da central, via-se que a noite aproximava-se das 21 horas.

² Como conta GRANDI, “A OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA, que completará 7 anos em 2011, conseguiu forçar a passagem da propriedade do antigo hotel abandonado nos arredores da Central do Brasil do INCRA para o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), responsável em nível estadual pela resolução de conflitos fundiários e habitacionais. A condição foi justamente a utilização do imóvel para habitação de interesse social” (2011: p.2).

Assistido pelas janelas abertas do casarão em frente, conhecido como *Cabeça-de-Porco*, o segundo andar da ocupação atraía dezenas de pessoas. A reunião cheia parecia cair pelas escadas do prédio, saltar pela varanda do salão. Estávamos espremidos, como uma folha dentro de um livro. Ao contrário da primeira tentativa, quando o plano falhou³, as pessoas não sabiam que o dia de ocupar enfim chegara. Uma segunda-feira à noite, chuvosa:

- “Não! Uma segunda não...”.

Por este motivo a sala de reuniões não ficou coberta de bolsas, malas, sacos, carrinhos, como da outra vez. Agora, para evitar riscos, era imprescindível o sigilo⁴. Somente na assembléia todos ficaram sabendo da notícia, dada por um morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga que fazia parte do operativo⁵.

Perto de meia-noite, os futuros moradores foram divididos em dez grupos com pelo menos um guia em cada – aquele que sabia o endereço do prédio a ser ocupado e o caminho e o tempo que deveriam ser feitos. Os primeiros a sair foram os membros da comissão de arrombamento. Em um período de três a cinco minutos saíam, por sua vez, os outros grupos. Na caminhada, lembro-me, já não havia quase ninguém passando pela rua. Estava escura, fria, emitindo, das suas janelas, uma luz fraca. Nem as sujas tabernas, tão características, ainda encontravam-se acordadas àquela hora. Por vezes, apenas alguma sombra, acanhada, perambulava por sobre as poças pretas.

O último grupo a sair foi o dos idosos e das grávidas. Guilherme ficou nele, o último. Seguiram pela Rua Barão de São Félix, pegaram a Rua Camerino, depois dobraram na Rua Coelho e Castro. Quando entraram nesta última rua a porta traseira do prédio já havia sido arrombada. Um adolescente, na época, morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga, foi quem conseguiu abrir a porta dos fundos a marretadas de ferro.

³ Quando completou seis meses de reuniões, as famílias sem-teto que se reuniam na Rua Senador Pompeu tentaram ocupar um prédio, mas não conseguiram. Como conta Oliveira, “um grande número de moradores de rua e inadimplentes no pagamento de aluguel em áreas irregulares (como favelas e cortiços) acorrem ao Sindicato dos Ferroviários onde se realizavam as reuniões. Tentam ocupar um prédio, mas o segurança do Instituto Nacional de Tecnologia que trabalhava em edifício vizinho sai armado, levando ao cancelamento da ação. Sob os arcos da Lapa, moradores e apoiadores buscam uma solução e recomeçam o processo de organização.” (2009: p. 81)

⁴ Este silêncio, contudo, provocou alguns conflitos e confusões. Muitos moradores tinham seus compromissos imprescindíveis e não aceitavam a deliberação do operativo. Este, entretanto, mantinha sua decisão: quem não participasse com o grupo do “ato” só poderia sair da Ocupação Chiquinha Gonzaga quando todos os ocupantes estivessem dentro do prédio. Depois de muita discussão, a assembléia entrou em acordo e alguns apoios acompanharam os moradores que precisavam sair antes do previsto.

⁵ Esta comissão, como explicaremos no segundo capítulo, é responsável pela escolha do prédio que será ocupado e pela estratégia de ocupação. Por motivos de segurança, evitando que chegasse à polícia - através de algum possível informante - a notícia de que uma nova ocupação aconteceria, o operativo decidiu por esta medida, apresentando-a em assembléia dos moradores momentos antes de ocuparem.

As senhoras corriam em direção à porta, enquanto os apoios gritavam nervosos. Um morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga, lembrou, gritava e pulava como se fosse colocar as pessoas, de tão nervoso que estava, por qualquer buraco que houvesse. Em poucos minutos, porém, estava realizada mais uma ocupação de prédio público abandonado na área central do Rio de Janeiro. Entre a Praça Mauá e a Central do Brasil, ambas, antes do projeto de “Revitalização do Porto”, tratadas como dois dos lugares mais *perigosos e feios* da cidade. Imagens do crime, da vida suja, sangrenta, capazes de serem habitados somente por eles, pensavam: indivíduos desclassificados, os rebotalhos de todas as classes (MARX, 2002).

Mas, nos perguntemos, e nossos dois personagens? Quantas histórias... Roberto passou o primeiro mês de Ocupação dentro do prédio, ajudando nos mutirões de limpeza e nas assembléias que ocorriam todos os dias. Por problemas pessoais, todavia, deixou a ocupação ainda no início. Apesar do pouco tempo que lá esteve, largou sua marca pelos corredores e portas: quem avistar algum símbolo ou mensagem anarquista, sua obsessão na época, saiba que tem o seu dedo por ali. Hoje, ele não participa mais de movimentos sociais. Afastou-se do anarquismo e há muito tempo não o vejo. Já Guilherme, morou no prédio por muitos meses, no quarto 302, que chegou a ser habitado também por Roberto. Participou de outras Ocupações. Mudou de cidade. Voltou. Reside atualmente na Rua do Monte, bem próximo da antiga Ocupação. Inclusive, ele quem escreve este texto. Narrador e personagem, sobretudo.

Questões



Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura

Alberto Caeiro

Foto: Chapolim (2010)⁶

Ocupada a Península Itálica, com seu corpo azul queimado ainda cheio de pólvora e cinzas, Klaus Mann quis responder à uma inquietação que o assolava à anos,

⁶ Crianças que residiam na Ocupação Zumbi dos Palmares.

desde 1937, quando precisou largar Munique com destino à França. Passavam-se já oito anos e o escritor alemão, que se alistou ao Exército Norte-Americano para combater o Nazismo, decidiu retornar a casa do pai, sua casa, onde na velha Alemanha conhecera o dia e a noite. Convenceu, mesmo com dificuldade, membros da tropa a seguirem com ele. Chegando a casa, o endereço de sua infância, encontrou ruínas e destroços de um antigo lar que se tornara sede do governo nazista. Restos de janela, de telhados, e uma passagem improvisada para rua, onde corria uma mulher magra e suja, como se com ela tivessem roubado e expulsado o tempo mais longo de sua vida⁷.

O escritor argentino Jorge Luis Borges, em seu poema *A volta*, também se lançou sobre este mistério do reencontro, tratando o retorno à velha casa como um recobrar de um verso esquecido⁸ (1999). Um percurso por pedaços que por tantas manhãs e tardes foram nossos e que agora, após os tempos distantes, parecem-nos alheios, estranhos, como se acariciássemos – a cada novo toque, revista - um “corpo que dorme”, que descansa.

Realizar este trabalho na Avenida Venezuela 53 passa um pouco por isso, por esta sensação confusa viva entre o espanto e a saudade. Não deixa de ser um retorno para a casa que abandonei sem me despedir, às escuras. Um verso recobrado com toda a dramaticidade e sensação trágica que envolve este momento de voltar ao lar antigo, ainda cheio dos nossos segredos e caprichos, nossas histórias.

Na Odisséia, talvez, este sentimento que inquietava Klaus Mann, que tocava Borges como um espasmo, como um músculo torcido, se manifeste de modo espetacular, jamais visto na literatura do Ocidente. Isso, sobretudo, se pensarmos o que seria o sentimento de Telêmaco, de Penélope, de Ulisses e seus amigos, se não a ausência do lar, do pai, daquele que tranqüiliza o *Oïkos*, a casa. O drama do retorno, da distância. Pois, o que leva Ulisses, em ilha cercada de águas profundas, seduzido por palavras aveludadas, sedutoras, pensar apenas em rever as colunas de fumo que se elevam em sua terra? Reunir os deuses em sua ajuda, admirados por sua força, sua insistência (HOMERO, 2007)?

⁷ Sensação parecida também teve Brecht, quando reencontrou pedaços seus devastados pelo nazismo: “A cidade natal, como a encontrarei ainda?/ Seguindo os enxames de bombardeios/ Volto para casa./ Mas onde está ela? Lá onde sobem/ Imensos montes de fumaça./ Aquilo no meio do fogo/ É ela” (2000: p. 296)

⁸ Considerando, deste modo, que no verso, como nos diz Lukács, “tudo o que está oculto torna-se manifesto, e a distância (...) vem a lume em toda a sua nudez, escarnecida, espezinhada ou como sonho esquecido na rápida carreira dos versos” (2007: p. 73); este trabalho, na Avenida Venezuela número 53, não deixa de ser um percurso pelo traço lírico.

Retornar à velha casa é sempre um gesto investido de afeto. As lembranças saltam, tomam-te, involuntárias, indecorosas. Os próprios lugares, como percebeu o narrador da *Recherche Du Temps Perdu*, chamam-te, convocam-te, como se deste modo, apenas assim, pudessem sobreviver em suas particularidades mais efêmeras. A riqueza e força da *memória involuntária* passam, assim, por essa vontade própria das lembranças, dos caminhos percorridos, por este esconderijo das “almas”, como nos mostra Proust nesta passagem de *No Caminho de Swann*:

Acho bem razoável a crença céltica de que as almas das pessoas que perdemos se mantêm cativas em algum ser inferior, um animal, um vegetal, uma coisa inanimada, e de fato perdidas para nós até o dia, que para muitos não chega jamais, em que ocorre passarmos perto da árvore, ou entrarmos na posse do objeto que é a sua prisão. Então elas palpitam, nos chamam, e tão logo as tenhamos reconhecido o encanto se quebra. Libertas por nós, elas venceram a morte e voltam a viver conosco. O mesmo se dá com o nosso passado. É trabalho baldado procurar evocá-lo, todos os esforços da nossa inteligência serão inúteis. Está escondido, fora de seu domínio e de seu alcance, em algum objeto material (na sensação que este objeto material nos daria), que estamos longe de suspeitar. Tal objeto depende apenas do acaso que o reencontremos antes de morrer, ou que o não encontremos jamais (2003: p. 48).

Uma combinação imprevista, um *acontecimento* que se apropria do próprio narrador. Ao tomar um chá com biscoito, hábito incomum, ele amplia suas lembranças de uma Combray que antes deste acaso era apenas dor e tristeza: lembrança das visitas do Sr. Swann nos jantares da família, marcadas pela ausência da mãe no quarto, dos beijos antes de dormir - cobertos de carinho - que deixavam de ser:

Fazia já muitos anos que, de Combray, tudo que não fosse o teatro e o drama do meu beijar não existia mais para mim, quando num dia de inverno, chegando eu em casa, minha mãe, vendo-me com frio, propôs que tomasse, contra meus hábitos, um pouco de chá. Ela então mandou buscar um desses biscoitos curtos e reconchudos chamados medeleines, que parecem ter sido moldados na valva estriada de uma concha de São Tiago. E logo, maquinalmente, acabrunhado pelo dia tristonho e a perspectiva de um dia seguinte igualmente sombrio, levei à boca uma colherada de chá onde deixara amolecer um pedaço de medeleine. Mas no mesmo instante em que esse gole, misturado com os farelos do biscoito, tocou o meu paladar, estremeci, atento ao que se passava de extraordinário em mim. Invadira-me um prazer delicioso, isolado, sem a noção de sua causa (...). E de súbito a lembrança me apareceu. Aquele gosto era o do pedacinho de medeleine que minha tia Léonie me dava aos domingos de manhã em Combray (...). E logo que reconheci o gosto do pedaço da medeleine mergulhada no chá que me dava minha tia (embora não soubesse ainda e devesse deixar para bem mais tarde a descoberta de porque essa lembrança me fazia tão feliz), logo a velha casa cinzenta que dava para a rua, onde estava o quarto dela, veio como um cenário de teatro se colar ao pequeno pavilhão, que dava para o jardim, construído pela família nos fundos; e com a casa, a cidade, da manhã à noite e em todos os tempos, a praça para onde me mandavam antes do almoço, as ruas onde eu ia correr, os caminhos por onde passeava quando fazia bom tempo (Ibidem: p. 51)

O que nos mostra Proust, sobretudo, é que a memória mais criativa, capaz de nos arrebatara - apresentando-nos este tempo agora *redescoberto* -, não nasce do esforço racional, da vontade de recordar, da ação de um sujeito razoável. A memória voluntária, “a memória da inteligência”, diz, nos dá informações sobre o passado que nada conservam deste (2003). A riqueza da memória depende, sobretudo, da surpresa, de um encontro inesperado. Podendo nascer de um cheiro, um objeto, um passeio distraído.

A partir dos detalhes da casa – das janelas, da cortina, dos relógios, da porta fechada, do muro, do andaime –, por exemplo, Álvaro de Campos reencontra sua infância perdida, o seu ser que era e que não mais revê. Este passado idealizado, saudoso, o tempo em que era feliz, fora do presente.

Tempo-outro:

Minha infância da altura de um pouco acima da mesa...

Minha mão gordinha pousada na borda da toalha que se encolhia.

E eu olhava por cima do prato, nas pontas dos pés. (PESSOA, 2007: p. 173)

Lisbon Revisited é um poema que narra esta experiência: o retorno à “Cidade da minha infância pavorosamente perdida/ Cidade triste e alegre” (2007). Tudo que o poeta-engenheiro vê, ouve, encontra, lembra Lisboa de uma época que esvaiu, daqueles tempos sem futuro pensado, do solar carinhoso, “água que deixa se ouvir”. Lá, assistido pelo Tejo, apenas ele, “fantasma a errar em sala de recordações”, estrangeiro em toda parte, não se encontra mais.

Não é.

Toda às vezes que eu retornei à Avenida Venezuela, número 53, os objetos e espaços do prédio convocaram-me nesta esperança dependente que carregam, esta angústia do estar solto, liberto. Submerso neste mar de tantas coisas, como um *arqueólogo*, comecei a registrar os lugares tais como eram, *tais-e-quais* eu os sentia, via, como existiam para mim. Os meus lugares, claro, pois estes se individualizam e existem, de um modo próprio, segundo cada um que a eles se entrega. Voltavam-me as histórias que eu mesmo vivi, assim como as muitas outras que ouvia dos moradores, como se “escavássemos” no prédio aquele passado que se mostra, que se diz, e que alcançamos através das histórias, dos relatos (MELLO & VOGEL, 1984).

Todavia, apesar da importância que a memória ocupa neste texto, nós a enganamos, pois ela não é - o que nos aproxima novamente da *Recherche* de Proust - o

fim nem o objeto principal deste trabalho. Como disse Deleuze, “a *recherche* é voltada para o futuro e não para o passado” (2006: p. 4). O fundamental aqui, como nas *recordações* do escritor francês, são os *signos*. O que eles nos ensinam, dizem, contam. O processo de aprendizagem que nasce da experiência, da vida, da *etnografia*. Pois, dentro da Ocupação Zumbi dos Palmares e ao longo dos nove meses de reuniões que antecederam a ocupação do prédio, talvez eu tenha aprendido, como jamais havia ocorrido antes, um pouco desta condição estranha de habitar a área central de uma grande cidade. Andar de madrugada pela Avenida Rio Branco, acesa e exangue; procurar um ponto de ônibus, domingo de manhã, em uma Avenida Presidente Vargas preguiçosa, que ainda boceja; comprar frutas ou dirigir-se ao jornaleiro em frente à “Escandinávia”; virar a noite no meio da Praça Mauá, nos camelôs em baixo da tenda, enquanto marinheiros e viajantes embebedam-se em bares e seios, como se a cidade fosse uma cama; caminhar pela Rua Acre em direção ao trabalho; conhecer tanta gente com trajetórias diversas, hábitos confusos, como se o Rio surgisse ali, apenas.

Na Avenida Venezuela eu me vi aberto, diante da infinita capacidade que a cidade tem de nos surpreender e nos enganar. As ocupações, aliás, têm essa característica interessante. Elas conseguem articular trajetórias inusitadas, agrupando diversos personagens que habitam o centro urbano e que circulam pela e por cidades, surpreendendo-nos com as suas narrativas e seus modos de vivê-la. Pelas janelas de uma ocupação, a cidade vai se mostrando como esse lugar incrível das surpresas, da diferença, dos encontros, das mentiras, dos acasos, dos exílios. Tem, pode-se dizer, quase tudo lá. Como a casa de Astérion, descrita em um conto de Borges, ela é do tamanho do mundo; ou melhor, é o mundo (1999). Na Ocupação Zumbi dos Palmares residiam 133 famílias que habitavam o prédio com muitos e distintos modos de pertencer ao local. Gostos, curiosidades, desejos, caprichos. Sonhos. Tristezas. Oito andares onde exasperava uma vida intensa, às vezes muito estranha e distante da nossa percepção do que é uma *casa* e os valores que a ela são atribuídos.

Além de nos colocar em discussão acerca dos conceitos de *casa* e *cidade*, sobre os seus modos de ser, elas assumem grande importância também quando tratamos da história da Cidade do Rio de Janeiro e de sua região central. Esses tipos de habitação coletiva — *cortiço*, *ocupação sem-teto*, *invasão*, *casa de pensão*, *hotel*, *vila*, *conjunto habitacional*, *hospedagem para cavaleiros ou para senhoras* — são signos que expressam a transformação dessa parte da cidade. Eles acompanharam e promoveram uma forte mudança na paisagem e morfologia social da área central do Rio de Janeiro e

de muitas outras cidades do mundo. A noção de *decadência* da região central está intimamente ligada à presença dessas habitações de uso coletivo, cuja organização dos espaços e modos de vida é constantemente representada em oposição a valores como *individualidade*, *intimidade*, *privacidade*, tão caros às sociedades consideradas modernas. Como se estes modos de realização do “indivíduo” fossem impossíveis de ocorrer nestes locais, associando-os a modos de vida considerados *primitivos* ou *bárbaros*, não-modernos.

Nesse sentido, não há como pensar essas transformações sem destacá-las. Sem dar maior atenção aos antigos sobrados e casas-grandes dos tempos da colônia, do Império e do início da República, assim como aos prédios e fábricas erguidos ao longo do processo de industrialização da cidade transformados nestes locais “assustadores” quando vistos a partir de um tipo de *casa* que foi se desenvolvendo ao longo da modernidade, onde a idéia de *lar* implica divisões entre espaços com funções específicas, confortáveis, capazes de favorecer e de resguardar a intimidade do *indivíduo* e da *família* (RYBCZINSKY, 1996).

Nesta dissertação, portanto, busco pensar este tema: em que sentido nós podemos pensar a *cidade* e seus segredos, a *modernidade* e seus valores, a partir da etnografia das *narrativas* e *modos de habitar* em uma Ocupação sem-teto que se localizava na área central de uma cidade como o Rio? Em que sentido e com qual intuito, as propostas de “revitalização da área portuária” da cidade carioca inserem-se neste contexto discursivo que determina um local “fora da modernidade”, da *cultura*, para estes tipos de habitação tão característicos da região, presentes desde o século XIX (se não considerarmos as senzalas e mocambos como objeto desta análise)? Podemos associar estes projetos aos “velhos” processos “civilizatórios” tão preciosos à história do Ocidente?

Uma análise minuciosa dos modos de habitar em uma ocupação sem-teto e das propostas apresentadas pelo projeto de “Revitalização do Porto” tentará apresentar possíveis caminhos para uma pergunta tão antiga, quando vista a partir deste país e desta cidade. O próprio título do trabalho – *Porto dos Desterros: Morte e Vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio* – já diz muito da nossa inquietação, da nossa pesquisa. Afinal, todo porto, todo cais, é uma “saudade de pedra” (PESSOA, 2002: p. 103). Estação úmida, cheia de olhos, malas, bolsas, bancos, histórias. Batida por ventos que correm pelo mar rumorejando sua entrada na cidade. Um ponto de

chegada e saída, passado e futuro. Palco de despedidas, mas também de acolhimento dos que chegam, desembarcam, aventuram-se.

Em sua *Ode Marítima*, diz Campos, observando o Cais do Rio Tejo...

Os paquetes que entram de manhã na barra
Trazem aos meus olhos consigo
O mistério alegre e triste de quem chega e parte.
Trazem memórias de cais afastados e doutros momentos
Doutro modo da mesma humanidade noutros pontos.
Todo o atracar, todo o largar de navio,
É — sinto-o em mim como o meu sangue -
Inconscientemente simbólico, terrivelmente
Ameaçador de significações metafísicas
Que perturbam em mim quem eu fui...
(Ibidem: p. 102)

São os bairros à beira do porto que por séculos descansam o exilado, o emigrado, o viajante, ainda que estes cheguem descendo rios e estradas, terras batidas, em paus-de-araras, caminhões, em travessias enxugadas pelo chão. Eles são todos versos de uma experiência comum, o *exílio*, se pensarmos esta palavra a partir de Sêneca, Gonçalves Dias, Padre Antônio Vieira, Fernando Pessoa, Albert Camus, entre tantos outros que alargaram seu sentido.

No autor latino, nossa principal referência, o *exílio* confunde-se com o movimento ou gesto de *emigrar*, ainda que voluntário, livre. Relaciona-se com o sair, deixar, deslocar. O próprio verbo *exsilire* forma-se do prefixo *ex*, que em latim tem o significado de *fora*, *externo*, agregado ao verbo *ire*, ir, deixar, partir. Etimologicamente e em seu sentido poético, *exilar* não se refere apenas aos indivíduos forçados por um Estado a sair de seu país ou cidade, como ocorreu com o próprio Sêneca, mas à todos que *vão para fora*, que saem, que ultrapassam as fronteiras de um terra. Exilados como o poeta brasileiro Gonçalves Dias, que escreveu um dos mais famosos poemas da literatura brasileira, cantando as dores do exílio – “não permita Deus que eu morra/ Sem que eu volte para lá; Sem que desfrute os primores/ Que não encontro por cá...” (1957: p. 84) – sem nunca ter sido forçado a deixar seu país. E, ainda assim, não deixou ou evitou o uso desta palavra, pelo contrário. Apresentou-se em seu desterro romântico, pondo nos versos sua tristeza e derrota:

Também vaguei, cantor, por clima estranho,
Vi novos vales, novas serranias,
Vi novos astros sobre mim luzindo;
E eu só! E eu triste!

(1957: p. 300)

Empurrando a Baía grande, amassada pelas docas e por navios de aço, nossos bairros portuários recebem seus viajantes, estrangeiros, hospedando-os em suas casas mais antigas e espessas. Nas habitações coletivas, - nos cortiços, pensões, ocupações sem-teto, vagas -, seus hóspedes (do latim *hospes*, estrangeiro, emigrado) remansam, fazendo dos bairros marítimos, como sentia Álvaro de Campos, uma dispersão de si⁹. Para dentro dessas casas, dê-cortinando esta aventura, este habitar, que lançamos, principalmente, nossos olhos, nossos dedos, nossas letras. Pois, ao atravessar as cortinas do *exílio* que nos deparamos, mais amplamente, com este porto de dê-terrados e de *diásporas* que são os bairros da área central da cidade. Recorrendo sempre às *histórias*, claro, pois, como dizia o poeta alemão Rainer Maria Rilke, quando as narro somos um só: “estou me contando junto” (2003: p. 15).

Caminhos do Verbo

“Você está reparando de que maneira costumo andar sozinho...”.

Mário de Andrade

Antes de adentrarmos pelos espaços do prédio, das casas, faz-se necessário, para melhor compreendermos este *itinerário*, algumas elucidacões sobre o procedimento de pesquisa, sobre o modo como foi realizado este trabalho. Pelo próprio fato, no caso, do autor deste texto situar-se fora de uma linha longínqua ou bem delimitada entre o pesquisador e os pesquisados, ou entre *nós* e *eles* – elemento *estrutural* de uma “tradição” antropológica ainda forte -, e pela própria importância que esta discussão assume nos debates da antropologia e nos “roteiros” que orientam uma dissertação, resolvemos destacar algumas questões de procedimento, podemos dizer, de *méthodos*.

Como já foi dito em passagens anteriores, muitas das letras aqui postas nasceram de um jogo entre *experiência* e *memória*. Em primeiro lugar, das minhas recordações

⁹ A identificação da habitação coletiva popular como um lugar de acolhimento de estrangeiros, de emigrantes pobres que chegam à cidade no cenário de um espaço urbano capitalista, assim como as críticas que fazemos as políticas de renovação urbana fundadas no deslocamento forçado de populações, não pretendem idealizar esses lugares como perfeitos para moradia (no que tange a infra-estrutura, etc) ou considerá-los intocáveis, “folclóricos”, parte de alguma “tradição” que remonta à nossa história e cultura e que precisa, em nome de uma *identidade*, ser preservada e defendida. Sabemos da importância e da necessidade de obras e melhora das condições de vida dos moradores, o que vai contrario as políticas de remoções que serão aqui abordadas e que vem combatendo, na verdade, a possibilidade encontrada por estes de terem acesso e direito à cidade.

dos anos de 2005 e 2006 quando eu estive intimamente ligado ao lugar estudado. Afinal, foram – ainda que descontínuos - nove meses participando de reuniões de preparação desta ocupação. Estive tanto na tentativa de ocupação do prédio que falhou como no dia em que foi ocupado. Na passagem destes dois anos, morei no quarto 302, com mais três companheiros. Sofri. Amei. Me enganei.

Tive medo.

Fui professor da primeira turma de alfabetização, junto de outros quatro colegas. Participei de manifestações, festas, mutirões, vivi intensamente o lugar enquanto apoio, morador, militante. Desta época, colhi muitas das narrativas aqui presentes e construí redes de confiança que permitiram-me entrar no universo das recordações, agora, dos moradores, com suas histórias e lembranças. Percorrendo suas biografias, suas trajetórias, narrando os caminhos que os trouxeram até o prédio ocupado e que também os afastaram do cais, do porto.

Mas, se o ano de 2005 é fundamental neste trabalho, pois é o ano em que aconteceu a ocupação e começou minha relação com o lugar, foi um ano antes, em 2004, que a minha relação com as Ocupações sem-teto do Rio de Janeiro teve início. Por participar, na época, do CELIP – Centro de Estudos Libertários Ideal Peres – e visitar a Biblioteca Fábio Luz, ambos coordenados pela Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), eu passei a freqüentar as Ocupações sem-teto Vila da Conquista e Carlos Nelson Faria Marinho, ambas localizadas em Curicica, Jacarepaguá (RJ). Nesta época, eu me afastava das questões mais específicas do Movimento Estudantil – ainda que participasse do Centro Acadêmico de Ciências Sociais – e me envolvia na fundação do Movimento de Educação Libertária (MEL) que passou, em pouco tempo, a concentrar a maior parte do apoio prestado por estudantes secundaristas e universitários às Ocupações, seja através do envolvimento direto na preparação de uma Ocupação – participando de operativos -, em atos de solidariedade contra despejos ou na organização de projetos de educação popular – reforço escolar, Alfabetização de Jovens e Adultos e Preparatórios Comunitários para concurso público de nível fundamental¹⁰.

¹⁰ O Mel, entretanto, não era a única e nem a primeira organização de estudantes a atuar junto às Ocupações. Quando o movimento foi fundado, no final de 2004 e início de 2005, já existiam dois movimentos – Movimento Universidade Popular (MUP) e Movimento de Educação Popular (MEP) – com alguns membros que atuavam e inclusive moravam em Ocupações sem-teto.

Ocupação sem-teto Vila da Conquista



Reforço Escola na Vila da Conquista



Fonte: Álbum Pedro Freire (2005)

Foi também a partir da minha participação no MEL que eu comecei a frequentar a Ocupação sem-teto Chiquinha Gonzaga, próxima a Central do Brasil e que não mantinha contato com as ocupações de Jacarepaguá por conflitos políticos entre grupos e pessoas que atuavam nestes espaços. Nossa tentativa, inclusive, era aproximar as Ocupações atuando nesses dois locais que não se encontravam na época. Foi com esse intuito que eu saí das atividades que ocorriam na Ocupação Vila da Conquista e comecei a participar das reuniões de organização da Ocupação Zumbi dos Palmares e de atividades que aconteciam na Ocupação Chiquinha Gonzaga. Como membro do Núcleo Popular do Centro, uma subdivisão do Movimento, eu fui morar mais tarde na Ocupação Zumbi dos Palmares e depois me envolver no operativo da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

Outro movimento, a Frente de Luta Popular (FLP), também foi muito importante na minha relação com as ocupações. Ela, junto à outra organização – Central dos Movimentos Populares (CMP) -, que organizou as primeiras reuniões para fazer a Ocupação Chiquinha Gonzaga e que iniciou – após muitas famílias começarem a bater na porta desta ocupação solicitando moradia – um novo processo de Ocupação que resultou, quase um ano depois de realizada a Ocupação Chiquinha Gonzaga, na Ocupação Zumbi dos Palmares. Com a realização desta última, eu comecei a participar

– como militante do MEL – da Frente de Luta Popular, grupo que iria se extinguir em 2008, em uma reunião feita na Ocupação Chiquinha Gonzaga¹¹.

Manifestação da Ocupação Zumbi dos Palmares



Autor: Pedro Freire (2005)

Mas, não obstante a sua força, é importante ressaltar que este trabalho não surgiu apenas das lembranças destes tempos, como uma evocação, somente, do passado. Dizia Mário de Andrade, em seu *Prefácio Interessantíssimo*: “O passado é lição para se meditar, não para reproduzir” (1987: p. 19). Em todos os pedaços de tempo que percorrem este texto, eu escrevo daqui, não de ontem. Entre as palavras, muitas são novas e nasceram já distantes destes dias. Por morar no bairro vizinho à Ocupação, na Gamboa, e por ter uma relação de amizade e carinho com alguns moradores do prédio, eu sempre mantive contato com o lugar. Nos meus encontros cotidianos com os moradores no super-mercado, em esquinas, em festas, praças, na rua, no próprio prédio, sempre conversamos sobre a Ocupação, sobre seus problemas, seus dramas e mistérios.

Quando no final de 2009 decidimos dar um lugar maior, entre as habitações coletivas, a uma Ocupação sem-teto, eu logo pensei na Ocupação Zumbi dos Palmares. Assim, eu voltava a freqüentar mais o lugar, observando os *modos de habitar* o prédio, a organização das *casas*, o uso dos corredores e escadas, a participação nas assembléias, nos mutirões de trabalho. Visitando álbuns de família, desenhos de crianças. Conversando com os moradores, realizando entrevistas, colhendo histórias,

¹¹ Sobre a história desta organização, ver PENNA (2009), TEIXEIRA (2009) e GRANDHI (2010)

insatisfações, anseios, sonhos, procurando descrever cada pedacinho do prédio... escadas, andares, passagens, portas, quartos, janelas. Buscando trazer para a dissertação o cenário dramático despertado pelas inúmeras tentativas e ameaças de despejo, enfim concretizadas com o início das obras de “Revitalização do Porto” e com o deslocamento de todos os moradores do prédio no início de 2011. Isso tudo, claro, facilitado pelo fato de eu ter morado no prédio e existir uma relação de confiança entre nós. Relação que nasceu ao longo daqueles meses... nas manifestações, nas assembléias, nos mutirões, nas barricadas, nas conversas de vizinho.

Em seu ensaio *Um jogo Absorvente: Notas sobre a briga de galos*, Clifford Geertz conta como a partir de um dia inusitado, quando assistia uma briga de galos, ele conseguiu ter acesso a materiais e histórias que os balineses, de certo modo, escondiam dele, considerado, até então, um ser “não-humano”:

Foi justamente o ponto da reviravolta no que concerne ao nosso relacionamento com a comunidade, e havíamos sido literalmente ‘aceitos’. Toda a aldeia se abriu para nós, provavelmente mais do que o faria em qualquer outra ocasião (talvez eu nunca chegasse até o sacerdote e nosso hospedeiro ocasional tornou-se meu melhor informante), e certamente com muito maior rapidez. Ser apanhado, ou quase apanhado, numa incursão policial ao vício talvez não seja uma receita muito generalizada para alcançar aquela necessidade misteriosa do trabalho de campo antropológico – o acordo, a harmonia – mas para mim ela funcionou admiravelmente. Levou-me a uma aceitação súbita e total, não-habitual, numa sociedade extremamente avessa à penetração de estrangeiros (1997: p. 75).

No caso de Geertz, a solidariedade que os balineses pensaram ter sido expressa durante a repressão policial - que não foi nem um ato consciente, mas uma reação de medo, como o próprio diz -, que abriu as portas para sua pesquisa. Nesse mesmo sentido, a minha participação em grupos de militância política e a demonstração de solidariedade a luta dos ocupantes, assim como as relações que cultivo com os moradores e que ultrapassam o estrito interesse acadêmico, em momento algum inviabilizaram este trabalho, pelo contrário. Este envolvimento, inclusive, que me abriu caminhos para dentro das *casas*, convidando-me para este universo dos segredos domésticos, da *intimidade*.

É preciso estar claro que não é o fato de estar envolvido em uma militância política que me levará a inventar, por isso, uma *comunidade* perfeita que nunca existiu e ter como objeto de análise principal, neste trabalho, a ação destes grupos. As diferenças entre pesquisa acadêmica e discurso político, entre um congresso acadêmico e um espaço de debate dos movimentos sociais, foram claras para mim em todos os lugares

deste texto. Inclusive, pois, não acredito que a antropologia *deva* existir para ter uma finalidade específica, ser útil a alguma causa, resolver algum problema. Lembra-nos Eduardo Viveiros de Castro, em seu ensaio *Nativo Relativo*: “A arte da antropologia, penso eu, é a arte de determinar os problemas postos por cada cultura, não a de achar soluções para os problemas postos pela nossa” (2002: p. 39).

O que movimenta este trabalho, desse modo, não é um interesse acadêmico nestas organizações políticas, no “movimento sem-teto” do Rio de Janeiro, investigando como ele surgiu, como atua, como se organiza¹². Levantamos, aqui, ainda que os movimentos apareçam e tenham seu lugar, outra questão: como, a partir da etnografia das narrativas e dos modos de habitar em uma ocupação sem-teto, podemos pensar a existência singular da cidade? Que conceitos e propostas de cidade estão sendo apresentados atualmente pelos projetos de “renovação urbana” voltados para a construção de uma “cidade olímpica”?

Obviamente, ao longo de toda a narrativa, durante toda a pesquisa, esteve sempre presente a relação entre afeto e pensamento. Mas, fora fantasias como o *cogito cartesiano* ou o sonho *platônico*, quando se constituiu um sujeito apartado dos afetos? O pensamento, lembra-nos Heidegger, é uma atividade criativa e tem seu começo, justamente, no afeto, na experiência (2008). A própria palavra experiência, *empeiria*, é uma palavra que em grego, como em latim, vive da raiz *per*, atravessar (FOGEL, 1999). O verbo conhecer começa sempre no movimento de ser *tocado, atravessado, afetado* por um modo de ser possível, que é a própria *experiência*. Envolvidos no afeto abrimos um campo de relacionamentos e possibilitamos o salto, a viagem. Criamos uma *perspectiva*, uma exposição do que é e há como interpretação. Uma articulação do afeto, do modo de ser possível.

Em antropologia, a etnografia se realiza enquanto *travessia*, como a dimensão da experiência que possibilita, a partir do trabalho de campo empírico, o *salto*, a transposição para a dimensão da coisa estudada. O estar lá, ser afetado, experimentar, que instaura a viagem do conhecer como um *verbo da existência*, um modo de realização da realidade (FOGEL, 1999). Não existe etnógrafo, artista, filósofo, matemático, escritor que se façam enquanto tais antes ou fora da experiência, dos *afectos* que atravessam a vida. Esta, assim como este trabalho etnográfico, não é o produto de substâncias autônomas, de um *sujeito* que reflete ou representa um *objeto* abstrato e distante. Ela é

¹² Sobre este tema, abordando-o com densidade e cuidado, ver os trabalhos de SOUZA (2008), DEMINICIS (2009), OLIVEIRA (2009), PENNA (2009), TOMAZINE (2009), e GRANDI (2010).

ação da ação, do movimento que é *experiência, verbo, afeto, modo de ser possível, interesse*. Se faz no movimento de se criar, que é *história, vida*.

A relação desta dissertação com a poesia, com a literatura, é outro ponto que atravessa todo o texto, nos forçando, quase, a tarefa de esclarecer seus usos e fronteiras. De princípio, se consideramos a etnografia como uma *história*, uma *narrativa*, já de si a questão *estética e literária* impõem-se como necessárias na construção do texto etnográfico. Afinal, para contar *histórias* é preciso saber contá-las. É preciso estar atento às palavras, à sintaxe, ao ritmo, aos personagens. Superar a mera descrição ou certa obsessão pelo retrato.

Para levar um mundo empírico à forma-texto não é preciso arranhá-lo ou enforcá-lo em roupas pesadas, sufocando-o em uma linguagem agarrada. Nesse sentido, inclusive, em termos de aproximação e realização do real, a literatura está, muitas vezes, mais próxima do mundo que interessa a antropologia do que as etnografias “corretas”, se considerarmos, obviamente, que o que marca o texto literário não é a construção de um mundo “falso”, fora do real¹³. O que não nos leva a dizer e afirmar que ambas são “a mesma coisa” ou fazem parte de um mesmo campo.

O traço definidor da antropologia é o seu interesse, sua curiosidade, pela experiência humana, pelo encontro humano, pela diversidade de *culturas*¹⁴, e que necessariamente precisa acontecer – para se realizar como etnografia – em discurso e texto. A antropologia, como diz Wagner,

estuda o fenômeno do homem – a mente do homem, seu corpo, sua evolução, origens, instrumentos, arte ou grupos, não simplesmente em si mesmos, mas como elementos ou aspectos de um padrão geral ou de um todo (...). Ela ganha vida por meio da invenção da cultura, tanto no sentido geral, como um conceito, quanto no sentido específico, mediante a invenção de culturas particulares (2010: p. 27 e 38).

Ela é marcada e fundada por relações, “choques”, por uma “conversa do homem com o homem” (LÉVI-STRAUSS, 1974), buscando e partindo de realidades empíricas, de sustos e encontros, frustrações, abismos, invenções.

A literatura, por sua vez, para usar uma expressão de Deleuze -, tem como grande desafio “fazer a língua delirar” (1997), criando novas sintaxes, permitindo outras

¹³ Como coloca Heidegger, “A poesia não sobrevoa e nem se eleva sobre a terra a fim de abandoná-la e pairar sobre ela. É a poesia que traz o homem para a terra, para ela, e assim o traz para um habitar” (2008: p. 169).

¹⁴ Segundo Wagner, “mais precisamente, já que falamos do total de capacidades de uma pessoa como ‘cultura’, o antropólogo usa sua própria cultura para estudar outras, e para estudar a cultura em geral” (2010: p. 28).

relações entre as palavras, “medicando” a linguagem do seu uso “agarrado”, gasto, envelhecido. Em seus versos, em suas redes, manifesta-se a própria fala da linguagem, a poesia como o *dizer genuíno*, este dizer de tal maneira que a plenitude do dizer, própria ao dito, é por sua vez inaugural (HEIDEGGER, 2008). Ao cantar a natureza, ao falar das coisas simples, consideradas triviais ou comuns, é como se o poeta estivesse sempre a vê-las pela primeira vez, vendo dêshabitualmente, imediatamente, com olhos que “não sabem pensar” (PESSOA, 2005), que desaprenderam os símbolos, que apenas vêem e sentem.

Eis o que torna a literatura, segundo Manoel de Barros, uma prática da infância entre os homens (2009), trazendo novamente a possibilidade de criar e brincar com as palavras, salvando “o idioma da esclerose”, pregando a possibilidade de viver o desnecessário, o tempo inútil. Sem a poesia, sem a “prática da cambalhota”, diz o poeta, “os homens se transformariam em monstros, máquinas, robôs” (Ibidem: p. 30). A vida seguiria como o ponteiro de um relógio, sempre regular e prático, enquanto os homens perderiam a experiência do lúdico, o tempo dos rios, do sono, do vento.

Ter bem claro as diferenças entre ambas, portanto, não implica em construir muros e telas de arame que evitem o contato entre elas (Não há inimigo neste diálogo!). Permitir em algumas partes da etnografia certas aventuras e detalhes próprios da literatura – como a construção de novas sintaxes, o esquecimento de certas pontuações e normas da gramática normativa, o deixar-ser da palavra em sua infância criadora – não torna o texto em questão menos real, objetivo, concreto, ou científico. A realidade acontece, amanhece, podendo realizar-se através de muitos namoros e encontros.

É o que buscamos a partir da apresentação de um cenário repleto de tramas e histórias, detalhes de uma cidade cheia de despedidas e olhos de Adeus. Começando a desenhá-lo com uma apresentação da área portuária, com sua história, suas ruas, sua prosa. Alcançando, no segundo capítulo, as ocupações que arrombam seus portões, sua brisa, e que se espalham e morrem pela área central da cidade. Movimentando, para isso, em paisagens com letras, os personagens que fundam estes nomes, os caminhos que jorram para dentro ou para fora, as estratégias e segredos articulados para ocupar um prédio. No passo seguinte, já entre cortinas e portas, descrevo a Ocupação Zumbi dos Palmares, recorrendo aos corredores, escadas, histórias de vida, cartas. Saltando para dentro dos quartos, dos cômodos, da vida privada, este lugar que abrirá nosso quarto capítulo e que nos jogará, depois, nos textos e imagens modernas, selvagens, bárbaras, pensando como os moradores destas habitações coletivas são representados e

o que eles pensam sobre si, o que inventam e modificam. No sexto capítulo, uma pequena apresentação do projeto “Porto Maravilha”, mostrando sua relação com outros projetos de renovação urbana que visavam “modernizar” a cidade e “civilizar” suas bocas, e o desfecho do drama que envolveu moradores da Ocupação Zumbi dos Palmares, o capital burguês e o Estado. Na conclusão, um aceno miúdo e a permissão de uma lembrança: as cidades também perdem carne, pegadas e engolidas pela “indesejável das gentes” (MELO NETO, 1970).

1. Os bairros portuários



Frente ao porto esboçara-se a cidade,
Descendo enlanguescida e preciosa:
As cúpulas de sombra cor-de-rosa,
As torres de platina e de saudade

Mário de Sá-Carneiro

Autor: Pedro Freire (2010)

Uma fortaleza! sobre o morro baixo, ainda despido. Mares largos encostados em seus pés, todos de pedras, banhando-se de sal. No Morro da Conceição, a Cidade de São Sebastião armou-se do estrangeiro: Inimigo ignóbil, das cortes de Paris. 1718, a data de sua inauguração. A intenção era que ali, pelas correntes da Prainha, terminasse a muralha, imaginada para o pequeno Rio. Não foi preciso, porém. A fortaleza defendera toda a cidade, estes solos ainda molhados... pedaços distantes de Portugal. Naquele que ainda não era o porto, a cidade se protegeu. Descansou. Amou. Matou. Derramou em seu corpo estreito, por séculos, sangue da quarentena... Lágrimas de África. Como se Nossa Senhora da Conceição perdoasse todas as suas dores, todos os pecados.

Para os lados de lá, por onde a cidade defendeu-se, pouco existia. Até os meados do século XVIII, também, São Sebastião do Rio de Janeiro possuía um corpo magro e leve, feito uma bailarina. Fora dos limites estreitos que corriam do largo do Paço à antiga Rua da Vala (Rua Uruguaiana), havia apenas mangues, sítios, pescadores, quilombos e lagoas. Na Saúde, antiga Prainha, a fortaleza, a igreja de Nossa Senhora da

Conceição e alguns trapiches. À parte, mares e sacos: de Alferes, da Gamboa, dos Lázaros. Somente no final deste século e no decorrer do século XIX, com a descoberta do ouro nas minas, a expansão do comércio e das atividades portuárias na cidade, a transferência do mercado de escravos para o Valongo, a mudança da capital da colônia de Salvador para o Rio, o prestígio e desenvolvimento da vida urbana estimulados pela chegada da Corte, que antigos domínios rurais, como a atual área portuária, começaram a se integrar à malha urbana da cidade. Mesmo com o crescimento observado no início do século XIX, os bairros portuários, em sua maior parte, ainda preservavam-se “escondidos”, relativamente distantes da vida urbana que florescia no centro da cidade. Predominavam, em seus territórios, grandes chácaras e fazendas que impediam ou dificultavam o crescimento urbano (FREYRE, 2002).

Por esta paisagem ainda exangue, pouco habitada nas primeiras décadas do século XIX, o bairro da Gamboa foi escolhido por Brás Cubas para sediar seus encontros clandestinos com Virgília, esposa de Lobo Neves:

Uma casa no recanto da Gamboa. Um brinco! Nova, caiada de fresco, com quatro janelas na frente e duas de cada lado, - todas com venezianas cor de tijolo, - trepadeira nos cantos, jardim na frente; mistério e solidão (MACHADO DE ASSIS, 1994: p. 130).

Sendo este Romance de 1881 um “livro de memórias” difuso, narrado por um morto, na data em que o personagem-narrador retornou pela última vez na antiga casa ele já encontrou um bairro modificado, outro lugar: “Voltemos à casinha. Não serias capaz de lá entrar hoje, curioso leitor; envelheceu, enegreceu, apodreceu, e o proprietário deitou-a abaixo para substituí-la por outra, três vezes maior” (p. 133). Ainda na época do drama amoroso que percorre o romance Machadiano, a Gamboa já não era mais o recanto “de amor e silêncio”, que acolhia a paixão e a mentira.

Com medo de ser descoberto, o casal de amantes abandona a casa¹⁵.

O bairro crescera a partir dos meados do século XIX impulsionado pelo mercado de escravos, pela produção do café no Vale do Paraíba, pela expansão de suas atividades portuárias e pela construção da Estação Ferroviária Dom Pedro II. Na

¹⁵ No romance *Quincas Borba*, a extensa costa que se estendia da antiga praia dos Lázaros até a praia da Saúde é descrita pelo escritor quando ele narra a visita de Rubião à região: “Foi ainda a pé durante largo tempo; passou o Saco do Alferes, passou a Gamboa, parou diante do Cemitério dos Ingleses, com seus velhos sepulcros trepados pelo morro e afinal chegou à Saúde. Viu ruas esguias, outras em ladeiras, casas apinhadas ao longe e no alto dos morros, becos, muita casa antiga, algumas do tempo do rei, comidas, gretadas, estripadas, o caio encardido e a vida lá dentro. E tudo isso lhe dava uma sensação de nostalgia... Nostalgia do farrapo, da vida escassa, acalcanhada e sem vexame” (MACHADO DE ASSIS, 1988: p. 85).

literatura da época os bairros portuários, em pouco tempo, assumiram o rosto principal de uma cidade “porca”, com “ruas sujas, estreitas e mal calçadas, verdadeiras fendas rasgando a massa triste e escura do casario tumultuoso. (...) Cidade feia, cidade chiqueiro” (EDMUNDO, 1958: p. 160). Na peça *Capital Federal*, de Arthur Azevedo, um diálogo entre dois personagens da comédia nos apresenta uma perspectiva da região:

Eusébio: Mas é muito difíce achá casa. Uma agência nos indicou uma, na Praia Formosa...

Fortunata: Que chiqueiro, seu Gouveia!

Fortunata: Paguemo cinco mi réis pra nos enchê de purga;

Quinota: E era muito longe;

Gouveia: Descansem, há de se arrumar uma casa¹⁶

(AZEVEDO, 1987: p. 346).

Na ausência de habitações na cidade, ainda mais para as camadas populares, a população se dirigia para as regiões que começavam a ser povoadas como a área que hoje margeia o porto. Nesta mesma peça e no conto *Dona Eulália* Arthur Azevedo já descrevia o Morro do Pinto como um lugar habitado por gente pobre: negros e “mulatas trigueiras” (1965). Manuel Antônio de Almeida narra as aventuras do personagem Leonardo junto a “gaiatos e suscitantes da cidade”, perseguidos pelo Major Vidigal, que moravam no morro da Conceição (2003). Sobre a região, diz Augusto Machado, narrador criado por Lima Barreto: “O tráfico de escravos imprimiu ao Valongo e aos morros da Saúde alguma coisa de aringa africana” (1949).

Representada desse modo em romances e dramaturgias, em jornais e documentos da época, não nos estranha o fato dessa região ter sofrido amplas intervenções higiênicas e urbanísticas por parte de sucessivos governos, especialmente os do prefeito Pereira Passos e do Presidente Rodrigues Alves. O cenário destes bairros na época, com suas vielas, malandros, capoeiras, cantores de modinha, grupos de carnaval, cortiços, operários, criminosos (RIO, 1997) causava medo à população dos sobrados. Não tratava, apenas, de uma repulsa estética à “sujeira”, mas aos perigos que a aglutinação destes personagens urbanos poderia causar.

O medo dos cortiços.

Eles proliferaram na cidade do Rio de Janeiro a partir de 1850 e 1860 devido ao aumento de imigrantes portugueses e ao crescimento do número de alforrias obtidas

¹⁶ A Praia Formosa foi aterrada para a construção das Avenidas Rodrigues Alves e Francisco Bicalho. A Rodoviária Novo Rio localiza-se sobre este aterro.

pelos escravos. Muitos escravos fugitivos também os utilizavam como seu esconderijo (CHALOUB, 1996). A própria Bertolomeza, personagem de *O Cortiço*, misturada entre tantos negros alforriados, passaria muitos anos “desaparecida” dos patrões que só tomaram conhecimento de onde estava quando João Romão – já “homem de sociedade” - a denunciou. Surpreendida com a presença dos velhos senhores, da polícia, Bertolomeza parou: “Recuou de um salto, e antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo rasgara o ventre de lado a lado” (AZEVEDO, 2007: p. 80).

Preferiu a morte à condição de escrava.

Com as reformas, a cidade entrava na era do “Bota-Abaixo”, dos “sanitaristas”, das intervenções da disciplina e da biopolítica (FOUCAULT, 1990). Neste período as ruas dos bairros portuários foram alargadas; cortiços e casebres demolidos; a circulação e atividade das pessoas controladas por medidas *disciplinares*, por normas *reguladoras*, e um novo porto foi construído acompanhado por fábricas e empresas que se deslocavam para a região. Um período de violência e de curto esplendor, afogado pelas mudanças que ocorreram na cidade e no país a partir da década de 40. Com sua decadência política e simbólica, muitos sobrados patriarcais passaram a ser ocupados por famílias pobres e transformados em numerosas pensões, casas de cômodo, cortiços e hotéis. Um processo observado por Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mocambos*, ao narrar o declínio do patriarcalismo no Brasil¹⁷.

A desvalorização destes bairros – intensificada a partir da década de 60, quando a cidade deixa de ser a capital da República - reaproximou-os das antigas descrições feitas ao longo do século XIX e no início do século XX. As habitações coletivas voltaram a predominar entre as diversas habitações. As ruas e becos mantiveram-se como o palco da população negra, dos ambulantes e seus carrinhos que tanto incomodavam Luiz Edmundo em sua “meninice”.

Em *A hora da Estrela*, Clarice Lispector assim descreve a área próxima do cais do porto, beirando a Rua Acre e a Praça Mauá, onde a imigrante nordestina Macabéia alugava uma vaga em um quarto após chegar do sertão de Alagoas:

¹⁷ “À decadência de famílias por três, quatro, cinco ou seis gerações patriarcalmente opulentas, teria de corresponder o que vem acontecendo, entre nós: a ruína, por abandono, de velhas casas-grandes de fazenda ou de engenho; ou a sua transformação em fábricas, asilos, quartéis, refúgios de fantasmas de subúrbio ou de malandro de cais. A transformação, também, de antigos sobrados urbanos ou suburbanos, outrora habitações de famílias solidamente patriarcais, em hospitais, cortiços, ‘cabeças-de-porco’, prostíbulos, escolas, museus; conventos, colégios, pensões, hotéis, fábricas, oficinas, depósitos de mercadorias, armazéns” (FREYRE, 2000: p. 120).

O quarto ficava num velho sobrado colonial da áspera rua do Acre entre as prostitutas que serviam a marinheiros, depósitos de carvão e de cimento a pó, não longe do cais do porto (...) Rua do acre. Mas que lugar. Os gordos ratos da rua do Acre. Lá é que não piso pois terror sem nenhuma vergonha do pardo pedaço de vida imunda.(1998: p.31)

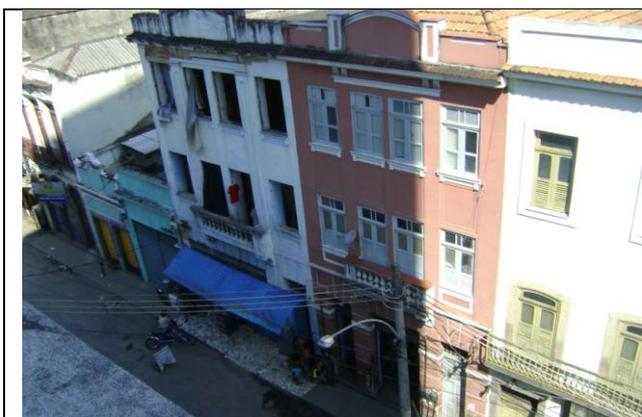
Para estas bandas, enfim, convido-vos a pisar.

A Linguagem das ruas

Buscando apresentar um pouco a região, com suas pernas vivas e mortas, seu ritmo, seu cansaço, sua luz, seu silêncio, fizemos uma etnografia ou uma “evocação de quadrinhos”, como dizia Dostoiévski (1968), de algumas ruas importantes na vida destes bairros, para depois, enfim, chegar à Avenida Venezuela e à Ocupação Zumbi dos Palmares, *casa, lar* deste texto.

Não sendo a rua apenas uma “reta que liga dois pontos”, como desejava Le Corbusier, mas uma condição de ser da própria cidade, acreditamos ser ela capaz de desenhar imagens da vida urbana, montar paisagens da metrópole, e falar destes bairros espremidos entre Docas e viadutos, morros e prédios, que vem sendo tão alterados por projetos de renovação urbana tocados pelo capital e pelo Estado.

Rua Barão de São Félix



Meu passo esmaga ruas e verstras.
Que fazer, com o inferno no peito?

Maiakóvski

Autor: Pedro Freire (2009)¹⁸

A Rua Barão de São Félix é uma dessas ruas hospitaleiras que amolecem as portas duras das cidades. Rua aconchego, abrigo, lar. Sucessão de cômodos por onde

¹⁸ Cortiços localizados na Rua Barão de São Félix.

se espalham uma multidão confusa. Essa gente insistente que corre pela cidade trazendo suas vidas nos carrinhos. Ambulantes, camelôs, catadores de papel, papelão, latinha. Ladrões ou mercadores de cobre, de ferro e metal. Prostitutas, domésticas, diaristas. Trabalhadores e trabalhadoras do comércio, de grandes empresas, de instituições públicas e privadas. Eles habitam estes sobrados antes opulentos transformados em cortiços, pensões, hotéis. Sobrados de quatro pavimentos, com as paredes pintadas de cinza e azul, janelas altas com pequenos palanques onde as antigas baroneses se exibiam para a cidade, como o antigo lar da família Costa, entre as Ruas Camerino e Alexandre Mackenzie.

A genealogia que vem sendo feita por Ricardo Costa¹⁹ conta um pouco a história deste sobrado-cortiço. Aos 20 de janeiro de 1810, como consta na pesquisa, casaram-se pelas dez horas da noite na Capela da Chácara do Valongo, José Manoel de Azevedo e Dona Ana Joaquina da Costa Barros. José Manoel de Azevedo era Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil, nomeado pelo Conde de Aguiar em 27 de março de 1808. Recebeu a mercê do Hábito da Ordem de Cristo em 13 de maio de 1810. Mudou-se para um sobrado na Rua do Costa canto com a Rua da Princesa no Natal de 1811, em frente ao Morro do Livramento. Henriqueta Carneiro de Barros e Azevedo Costa, quarta avó de Ricardo, nasceu em 1857 e faleceu em 1949, já em Copacabana, longe das raízes da Rua do Costa e do centro velho do Rio de Janeiro.

Entre os anos de 2000 e 2001 viveu, neste mesmo sobrado - que ao longo do século XIX abrigou personagens aristocráticos da nossa história -, um casal de imigrantes da cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba. Uma esposa e um marido apinhados em um dos trinta quartos que se espalham pelos corredores e madeiras velhas do sobrado antigo. O marido veio primeiro, um ano antes, passando a trabalhar no supermercado 2001, na Rua Senador Pompeu. A esposa veio um ano depois e logo que chegou foi trabalhar em uma casa de pensão no bairro de Laranjeiras. Incomodados com o aperto do quarto, o aluguel de 160 reais por mês, com os banheiros coletivos constantemente sujos (existe um banheiro para cada cinco quartos); com o barulho, as brigas e sujeiras promovidas por vizinhos bêbados; eles se mudaram de lá em 2001 passando a morar na Ladeira do Barroso, no morro da Providência.

¹⁹ http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_auxiliar/costa.htm



Autor: Pedro Freire (2010)

São muitos os sobrados da rua que abrigam estes “viajantes” urbanos. Existe o Hotel Campos, no número 136, um sobrado belíssimo com três pavimentos, as paredes pintadas de azul e branco, dois palanques com três janelas em cada andar, sendo todas decoradas nas suas bordas. O hotel Brillante, com seus três andares gordos, sua cor de marfim. O hotel Batú, no número 147, um sobrado de 1873 erguido sobre a lanchonete “Parada dos Lanches”. Um sobrado de dois pavimentos, no número 116, com uma placa na porta noticiando que ali “aluga-se quartos e vagas”. Além desses sobrados, expressões de uma época nobre, existem as muitas casas térreas construídas no final do século XIX e no início do século XX para abrigar as famílias de classe média.

No número 90, uma casa com fachada azul e branca, morou mais um desses personagens da “nomadologia” urbana. Nascido no município de São João de Meriti, Marcos já se abrigou em cidades como São Paulo, bairros do Rio como Campo Grande, e por mais de um ano morou nesta mesma rua e nesta mesma casa, exprimido em um exíguo quarto ao lado de muitos outros “cubículos” que compõe os arredores do pátio central. Sua morfologia assemelha-se ao cortiço de “João Romão”, criado por Aluísio Azevedo. Neste havia uma “infinitude de portas e janelas alinhadas” que formavam as sucessivas “casinhas”. Elas se distribuíam sobre um pátio central, grande, com locais para lavar e estender as roupas:

Graças ao muito espaço de que dispunha o cortiço para estender a roupa, a concorrência às tinas não se fez esperar (...). Mal vagava uma das casinhas, ou um quarto, um canto onde coubesse um colchão, surgia uma nuvem de pretendentes a disputá-los (2007: p. 78).

Entre o cortiço da ficção naturalista e o número 90, alteram-se personagens, as cores dos quartos, do pátio e a distribuição dos tanques. Sua paisagem interna, no entanto, é mais uma dentre as muitas habitações com banheiros coletivos e quartos construídos ao redor de um pátio central comprido.

Estes sobrados e casas térreas dos quais falamos são apenas dois casos dentre os muitos outros cortiços e casas de cômodos que atravessam praticamente toda a rua. Cada um com traços semelhantes, mas com suas próprias histórias, morfologias, modos de habitar. O número 83, por exemplo, não tem um proprietário e um segurança que cobram, a partir de um direito de propriedade garantido por compra, doação ou herança, o aluguel dos inquilinos. Este sobrado de três pavimentos, paredes coloridas com um azul embranquecido, janelas cinzas e verdes, estava abandonado e foi ocupado por famílias que moravam na rua ou que pagavam aluguel. Era conhecido, assim como o número 5, o 90 e outros cortiços da cidade, como “Cabeça-de-Porco”. Este nome, atribuído às diversas habitações coletivas caracterizadas pela população e pelos governos como “cortiços”, se espalhou e ganhou nome de casas após a demolição emblemática do famoso “Cabeça-de-Porco” que se localizava nesta mesma rua²⁰.

A Rua Barão de São Félix, que antes se chamava Rua da Princesa, em homenagem a Imperatriz Teresa Cristina que embarcou na atual Praça do Jornal do Comércio para se casar com o Imperador Dom Pedro I, é também a Rua dos “Cabeças-de-Porco”. Buscando fugir deste nome e das representações que ele carrega, os moradores batizaram o seu sobrado de “Vila da Paz”. Abrindo as cortinas vermelhas que encobrem suas janelas, os moradores do número 83 podem olhar, bem a sua frente, um prédio cinza de treze andares ocupado por 78 famílias. O edifício número 110, o único prédio da rua, pertencia ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e foi ocupado por estas famílias no ano de 2004, dando vida e nome a uma construção que estava abandonada há mais de 20 anos. Com a ocupação o prédio ganhou um novo nome: “Ocupação sem-teto Chiquinha Gonzaga”, homenageando a musicista brasileira filha de militar e mãe “mulata”.

Dos prédios ocupados que se localizam na I Região Administrativa da Cidade, o da Ocupação Chiquinha Gonzaga foi o que melhor se adequou para fins de moradia.

²⁰ O cabeça-de-porco era um vasto cortiço situado aos pés do morro da providência, no antigo número 154. Algumas informações afirmam que ele “teria sido habitado por quatro mil pessoas. (...) Era um verdadeiro bairro constituído de sobrados, térreos e quartos” (CARDOSO; VAZ; 1987). O “Cabeça-de-Porco” foi eliminado no dia 26 de Janeiro de 1893 por determinação do prefeito Barata Ribeiro.

Nos doze andares em que existem famílias habitando-o todos possuem seis quartos com um banheiro em cada. No segundo andar existe um pátio comprido com uma parte coberta e outra aberta. Na parte coberta que se realizam as assembléias de moradores da Ocupação, as atividades culturais - como Capoeira e as diversas reuniões que ocorrem no prédio. Na região exposta ao sol, alguns moradores estendem as suas roupas nos longos varais coletivos. Neste mesmo andar existe a sala das crianças, colorida com desenhos, o local da futura sala de informática. Apesar de possuírem uma sala própria para brincarem, as crianças ocupam todo o prédio jogando e correndo pelas escadas, corredores e pelo pátio. Poucos minutos na Ocupação é motivo de desespero para qualquer urbanista racionalista. Nos corredores as crianças sentam, desenham, jogam bola, fazem barulho. Os moradores se aconchegam nas escadas e conversam. Fundaram a “Rádio Corredor” pela qual difundem, de ouvido em ouvido, passando de boca a boca, o que se passa no prédio.

Para participar de uma assembléia é importante ser membro ativo da “rádio corredor”, assim como na Roma Imperial costumava-se ir ao barbeiro antes das reuniões do Senado, para que no espaço coletivo de decisão estejam todos preparados e informados sobre os assuntos a se discutir. Nas assembléias, nos corredores, nas escadas, nos quartos, uma vida agitada, bagunceira, politizada, retraída, aberta, emerge e se esparrama, lambuzando todos os espaços da Ocupação Chiquinha Gonzaga com seu desrespeito às normas ditas “mais corretas” de habitar um prédio e uma cidade.

A antiga rua da princesa, das muitas habitações coletivas, também se destaca pelo comércio “exagerado”. Supermercado, mercadinho, loja de bicicleta, mecânico, posto de gasolina, cabelereiro, lanchonete, loja de eletrodomésticos usados, ferragens. Barracas de cachorro quente e x-tudo. Tendinhas de churrasquinho e salgado. Barraca de ervas e flores com suas mudas de manjeiricão, alecrim e arruda. O hortifuti 24 horas com sua banca exuberante de frutas: maçãs, peras, caquis, tangerinas, melancias, abacaxis, melão, entre outras. Padaria, aberta dia e noite. O bar “Sentai”, o ilustre restaurante da rua, praticamente ao lado do cortiço “Vila da Paz”²¹. O bar do Abinoral, com suas mesas de sinuca, seu balcão largo. Apesar da fraca iluminação, da ausência de janelas, do pouco ar que entra pela rua, do cheiro de esgoto que exala do bueiro em frente, ele é um dos bares mais animados da rua. Tem apenas sete ou oito horas de descanso por dia. Fica no primeiro pavimento de um sobrado antigo, com a fachada

²¹ Ele foi inaugurado em 1957 e faz parte da lista de “50 botequins com a alma carioca” (RIO BOTEQUIM 1999, Prefeitura do Rio).

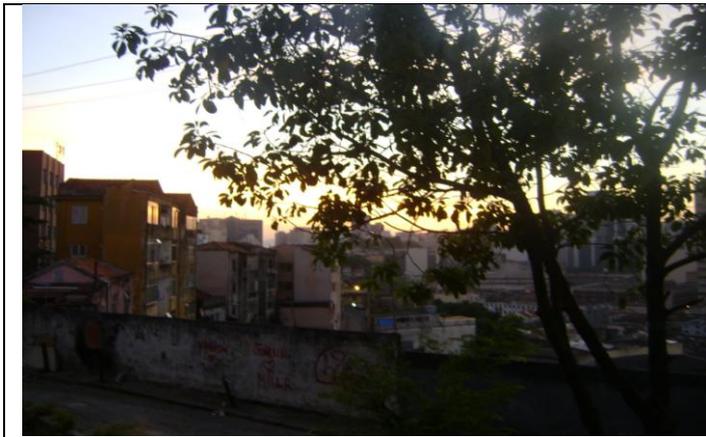
pintada de vermelho e traços brancos. Do outro lado da rua, bem próximo a ele, existem outros bares batendo parede com parede, colados em outros, dando a impressão de que a rua nunca vai parar de beber e de dançar.

A Rua Barão de São Félix, com sua grande quantidade de bares, igrejas, comércio, veículos e pedestres transitando sobre o asfalto esburacado; com crianças e jovens andando de bicicleta, jogando futebol descalços na rua - tudo sobre a sujeira, o esgoto, o calor, a ausência de árvores; calçadas que se confundem com o meio da rua, bêbados e mendigos jogados em seus cantos, em buracos - suscita imagens de um cenário urbano bem próximo a cidade de São Petersburgo descrita por Dostoiévski. Ao narrar um passeio de Raskolnikov, estudante pobre que “subalugava um cubículo com cama e mesa”, o escritor Russo nos apresenta essa imagem da cidade dos czares:

Na rua fazia um calor terrível e, para completar, o abafamento, o aperto, o cal por toda a parte, madeira, tijolo, poeira, e aquele peculiar mau cheiro (...) - tudo afetou de modo súbito e desagradável os já abalados nervos do jovem. O cheiro insuportável das tabernas, especialmente numerosas nesta parte da cidade, e os bêbados, que apareciam a cada instante, apesar de ser dia útil, completavam o colorido repugnante e triste do quadro (2002: p. 345)

Junto de suas vizinhas - as Ruas Senador Pompeu e Bento Ribeiro - elas formam, o que poderíamos chamar, de “sub-bairro” da Central do Brasil. Esse imenso *locus* da multidão, da confusão, do barulho. Andar pela Rua Senador Pompeu entre às 17 horas e às 20 horas é se lançar aos ruídos e tropeços das áreas centrais de grandes cidades “desordenadas” e bagunceiras. Caminhar entre Kombis, carros, bicicletas, carroças, cachorros, gatos, carrinhos de supermercado, motos, burros-sem-rabo; presenciar o empurra-empurra de pedestres, pessoas fechando lojas, saindo do trabalho, voltando para casa, em direção aos sobrados da rua, aos morros ao redor, na direção do trem, do metrô, do ponto das Kombis, do Terminal Rodoviário, ou simplesmente dos hotéis e prostíbulos da própria. Elas possibilitam-te, talvez, o grande presente oferecido pelas grandes cidades: o rosto despercebido, o passo errante, a arte de usufruir da multidão (BAUDELAIRE, 2000)

Ladeira do Barroso



Autor: Pedro Freire (2008)

... A vida é mesmo um vaivém
Igualmente esta ladeira
Dá na gente uma canseira
Tem subida tem descida
Tem mais que tudo canseira
Igualmente esta ladeira
Da Rua Barão da Gamboa.
Que boa.
Jorge de Lima

Ladeira, rua, mundo: o barroso tem um pouco de tudo. Durante a semana, quando o sol começa a tomar suas pedras, seus casarões, seus cortiços, o seu espreguiçar é ligeiro. Mulheres, homens, crianças descendo por seus atalhos. Distraídos, absortos, bagunçando seus esconderijos. Abandonando-a por suas curvas. Atrasados para o trabalho, para a escola. Alguns subindo, a maioria descendo, pelos caminhos que os levam a algum lugar ou a lugar nenhum. Na Gamboa, como dizia o poeta Jorge de Lima, a vida é “vai-vem”. Pelas ladeiras do bairro mora uma “gente que sobe, gente que desce. Gente que vai para a vida. Gente que dela vem. Não há meio de dizer-se na ladeira ninguém vem” (LIMA, 1950: p. 156)

Somente ao se aproximar das nove horas ela descansa um pouco da correria. Os aposentados sobem a ladeira para comprar pão na praça. Descem o morro para comprar o jornal, para jogar cartas na Rua Visconde da Gávea, na Praça do Comércio, para caminhar no Campo de Santana. As mulheres aparecem na porta. Um aceno para o vizinho, para a vizinha, e um sorriso contido para a rua. As calçadas se mexem, se embrulham, se enroscam. São homens e mulheres com baldes, rodos e vassouras lavando as calçadas - passagens privadas, endereços públicos. Outros “moradores” também exigem seu espaço aprontando das suas. São porcos grandes, outros pequenos, que descem atropelando tudo. Metendo o focinho nos sacos de lixo colocados em frente às portas das casas ou nas lixeiras coletivas. Alguns moradores dizem que já presenciaram suas balbúrdias até no sopé do Morro da Saúde, na Rua do Propósito. Um dia um vizinho me contou, revoltado, uma história desses personagens. Era um dia desses à tarde, quando o morro parece roncar. Ele descia com o filho pela ladeira. O

menino, com fome, carregava na mão o pão fresco que comprara na padaria do seu “Jorge”. Vendo um dos porcos se aproximar, ele sorriu – já acostumado com a sua presença. Pronto! Foi o gesto que bastava para o “rapaz” se lançar à mão do menino e roubar o pão com seus dentes afiados, escondidos por trás do focinho. Quando falamos nos porcos, cada casa do morro conta pelo menos uma história. Seus passeios de todos os dias são o próprio “reboleço”. Fazem sujeira, causam transtornos, mas apesar das suas travessuras ninguém se atreve a mexer com eles. “No morro tudo tem dono”, já dizia um morador antigo.

Escadarias da Ladeira do Barroso



Autor: Pedro Freire (2010)

Invejosas da liberdade e “zombaria” dos porcos - tristes e angustiadas - estão as “galinhas do Barroso”. No primeiro pavimento de um sobrado de três andares existe o galinheiro do seu Pedro. Cerca de oito horas da manhã ele já está de pé. Tanto as galinhas como o dono passam o dia espiando a rua. Elas pelas grades, ele pelos degraus da porta que dá para a calçada. Às vezes alguém chega e algumas delas saem da cela, já sem vida, sem penas. Teve um dia que um caminhão cheio de galinhas parou na ladeira. Seu cacarejar esboçava uma melodia triste, baixa. Em poucos momentos as grades se abriram e elas reencontraram a vida por alguns segundos. Algumas ainda conseguiram olhar o horizonte colorido que se vê do morro. Mosaico de casas, prédios, nuvens, montanhas, morros, monumentos e curvas escritas no mar. Uma vista que encantava Brás Cubas, quando o morro ainda estava “nu de habitações”. Quando ele era palco das famosas “brigas de galo” e era conhecido como Morro do Livramento (ASSIS, 1994). Através de um movimento desesperado de asas,

que pedia socorro, elas tentavam ainda viver, mas já era tarde. Descia a ladeira o caminhão carregado de choro, de plumas.

Ao lado do galinheiro acordam bares, casas e salões de beleza. Só estes últimos, apenas na Ladeira, somam quatro estabelecimentos. Bem cedo, antes das sete horas, já se encontra aberta a tendinha do Roberto - o café da manhã de muitos atrasados, de quem se despediu com tristeza da cama. Bem próximo da tendinha, que só fecha quando a noite invade a madrugada, uma senhora portuguesa, de pele branca, cabelos grisalhos, observa o movimento da rua na frente da sua casa antiga, com a fachada pintada de verde, enfeitada com a pintura em azulejo português de uma criança nos braços de Jesus. Essas mulheres e homens, com olhos postos sobre o mundo, formam o que Jane Jacobs chamou de “testemunhas da Rua” (2001). Seus olhos atentos, vivos, são os atores principais, a condição de segurança e experiência pública nas cidades.

Pelo seu modo de acordar podemos perceber que a ladeira do Barroso é uma rua agitada. Somente nos intervalos que sucedem entre os horários de trabalho e de estudo ela é capaz de saborear um doce sossego. Nessas horas escassas parece que ela deita, jogada preguiçosamente numa rede larga, dessas que os ambulantes do centro do Rio trazem do Norte. Às vezes sentimos seu corpo longo e torto esticar, ouvindo os estalos do sono. Nessas relíquias de tempo, permanecem apenas as “testemunhas” e seus olhos atentos. Os poucos pedestres e carros que circulam. Um movimento tranquilo, que logo cessa com o ruído agressivo das motos e das kombis que assomam e descem o morro duelando com o tempo. Durante todos os dias da semana apenas dois personagens conseguem apagar o “balé da rua”. Um deles é o leve frio do período de inverno. Nesta época, basta anoitecer e o vento da baía encostar nos azulejos das casas, nas paredes e muros, para a rua se esconder do mundo, correr para dentro. Parece que uma “ordem de cima” foi dada para ninguém sair de casa. Um cenário parecido a esse só acontece quando chove forte na cidade ou, antigamente, quando a polícia “ocupava” a ladeira. Se alguém subia a ladeira em dias de “tempo bom” e mesmo assim ela estava deserta, é porque estava ocorrendo ou ia ocorrer alguma “operação no morro”. As ruas possuem um modo próprio de comunicar seus afetos e segredos. Quando ela silencia, para, não deixa de emitir sinais para os seus moradores, seus poetas.

Outra característica marcante da Ladeira são as suas casas. Uma diversidade que encanta. Descendo a ladeira, a partir da Praça Américo Brum, encontramos casas antigas, com fachadas pintadas de branco, telhado em forma de triângulo, e as imagens de santos abençoando o lar dos azulejos. Uma paisagem singular. Uma “favela”

azulejada com pedras portuguesas, desenhada com santos católicos, chalés, sobrados, casas térreas do tempo da República Velha e algumas da época do Império. Algumas com fachadas exuberantemente charmosas. Elas se enfeitam com uma pequena grade cinza que protege o jardim embelezado com flores e árvores, vigiado por duas janelas arreadas com cal de mourisco e óleo de baleia e uma senhora de pele morena, com cabelos cacheados, expondo no portão da sua casa sua disponibilidade para costura e concerto de roupas. No número 137, uma casa construída por uma família de Italianos, em 1929, com a fachada toda coberta com azulejos azuis e brancos. No número 100 um enorme casarão, repartido em uma sequência de cômodos, abrigando os membros numerosos de uma família. Seu tecido está velho, desgastado e a maioria dos seus azulejos foram retirados para serem vendidos e depois revendidos em lojas e feiras de antiguidades.

Um pouco mais em baixo essas casas antigas encontram-se com prédios erguidos na década de 1950 do século passado. São prédios de três a quatro andares construídos quando a Embratel estabeleceu sua torre no morro. Uma torre enorme, vermelha e branca, localizada em frente à Capela Nossa Senhora do Livramento, fundada em 1902 por famílias de comerciantes italianos e portugueses que moravam na ladeira. Esses prédios, de cores laranja, amarelo e rosa, não disfarçam sua apatia, sua fraqueza. Quem olha da região da central percebe facilmente o descontentamento, a pobreza que os dominou. Parecem velhos, caducos, mais antigos que muitas casas erguidas no tempo dos Vice-Reis. Uma imagem cinzenta se espalha pelas cores que um dia coloriram seus rostos alegres, exibidos.

Algumas habitações do morro, inclusive as mais belas, têm imensa dificuldade em esconder sua singela tristeza, seu sorriso plúmbeo, expostos na tinta esvaída, nas marcas de tiro, nas crianças inclusas em seus portões, nas privações do ambiente privado. O morro não vive apenas nos passos do samba, do funk e das festas. Ele também se permite a tristeza, mesmo quando ela se realiza através de um choro discreto, sutil. Muitas vezes ela se registra na memória da rua, rabiscando os muros das casas. O desenho de um jovem, pintado em um muro, é uma manifestação do passado, presente na ausência, reativado na memória.

No dia 14 de Junho de 2008 três jovens moradores do morro, sem ligação com o tráfico de drogas, foram mortos e torturados por traficantes de uma facção rival após terem sido entregues para estes por soldados do Exército Brasileiro que “ocupavam” o Morro desde Dezembro de 2007. Os moradores se revoltaram. Ocuparam as ruas do

centro da cidade inflamados pela revolta, pelo sentimento de injustiça. Buscando manter o amigo perto, desenharam parte do seu corpo no muro de uma casa. Mais uma casa pintada de branco, com azulejos, às vezes triste, alegre, criança, infeliz.

Rua Sacadura Cabral

Já me cansa a rua, mas não, não me cansa – tudo é rua na vida

Bernardo Soares

A Rua Sacadura Cabral é uma rua pândega. Alegre, vadia, bagunceira, ela parece uma grande festa que nunca termina. Apenas descansa. O seu longo e torto trajeto é um dos mais movimentados da área portuária. No trecho que correspondia à antiga Rua Nossa Senhora da Prainha, indo do Largo da Prainha (Praça Mauá) até a Rua do Valongo (Rua Camerino) - belas casas térreas, sobrados e prédios de quatro a seis andares, assistindo a diversas atividades culturais, fazem da “velha rua” o palco de uma intensa agitação. Nos dias de Domingo, se não chover, temos que andar atentos, desviando das inúmeras bicicletas que circulam alegremente pelo trecho. O largo Nossa Senhora da Prainha, em frente ao morro da Conceição, fica repleto de famílias se divertindo, brincando, sentadas nos bancos, nos bares, nas calçadas. O oposto do retrato, feito por Dostoiévski, dos Domingos de verão em São Petersburgo, quando as ruas largas eram ocupadas por rostos pálidos, descarnados, pernas torcidas e a cidade parecia ser a mais triste do mundo (1968).

Durante as sextas-feiras o movimento se estende por todo o dia. De manhã e de tarde o ritmo ainda é comandado pelo trabalho, pelos rituais diários que organizam e atribuem forma a vida cotidiana. Quando o sol começa a se pôr, o movimento passa a se alterar. Carros, taxis, multidões de pessoas se dirigem aos estabelecimentos e eventos culturais localizados na rua – “Trapiche Gamboa”, “the Week”, “Escravos da Mauá”, “Cabaret Kalessa”. Lugares e eventos frequentados por foliões que, em sua quase totalidade, não residem nessa rua e nesses bairros. Desde a década de 1990 a região portuária, em especial essa área ao redor do Morro da Conceição e da Praça Mauá, passou a receber e sediar eventos e grupos que almejavam torná-la uma importante rota cultural e turística da cidade. O trapiche Gamboa e a boate “The Week”, já pelo preço de entrada, excluem os seus vizinhos “indesejados” como os moradores do cortiço situado bem ao lado da casa de samba e “cultura popular”. O

custo da entrada e do que se consome dentro destas casas não bastam, no entanto, para explicar o fraco envolvimento dos moradores da região. Os eventos do grupo “Escravos da Mauá”, localizados no largo da Prainha, ocorrem a céu aberto e também não atraem um número alto de moradores dos bairros portuários. Estes “nativos do lugar”, quando comparecem nesses eventos, são vistos com maior frequência catando latinha ou trabalhando como camelôs. O samba da Pedra do Sal, que ocorre as segundas e quartas-feiras, recebe um número maior de moradores da região, especialmente do morro da Conceição, mas ainda assim ele não deixa de ser uma imensa minoria dentre os frequentadores do local.

Essa característica observada neste trecho da rua altera-se quando nós atravessamos a Rua Camerino, a Praça Jornal do Comércio e o belo hotel “Barão de Tefé”. Nesta parte - mais conhecida pelos moradores da cidade por sediar o “Hospital dos Servidores do Estado” - bares e festas atraem e alegam diversos moradores dos próprios bairros portuários, esparramados em “tavernas sujas”, em bares renovados recentemente - como o “Cais do Pão” -, nos espaços de socialização que colorem a Praça da Harmonia. Nas proximidades dos morros da Providência e da Saúde, uma área desprestigiada pelo projeto de “revitalização” do porto, a rua “enegrece”, carregando lembranças e marcas da escravidão que a “folclorizaram” no imaginário da cidade. A Gamboa dos capoeiras, das rodas de samba, da Tia Ciata, dos centros de candomblé, dos cortiços. Neste pedaço da rua, até a Praça da Harmonia, existem muitas habitações coletivas – “cabeças-de-porco”, pensões, “ocupações” – semelhantes às que descrevemos na Rua Barão de São Félix.



Autor: Pedro Freire (2008)

Foi na Praça da Harmonia, onde a rua deságua, que a famosa “Revolta da Vacina” ganhou vida e força. A antiga sede do Mercado Municipal abraçou com carinho os “capoeiras”, pratas pretas e rebeldes do Porto Arthur. Reuniu e escondeu os insurgentes que fomentaram a “Revolta das Carnes Verdes”, sendo cúmplice dos bondes virados e da cidade em chamas. Nos dias atuais ela é o local de diversão de diversas famílias que habitam as ruas e morros ao seu redor manifestando, assim como a Barão de São Félix, um modo criativo e intenso de habitar os bairros que é anterior aos projetos que almejam levar “vida” ao lugar.

Rua da Gamboa

A Rua da Gamboa é uma rua estúrdia. Longa, cumprida, ela se realiza por dobras, como um desenho barroco. Seus traços são dobrados e redobrados formando curvas, linhas tortas. Um contraste entre o claro e o escuro, “a alma e o corpo”, capaz de apavorar o pedestre incomum. Ela nasce próxima a Rua do Propósito, encostando levemente no morro da Saúde. Nesta dobra, que vai até a Rua Pedro Ernesto (onde estão localizados o Instituto José Bonifácio e o Cemitério dos Pretos Novos), sua paisagem é escura. Pouca luz, espaço vazio e muitas histórias que emergem de uma condição sombria²².

Na esquina com a Rua Pedro Ernesto reúnem-se alguns catadores de lixo, papelão e latinha. Eles espalham pelo pedaço empoeirado os sacos que recolhem e carregam em seus carrinhos, os famosos “burrros-sem-rabo”. Bem em frente ao lugar em que se encontram está localizado um bar. Um sobrado de dois andares, sendo o segundo pavimento ocupado por uma família. Família, esta, que viveria isolada neste trecho se não fossem uma pequena vila de moradores e um conjunto de famílias que ocuparam, na madrugada do dia 21 de Novembro de 2008, mais um edifício então abandonado. O prédio era uma antiga fábrica de quatro andares, anexada a três galpões e um terreno que o governo municipal do Rio havia decretado de utilidade pública para desapropriação e construção de moradias populares²³. Esta ocupação, batizada como

²² Conta-se, nas conversas de vizinho, que um lobisomem percorre as suas noites silenciosas invadindo a casa dos moradores e depois se escondendo nos estabelecimentos desertos da rua. Como se estivéssemos em um poema de Paulo Leminski, falando das cidades do ocidente, com seus fantasmas e demônios loucos: “... à noite fantasmas das coisas não ditas/ sombras das coisas não feitas/ vem pé ante pé mexer em seus sonhos/ as cidades do ocidente gritam/ gritam/ demônios loucos por toda a madrugada” (1999: p. 26).

²³ <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/11/434036.shtml>

Machado de Assis, foi organizada inicialmente por alguns moradores da Ocupação Sem-Teto Chiquinha Gonzaga e da Ocupação Sem-Teto Zumbi dos Palmares que conheciam outras pessoas, alguns parentes, que estavam morando na rua, com extremas dificuldades de pagar aluguel ou com problemas no local onde residiam.

Em Abril de 2009, os moradores do “casarão azul”, que se localizava na Avenida Rodrigues Alves, foram despejados por ordem da justiça. A ocupação ficava no número 143, bem próximo à área principal de intervenção do projeto *Porto Maravilha*. Lançados à rua, algumas das 70 famílias que viviam no sobrado pediram abrigo na Ocupação Machado de Assis e passaram a dividir o espaço da ocupação com os primeiros ocupantes. A presença desta ocupação redesenhou a paisagem desta parte da rua, tornando-a menos deserta. As crianças brincando na rua, os pais bebendo e dançando nos bares, os conflitos próprios de uma habitação coletiva com um elevado número de moradores que compartilham o uso do pátio, de banheiros, de corredores, movimentaram e iluminaram este traço quase morto.

Roberto Lopes, morador desta ocupação, tem uma trajetória interessante. Nascido no município de Belford Roxo, baixada fluminense, ele já morou em várias ocupações. Quem circular pelas ruas da área central da cidade provavelmente esbarrará no seu corpo largo, alto, coberto com roupas velhas e sujas, carregando seu carrinho entupido de lixo. No bolso, uma carteira velha onde guarda o seu cartão de contato para possíveis “fretes, retiradas de entulhos, mudanças, compras de sucatas e etc”. A bíblia, amassada na vestimenta rasgada, também está sempre presente. Acompanha-o desde os anos que passou no presídio pelo crime de estelionato. Antes de morar na Ocupação Machado de Assis, “Roberto Elegante”, como se apresenta para atividades profissionais, morou na Ocupação Zumbi dos Palmares, no quarto do seu primo. Em 2005 ele se mudou para a “Vila da Paz”, morando junto de Cristina, que trabalhava como prostituta na Central do Brasil. De lá eles só saíram quando conseguiram ocupar o prédio da Companhia Docas, na Rua Francisco Bicalho número 49, hoje Ocupação Quilombo das Guerreiras. Roberto Carlos, apesar de ter participado desde o início do processo de ocupação²⁴, permaneceu no prédio por pouco tempo. Após agredir Cristina, com a qual vivia, ele foi expulso na assembléia dos moradores. Fora da

²⁴ O processo de ocupação, como falaremos depois, começou em 2005. Os ocupantes, antes de conseguirem permanecer na Avenida Francisco Bicalho – ocupado em Outubro de 2006 -, foram despejados de dois outros prédios localizados na Alcindo Guanabara 20 e Rua Estrela 50.

ocupação no Santo Cristo, Roberto voltou a percorrer cortiços, casas abandonadas, até conhecer a Ocupação Machado de Assis no final de 2008.

Após o caminho curvilíneo que se estende até a Rua Rivadávia Correia (rua que dá acesso ao Túnel João Ricardo), passando pelo novo lar de Roberto Carlos, o seu modo de andar irregular derrama-se sobre uma faixa larga de asfalto que divide o lado esquerdo da rua - com algumas casas, ocupações, comércio, creche e com o Cemitério dos Ingleses - do lado direito, exclusivamente ocupado pela Cidade do Samba. Este trecho da rua, que antes do aterro feito no governo Rodrigues Alves se limitava a um caminho entre o sopé do Morro da Providência e o saco da Gamboa, é um local extremamente deserto à noite.

Ocupando uma área muito extensa, a Cidade do Samba, inaugurada em 2005, favorece um esvaziamento urbano no bairro. O enfraquecimento da vida das ruas se observa claramente no longo caminho que a margeia e que se estende da esquina com a Rua Barão da Gamboa até a Rua Planejada. Neste longo pedaço existem poucos moradores e pedestres ocupando seus espaços. Construída para “recolocar” a Gamboa como o “bairro do Samba”, o que esta construção conseguiu produzir foi uma imensa faixa erma e, conseqüentemente, perigosa. Sem as tradicionais cadeiras nas calçadas, sem a brincadeira das crianças nas ruas, sem um intenso comércio que favoreça o convívio coletivo, sem as condições para emergir a vida na cidade (JACOBS, 2000), o samba não pôde alegrar essa plúmbea rua. Uma rua regurgitando vazios. Sem música, sem dança e com medo de Lobisomens e fantasmas. Uma rua modelo dos projetos de renovação urbana dos bairros portuários.



Autor: Pedro Freire (2009)

Seu longo trajeto curvilíneo, com suas dobras estranhas, termina na Rua Santo Cristo, com um gesto triste, exasperando todo o seu pessimismo barroco. Sem os seus moradores mais novos, como os habitantes da Ocupação Machado de Assis e os moradores mais antigos, os que nasceram nela ou que estão chegando aos poucos – construindo barracos atrás dos sobrados em ruínas -, haveria apenas a “Cidade do Samba” ou a “Cidade Morta”, nome que Monteiro Lobato deu para as cidades da região do café repleta de casas tristes e defuntas (1948).

2. Ocupando a cidade: o escuro tomado

A propriedade privada é a expressão material-sensível da vida humana estranhada
Karl Marx

No ano de 2006, quando ocorreu o Encontro de Ocupações sem-teto no Circo Voador²⁵, uma pesquisa realizada por João Barbosa – morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga – e dois geógrafos formados pela UFRJ - Fernando Mamari e Eduardo Tomazine -, registrou 38 Ocupações sem-teto na área metropolitana do Rio de Janeiro, número que eles sabiam, pelas limitações da pesquisa e por um interesse em destacar apenas as ocupações que mantinham relação com movimentos sociais, ser bem menor a grande quantidade de casas e prédios ocupados por famílias sem-teto.

Em ascensão, tendo realizado em menos de três anos sete ocupações de prédios públicos na área central da cidade,²⁶ os “sem-teto” incomodavam, assustavam herdeiros e guardiões da propriedade, especuladores, passando a ser vistos como aquele “espectro” que costuma rondar cidades e inconscientes em chama.

Que ameaça.

Perturba.

Uma matéria produzida pelo Jornal do Brasil no dia 02 de Setembro de 2006, ano do encontro, mostra a preocupação diante destes grupos “bem organizados”,

²⁵O *Encontro dos Movimentos de Sem-Teto: Ocupando o Circo Voador!* aconteceu no dia 23 de Setembro de 2006 reunindo 22 ocupações sem-teto. A escolha do Circo Voador, como diz Mamari, “se deu devido a contatos pessoais que alguns militantes mantêm com o Circo, mas, fundamentalmente, devido (...) à possibilidade de visibilidade que o Circo conferia ao evento” (2008, p. 69). A repercussão que causou pode ser expressa na matéria feita pelo Jornal do Brasil no dia 17 de Setembro de 2006, alguns dias antes do Encontro, com o título: “Sem-tetos ocupam 60 casas no Rio e tramam mais invasões”. Em outra chamada, “INVASÕES”, diz: “Movimentos sociais de ocupação crescem e organizam reunião no Circo Voador”.

²⁶ De 2004 a 2007, os sem-teto ocuparam prédios na região da Central do Brasil (Ocupação Chiquinha Gonzaga), Praça Mauá (Ocupação Zumbi dos Palmares), Rodoviária Novo Rio (Ocupação Quilombo das Guerreiras), Rodrigues Alves (Flor do Asfalto), Praça da Cruz Vermelha (Ocupação Nelson Mandela), Cinelândia (Ocupação Manoel Congo) e Lapa (Ocupação Carlos Mariguella)

“radicais”, que assaltam o vento e a noite tombando portas e paredes cortadas, molhando o cimento, roendo o abandono com vozes e água:

Ações do gênero (Ocupações de prédios) vêm se tornando mais rotineiras do que o bom senso sugere. Os sem-teto têm promovido invasões planejadas, sob o argumento do direito à moradia. O propósito é legítimo. Os meios, não. Ocupam edifícios fechados, mas muitas vezes recorrem ao conflito com a polícia, à agressão e ao radicalismo. As zonas inquietantes em que tais operações se abrigam se tornam ainda mais perigosas pela leniência das autoridades. (JORNAL DO BRASIL, 02/09/2006)

Do encontro realizado no circo em 2006 até o início de 2011, muitas ocupações sem-teto nasceram, roubando o escuro, arrombando portões, interrompendo a “ordem”, como as Ocupações Quilombo das Guerreiras (2006), Flor do Asfalto (2006), Manoel Congo (2007), Domingos Passos (2007), Machado de Assis (2009). Muitas outras, entretanto, que estavam presentes na lista de 2006 ou que também nasceram após o encontro, foram despejadas, mortas, recobertas de hera e noite, poeira e vazio. Entre estas, estão alguns nomes importantes da luta por moradia no Rio, como as Ocupações Nelson Mandela (2008)²⁷, Lima Barreto (2008), Confederação dos Tamoios (2008), Guerreiros do 510 (2009), Guerreiros do 234 (2009), Casarão Azul (2009), Poeta Chynayba (2009), Largo da Lapa (2010), Carlos Mariguella (2010), Guerreiros Urbanos (2010), Rejente Feijó (2010), Casarão da Lapa (2010), Zumbi dos Palmares (2011), Gaya (2011), chegando a mais de mil famílias retiradas de suas casas.

O processo de despejo das ocupações, como podemos ver pela data das expulsões, se intensificou a partir de 2009 quando o projeto de “Revitalização da Área Central da cidade” fez-se mais forte, favorecido pelo anúncio dos mega-eventos que acontecerão em 2014 e 2016 e pela articulação das três esferas do governo – Município, Governo do Estado e Governo Federal – na administração do Estado, que agora, como suplicava a matéria acima, já não se mostra fraco e “indiferente” diante dos “invasores”. Apenas no despejo das Ocupações Guerreiros do 234 (2009) e Guerreiros Urbanos (2010), ambas no mesmo edifício – um imóvel do INSS localizado na Avenida Mem de Sá 234 -, 11 pessoas foram presas, respondendo na Justiça Federal por processos criminais²⁸, e todas as famílias sem-teto foram retiradas do prédio sem qualquer

²⁷A data, em parênteses, apresenta o ano em que estas Ocupações sem-teto foram despejadas.

²⁸Das 11 pessoas, 10 foram enquadradas nos crimes de desacato e resistência e 1, o ator deste texto, no crime de esbúlio sob a acusação de “liderança do movimento” e “invasão” de propriedade.

indenização, em cenários, como disseram os próprios jornais, que lembravam imagens de “guerra” em pleno dia²⁹.



Despejo da Ocupação Guerreiros 234



Despejo da Ocupação Guerreiros Urbanos

Fonte: pelamoradia.wordpress.com



Despejo do Casarão Azul



Despejo da Ocupação Carlos Mariguella

²⁹Em matéria online do Jornal O Extra, do dia 14 de Dezembro, este notificou: “Policias Militares do Batalhão de Choque lançaram gás, spray de pimenta e tiros de borracha para dispersar estudantes, sindicalistas e manifestantes que protestavam em frente a um prédio do INSS, ocupado por moradores de rua, na Avenida Mem de Sá, nº 234, no Centro (...). Antes da chegada do Batalhão de Choque, o clima era calmo e os manifestantes estavam em clima pacífico. Há grande confusão no local e aos pouco as famílias que ocupavam o prédio estão sendo retiradas pela polícia. No tumulto muitas crianças, idosos e até uma grávida sofreram com a confusão, muita tosse e irritação nos olhos.” O Jornal O Globo, do dia seguinte, escreveu: “Durante a operação, manifestantes que tentavam impedir a desocupação e se concentravam na porta do imóvel foram dispersados pelos policiais com gás lacrimogêneo, spray de pimenta e tiros de borracha. O estudante Afonso Fernandes, de 21 anos, foi ferido no pescoço com uma bala de borracha disparada por um PM e levado para o Hospital do Inca”.

Interessante ressaltar, neste universo de *dispersões e diásporas*, quando crescem as estatísticas de prédios vazios e da população sem-teto, que segundo dados do IBGE de 2000 haviam 5 milhões de imóveis abandonados no Brasil, número quase equivalente ao déficit habitacional do país, estimado em 6 milhões de moradias. Segundo dados divulgados pelo Ministério das Cidades, o número de domicílios vagos em condições de serem ocupados e em construção, em todo o Brasil, cresceu, correspondendo, em 2008, a 7,2 milhões de imóveis, dos quais 5,2 localizados em áreas urbanas³⁰. Na cidade do Rio de Janeiro, o déficit habitacional em 2000, segundo dados do IBGE, era de 149.200 moradias. Somente no centro da cidade, onde está concentrada a maior parte das Ocupações de prédios, existem 5.000 imóveis abandonados, ociosos (Fonte: SINDUSCON), protegendo as moedas de uma burguesia especuladora³¹.

Apesar do Governo Federal ter criado, em 2003, um Ministério das Cidades – órgão gestor do Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social (FNHIS) - e ter anunciado, em 2009, um plano de moradia – o programa *Minha Casa, Minha Vida* - considerado uma “revolução habitacional no país”, seus dados mostram que ele está longe de solucionar o problema do déficit habitacional, principalmente entre a população mais pobre. Do número de um milhão de casas que ele pretende construir, mobilizando R\$ 34 bilhões de reais (o equivalente a três anos de Bolsa-Família) para atender a população de 0 a 10 salários mínimos de rendimento familiar, o atendimento previsto para os sem-teto é de *apenas 14%* da demanda habitacional.

Um estudo feito pelos arquitetos Pedro Arantes e Mariana Fix sobre o Programa *Minha Casa, Minha Vida*, mostra que...

O perfil de atendimento previsto pelo pacote revela o enorme poder do setor imobiliário, pois favorece claramente uma faixa estreita da demanda que mais lhe interessa (...). O déficit habitacional urbano de famílias entre 3 e 10 salários mínimos corresponde a apenas 15,2% do total (dados da Fundação João Pinheiro para o ano 2000), mas receberá 60% das unidades e 53% do subsídio público (...). Essa faixa poderá ser atendida em 70% do seu déficit, satisfazendo o mercado imobiliário, que a considera mais lucrativa. Enquanto isso, 82,5% do déficit habitacional urbano

³⁰ <http://www.cidades.gov.br/noticias/deficit-habitacional-brasileiro-e-de-5-6-milhoes>

³¹ Sobre esta questão, diz Oliveira: “Tornar os imóveis vazios, ociosos e sub-utilizados em moradia popular seria, ademais, uma alternativa mais barata. No caso específico do Rio de Janeiro, a própria sensação de insegurança transmitida pelo esvaziamento noturno da área central em decorrência do número reduzido de habitações nos locais concentradores de centros culturais poderia ser minimizada a partir da destinação residencial dos imóveis públicos (e mesmo os privados) desativados nesta região e nas suas mediações (...). Tais proposições alternativas às políticas institucionais vigentes dariam conta, assim, da concretização do direito humano à moradia digna previsto na Declaração da ONU de 1948, através das iniciativas dos movimentos de ocupações urbanas, na contramão das políticas público-privadas de valorização especulativa do centro da cidade” (2009: p. 90).

concentra-se abaixo dos 3 salários mínimos, mas receberá apenas 35% das unidades do pacote, o que corresponde a 8% do total do déficit para esta faixa. No caso do déficit rural, a porcentagem de atendimento é pífia, 3% do total necessário. (ARANTES & FIX, 2010: p. 3)

Outro problema do programa, no ponto de vista das Ocupações sem-teto estudadas aqui, caracterizadas em sua gestão por uma autonomia em relação ao Estado ou qualquer empresa privada³², é que...

...97% do subsídio público disponibilizado pelo pacote habitacional, com recursos da União e do FGTS, são destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas, e apenas 3% a entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais, para produção de habitação urbana e rural por autogestão. O pacote não contempla a promoção estatal (projetos e licitações comandados por órgãos públicos), que deve seguir pleiteando recursos através das linhas existentes, com fundos menores (apesar do aumento recente), muito mais concorridos, com restrições de modalidades de acesso e de nível de endividamento – além de depender por vezes de intermediários que agenciem a solicitação dos municípios junto ao governo federal. (Ibidem: p. 4)

Isso implica, no caso, que uma fração irrisória de toda esta verba será destinada a grupos e Ocupações como as que existem na área Central do Rio de Janeiro e que vivem a espera dos recursos que seriam disponibilizados para obras de infra-estrutura dos prédios ocupados – como é o caso da Ocupação Chiquinha Gonzaga, desde 2008 aguardando a verba do Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social (FNHIS) aprovada em edital do Ministério das Cidades para a reforma do prédio³³ - ou mesmo da construção de moradias populares na área central através do projeto Quilombo da Gamboa, elaborado por movimentos sociais e que também conquistou verba do FNHIS através da modalidade de ação “Apoio a Produção Social da Moradia”. Este projeto,

³² Dizem os pontos 13 e 15, respectivamente, dos regimentos internos das Ocupações Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras: “Não é permitida a relação de qualquer ocupante com parlamentares, governos e representantes de partidos políticos, forças policiais e patronais dentro da ocupação, para tratar de assuntos relativos à mesma” e “Especificamente em nosso coletivo não erguemos qualquer bandeira partidária. (É vetada a presença de bandeiras e candidatos de partidos nos espaços coletivos)”. Estas normas não impedem, contudo, a filiação de um morador a qualquer partido político. Sua intenção, fundamentalmente, é frisar a independência do coletivo diante do Estado e de qualquer organização política exterior ao coletivo de moradores da própria ocupação.

³³ Como conta Oliveira, “Em 2007, o Ministério das Cidades abriu edital para inscrição de projetos de moradia popular. Movimentos sociais poderiam participar, porém os recursos seriam repassados pelo governo estadual, para então cumprir a função de regulamentação e reforma de espaços ocupados. Na cidade do Rio de Janeiro, foram aprovados os projetos das Ocupações de famílias sem-teto Chiquinha Gonzaga e Manoel Congo, em janeiro de 2008. Os projetos foram elaborados por arquitetos, encaminhados ao Instituto de Cartografia e Terras do Estado do Rio de Janeiro, retornando uma resposta do Ministério via Secretaria Estadual de Habitação” (2009: p. 65). Cobrando a liberação da verba e o início das obras, os moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga realizaram uma manifestação no dia 28/02/11 em frente ao Instituto de Cartografia e Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

criado para atender famílias sem-teto e moradores de Ocupações e favelas³⁴ que estão atualmente na lista de “comunidades” que a Prefeitura pretende despejar - através da construção de um prédio de 14 andares na área portuária da cidade -, ainda não viu, entretanto, o dinheiro em suas mãos, e o projeto vem enfrentando diversos impasses postos pelo Estado³⁵.

Mas, ainda que central, a questão levantada pelos ocupantes não diz apenas da falta de moradia e da ausência de casas próprias. Uma questão fundamental, presente na fala dos ocupantes, é o *direito à cidade*, que se afirma “como um apelo, como uma exigência” (LEFEBVRE, 1969). Ao ocupar a área central do Rio de Janeiro, os “sem-teto” reivindicam melhores condições de trabalho, moradia, transporte, saúde, educação. Acesso a teatros, cinemas, mercados. Uma fala de uma moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga expressa bem isso:

“(...) [A]qui a gente tem um pouco mais de acesso a algumas coisas. Mesmo a gente tando desempregado e tal, a gente ainda tem um teatro de graça, tem um CCBB, tem um cinema a um real... Eu to mais perto da faculdade do que em Campo Grande. Eu pagava quatro passagens, chegava em casa 1:00 hora da manhã e às vezes correndo o risco de chegar no meio de um tiroteio, porque a gente morava numa comunidade que é bastante perigosa. Então assim, aqui eu tenho certos privilégios que eu não teria lá, De vez em quando aparece alguma coisinha, entregar um papel... a gente sempre arruma alguma coisinha pra ganhar dinheiro aqui. A gente tem a facilidade de dependendo da onde seja aqui no centro a gente vai até andando. Não precisa nem pagar passagem. Coisa que, se a gente estivesse morando na Zona Oeste a gente pagaria, pra gente vir mal mal mal, pagaria uma passagem. Pra gente vir melhorzinho tinha que pagar duas.” (informação verbal)³⁶

Não é por acaso que entre os moradores do Rio de Janeiro “ir à Cidade” é sinônimo de ir ao centro, à sua área central. Pois, ainda que outras áreas tenham crescido ao longo do século XX, é nesta região que grande parte dos mercados, serviços, redes de trabalho, teatros, bibliotecas, cinemas estão localizados. Habitar o

³⁴ Fazem parte do projeto Quilombo da Gamboa os moradores da Ocupação sem-teto Quilombo das Guerreiras, 12 famílias que ocupam um terreno na Rua da Gamboa, moradores da favela Parque da Cidade e famílias sem-teto indicadas por dois movimentos sociais: CMP (Central dos Movimentos Populares) e UMP (União pela Moradia Popular).

³⁵ Segundo Grandi, “o governo municipal tem criado todos os tipos de dificuldades para o projeto de construção do Quilombo da Gamboa. Tal projeto prevê a construção de mais de 140 unidades familiares em plena Zona Portuária da cidade e também conquistou a verba para sua realização através do FNHIS. Dentre as pessoas que serão reassentadas nessas unidades estão as mais de 40 famílias da **OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS**, que completará 5 anos. Porém, o encaminhamento do projeto e da obra também estão travados na burocracia estatal, que já chegou a mudar o planejamento da dita ‘revitalização’ da Zona Portuária para alegar que sobre o terreno destinado às unidades passaria uma nova avenida” (2011: p. 5).

³⁶ Entrevista realizada por Matheus Grandi, em maio de 2009, com Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

centro, para as populações sem-teto, assume o próprio sentido de habitar a cidade, de ser e estar nela³⁷, como podemos ver na fala de outra moradora de ocupação:

“Eu adoro a minha casa. Eu tenho paixão pela minha casa. (...) E assim: é um local que é próximo de tudo. É um lugar que muita gente, aqui, gostaria de viver. Muita gente que mora lá pra Baixada, que tem que pegar ônibus, que tem que vir, que tem que levantar muito cedo pra trabalhar. E aqui é tudo perto. Você tem ônibus, você tem metrô você tem mercado. Você tem tudo muito perto. E assim, aqui no Centro da cidade... Eu trabalho com bolo, eu faço e vendo aqui mesmo. Eu ando 15 minutos e vendo. Então é um lugar bom de se viver e trabalhar. Acho que depende da gente, assim.” (informação verbal)³⁸

Se pensarmos ainda que Habitar, como diz Heidegger, é muito mais que residir sobre um espaço ou ter a propriedade ou posse de uma casa, mas “ser trazido à paz de um abrigo, diz: permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento, resguardar cada coisa em sua essência” (2008: p. 67), nos dispomos a pensar, com o filósofo, que “ser homem consiste em habitar e, isso, no sentido de um de-morar-se dos mortais sobre essa terra”. Habitar é preservar e cultivar a “união originária”, a quadratura:

Chamamos de quadratura essa simplicidade. Em habitando, os mortais são na quadratura. Os mortais habitam resguardando a quadratura em sua essência (...). Os mortais habitam à medida que salvam a terra, deixam alguma coisa livre em seu vigor (...). Os mortais habitam à medida que acolhem o céu como céu. Habitam quando permitem ao sol e à lua a sua peregrinação, às estrelas sua via, às estações dos anos as suas bençãos e seu rigor, sem fazer da noite dia e nem do dia uma agitação açulada Os mortais habitam à medida que aguardam os deuses como deuses. Esperando, oferecem-lhes o inesperado. Aguardam o aceno de sua chegada sem deixar de reconhecer os sinais de suas errâncias (...). Os mortais habitam à medida que conduzem seu próprio vigor, sendo capazes da morte como morte” (2008: p. 87).

Habitar, portanto, é resguardar as quatro faces, edificar lugares, propiciar estâncias e circunstâncias para o seu velar. Assumir um ser-humano epígono ao mundo, frágil, mas com coragem para o ato, para ser. Talvez a grande contribuição das ocupações de imóveis abandonados na área central da cidade, nesta disputa pelo direito

³⁷ Sobre a importância da região para os ocupantes, diz Grandi: “Ao mesmo tempo, a dimensão material-concreta das motivações dessas ocupações é explícita em diversos aspectos. Sua localização em relação à cidade (próximas ou no próprio CBD da cidade do Rio de Janeiro) expressa uma preocupação com a facilidade de acesso a fontes de renda (não somente como trabalhadores informais, mas também entendendo o Centro da cidade como um pólo de vagas de empregos formais) e a serviços públicos essenciais (saúde, educação e transporte, por exemplo). A tentativa de organizar cooperativas de trabalho no interior das ocupações também se vincula à uma reflexão sobre a necessidade de se garantir as possibilidades de sustento das famílias e indivíduos que fazem parte do movimento. Sem contar a questão mais do que é via a respeito do direito à *moradia* digna, mote principal (mas não único) e que tem na dimensão material-concreta uma de suas principais faces” (2010: p. 123).

³⁸ Entrevista realizada por Matheus Grandi, em 17/07/09, com moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

ao espaço urbano, seja buscar um modo de habitar desde uma procura pela vida, mesmo que ela seja um salto para a morte ou para o vazio.

Máquinas de Guerra: Trilogias

As ocupações sem-teto do Rio de Janeiro possuem histórias distintas. A maior parte delas nasce exclusivamente da iniciativa de moradores de rua e cortiços, que, como dizem, “escolhem um casarão vazio, marcam o dia e arrombam a porta”. Elas não possuem advogados, poucas ainda possuem uma forma de organização política coletiva, e vem sendo despejadas rapidamente pelo Estado, quase sempre com abuso de força física e sem garantia de direitos para os moradores que são retirados dos imóveis.

As ocupações sem-teto que possuem relação com movimentos sociais, em sua maior parte, nascem de um modo diferente. No caso das ocupações do Rio de Janeiro, nosso campo de análise, elas movimentam um organizado processo com diversos personagens e estratégias, tanto para ocuparem como para manterem a ocupação. Buscaremos apresentar agora um pouco deste movimento, com seus diferentes pés, folhas e línguas.

1. Operativo

“Professor!/ jogue fora as lentes-bicicletas!/ A mim cabe falar/ de mim/ de minha era” (MAIAKÓVSKI, 2008, p. 132). Com essas palavras e versos, *À plenos pulmões*, Maikóvski dizia-se em um de seus últimos poemas. No testemunho do escuro, poucos meses antes de seu suicídio.

Ao falar do *operativo* de uma ocupação, talvez, pelo menos neste texto, eu diga de mim como nunca antes. Eu... que à nosso modo, também, “troquei pelo *front*,/ a horticultura airosa/ da poesia – fêmea caprichosa” (Ibidem). Rodei madrugadas de centro... amei, vigiei ruas, ruínas, ao som das sapatilhas e meias brancas, comendo pipoca com bacon e queijo. Eu, junto a ela... amanheci mais velho.

Descansei.

Me fiz outros...

Sentindo tudo de todas às maneiras, vivendo tudo de todos os lados... nesse desafio de ser muito, tanto, todo,

seu.

Não conseguindo assistir ao meu próprio delírio, ainda que banhado de sangue e fantasmas, escondi-me neste segredo que me tomou por largos tempos. Segredos vastos... mania velha de todo *operativo*, este grupo “clandestino”, teimoso, responsável pela escolha do prédio a ser ocupado e por toda a estratégia de ocupação³⁹.

Grupo pequeno.

Coeso.

Sisudo.

Herdeiro de todos os movimentos perseguidos. Esconderijos. Máquinas.

Conspirações.

Guerras.

Noites.

- “Uma associação, tendo uma finalidade revolucionária, deve necessariamente formar-se como sociedade secreta. Necessidade de conspiração...” (BAKUNIN, 1990: p. 40)

Misterioso e ousado: Um operativo é uma força-secreta:

- Sustos, gritos, martelos, rrrrrrrrrrrrrrrrrrrrrrrraios!

A cidade os ouve.

Comungados no segredo, no ataque, fazem-se preparados para batalhas vermelhas. Cruzadas e martírios.

Silêncios.

Tempestades.

Como disse uma moradora, antes de ocupar um prédio:

- “Ocupação não é brincadeira de casinha”. Convive-se com o perigo!

Ameaças.

Perseguições.

Mentiras.

- “Viver é negócio perigoso demais”, sempre! (ROSA, 1980).

No segundo processo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, por exemplo, policiais militares descalçaram sua “paciência” e puseram-se atrás de dois membros do operativo que residiam na Ocupação Zumbi dos Palmares, em busca de “informações”. Não os encontrando no prédio, levaram uma pessoa - que dividia o quarto com um deles - para

³⁹ Cabe ao operativo de uma ocupação decidir o dia que acontecerá a ocupação, a hora, o prédio, o bairro, quem serão os olheiros, a comissão de arrombamento, o apoio jurídico, os coordenadores de grupo, o trajeto que seguirão até o prédio e o tempo em que deverão fazer o percurso previsto. Praticamente todo o processo de entrada no prédio é pensado pelo operativo.

a delegacia. Quase oito horas depois, o rapaz voltava com o recado do delegado agarrado ao seu rosto ainda pálido, feito uma lâmpada apagando no poste alto:

- “É melhor vocês pararem de organizar essas invasões... falo pro bem de vocês”.



Autoria: Ana Morel (2006)

Depois desse caso, três policiais militares ainda entraram na Ocupação Zumbi dos Palmares em dia de reunião de preparação da Ocupação Quilombo das Guerreiras pretendendo - diziam - averiguar uma denúncia de que “esta invasão estaria organizando outras”. Foi uma loucura só! As mães colando as crianças no pescoço, os pés lambendo escadas, os futuros ocupantes escondidos feito prisioneiros depois do muro, com medo de fogo e farda.

O operativo da Ocupação Quilombo das Guerreiras sofreu tanto, teve que criar tantas estratégias, *linhas de fuga*, que chegou um momento de desconfiança onde qualquer pessoa, fora os seus conhecidos mais íntimos, podia configurar como um possível informante da polícia. Traidor em potencial.

P-2, X-9, “traíra”.

Um dia – obra desses tempos de receio alto - quando três membros do grupo andavam de madrugada pela rua e sentiram-se seguidos por um homem estranho, não hesitaram em entrar no motel que estava próximo para evitar suspeitas. Em outro caso, passaram a seguir o suspeito, um talvez-delator, invertendo a possível perseguição. Sem dúvida, época de inquestionável neurose, onde nem conseguia-se identificar ao certo quem era o pai e quem fora a mãe deste Édipo confuso.

Por todo o seu trajeto dramático, o processo da Ocupação Quilombo das Guerreiras foi o mais complicado, difícil, mas não foi o único que viveu sobre este

sobre-céu de medo. Um certo friúme, caminhando pelas entranhas, acompanha todos os grupos, todos os membros deste corpo, dos mais novos aos mais velhos. Mas militante desses é espécie esquisita, aventureiro. Não cede fácil. Vivem de reuniões e madrugadas, comendo o frio das ruas, o som do escuro. Participam do operativo e também são olheiros, condutores de grupo, “arrombadores”, ou mesmo futuros moradores. Estão envolvidos até o pescoço, em um movimento que desencontra o tempo. Contra-mão de uma época, como dizem alguns, de fim das grandes utopias, mobilizações, saídas, sonhos.

“Oh... abre-alas que eu quero passar...”.

Este, o canto.

Um segredo seu.

2. Olheiro

O guerrilheiro urbano tem que ter uma grande capacidade de observação, tem que estar bem informado a respeito de tudo, em particular dos movimentos de seu inimigo, tem que estar constantemente alerta, procurando, e ter grande conhecimento sobre a área em que vive, opera, ou através da qual se movimenta.

Carlos Mariguella

Tanto na lírica trovadoresca como na poesia de Petrarca e Camões, é através do *olhar* que o amor acontece – faz-se realização, manifestação, gesto. Os olhos verdes, por exemplo, - “...Eles verdes são/ e têm por usança/ na cor, esperança...” (CAMÕES, 1987: p. 67) -, marcavam, entre os poetas quinhentistas, a idealidade da musa, sempre intocável, Beleza Suprema, presença divina no campo dos *desenganos*. Entre os trovadores, André Capelão, em seu *tratado do amor cortês*, ao falar daqueles aos quais é impossível amar, não se esquece de lembrar ao amigo Gautier que “a cegueira é um obstáculo para o amor porque um cego não enxerga e, por essa razão, nada pode provocar reflexões obsedantes em seu espírito: o amor não pode, portanto, nascer nele” (2000: p. 15).

Longe – mas, de certo modo, tão perto - das cantigas e decassílabos, um grande amigo meu, R., me disse, naqueles dias de inspiração ligeira, uma dessas frases cheias de ordem, de intensa gravidade:

- “Caro amigo, com os olhos amamos, com os olhos conspiramos”.

Ele falava, claro, do olheiro. Aquele que salta os olhos, depende dos.

Curioso, por vocação!, um olheiro é um delicado espião. Sim. Vigilante de todas as ruas, sombras, passos. Guardião do futuro, do que ainda não foi, e que para ele está sendo ou já fora. O olheiro, se pensarmos bem, é o primeiro ocupante. Ele antecede todos que entrarão no prédio, que tomarão as ruas: condutores de grupo, arrombadores, manifestantes, moradores.

Prefixo.

Teorema.

Não há operativo que se preze que a ele dispense.

Não há.

Eles atacam nos locais mais estratégicos, onde podem realizar melhor a sua vocação suprema: olhar, ver, vigiar... Vivem das esquinas, dos pontos de ônibus, dos botequins, dos orelhões públicos. Mas, preste atenção!, a um bom olheiro não basta observar. Além de ter cuidado com os olhos, um olheiro precisa ter a elegância das flores de outono. Precisa ser discreto. Carlos Mariguella, *mestre*, já advertia todos os *conspiradores* em seu *Manual do guerrilheiro urbano*, lembrando que...

... O guerrilheiro urbano deve saber como viver entre as pessoas e se cuidar para não aparentar ser estranho ou distante da vida normal da cidade. Não deve usar roupas diferentes da que outras pessoas utilizam. Roupas caras e elaboradas para os homens ou para as mulheres podem ser um impedimento para o guerrilheiro urbano, caso seu trabalho o levar a bairros onde este tipo de roupa não seja comum. O mesmo serve se o trabalho for na ala inversa. (MARIGUELLA, 1969: p. 23).

Um olheiro é um pedacinho de neblina.

Anuviado, nuvem, nevoeiro.

(Um homem da multidão, também diria Baudelaire, pois, mesmo fora desta, sua grande arte e sentido é passear despercebido, um *moderno* entre *modernos*, pelas ruas).

Se homem, geralmente, não pode ter cabelos muito grandes, usar – pelo menos no seu dia enquanto – roupas impróprias à norma, viver em ruptura com o padrão. Ele, mais do que todos, é a própria conservação ou contra-revolução estética. Um bom olheiro é *gramática*, *estrutura*, *substantivo*. Traíçoeiro de dentro, por dentro, desde. Veneno maior. Rasteiro. Mentira.

Conspirador deitado no leito do inimigo.

Ao longo das reuniões do operativo, cada possível olheiro é escolhido com muito cuidado. Pergunta-se: ele enxerga bem? É preciso? Esperto? Discreto? A partir daí, então, formulam-se os pares, pois, esquecemos de dizer, o olheiro, quase sempre, é

um *anti-solitário*. Não por um horror “comunista” ao indivíduo, mas por cautela, segurança. Um casal formado por um homem e uma mulher, em plena madrugada, desperta menos atenção e medo que um estranho, só, descascando o escuro.

Ah... (não poderíamos deixar de reforçar isso!) o olheiro é “namorador”, “namoradeiro” nato. Amante, mesmo quando não é.

Juntinhos, despercebidos, fingindo-se casal, eles caminham com os olhos, em miúdo, por cada movimentação estranha que possa prejudicar o que fora planejado pelos membros do *operativo*. Sempre em posse de celulares, pois, nunca esqueçam, o olheiro é um homem em *atualização* constante! Através dos celulares ele se comunica com os *condutores dos grupos*. Ele sabe sempre com quem falar, para quem ligar, o que dizer. Tem os números dos telefones gravados nas pontas dos dedos. Telefones que tecem uma rede de contatos outros, integrados: um olheiro, em caso de interrupção do processo, liga para um condutor, que liga para outro, outro, até todos estarem devidamente avisados em um tempo muito curto.

Uma organização de meses pode acabar em apenas uma ligação do olheiro.

Ocupação Quilombo das Guerreiras na Rua Alcindo Guanabara (2005)



Fonte: CMI

No dia 14 de Novembro de 2005, quando houve a ocupação do prédio da Rua Alcindo Guanabara número 20, o primeiro processo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, os olheiros, por exemplo, quase determinaram a interrupção do mesmo. Próximo das 3 horas da madrugada, Renato e Maria encontravam-se no ponto de ônibus em frente à Biblioteca Nacional, na Avenida Rio Branco, quando cerca de oito carros da polícia militar cercaram uma moto, na Praça Cinelândia. Com tudo já organizado na

Lapa, os grupos divididos, postos, prontos para seguir em direção ao prédio, eles ligaram para o meu telefone comunicando o ocorrido. O que fizemos? Reunimos o *operativo* e decidimos esperar até o último segundo. No último, soubemos que a polícia havia abandonado o local e decidimos manter a ocupação. E ocupamos.

Olha, confesso!, também tenho *honoris causa* neste assunto. Na ocupação do prédio da Rua Mem de Sá 234, batizada como Guerreiros do 234, e na Ocupação Machado de Assis, na Rua da Gamboa número 111, eu participei do processo como olheiro. Nesta primeira, no dia 22 de Junho de 2009, fui acompanhado de minha amiga Camila e ficamos sentadinhos quase em frente ao prédio, próximo ao posto de gasolina. A gente se encostava na noite, como um menino agarrado à cama da mãe.

Já no dia de ocupar a antiga fábrica da empresa Unilever, dia 22 de Novembro de 2008, estive com minha amiga Luiza em frente ao bar que abre a esquina da Rua Pedro Ernesto com a Rua da Gamboa. Aconchegados ali, um balde de lembranças banhou nossa confiança. Há quatro anos atrás passeávamos, nós dois, nesta mesma rua, observando o prédio que poderia abrigar a Ocupação Quilombo das Guerreiras. Na época, como membros do operativo desta ocupação, caçando prédios vazios, largados. Apesar de ter pesquisado a situação deste edifício – chegamos, inclusive, a tirar o “ônus real” do prédio e a conversar com o segurança que lá estava -, escolhemos, para realizar a ocupação, um prédio na Rua Estrela 50, onde os moradores seriam novamente despejados. Passado tanto tempo, enfim, voltávamos à esta rua, à este prédio, num revisitar cheio de imagens, de nós mesmos.

Ah... o olheiro! pensar em desfecho já é sentir saudade! O olheiro é a nossa política que delira... nossos sonhos de guerrilha... nossa aventura da revolução, com florestas cinzas, escuridões, noites, silêncios e chuvas curiosas.

Nossa estória, nosso corpo.

Anoiteço.

3. O arrombador

No idioma pedra se fala doloroso
O natural desse idioma fala à força
João Cabral de Melo Neto

O jagunço é homem endurecido às pressas... Espécie com “a dura nuca e a mão quadrada”, que nunca esmorece (ROSA; 1986; p. 102). Jagunço é o vigorar do Sertão...

com seu “luar que põe a noite inchada”, seus perigos, “onde manda quem é forte, com as astúcias” de lá. Sertão que nunca acaba... peregrino... ausente de fechos, de águas.

Está muito enganado, não duvide, quem cerca o sertanejo à uma beira de fazenda, nestes vazios dos *brasis*. Toda grande cidade tem um pouco de *sertão*. “O sertão está em toda parte”, lembra o chefe Tatarana. E, se ele está em todo canto - “o sertão é do tamanho do mundo” -; se reside dentro da pessoa - “sertão é dentro da gente” -; independente da rua ou da próxima vereda - vereda-morta, vereda-fria... -; no *animus* do *arrombador*, com certeza, ele repousou um bocado, se deu muito. Pois, o arrombador, como todo bom jagunço, *espécie de*, é homem de valentia. Força.

Coragem.

Luta.

Vem lá do norte, dos “gerais”, da terra dos *buritis*. A maioria deles ganha o pão em um canteiro de obra; no carregar de entulhos; na estiva, na construção, no erguer da cidade. Sua vida... “trabalhar de amassar as mãos... Que é isso que sertanejo pode, mesmo na barra da velhice...” (ROSA, 1986; p. 205).

Veja só a história de Ricardo.

Nascido no interior de Minas, em casa de palha clara, correu muita cidade grande, cansado de vidas secas. Veio para o Rio na década de 80. Morou em Niterói. São Gonçalo. Passou frio, fome. Chegou a roubar. Assaltar. Dormiu na rua... Mas, nisso tudo, o que fez mesmo, o que faz muito, é trabalhar duro.

- “Pra construção civil tem que ser sujeito homem”, com força que não mede.

Árvore pedrenta, “incapaz de não se expressar em pedra”, esse homem de revólver arriado, de idioma seco, comido pela desconfiança da rua, dos homens, começou outra vida dentro da ocupação.

Amanheceu.

Peão por-aí, agora com endereço seu - reside na Ocupação Chiquinha Gonzaga, depois de morar embaixo de marquises no centro do Rio -, pula de canto em canto, neste erguer de prédios e casas, entre cimentos e massas. Participou da comissão de arrombamento da Ocupação Zumbi dos Palmares, Machado de Assis e da Ocupação Guerreiros do 234, eternizando suas mãos no filme “Atrás da Porta”.

Ocupação Machado de Assis



Fonte: <http://ocupacaoma.blogspot.com>

Semelhante ao Ricardo, trabalhador-migrante, existiram muitos arrombadores de porta parada. De prédio vazio. Casa abandonada, corcunda. Sempre assim... desmovidos de medo.

Robertos,

Amarildos,

Josés,

Paulos,

Joões.

Sertões!

O arrombador é um tal-jagunço de pele queimada.

Mata largada.

Língua roída.

Gente sofrida... vive com e como seus instrumentos: enxadas, porretes, “pé-de-cabra”. Sua missão é “simples”: arrombar a porta do prédio no máximo em um minuto. Este seu dever. E pra isso eles fazem tudo com muita vontade, “uma fome de dar gosto”, feito prato cheio com mandioca e pimenta e um bocado de feijão por cima.

São escolhidos à dedo pelo *operativo*, como os mais fortes, guerreiros, espertos. Afinal, o arrombador também precisa ter sua malandragem... “ser homem vivido”, gente

de “cidade grande”. E até que entre eles existem desses mais metidos... criados de morro em morro, em becos de samba.

Luiz, por exemplo, nascido no Estácio, nas fronteiras da encruzilhada e do dia, tem vida longa de “malandro”. Cantou muito partido-alto, peregrinou por aí um tanto, até na cadeia esteve, mas isso “já é estória triste, caso arrependido”. Morou na Ocupação Zumbi dos Palmares e fez parte dos três processos da Ocupação Quilombo das Guerreiras, sempre na comissão de frente, linha primeira.

Tipo com muitas estórias, esse “arrombador”...

O interessante é que, mesmo com toda essa força, essa malícia, as coisas nem sempre acontecem na medida do seu braço. O momento de arrombar a porta de um prédio promoveu tantas cenas engraçadas e curiosas, escapando sempre do previsto, que são lembradas até hoje. No processo da Ocupação Chiquinha Gonzaga, os *arrombadores* não conseguiam, de modo algum, abrir a porta. Um morador de rua que passava no momento foi quem deu luz ao prédio. Na ocupação Zumbi dos Palmares, a comissão de arrombamento era formada por três homens fortes, de brio. No entanto, quem conseguiu arrombar a porta foi um menino – morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga - que na época tinha 14 anos e que, obviamente, não fazia parte da comissão.

No caso da Ocupação Quilombo das Guerreiras, os seus três processos foram marcados por acontecimentos estranhos. Na primeira tentativa, na ocupação do prédio da Rua Alcindo Guanabara, a comissão era composta por quatro homens e uma mulher, que fazia parte do operativo. O horário marcado para ocupar o prédio era às 3 horas. Entretanto, dois dos membros da comissão resolveram se antecipar ao combinado⁴⁰. Saíram antes do tempo, enlouquecendo os outros membros da comissão que chegaram a pensar, inclusive, que eles eram informantes da polícia e que iriam entregar todos que chegassem as proximidades do prédio.

Mas não era nada disso.

⁴⁰ Como em quase todos os processos de ocupação, os futuros ocupantes não sabiam o dia em que aconteceria a ocupação. Desse modo, quando uma reunião foi marcada no Domingo dia 13 de Novembro, na Rua Joaquim Silva, às 19 horas, ainda que desconfiassem os futuros ocupantes não tinham certeza que naquele dia iriam ocupar um prédio. Apenas quando chegaram ao local, eles ficaram sabendo que chegava ao fim um processo de sete meses de reuniões feitas no Centro de Cultura Social, em Vila Isabel (final que não chegou, já que a ocupação foi despejada, sendo realizadas muitas outras reuniões até que os moradores ocupassem definitivamente o prédio da Rua Francisco Bicalho). Como a região era muito movimentada, o operativo escolheu o horário de 3 horas da madrugada para realizar a ocupação. Todos, inclusive os arrombadores, deveriam esperar no local das 19 horas até as 3 horas do dia seguinte, quando sairia o primeiro grupo, a comissão de arrombamento. Todavia, o planejamento acabou se modificando, pois o operativo teve que adiar por meia-hora a saída dos grupos e os arrombadores não aguardaram o horário marcado, se antecipando aos membros do operativo que faziam parte dessa comissão.

Quando chegamos na Rua Senador Dantas, conseguimos (eu fazia parte dessa comissão) ouvir o barulho das “marretadas” dadas na porta. Os dois estavam lá... tentando arrombar o “muro” preto, o que só aconteceria após cinco minutos suando os olhos, quando já conseguíamos ver um policial se aproximando do prédio, caminhando lentamente pela rua.

Na segunda tentativa, outro problema. Dessa vez, o prédio ocupado, na Rua Estrela, no bairro do Rio Comprido, possuía segurança e cachorros. Nove cachorros. Sabíamos disso pois eu e uma companheira que também fazia parte do *operativo* conseguimos entrar no prédio antes, conversando inclusive com o segurança sobre uma possível compra do imóvel para a construção de uma escola. Preparamos todo um esquema para segurar os cachorros e negociar com o segurança. Acontece, entretanto, que a entrada no prédio foi ainda mais difícil do que imaginávamos. A comissão de arrombamento conseguiu até quebrar rapidamente o cadeado. Um grupo responsável por afastar os cachorros conseguiu mantê-los longe. Mas nem todos os moradores entraram no prédio, pois enquanto caminhavam com o coordenador de grupo em direção ao edifício avistaram o segurança com uma arma apontada para a rua. Com medo, passaram direto, não conseguindo entrar com os outros ocupantes. Outro grupo de moradores também não conseguiu entrar, pois foi interceptado pela polícia enquanto caminhava em direção ao prédio.

Na terceira tentativa, mais uma vez a ocupação quase não acontece. Minutos antes da comissão de arrombamento se encaminhar para o prédio, uma viatura da Polícia Militar parou à sua frente, na Leopoldina. Não conseguindo nos comunicar com os olheiros e com os coordenadores de grupo, quem, por fim, arrombou a porta, foram duas mulheres, uma coordenadora de grupo – que depois se tornou moradora da ocupação – e uma ocupante, que se encontravam há quase cinco minutos com seu grupo paradas em frente ao prédio, esperando a *comissão de arrombamento* chegar.

Em praticamente todos os processos de ocupação há a figura do arrombador. Das ocupações que nasceram com a participação de movimentos sociais, apenas a Ocupação Guerreiros Urbanos, quando ocupou o prédio da Avenida Mem de Sá 234, três meses depois de ter sido despejada de um edifício na Rua Sara, no Santo Cristo, não teve a presença de uma comissão de arrombamento. Como neste mesmo prédio já havia ocorrido um despejo há um ano e meio atrás (Ocupação Guerreiro do 234), a porta principal do prédio – como acontece com todos os imóveis onde ocorrem despejos – foi murada com massa e cimento. Desse modo, apenas pela porta de loja, por onde os

seguranças entravam e trocavam de plantão, os moradores poderiam entrar sem fazer barulho e sem recorrer à violência. E foi assim que aconteceu. No dia 13 de Dezembro de 2010, às 7 horas e 10 minutos, a porta foi aberta para a troca de seguranças e nesse momento os moradores entraram pacificamente no prédio sem uso de ferramentas e sem qualquer agressão ao segurança⁴¹.

Outro detalhe interessante destes nossos personagens, é que ao lado dos olheiros eles são os primeiros – fora quem escolhe o prédio - a conhecer o imóvel que será ocupado. Assim que geralmente ocorre, com exceção de alguns casos. Alguns dias antes de ocupar eles são levados por membros do *operativo* até o prédio, analisam a porta, depois dizem o material e tempo necessário para realizarem o arrombamento.

Missão de entrar, ocupar, partir... destino dos rios.

4. Coordenadores de Grupo

Ouçõ dizer que há tiroteio
ao alcance do nosso corpo.

É a revolução? o amor?

Não diga nada.

Carlos Drummond de Andrade

Sábado,

quinze horas.

Acabara de chover, há-pouco.

O frio era um detalhe, pedacinho do dia. Um rosto cansado, um dizer já desistido, sonolento. Estava no Rio de Janeiro e por lá, capricho seu, quase tudo é cansaço, espécie de tristeza, quando o sol abaixa. A chuva canta o retornar para casa, mastigando aqueles que deitam no chão. Chora aos nossos ouvidos, como um quarto vazio, saudoso dos nossos descansos, da nossa preguiça.

Sem dúvida, entardecer no frio tem um quê de morte. Parece que paramos. Dormimos nosso corpo, adormecido. Escurecemos antes da noite, invejosa do nosso ócio, nossa liberdade, nossos bocejos. Ah..., mestre Macunaíma!, permitia-me molenga assim, como tu, num sossego de mata-virgem, quando me pegou um amanhã sério.

⁴¹ Por ter sido a primeira pessoa a entrar no prédio, fui acusado pelo segurança, o que resultou na minha prisão na Polícia Federal, de “seqüestro” e “agressão física”. O processo criminal referente a este caso está em andamento na Justiça. O testemunho de pessoas presentes no momento em que ocorreu a ocupação e as imagens feitas na hora, entretanto, mostram que as acusações feitas pelo segurança não procedem e que todo o processo de entrada do prédio ocorreu de modo pacífico e organizado.

Tumultuando.

Ansioso.

De Niterói me ligaram, comunicando minha função: *coordenador de grupo*. Estávamos na véspera da Ocupação Zumbi dos Palmares e o *operativo* deste processo me escolhera para guiar, junto ao companheiro Vladimir (quem me indicou), o último grupo de moradores que entraria no prédio. Mas, como tornar-se ou fazer-se condutor, *coordenador de grupo*?

De bate-pronto, podemos dizer que o *coordenador de grupo* é quase um pastor bucólico pós-medieval, uma espécie estranha entre carros e antenas. Usando uma definição de Alberto Caeiro sobre o poeta português Cesário Verde, “ele é um camponês que anda preso em liberdade pela cidade” (PESSOA, 2005: p. 56). Seu modo de ser traz as mais profundas ligações com esta vida campestre, cheia de pastos e guias sagrados. Dessa experiência ancestral, trouxe seus ditos para o centro mais urbano, entre computadores e mercados, avenidas e máquinas.

Como o antigo, ele nasce de um chamado. Aliás, quase todos estes personagens aqui descritos existem a partir de uma fala que chama, atrai. Filho do verbo, efeito de sua luz, nosso teatro mora na linguagem, como “consonância do quieto”, como escuta (HEIDEGGER, 2000). Os personagens mostram-se desde que os chamem.

Desde a fala.

Foi assim que me chamaram, assim que o coordenador é convocado pelo *operativo*, alguns dias ou momentos antes de acontecer a ocupação, com a tarefa de guiar um grupo de moradores até o prédio que apenas ele, os olheiros e os membros do próprio operativo sabem onde se localiza. O caminho que seguirá com seus seguidores – e o tempo em que este deve ser feito - é pensado pelo operativo.

(O condutor é um guia que apenas obedece. Escuta.)

Agarrado à um cajado ausente, ele – *ser-outro* do Pastor – segue à frente de seu grupo, seus seguidores, até o encontro com o lugar esperado, essa *terra prometida*, tão buscada. Momento, também, em que os moradores dele se separam. Em frente à porta do prédio, ele assiste os ocupantes tomarem o edifício, baterem em sua porta, invadirem o seu corpo, feito um bêbado amando uma prostituta.

Depois disso, termina aí – pelo menos neste processo - sua existência *pastoril*. Já não há *rebanhos*, mensagens, segredos. Agora ele é mais um, lá fora, apoiando seus antigos seguidores que agora o conduzem. Seguindo o exemplo dos *guaranis*, rejeita o

um, rejeita o múltiplo (CLASTRES, 2003). Ele é sempre e apenas dois: pastor e rebanho, algo relacional, *fronteira*, entre homens e deuses.

5. Advogado

No movimento de ocupação sem-teto existem diversos advogados. Alguns, como o ex-advogado da Ocupação Zumbi dos Palmares, são quase invisíveis. Atuam em seus gabinetes ou espaços de atendimento público, raramente indo ao prédio, apenas em momentos jurídicos muito importantes. Do outro lado desta *ars iuricundi*, atuam os advogados considerados “mais militantes”. Entre estes, na cidade do Rio de Janeiro, destacam-se os membros da RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares), do Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e os membros da FIST (Federação Internacionalista dos Sem-Teto).

A Ocupação Quilombo das Guerreiras, por exemplo, já foi assistida juridicamente por dois destes grupos. No primeiro processo, em 2005, o advogado da ocupação era o senhor André de Paula, membro da FIST. Ele advoga, atualmente, para 17 ocupações sem-teto distribuídas na região metropolitana do Rio. No dia 14 de Novembro de 2005, ele protagonizou um fato crucial para o desfecho das negociações relacionadas à ocupação do prédio da Rua Alcindo Guanabara número 20. De tarde, perto das 15 horas, logo após anunciar que o pedido de reintegração de posse encaminhado pelo INSS havia sido cancelado, uma confusão se instalou em frente a ocupação. Entre os manifestantes que ocupavam a Rua Alcindo Guanabara e os ocupantes do prédio, o estranhamento foi enorme diante do que ocorria: prendiam o homem de terno e gravata, magro, com o rosto manchado, que comandava o processo jurídico em defesa da Ocupação Quilombo das Guerreiras, da qual todos faziam parte.

Em cima da marquise do prédio, lembro-me dos seus pulsos algemados, tomando nuvens, e uma larga aflição presente dentro e do lado de fora da ocupação. Empurrados por quase cinquenta policiais da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e da Core; vendo nosso advogado ser preso; as pessoas que estavam apoiando a ocupação apanharem; corria em nós um sentimento de “não deu”: uma ocupação sem-teto, em plena Cinelândia, bem ao lado da Câmara dos Vereadores da cidade, era “demais”, pelo menos nesse momento. Perto das 20 horas, quando alguns moradores passavam mal, tomados pelo medo de um “massacre” em pleno centro da cidade, deixamos o prédio que depois de quase dois anos, no dia 28 de Outubro de 2007, seria

ocupado por outras famílias sem-teto, que lá permanecem com o nome Ocupação sem-teto Manoel Congo.

A prisão do advogado, considerada por muitos uma “irresponsabilidade”, pois ele teria favorecido sua prisão ao discutir com os policiais, foi um dos motivos, inclusive, mais importantes para o “racha” que se deu no processo desta ocupação. A partir desse momento, a ocupação se dividiu em duas: um grupo de moradores continuou a se reunir com os militantes da FLP e MEL, buscando ocupar um prédio no centro da cidade, enquanto outro, em menor número, seguiu com os militantes da FIST e FARJ visando ocupar um terreno abandonado em Jacarepaguá. O primeiro grupo manteve o nome de Quilombo das Guerreiras, tendo organizado, depois de outro despejo, a ocupação de um prédio na Avenida Francisco Bicalho 49, com assessoria jurídica dada pela RENAP.

Além desses dois grupos que prestam apoio jurídico as ocupações sem-teto, um grupo de advogados e defensores públicos ligados ao Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro tem se destacado no auxílio a ocupações e favelas que vem sendo vítimas de despejos e remoções. Tanto as ocupações Guerreiros do 510, Guerreiros do 234, como a Ocupação Guerreiros Urbanos foram defendidas juridicamente por advogados que trabalham na defensoria pública o que não impediu, contudo, que estas sofressem despejos violentos, onde a própria defensora, Adriana Britto, foi alvo de agressão física por parte de policiais militares⁴².

Passando por uma sequência de despejos violentos, assistindo famílias sendo retiradas de imóveis ocupados mesmo com o auxílio de advogados e defensores públicos, os grupos que atuam no movimento sem-teto vem repensando sua ação e avaliando sua relação com o direito. Pois, se antes, estar ancorado nos artigos 5º e 6º da Constituição Federal – que garantem a moradia como um direito inviolável do Homem e que toda propriedade deve ter uma função social – abria um debate público e jurídico, dificultando remoções e despejos, atualmente as ações promovidas pelo Estado tem acontecido sem qualquer negociação e com uma série de irregularidades, como são exemplos a remoção dos moradores da Vila Harmonia⁴³ e da Ocupação sem-teto Guerreiros Urbanos.

⁴² Ver nota de repúdio feita pela Associação Nacional dos Defensores Públicos em www.Anadep.org.br.

⁴³ A Vila Harmonia foi despejada no dia 25 de Fevereiro de 2011 e localizava-se no Recreio dos Bandeirantes, onde está prevista a construção do “Corredor Transoeste”, uma obra rodoviária de mais de 50 Km de extensão que visa conectar a Barra da Tijuca até Santa Cruz, passando pelo Recreio dos Bandeirantes e Guaratiba. A obra, orçada em cerca de R\$1,2 bilhão, teve seu Eia/Rima executado em

5. A ocupação Zumbi dos Palmares



... O apartamento abria
janelas para o mundo. Crianças vinham
colher na maresia essas notícias
da vida por viver ou da inconsciente

Carlos Drummond de Andrade

Foto: Chapolim (2010)⁴⁴

Avenida Venezuela, 53



Autor: Pedro Freire (2005)

A ocupação sem-teto Zumbi dos Palmares se localizava na Avenida Venezuela número 53, tendo em suas bordas as Praças Mauá, Jornal do Comercio, o Morro da Conceição, e os armazéns do cais do Porto. Toda essa região, até o início do século XX, era conhecida como Prainha. A própria ocupação, no caso, ficava sobre a antiga praia, antes encostada nas pedras do Morro da Conceição. Morro, este, tão “badalado”

1999 e, apesar do engavetamento do projeto por mais de 10 anos, o INEA concedeu nova licença de instalação em 2010, sem qualquer complementação ou análise do novo projeto básico ou do traçado estendido. O despejo de famílias que habitavam o local há mais de cinco décadas, tendo pais e avós que chegaram na “comunidade” há cerca de 100 anos, ocorreu de modo violento e sem que os moradores fossem devidamente avisados. Uma moradora, durante o despejo, foi para o hospital, com Acidente Vascular Cerebral (AVC), pessoas foram ameaçadas e o templo religioso Ilê Axé de Ogum e Iemanjá foi demolido.

⁴⁴ Foto de uma família que morava na Ocupação Zumbi dos Palmares.

atualmente, com suas ladeiras brincalhonas, escadas e labirintos. Com as casas coladas, juntinhas. Janelas sobre janelas, nesta paisagem de azulejos e pedrinhas, ruínas e santos.

A primeira imagem da ocupação construída por quem estava do lado de fora do prédio, caminhando pelas ruas que a margeavam, destacava, quase sempre, as roupas e toalhas penduradas nas janelas - em cordas ou varais externos – empurrando os vasos de planta. “Uma *favela!*”, pensava o pedestre que passeava pela Avenida Venezuela ou pela Rua Sacadura Cabral. O vidro quebrado das janelas, as paredes sujas e pichadas, a cobertura sendo construída como uma “laje” de um “barraco” – com os tijolos expostos, desenhados em parte com cimento – apresentavam um cenário confuso, que espantava a visão higiênica, íntima e confortável da *habitação burguesa*. Na porta de acesso, uma poça de esgoto aconchegava-se no canto da rua, como se deitasse em uma cadeira larga.

Em plena Avenida Venezuela, onde estão localizados prédios como os da Polícia Federal e Justiça Federal, quase setecentas pessoas, descendo e subindo pelo número 53, passava por ela todos os dias. A Praça Mauá, de 2005 a 2011, teve novos vizinhos.



Foto da Ocupação Zumbi dos Palmares

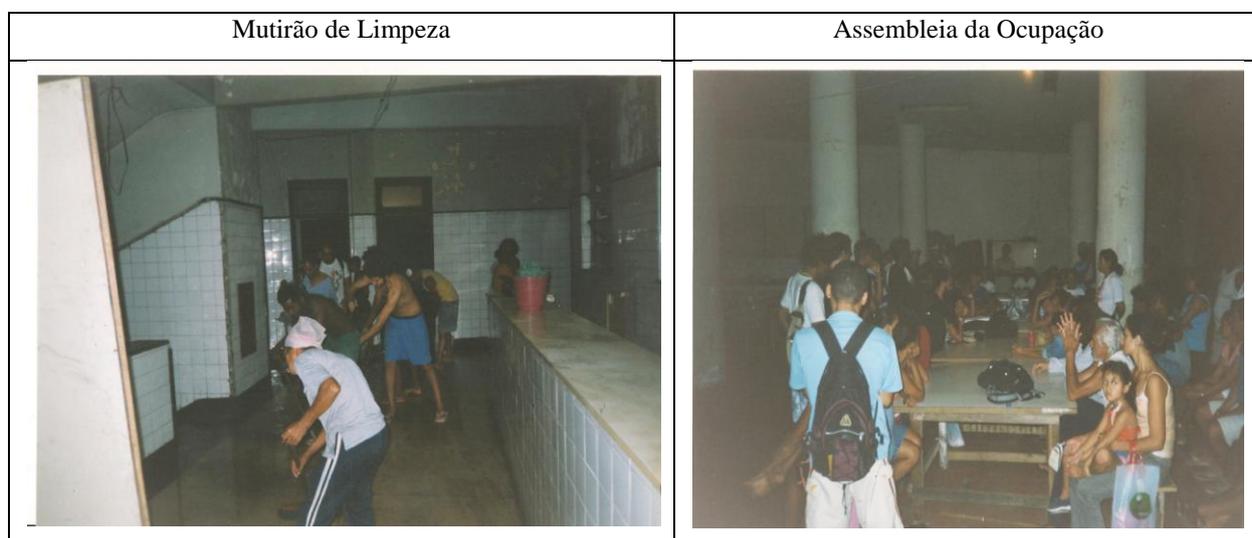


Portaria do prédio

Autor: Pedro Freire (2010 e 2005)

Quem habita ou passa pela região percebia isto facilmente, pois por onde passávamos encontrávamos um pouco da Zumbi. Seja no Porto do Rio, onde as crianças corriam atrás de um “trocado” carregando malas e bolsas de quem embarcava dos navios; na Praça Mauá, confabulando, tramando, bebendo, vendendo; “ralando” nos mercadinhos, nos açougues, nas barracas; nos sopés do Morro da Conceição, catando latinha, estacionando carros, sentado nas calçadas, sambando; no Morro da Providência, subindo ladeiras, espremendo vielas, visitando parentes; por todos os lados da antiga Prainha nós encontrávamos um pouquinho dela, esparramada.

A entrada do prédio ocorria por um portão alto, preto. Ele vivia constantemente aberto, entregue à rua. Quanta gente, com chuva ou com sol, passou por ele! Um entra e sai cotidiano, um corre-corre, e o balanço cansado do portão. Nos seus últimos dias, nem lembrava o tempo em que existiam as comissões de portaria para vigiar seus planos; quando um caderno de pauta preto, curioso, marcava o horário de entrada e saída de quem por ele passava. À sua frente, existia um balcão largo onde as pessoas sentavam, conversavam, namoravam, brigavam, conspiravam. Do seu lado direito ficava o antigo local de reuniões, depois transformado no estacionamento dos “burros sem-rabo” e outros carrinhos com os quais os ambulantes e camelôs da ocupação trabalhavam. A sala era escura, feia, empoeirada, sem janelas para a rua. Além das reuniões, esta sala já foi o palco da cozinha coletiva, da qual falaremos depois.



Fonte: Álbum Pedro Freire (2005)

Do lado oposto à antiga cozinha coletiva, onde foram feitas as primeiras reuniões, foi construído o centro cultural Zé Ketí. Ele foi fundado em 2007 quando do surgimento do “Bloco carnavalesco Zumbi dos Palmares”. Quando as reuniões eram feitas neste espaço havia uma mesa longa, larga, rodeada de bancos. Durante as assembleias, quando o clima esquentava, tinha gente que subia na mesa e até se embolava por lá mesmo. Tem uma briga famosa entre duas moradoras solteiras que ocorreu por lá. No terceiro andar morava Nélia, uma mulher forte, com o rosto tatuado, que vendia frutas na Praça Tiradentes. Um dia, no meio da reunião, ela pulou por sobre a mesa e se agarrou no cabelo de outra moradora, Carla, uma gaúcha divorciada que

vendia jornal em frente ao Centro Cultural Banco do Brasil. O salto foi tão forte que a mesa se inclinou e nunca mais voltou ao lugar.

Andando pelo salão de entrada sentia-se logo a umidade que atravessava a ocupação de baixo pra cima. Isso, pois, no primeiro andar do prédio ficava a cisterna, o espaço coletivo onde as pessoas enchiam seus baldes, lavavam suas roupas, estendiam peças, tomavam banho. Era parte da vida da ocupação a multidão de baldes que subia e descia as escadas, percorria os corredores, molhando todo o edifício. Com a água que caía dos baldes, pisada pelas pessoas, formavam-se lamas e poças pretas que contribuía para a imagem de sujeira que se formou da ocupação. Isso, principalmente, devido às sucessivas faltas de água que atormentavam os moradores. Nesses dias, a sujeira espalhava-se até a calçada da rua. Entrava pelas casas. E o prédio ficava imundo, mesmo com os rodos e panos inquietos agitados sobre a lama.

No final deste salão, havia um corredor estreito onde estavam localizadas as primeiras casas. Uma corda com roupas estendidas por sobre dava as boas-vindas, reforçando a imagem da “favela”. A dona do varal, motivo de tantas polêmicas, residia no quarto bem atrás dele: dona Ednilda. Quase todo dia ela colocava sua cadeira ali, em baixo das roupas, conversando, ouvindo música, tomando sua cerveja. Pelo barulho que fazia, diziam, um portão foi feito pelos moradores do lado esquerdo do andar no sentido de “protegê-los” dos seus olhos e bocas. Fugir do barulho e da confusão que encharcava o prédio e que ficava tão próximo com a presença da vizinha. Uma das moradores mais conhecidas e polêmicas do prédio residia nesta parte, escondida pelo portão. Lucinete, “a própria”, era famosa pelas brigas em que se inseria. Antes de se mudar para a Zumbi, morava “para lá de Nova Iguaçu”, passando a dividir depois um quarto com seu filho. Ela morou na ocupação desde o primeiro dia.

Acima deste andar, erguiam-se outros seis. Todos os corredores da ocupação eram grandes “loucuras”. Som alto, chão molhado, crianças correndo, pessoas passando com baldes, rodos. Bolas que batiam na porta das casas, cachorros correndo pelos corredores, muros, “confusão” e invenção em um espaço que, sobre o olhar racionalista, deveria ser uma mera passagem da casa para a rua ou para outro lugar que, com certeza, não seria ele. Eles transformaram-se no grande local de encontro dos moradores. Lugar, por excelência, das atividades de lazer na ocupação. Cada andar, apesar da agitação que os caracteriza – seu elemento comum - possuía uma dinâmica própria que variava de acordo com os moradores que neles habitavam. Existia o corredor “barra pesada”, a ala das “fofoqueiras”, dos “viados”, dos “brigões”, dos “crentes”, e assim vai.

No segundo andar, por exemplo, morava uma viúva – empregada doméstica em uma “casa de família” em Copacabana - com seus nove filhos. Seu marido foi gerente do tráfico de drogas da Mangueira durante muitos anos. Quando faleceu eletrocutado, enquanto tentava pegar cobre em um bueiro bem ao lado da Ocupação, ele vivia de “bicos” catando latinha, carregando quilos de papelão, vendendo cerveja. No terceiro andar, morava uma família de peruanos que estava no Brasil fugida da polícia de lá. No quarto andar, morava um casal de mulheres que se conheceram na própria ocupação e que trabalhavam na Rua do Ouvidor entregando panfletos e segurando placas de venda. No quinto andar, residia uma conhecida prostituta da Praça Tiradentes, internada, várias vezes, com laudos de esquizofrenia. No andar acima, um baiano, solteiro, ocupava um quarto pequeno com uma bela vista da cidade. Ele trabalhava vendendo isqueiros e giletes de barbear na entrada da estação Central do Brasil. Seu vizinho do sétimo andar também morava sozinho e trabalhava como ajudante de camelô em uma barraca na Praia do Flamengo, cujo dono morava na própria ocupação, no quarto andar.

Essas trajetórias todas, essas dispersões, que fazem da cidade, como dizia Sêneca, um espaço cosmopolita por excelência. Um encontro de histórias, de emigrantes, de exilados, como o próprio fora durante o Império de Augusto, em Roma (1998). Como a diversidade entre os moradores era muito grande, os sons e cores que os corredores emitiam não conseguiam se reduzir a um modelo apenas, misturando em um mesmo andar, muitas vezes, todos estes adjetivos relacionados aos modos de vida. Estas histórias de vida, de ocupação, contarão um pouco destes muitos lugares do lugar.

Narrativas de exílio



Via longa est;
propera:
ultimus orbis
habitabitur nobis
terra remota
a mea terra⁴⁵
Ovidio

Foto: Pedro Freire (2010)⁴⁶

⁴⁵ O caminho é longo;/ apressa-te:/ a extrema parte do universo/ será habitada por mim,/ terra afastada/ de minha terra (1951, p. 28)

⁴⁶ Foto tirada no cortiço “Hotel Bragança”, despejado no mês de Janeiro de 2010.

A presença do *e-migrante* na literatura de origem latina é um dos seus elementos de maior importância. Ainda em formação, a língua portuguesa ou o galego-português dos tempos da Idade Média, colheu em suas poesias trovadorescas, em suas cantigas de *amor* e *amigo*, o tema da *saudade*, do *apartar-se*, tornado tão característico da *cultura lusitana* (SPINA, 1966). No cancionero da Biblioteca nacional, encontramos o conjunto de poemas desta época- o que permaneceu em escrita- como a cantiga *Barcarola*, de Martim Codax, onde podemos observar o tema do amor e da espera, despertado pela viagem daquele que partiu sem a certeza da volta:

Ondas do mar de Vigo,
Se vistes meu amigo!
E ai Deus, se verrá cedo!

Ondas do mar levado,
Se vistes meu amado!
E ai Deus, se verrá cedo!

Se vistes meu amigo,
O por que eu suspiro!
E ai Deus, se verrá cedo!

Se vistes meu amado,
Por que hei gran cuidado!
E ai Deus, se verrá cedo!
(1878: 98)

Nestes primeiros versos da poesia em língua portuguesa, o universo de viajantes desterrados, esposos evadidos, guerreiros, desenha-se com sua simplicidade formal, musicado pela presença da amada que solicita ao mar de Vigo, no caso, respostas à sua dor. Ele partira e deixara-a ali... nas pontas de areia, embrulhada na falta. Analisando este período da poesia portuguesa, e sua singularidade como *cultura*, diz Spina:

As árvores, as fontes, os cervos do monte, os rios e o mar, as despedidas ou encontro de regresso com o amigo (namorada), a mãe com sua severa vigilância, o desabafo amoroso com as amigas, as mil e uma conjeturas sobre o atraso do amado (que foi para a guerra ou permanece a serviço de El-rei, ou terá morrido), as reuniões festivas à frente das igrejas, as romarias, os presentes (doas) oferecidos pelo namorado, entram em cheio nessa poesia da terra, que os outros povos irmãos não conservaram. Um suave saudosismo, com aquelas notas psicológicas que caracterizam a saudade galego-portuguesa, impregna os cantares d'amigo de calor humano, confirmando-lhe uma autenticidade que nos cantares d'amor é menos evidente. (1966: p. 87)

A palavra saudade, tão forte nessas canções e em nossa língua, como mostra o crítico, deriva do latim *solitas, solitatis* (solidão), na forma arcaica de *soedade, soidade e suidade*. Atormentado pela ausência, por exemplo, pela *solitate* de terras exumadas, longínquas, o poeta latino Ovídio registrou sua dor em dois livros de poesias: *Tristium* e *Ponticas*. Nestas duas obras, o escritor exilado pelo Imperador Augusto, em I século d.c, manifesta-se em seus versos, o melhor modo, como o próprio diz, de conhecê-lo: *sunt major imago*.⁴⁷

Nada me agrada senão chorar:
as lágrimas de meus olhos
não são menos abundantes
do que a água que corre
da nuvem da primavera.
Vêm a meu espírito Roma
minha casa e a saudade
dos lugares e tudo que
resta de mim
na cidade perdida
(1952: p. 105)

Em Ovídio, em seus poemas, o desterro mostra-se amarrado à dois verbos imprescindíveis, dos quais não se separa nunca: *narrare* (narrar) e *recordis* (recordar). Em inúmeros versos, ele conta suas histórias no mar de Jônio, lugar de inúmeros sofrimentos e penúrias; nas terras de Sythia, canto de tristeza e frio. Narra, também, as lembranças de sua Roma, “sede do Império e dos Deuses”, cidade sua:

Aqui existiu o pequeno palácio
do antigo rei Numa.
Diz, depois procurando a esquerda,
esta é a porta do Palácio:
aqui está Júpiter Stator:
neste sítio primeiramente:
Roma foi edificada.
Enquanto admiro todas estas coisas,
vejo pórticos notáveis
pelas armas brilhantes,
e casas dignas de um deus.
E disse: esta é a morada
de Júpiter
(Ibidem: p. 101).

⁴⁷ São minha melhor imagem (OVIDIO, 1952: p.50)

Outro escritor *exilado*⁴⁸, Mário de Andrade, dizia em seu romance - *Amar, Verbo Intransitivo* - sobre estes dois verbos do exílio:

Agora que as relações entre os dois tigres ficaram esclarecidas, só me resta aconselhar aos leitores o seguinte: A gente não deve culpar nem Fraulein nem o criado japonês. Não adianta nada, nem são tão culpados assim. E têm isso de imensamente cômico, que no fundo se odeiam. Mas ali estão unidos por causa da “Queimada” de Castro Alves. Por causa das recordações, do exílio e da esperança. Todos os exilados afinal têm direito a recordações e esperanças. E enviados pro Brasil, onde iraras pulam, cascavéis chocalam, onças, jaguarandis, tatus-pebas, peixe-bois e tigres, pois não! Tigres também se assanham, inda por cima vieram adquirir essa coisa tristonha e desagradável que de portugueses herdamos: a saudade (1982: p. 67)

Na passagem em questão, o narrador refere-se a personagem principal do romance, *Fraulein Elza*, e ao cozinheiro japonês, *Nakata*. Os dois viviam seus exílios em terras brasileiras, trabalhando na casa de um típico “burguês paulistano”, que usava brilhantina até no bigode. Todavia, por quantas distâncias, nunca viviam o desterro por inteiro: muitas vezes a passagem dos dias era o reencontro com a hora, aquela de lá. Desse modo, pois, vivia aquela que “ensinava o amor”, abraçada aos romances que a reconfortavam com a Alemanha: lendo *Goethe*, *Heine*, ouvindo *Wagner*, percorrendo os valores do *sonho* e da *vida* (1982)

Contar histórias, portanto, foi desde sempre uma característica do desterro, do viajante. A antropologia, nascida amarrada às viagens ou aos seus relatos sobre, também vive e bebe das histórias, daquilo que colhe, escuta, mesmo quando a pesquisa de campo já não significa uma viagem tão longa, entre povos distantes. Nesse sentido, escreve Lévi-Strauss, em *Cru e Cozido*:

Tampouco não deve causar surpresa o fato de este livro, declaradamente consagrado à mitologia, recorrer a contos, lendas e tradições pseudo-históricas e fazer amplas referências a ritos e cerimônias. Na realidade, rejeitamos as opiniões precipitadas sobre o que é e o que não é mítico e reivindicamos para nosso uso toda e qualquer manifestação da atividade mental ou social das populações estudadas que, durante a análise, se revelar capaz de completar o mito ou esclarecê-lo, mesmo que não constitua, no sentido que os músicos dão ao termo, um acompanhamento “obrigatório” (2004: p. 22)

As histórias que as pessoas contam, as narrativas, são fundamentais para a antropologia. A própria *etnografia* - o registro da vida de um grupo (LÉVI-STRAUSS, 2003) - não deixa de ser uma *narrativa*, uma *história* que contamos sobre o que vemos e ouvimos. A forma narrativa, como disseram Mello e Vogel, perpassa todo o

⁴⁸ Ver Moacir Werneck de Castro, *Mário de Andrade: Exílio no Rio* (1989)

empreendimento etnográfico, até mesmo quando ele se materializa sob a espécie de texto descritivo (2000). Para antropólogos como Clifford Geertz, inclusive os *rituais* são compreendidos como *narrativas*: histórias que os próprios povos contam sobre si. Este é o caso, por exemplo, da *briga de galos* balinesa, estudada pelo antropólogo americano:

O que coloca a briga de galos à parte no curso ordinário da vida, que a ergue do reino dos assuntos práticos cotidianos e a cerca com uma aura de importância maior, não é, como poderia pensar a sociologia funcionalista, o fato de ela reforçar a discriminação do status (esse reforço não é necessário numa sociedade em que cada ato proclama essa discriminação), mas o fato de ela fornecer um comentário metassocial sobre todo o tema de distribuir os seres humanos em categorias hierárquicas fixas e depois organizar a maior parte da existência coletiva em torno dessa distribuição. Sua função, se assim podemos chamá-la, é interpretativa: é uma leitura balinesa da experiência balinesa, uma estória sobre eles que eles contam a si mesmos. (1997: p. 88)

Conceitualizada por Geertz como uma “forma de arte”, a briga de galos torna compreensível, nestes termos, a experiência comum, cotidiana, apresentando-a em termos de atos e objetos dos quais foram removidas e reduzidas as conseqüências práticas ao nível da simples aparência, onde seu significado pode ser articulado de forma mais poderosa e percebido com maior exatidão:

Uma imagem, uma ficção, um modelo, uma metáfora, a briga de galos é um meio de expressão; sua função não é nem aliviar as paixões sociais nem exarcebá-las (embora, em sua forma de brincar-com-fogo ela faça um pouco de cada coisa) mas exibi-las em meio às penas, ao sangue, às multidões e ao dinheiro.(p. 93)

A briga de galos, sobretudo, é uma máquina expressiva incomparável. Ela atribui sentido, significa e torna possível - àqueles que participam dela - conhecerem a si mesmos como nenhuma outra máquina expressiva na sociedade balinesa é capaz. Ela exprime, exemplifica, torna a realidade clara, torna a vida social compreensível, desde o jogo de símbolos que emite, a partir da história que narra.

Mas, dito isto, percorrido estes autores, podemos perguntar: o que isto tem haver com o lugar estudado nesta pesquisa? Poderíamos responder: quase tudo. Pois, o que será uma ocupação sem-teto, às beiras de um Porto, ao lado de uma Rodoviária, colada ao centro da cidade, senão um *acolher* constante de *exilados, navegantes, fugitivos, sonhadores, contadores de histórias*? Um lugar hospitaleiro, que abriga *haec hospiti*, estes tantos estrangeiros?

Uma pesquisa realizada por estudantes de Geografia associados ao Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD) com 50 moradores da

Ocupação sem-teto Quilombo das Guerreiras, também localizada na área portuária, mostra que entre estes existem 12 Estados de naturalidade distintos: Paraíba, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraná, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Se pesquisarmos, também, entre aqueles que nasceram na cidade do Rio, seus bairros de origem, encontraremos mais de vinte nomes: Estácio, Mangueira, Santa Cruz, Realengo, Tijuca, Copacabana, Centro, Santo Cristo, Gamboa, Madureira, etc.

Isso nos mostra, ou justifica, porque consideramos estas habitações coletivas portos de exílios. A própria Ocupação, inclusive, nasce da emigração, de um exílio coletivo, um deslocar-se para *outro*. Um aventurar-se à um *portum peregrinum*, entre mares intranqüilos. Seus moradores, a maioria, já percorreu diversas cidades e Estados do país, ou fora, convivendo com diversas perturbações da instabilidade. Inseguranças que continuam, pois a permanência em um lugar é sempre duvidosa, e todos convivem com o risco da mudança, do despejo. Como se estivessem predestinados à viagem, e viajar fosse o próprio verbo de sua existência.

Dentro das ocupações, dos cortiços, parece haver sentido a tese de Vieira de que o exílio é uma das nossas heranças mais longas e que todos nós, independente do povo, somos “filhos do desterro”, do exílio de Adão e Eva, carregando conosco, desde os primeiros, a urgência da viagem, a necessidade da fuga (1948)⁴⁹. Amenizados, às vezes, por uma esperança, um lugar, uma terra calma, presente na palavra de guerreiros, no mito mágico ou na travessia dos mares.

Se olharmos as interpretações do Brasil, suas fundações discursivas, encontraremos, sobretudo, o fenômeno da viagem, presente nas navegações portuguesas, nas profecias indígenas, na diáspora africana. Como se nossos sonhos pudessem ter tradução no poema de Manuel Bandeira, *Vou-me embora pra Pasárgada*, esta combinação, para usar dois conceitos de Sérgio Buarque, do espírito aventureiro com a cordialidade mais brasileira: a vida como aventura – “Vou-me embora pra Pasárgada/ Aqui não sou feliz/ Lá a existência é uma aventura/ De tal modo incosenqüente/ Que Joana a Louca de Espanha/ Rainha e falsa demente/ Vem a ser contraparente/ Da nora que nunca tive” -, sem solidão, sem tristeza:

⁴⁹ “Enquanto desterrados filhos de Eva, todos temos, ou nos espera uma universal transmigração, que é de Babilônia para Jerusalém, e do desterro deste Mundo para a pátria do Céu” (VIEIRA, 1948: p. 60).

E quando eu estiver mais triste
Mas triste de não de não ter jeito
Quando de noite me der
Vontade de me matar
– Lá sou amigo do rei –
Terei a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada.
(1986: p. 114)

Olhando mais de perto, entrando na intimidade das trajetórias dos moradores que residem nestas habitações coletivas, percebemos que as causas desta emigração são também bem diversas. O que constrói, obviamente, um conjunto de histórias distintas, apresentando causas próprias, pequenos acontecimentos, às vezes, que motivaram esta emigração. O que nos leva, como dizia Heidegger, à decair do abstrato, lembrando que a história só emerge no salto imediato por sobre o historiográfico (2001). Como vida possível e i-mediata.

No próximo capítulo, entraremos em contato com estes percursos, entendendo que a história da Ocupação Zumbi dos Palmares não nasceu em 2005, nas reuniões que aconteciam no Sindicato dos Ferroviários, mas bem antes. Re-marcando a importância das *narrativas* dentro do texto antropológico, em nosso próprio modo de existir. Tarefa difícil, confesso, pois, como dizia Rilke, vivemos uma época onde as palavras que os homens usam, estas palavras pesadas, são inimigas da história e tiram dela uma boca atrás da outra (2003: p. 27). Neste universo da *informação*, a arte de contar histórias ocupa muito tempo, uma largura indisponível (BENJAMIN, 1980). Mas vamos tentando, inspirados em um modo de *fazer* antropologia quem tem boca grande e língua comprida.

Histórias de Morador

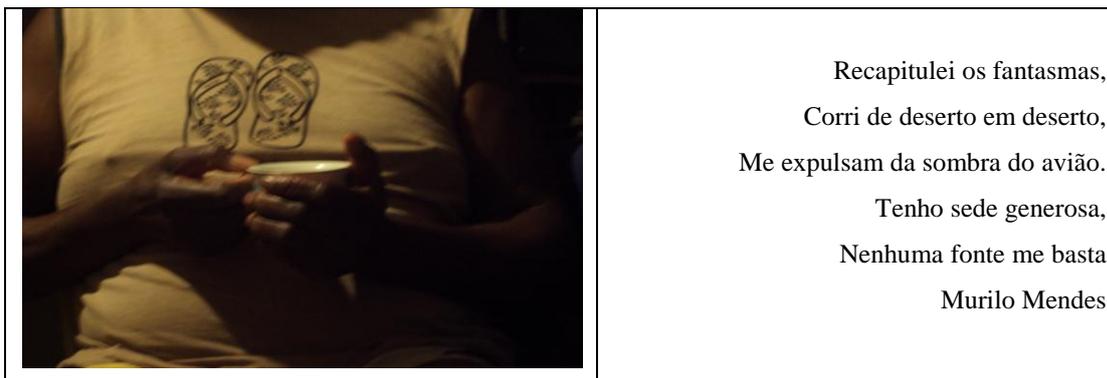


Continuemos. Tenciono contar a minha história.
Difícil.

Graciliano Ramos

Autor: Pedro Freire (2010)

História de Rafael



Recapitulei os fantasmas,
Corri de deserto em deserto,
Me expulsam da sombra do avião.
Tenho sede generosa,
Nenhuma fonte me basta
Murilo Mendes

Autoria: Pedro Freire (2010)

“Falo um pouco de inglês, alemão, árabe, italiano, espanhol”, diz nosso herói, nascido no município de Nanuque, em Minas Gerais, no ano de 1947. Seu pai era fazendeiro importante, um dos maiores fornecedores de lenha da estrada de Nanuque à Bahia. Teve trinta e cinco filhos com mais de dez mulheres diferentes. De uma dessas esposas nasceu duas crianças, uma delas Manuel. Quando completou oito meses, porém, sua mãe separou-se de seu pai, largando-o na fazenda. Por conta do “destino”, ele e sua irmã foram criados por Gina, “mãe de criação”, ainda viva. Ela completou noventa anos em 2010. Reside, atualmente, no município de Caxias, área metropolitana do Rio.

Com treze anos, Rafael começou a viajar. Mudou-se da cidade natal para Teófilo Otoni, “cidade da pedra preciosa”, onde teve seu primeiro emprego. Trabalhava como cozinheiro em um restaurante francês chamado “Le Chatô”, quando um senhor de nome Lira o carregou para Salvador, para trabalhar em uma indústria como cozinheiro.

Em 1970 mudava para a capital da Bahia, onde passaria três anos.

Uma vez, quando de uma visita de férias ao Rio de Janeiro, de quinze dias, encantou-se pela cidade de São Sebastião, famosa por molhar seus pés de montanha com as águas do mar.

Quis ficar.

Para permanecer aqui, contudo, Rafael precisava de um emprego. Não nascera com bundas brancas e olhos verdes, feito a casca de um coco. Antes de retornar a Salvador deixou seu currículo no Hotel Otton, em Copacabana. Já de volta à Bahia, à Rua Carlos Gomes, uma semana após o seu regresso, aquela surpresa: como uma saudade que desembarca sem avisar, dando coice e socos nos ossos, chegava à sua casa

um telegrama do Rio de Janeiro, deste mesmo Hotel, manifestando o interesse em contratá-lo.

No dia 12 de Maio de 1973, chegava à cidade do “teorema geométrico”, que o havia encantado como uma criança que se alumbra quando vê a chuva molhar a árvore.

O primeiro bairro que o acolheu na cidade foi Bonsucesso, no subúrbio da cidade, com suas beiras de mangue e aço. Lá residiam alguns amigos e conhecidos que o receberam. Ficou um mês neste endereço. Depois, alugou um kitnet com mais quatro amigos em Copacabana. Trabalhando no Hotel, ele conheceu alguns funcionários da Rede Globo que o convidaram para trabalhar como figurante em algumas novelas. Na época, precisavam de um “negro alto”, que “andasse a cavalo”, para trabalhar em cenas que seriam gravadas no interior de Minas. Dessa história, figurou em séries como “Chica da Silva”, “Fogo sobre terra”, “Casarão”, “Escrava Isaura”, entre outras. Fazia, ainda, alguns “bicos” em outros restaurantes ou festas da “sociedade”, sempre como cozinheiro.

Do Hotel Otton, foi trabalhar como chefe de cozinha em uma hotelaria em Laranjeiras, terra de plantas esguias e vento mole, onde passou a receber o dobro de antes. Mudando de emprego, mudou de residência também. Passava a morar em outro Kitnet, agora no bairro em que trabalhava. Neste tempo, sua irmã, Fátima, que veio para o Rio com ele, tendo participado das mesmas novelas, ganhou um concurso no programa de televisão do apresentador e diretor Flávio Cavalcanti, que procurava “modelos negros para exportação”. Em 1975, ela se mudou para Itália onde fez shows como dançarina em casas importantes. Onde conheceu também seu atual marido, um suíço, que a levou para o seu país, onde moram até hoje.

Depois que a irmã partiu, Rafael deixou um currículo em uma empresa na Rua Rio Branco. Também queria partir. Deixar. Possuía o que considerava um bom emprego, mas seu destino guardava o caminho das viagens. Não nascera para permanecer. A cor da pele, as linhas do rosto, carregava a memória das *tragédias no mar*, das danças e açoites: “e o sono sempre cortado/ Pelo arranco de um finado,/ E o baque de um corpo no mar...” (ALVES, 1987: p. 76). As sombras dos veleiros, navios, escuridões, “estes filhos do deserto” que ele mesmo gosta de lembrar: “minha nação, meu lugar África”.

Um dia de sábado chegou um senhor, no seu Kitnet em Laranjeiras, com uma bolsa e lhe disse:

- “Olha seu Rafael, o senhor foi contratado pra ir pro Iraque. Mas lá o país, o povo está começando um problema de guerra. Tem muita firma brasileira se instalando lá e muita gente vai ser contratada”.

Estávamos em 1979.

Seu Rafael foi.

Uma empresa, a ESUSA, o contratou como cozinheiro. Rafael devia fazer comida para os “peões de obra” ocupados na “construção de um Hotel novo para Sadan Hussein”. O moço, à sua porta, ainda lhe avisou:

- “Oh seu Rafael, o senhor vai ter que levar arroz, feijoada, vai ter que levar tudo daqui, pois você vai passar um dia e meio na Itália para depois partir para o Iraque”.

Nesse mesmo dia ele viajou.

O avião saiu às 22 horas. Sem falar nada de outra língua, só um “pouquinho de alemão”, pois o chefe de cozinha do Hotel Otton, onde trabalhou quando chegou ao Rio, era de lá. Na Itália, o avião aterrizou às nove horas da manhã. Ele só pôde chegar ao hotel, todavia, às 16 horas, pois suas malas haviam sido confiscadas pela polícia local:

-“Pensavam que eu estava levando droga, porque nas malas derramou farinha branca, fubá, aquilo tudo que eu tava levando do Brasil”.

Depois de toda confusão, encaminharam nosso herói para o Hotel, onde ficou até o dia seguinte, incluso no frio, quando enfim seguiu para Bagdá.

Chegando ao Iraque, aquele susto... uma grande cidade em construção:

- “Aquilo parecia um inferno, uma poeira como eu nunca vi. Sadam tava mudando tudo... muita coisa sendo construída... como se fosse o Juscelino aqui no Brasil. Tinha 212 firmas brasileiras no Iraque”. Em dois meses, diz, “já estava falando a língua deles”. Trabalhou doze meses na ESUSA, fazendo comida para mais de duzentos homens empregados na obra do hotel.

Passado quase um ano lá, Rafael quis trazer sua família, mas não pôde. Tentou voltar e também não conseguiu. Era mês de junho quando o presidente Figueiredo disse:

- “Mas eu não mandei nenhum brasileiro ir para o Iraque”.

Havia cerca de três mil brasileiros em Bagdá. E por lá ficariam.

Assistiram o presidente iraquiano cercar toda a fronteira do país. Começava, neste mesmo mês, a guerra. Foram meses comendo o que há de pior. O que havia. Escondendo-se das bombas em garagens subterrâneas. Eram três mil pessoas em baixo da terra. Sem luz. Ajoelhados. Os aviões sobrevoando uma cidade de luzes cortadas, de pedras secas, de um amarelo pálido.

Tentando fugir para o Brasil, ele seguiu com os funcionários da firma em um caminhão com destino à Jordânia. Após oito dias sem tomar banho, atravessando a poeira do deserto, chegava o momento de voltar, pensava. Acontece, contudo, algo que impede sua volta: Rafael não podia embarcar para o seu país. Um colega seu de cozinha, natural de lá, havia roubado seu passaporte. Precisava de um novo passaporte a ser entregue pela Embaixada brasileira. Depois de muito “sofrimento”, conseguiu retornar ao Rio de Janeiro em um avião que saiu da Grécia com destino ao Brasil.

De volta ao Rio, com o dinheiro que recebeu, as “premiações de guerra”, comprou uma casa em Caxias, Baixada Fluminense, onde parte de sua família atualmente reside. Acontece que tudo isso, ter vivenciado uma guerra, ter sentido a morte tão próxima, não lhe fez esquecer o Oriente Médio. Acredite quem quiser: ele voltaria para o Iraque ainda duas vezes. Em 1981, trabalhando para a empresa Mendes Junior. Dessa vez, iria chefiar acampamentos no deserto. Fez um contrato de nove meses, apenas. Com o dinheiro que recebeu, comprou um apartamento, uma kitnet, na Praia de Botafogo.

Na terceira vez que esteve no Iraque, viajou como funcionário da embaixada brasileira em Bagdá: “Fui como líder de tudo na casa. Chefe de cozinha, mordomo, segurança, fazia tudo.” O próprio embaixador o convidou, pois, como conta, “era muito falado em Brasília”. Deu tudo certo. Não que por lá cansassem as bombas. Estávamos em plena guerra do golfo, entre Iraque e Kuwait. Mas, nas histórias que conta, ela já não tem o destaque da primeira. O que move sua narrativa são as festas de luxo, as grandes cerimônias que por muitas vezes “chefiou” com elegância ímpar. Suas viagens, tantas!

- “Índia, Suíça, Europa, eu sempre gostei de viajar”.

Para tais funções, ganhava 1.400 dólares mais uma ajuda de custo. Uma parte ele guardava enquanto a outra gastava com viagens, marfim e tapetes persas:

-“Eu tinha minhas vaidades e as pessoas começaram a ter inveja de mim. Pensavam: como aquele negro pode andar assim com essas roupas, cheio de jóias!”.

Bem vestido, com roupas de pele, ouro e diamantes, ele se tornou “muito conhecido e invejado” pelos frequentadores da embaixada e dos coquetéis em Bagdá.

- “Era íntimo da casa, deles. Às vezes, quando o embaixador chegava tão cansado, eu tirava o seu sapato e tudo. A embaixatriz eu colocava no colo e botava ela pra dormir. Nos coquetéis, eu ficava com eles, ia de carro fretado, de Mercedes, aí diziam: ‘mas o que esse macaco tava fazendo lá, na sala Vip, dentro desse carro?’”.

Em contato com os brasileiros, diz, conheceu “o que é racismo”. Emocionado, Manuel conta como sua filha foi por muitas vezes, no Brasil, “descartada” em um trabalho por sua cor, pelas linhas do seu corpo. Como, ele próprio, passou pelo “mau olhar” e “correntes de urubu” daqueles que não admitiam a existência de um negro, ainda mais mordomo, desfilando pelos salões da “sociedade”.

Apesar da “vida de rei” que dizia levar, chegava o tempo de reencontrar suas terras... de minas e palmeiras, de sabiás magros e ouro roubado. A volta ao Brasil lhe garantiu um passeio por revistas e jornais, os quais guarda até hoje para comprovar sua história: história verdadeira, guardada em pastas empoeiradas: “O cozinheiro que esteve na guerra no Iraque!”, apresenta as manchetes. Com os dólares recebidos pelos serviços prestados na embaixada, abriu dois “negócios” com dois sócios portugueses que vieram com ele para o Rio. Morou por três anos em Búzios. Passou três meses na África do Sul, em um navio alemão. Era o tempo das “galinhas gordas”! Festas de “corte”, jantares, almoços à beira da piscina, veraneios à beira-mar, pernas corridas no sofá de pano fino. Acontece que existe por aqui uma frase teimosa que diz: “alegria de pobre dura pouco”. Verdade ou não, pelo menos esta alegria, no caso de Rafael, cansou logo.

Com grande parte do seu dinheiro investido na poupança, Rafael sentiu arrancarem este todo que tinha. O país atravessava a Era Collor, as grandes inflações e o congelamento das poupanças, que não pouparam nosso herói. Em poucos meses, morriam seu restaurante, “Adeba Romana”, a loja que abrira para revendas de carros, e seu apartamento na Taquara, comprado com a venda de seu Kitnet em Botafogo. Depois de tantas viagens e batalhas, voltava para Caxias, casa que comprara nos tempos da sua primeira passagem por Bagdá. Se não bastasse, ainda foi pego por uma doença que até então desconhecia, a diabete, que invadiu todo o seu corpo estrangeiro. Passou dezessete dias largado em um Hospital Público, sem ser atendido, até que o antigo embaixador, para o qual trabalhara em Bagdá, o transferiu para um Hospital particular em Ipanema. Da doença, Manuel perdeu dois dedos do pé.

Mas sua história não terminaria ali. A vida ainda lhe pregaria muitas peças.

Trabalhando como vendedor ambulante no centro do Rio, Manuel resolveu ficar pela “cidade”. Morou primeiramente em um quartinho alugado na Rua Senador Pompeu. Depois conseguiu um barraco no alto do Morro da Providência, lá na Pedra Lisa, perto do oratório construído pelos soldados que regressaram da batalha de Canudos, em 1897. Ao lado da cruz do cruzeiro, abriu um bar, onde vendia comida e bebida. Teve ainda algumas lojas no camelô da Central do Brasil, mas resolveu fechá-

las: “havia muita confusão, gente roubando as suas coisas, polícia mexendo com você”. Para pagar as dívidas, leiloou na lagoa seus tapetes persas, relógios de ouro, seus quadros, muito do que trouxera do Oriente.

Sua vida mudou.

Seu destino, desde então, rabiscava as ruas, comia areia, com a vida agarrada ao isopor, vendendo sanduíche debaixo do sol.

Conseguiu, depois de muitos anos morando no morro, um quarto na Rua dos Cajueiros. Rua famosa na história da cidade e palco de importantes romances como *Lucíola*, de José de Alencar, e *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida. Quem lhe arrumou este quarto, para que não precisasse subir as escadas da Providência, já que estava muito doente, foi o “chefão dos meninos lá de cima”. O quarto era tão ruim que “na hora que chovia eu colocava aqueles caixotes de banana para diminuir a água que entrava na casa”.

Morando neste quartinho apertado, andando pelas ruas e traseiras da central do Brasil, Rafael conheceu pessoas que estavam participando de reuniões para uma ocupação sem-teto. Tratava-se, no caso, da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Todavia, ele não pôde morar lá. Teve que se internar novamente para operar o segundo dedo, justamente quando ocuparam o prédio. Somente em 2006 ele voltou a participar de reuniões, no caso, da Ocupação Quilombo das Guerreiras, que voltava a se organizar após o despejo sofrido no dia 16 de Novembro 2006, quando foram retirados por mais de cinquenta policiais da Core, Polícia Federal, e Polícia Militar do prédio que ocupavam na Rua Alcindo Guanabara, na Cinelândia.

Com este mesmo grupo de moradores, após seis meses de reuniões iniciadas na Ocupação Zumbi dos Palmares, seu Rafael ocupou um prédio abandonado na Rua Estrela, no bairro do Rio Comprido. Ficaram dois dias dentro do prédio e foram novamente despejados. Mas a luta não acabou lá. Após três novos meses de reuniões, o mesmo grupo, que batizara o prédio da Rua Alcindo Guanabara número 20 de Ocupação Quilombo das Guerreiras, faria uma terceira tentativa. No dia 06 de Outubro de 2006 entravam no prédio da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Avenida Francisco Bicalho número 49, onde estão até hoje.

Manuel acompanhou todo esse processo: as reuniões no Campo de Santana, no Largo Nossa Senhora da Prainha, na Praça Jornal do Comércio, no sindicato dos funcionários previdenciários, na Ocupação Zumbi dos Palmares, na Ocupação Chiquinha Gonzaga, o despejo no Rio Comprido, mas no dia da ocupação do prédio da

Avenida Francisco Bicalho, em frente ao canal do mangue, entre a Rodoviária e a Leopoldina, ele não estava. Neste mesmo dia, já com as malas prontas para ocupar o prédio das Docas, recebeu uma notícia importante: uma família, que morava no sétimo andar da Ocupação Zumbi dos Palmares, resolvera voltar para o Nordeste e alguns moradores tinham, em assembléia, indicado o seu nome para ocupar este quarto. Nesse dia começava sua história como morador da Avenida Venezuela, 53.

Nos quatro anos que residiu no prédio, Rafael morou em três quartos. O primeiro foi no sétimo andar, quando se mudou para lá. No seu segundo ano na Ocupação, um rapaz, que morava no primeiro andar, quis trocar com ele. Passaria dois anos “sem sossego”. Lá em baixo, diz, “tinha uma mulher que vigiava a vida de todo mundo. Ela fingia que ia pro banheiro só pra olhar quem estava na sua casa, o que você estava fazendo”. O banheiro coletivo, “ela trancava”. Queria impedir os outros moradores de usar. “Batia na porta dos outros pra reclamar do som, da televisão, ninguém agüenta essa mulher”. Ela, por sua vez, também “coloriu” o seu nome na região, acusando-o de organizar festas em sua casa com os “africanos que moram na Rua Barão de São Félix”.

Depois de tanto tempo querendo trocar de quarto, no ano de 2009 ele conseguiu se mudar para o apartamento 402. Um quarto com “duas janelas boas, com uma vista bonita”, aberta para o Morro da Conceição. Deste quarto, ele só saiu no dia 28 de Janeiro de 2011, quando comprou uma casa no Bairro Esperança, em Saracuruna, com a indenização de vinte mil reais que recebeu da Prefeitura do Rio para deixar a Ocupação Zumbi dos Palmares. Rafael, ao longo das negociações, preferia permanecer no seu local, no seu lugar, mas, como ele próprio diz, “contra esse prefeito ruim a gente já não tem força”. Seu medo era ser retirado do prédio ocupado sem nenhuma indenização, jogado na rua, como ocorreu com os moradores das Ocupações Guerreiros do 234, Guerreiros Urbanos, Casarão Azul, entre outras. Chegou a participar do ato realizado no dia 05 de Agosto e de reuniões com a Defensoria Pública, tentativas feitas por moradores para permanecerem na área central da Cidade.

Não conseguiu.

Zumbi já tinha perdido, aceitado, derrubado por ossos do seu próprio corpo.

Perguntado, uma das últimas vezes que o encontrei, se teria coragem, passados 22 anos, de voltar a viajar novamente, Rafael concluiu:

- “Só se fosse pra Dubai. Por uma aventura”.

Álbum de cartas



Essas histórias próximas que serão narradas aqui foram registradas ao longo do projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos realizado na Ocupação Zumbi dos Palmares, no ano de 2005. São cartas *cantadas* por cada aluno e que nós, alfabetizadores da época, passamos integralmente para a forma de texto. As histórias a seguir, portanto, serão contadas pelos próprios moradores, com suas próprias palavras, como se estivéssemos ainda naquele tempo, conversando na sala de reuniões do terceiro andar. Como se fossem, mesmo, *cartas* ou *cantigas*.

Ao colocá-las nesta dissertação faço uma homenagem especial a Cláudio e Daniel, falecidos em 2007 e 2009. Cláudio era morador da ocupação e aluno desta turma. Trabalhava, quando eu o conheci, em todo tipo de biscate – catando latinha, papel, pilha, cobre, empurrando entulho, vendendo cerveja, fazendo bico. Passamos muitas madrugadas juntos, após as assembléias da Zumbi, nas tendas que foram demolidas na Praça Mauá. Nasceu na Baixada Fluminense, em Belford Roxo, mas passou a maior parte da sua vida no morro da Mangueira. Deixou nove filhos, após falecer eletrocutado na própria rua da ocupação. Na verdade, vítima do desemprego, de uma vida chupando os restos de rua.

Danielzinho, como chamávamos, era professor, na época, do projeto. Fez graduação em história na UFF e estava cursando o mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Rural. Trabalhava, também, como professor de História em um colégio Estadual. Suburbano sem folclorismo, militou comigo no MEL, afirmando

sempre a busca e o desejo de uma “vida sem tempos mortos”. Faleceu no dia 03 de Julho, com pneumonia.

Com saudade.

Leandro

“Nasci em Maceió em 31 de Janeiro de 1935. Sou um homem aposentado.

Eu tiro R\$ 150,00 do banco e isso não dá pra pagar aluguel. Vem pra minha mão R\$ 210,00. Eu morava em Niterói.

Perdi meus documentos todos ou roubaram. Perdi o cartão do banco, eu fui lá e cancelei, vão me dar outro.

Eu morava em Niterói e até pagava barato, R\$ 70,00, mas lá tinha uma boca de fumo e de vez em quando saía tiroteio e eu abandonei a casa pra não morrer estupidamente.

Um amigo me falou:

- Tem uma casa na Mauá, vamo lá!

Aí eu fui.

Eu pinto, passo o rodo, sou um cara curioso, posso ser aproveitado.

Minha idade tá avançada, é muito chão. Eu sou um pouco negro, mas vocês são mais inteligentes do que eu. Três, quatro letras eu leio. Não adianta eu ter idade e não ter a inteligência.

Alagoas foi a terra que mais deu marechal. A garotada não estuda isso. A garotada não estuda a história do Brasil.

Eu tô aqui me arrastando.

Eu sou um cara pé quente, no dia da passeata eu fui apitando e tal. Passeata de camelô, eu não tenho nada a ver com camelô, mas fui.

To me arrastando, até quando Deus quiser, tenho saúde, sempre pratiquei esportes. Gosto de futebol, de dançar, gosto de cervejinha, todos gostamos de chopp, só não pode beber demais”.

Luciete

“Tenho 23 anos.

Eu não posso dizer muita coisa. Posso dizer que eu sou andada pelo mundo.

Morei com minha mãe em Macaé, vim trabalhar no Méier. Minha mãe ficou doente, eu voltei. Minha mãe melhorou, a casa voltou a rotina normal. Fui morar com minha avó, na casa dela conheci meu marido, tive 5 filhos.

Teve eleição esse ano, minha mãe e eu conhecemos um político e um médico fez minha operação. (para deixar de poder ter filhos)

Já andei muito. Peguei carona pra Niterói, de lá fui Quissamã e depois pra Macaé.

Eu e uma amiga pegamos carona com desconhecidos. Um pessoal gente boa que conversava com a gente.

Minha mãe me tirou cedo da escola, ela não tinha condição de comprar material didático.

Não era pr'eu tá aqui não. Meu sogro tem muita grana.

Tava tendo guerra na favela, de uma facção contra outra, eu tava grávida e tive que tomar Dorflex porque meu sogro não quis me dar assistência.

Deixei meu filho com minha irmã e ele tá com ela até hoje, deixei outros 2 em Madureira e o James, de 2 anos, tá comigo.

Teve um dia que minha peças (roupas) todinhas foi roubadas. Tem gente que dá comida, roupa, cobertas pras pessoas na rua, eu fui lá e peguei.

Tem coisas minhas em Campos, na Rodoviária e eu não consigo pegar. Tem mil reais na rodoviária e eu não consigo pegar porque esqueci a data que cheguei. Um moço me pediu mil reais pra devolver minhas coisas.

Meu marido trabalhava como ator e também dançou numa boite na Barra da Tijuca e ganhou aplausos como melhor dançarino do Rio pelo Paulo Cintura.

Gosto de cozinhar, passar e lavar, gosto de fazer bolo, de ir no mercado, só não gosto de comprar roupas e calçados. Adoro novela, gosto da novela da Jade, de Laços de Família, ir no zoológico, museu, teatros, Campos do Santana. Lá eu começo a cutucar os gansos com as pontas dos pés”.

Claudia

“Sou divorciada. Tenho uma filha de 21 anos, tem o 2º grau completo. Eu to aqui, moro sozinha, ela mora comigo. O que eu estudei faz muito tempo.

Sempre trabalhei em casa de família. O pouco que aprendi a ler foi em casa de família. Eles sempre me estimularam. Minha patroa é professora, dá aula na faculdade em Niterói, sempre me incentivou.

Sempre me disse:

- Estuda, é preciso estudar. Eu sou mineira, de Recreio, fica perto de Leopoldina, na zona da mata. Saí de lá criança. Estudei em minas até o 2º ano. E vim com outra família (que não a dela) pra trabalhar.

Eu pego o 179, trabalho na Marquês de Olinda, em Botafogo.

Eu morava na Senador Pompeu, de aluguel, vi as reuniões, fui na Chiquinha (assembléias), me informaram que era na Cinelândia (uma assembléia) e vim parar aqui na Zumbi.

Eu nasci na roça. Eu sou da roça. Trabalhei na roça desde pequena. Estudei numa escola lá até o 2º ano.

Apesar de que trabalhar na roça é muito bom. É diferente.

Eu gosto de limpeza, de lavar, de novela ...”.

4. Desvelos da Casa: os usos da Civilidade

Destinada a uma utilidade mais especial e mais vulgar, essa peça (...) serviu por muito tempo de refúgio para mim, sem dúvida por ser a única que me permitiam fechar as portas para todas as minhas ocupações que exigissem solidão inviolável: a leitura, o devaneio, as lágrimas e a volúpia

Marcel Proust

Relíquias dos Cômodos



Uma casa não é nunca só para ser contemplada; melhor: somente por dentro é possível contemplá-la. Seduz pelo que é dentro, ou será, quando se abra;

João Cabral de Melo Neto

Autor: Chapolim (2010)⁵⁰

Walter Benjamin, quando do décimo aniversário da morte de Franz Kafka, definiu a obra literária moderna imersa em uma questão central: *o sentido da vida* (BENJAMIN, 2000). Em Kafka, segundo o filósofo alemão, esta questão percorre os

⁵⁰ Foto de moradora da Ocupação Zumbi dos Palmares em sua casa.

seus textos em seus lares mais íntimos. A vida de então surge detalhada, como se perdessem seus segredos. Monta-se um teatro de gestos, “sede natural destas experiências”. O indivíduo moderno, o sujeito burguês, o mundo moral da família, o universo “das chancelarias e das repartições, dos quartos escuros, bolorentos e úmidos” (Ibidem: p. 78), todos se transformam em personagens importantes de um realismo que se resguarda nos afetos.

Em sua novela *A Metamorfose*, sobretudo, esta realidade surge a partir de um acontecimento surpreendente: o cidadão comum, Gregor Sansa, funcionário disciplinado, acorda, após uma noite de pesadelo, transformado em um monstruoso inseto. A partir deste acontecimento, Gregor é demitido de seu emprego e passa a ser um grande “problema” para a família que sustentava, até então. Com o desenvolvimento da narrativa, Kafka nos coloca em contato com o ambiente pesado, sufocante e monótono que domina uma casa de uma família que poderia ser muitas de seu tempo. Cada membro deste grupo familiar, na novela, passa a simbolizar um pouco o modo como ele enxergava o mundo que vivia. A irmã de Gregor é descrita, deste modo, como uma pessoa bem adaptada à atmosfera familiar – ao regime de signos emitidos deste ambiente. Com os valores morais dedicados à afirmação do trabalho, das leis, da hierarquia, do dinheiro, da praticidade. A mãe, no caso, simboliza em seus gestos a covardia, a fragilidade, a passividade, o medo, o estado de dominação. Nunca consegue agir. Está sempre atrás ou por baixo da própria filha.

O pai, como escreveu Benjamin, “é aquele que castiga. A culpa o atrai como aos funcionários do tribunal. Muitos indícios levam a pensar que, para Kafka, o mundo dos funcionários é o mesmo mundo dos pais” (Ibidem, p. 79). Um universo comum, feito de “estupidez, degradação e sujeira” (Ibidem).

Mais adiante, Benjamin ainda complementa:

A sujeira é a tal ponto atributo dos funcionários que eles quase poderiam ser considerados como parasitas gigantes (...). Desse modo, inclusive o pai vive do filho e pesa sobre ele como um enorme parasita nas famílias de Kafka. O pai é ao mesmo tempo o juiz e o acusador. O pecado de que acusa o filho parece uma espécie de pecado original (Ibidem).

Este conjunto de valores e imagens que Kafka associa ao tempo moderno, apresentados nesta novela, possui como palco, como o *locus* deste teatro de gestos, um lugar especial: o espaço doméstico, da casa. Eles não se manifestariam – o que nos chama atenção aqui – sem este espaço da família, sem o “lar”. A casa da família Sansa,

com sua sala de jantar, quarto de dormir, cadeiras para repouso, corredores, mobílias, apresentava um cenário de *conforto* onde os valores da família moderna, do *individualismo burguês*, já haviam desenhado seu próprio *domus*, erguido seu próprio cenário. Um dos momentos mais dramáticos da novela, passa justamente quando a família de Gregor Sansa – buscando novas fontes de sustento após a sua demissão - aluga um dos cômodos da casa para três inquilinos. Neste momento, a casa deixa de ser o *lar* único e exclusivo da família. O ambiente íntimo, de resguardo. O acontecimento é traumático, envergonha, pois coloca em “cheque” este valor fundamental da sociedade moderna: a *domesticidade*, este conjunto de emoções relacionadas à família, à intimidade, ao lar, assim como a uma sensação da casa como incorporadora destes sentimentos (RYBCZYNSKI, 1996).

O dia que Gregor Sansa assiste, escondido, sua mãe e sua irmã removendo a mobília de seu quarto, é outro momento da narrativa onde os valores modernos investidos sobre o *lar* manifestam-se em detalhes. A intenção da irmã era retirar todos os móveis do quarto deixando-o vazio. A mãe, ainda receosa, pergunta à filha se a retirada dos móveis não lhe “daria a impressão de que estamos renunciando a qualquer esperança de vê-lo curado e que, maldosamente, o abandonamos à sua própria sorte?”.

Este é um dos poucos momentos onde Gregor age, impõe-se sobre a vontade da família. Independente da culpa que assumia, ele não poderia permitir “que aquele quarto acolhedor, tão bem mobiliado, se transformasse numa caverna. Não poderia renunciar à boa influência de seus móveis” (1988: p. 60). A remoção de seus objetos – a escrivaninha, a cômoda, os quadros – manifestava a morte de seu *passado humano*. Gregor perdera sua dimensão humana, tornara-se um inseto. Não precisava de um quarto para si, pois morreria enquanto *indivíduo*, enquanto *pessoa*.

Apesar de ter tentado convencer-se que nada de extraordinário acontecia, a remoção de “todas as coisas que ele amava” (p. 62) logo se transformou em uma grande tortura, algo que não poderia mais suportar por muito tempo. Buscando “salvar o seu quarto”, Gregor subiu sobre “o quadro da mulher vestida de peles, o qual adquirira tremenda importância na parede nua” (p. 63), permanecendo lá para que não o levassem. A remoção de seus móveis, a intromissão alheia em seu universo mais íntimo, seu, próprio, contribuía para a tomada de consciência de sua condição. O quarto narrava a sua morte, o seu desprezo. Após alguns meses, ele é transformado em um depósito de lixo, onde Gregor também é parte dele. Inclusive, em sua morte, ele é varrido como *um* e depois jogado na lixeira para alívio da família.

A importância atribuída ao quarto, ao cômodo privado, observada nesta obra, não é um valor que existiu “desde sempre” ou que esteja presente em todas as sociedades. A existência de um “quarto de dormir”, como nos mostra Elias, é obra de um processo civilizatório que estremeceu o Ocidente. Uma invenção da *modernidade* e que não se observava, por exemplo, na Idade Média:

Na sociedade medieval, essa função não fora assim privatizada e separada do resto da vida social. Era inteiramente normal receber visitantes em quartos com camas, e as próprias camas tinham valor de prestígio relacionado com sua opulência. Era muito comum que muitas pessoas passassem a noite no mesmo quarto: na classe alta, o senhor com seus serviçais; a dona de casa com sua dama ou damas de companhia; em outras classes mesmo homens e mulheres no mesmo quarto e não raro hóspedes que iam passar a noite ali. (ELIAS, 1994: p. 162)

Uma história da casa, que esteja atenta às mudanças nos tipos de habitação e nos modos de habitá-la, nos ajuda a compreender ou realizar o que Dumont chamava de uma “genealogia da cosmologia ocidental” (1985). Pois ela consegue resumir, como diz Philippe Arriès, todas as constelações psicológicas, suas inovações e contradições, que marcam a “entrada” em um universo moderno (2009). A criação de espaços de comunicação que permitem entrar ou sair de um cômodo sem passar por outro (escada privada, corredor, etc); a especialização dos aposentos (criação do quarto de dormir e da sala de visitas, por exemplo), a multiplicação dos espaços pequenos; todas estas transformações ocorridas na casa expressam isso: surgira algo novo, um novo valor, a “privacidade” (Ibidem).

Rybckzinski mostra como ao longo da idade média, por exemplo, estes valores descritos por Kafka ainda não haviam sido formados ou alcançado tamanha importância. Na “casa medieval” não havia cômodos com funções específicas; os móveis eram portáteis; atividades como dormir, almoçar, tomar banho, eram rituais coletivos; não havia banheiros particulares, salas de estudo, salas de jantar. As casas eram largas, geralmente com dois cômodos grandes onde tudo era feito sem especialização de funções. Não havia a preocupação tanto com o *conforto*, tal como pensamos, quanto com a *privacidade* (1996).

As habitações coletivas estudadas aqui costumam ser identificadas, justamente, a este tipo de casa apresentada pelo arquiteto polonês. Elas são definidas em oposição a *casa burguesa: não-higiênicas, sujas, desconfortáveis* (pequenas, escuras, oprimidas), *sem intimidade* (as casas são densamente habitadas; os banheiros são coletivos; não

existem cômodos particulares de um indivíduo ou com funções únicas), *individualidade* (as pessoas vivem nas casas das outras; os quartos são muito próximos; muita gente fica no corredor, no pátio e na portaria; as pessoas tomam conta da vida das outras; não há como se isolar do controle coletivo; não se deseja a “solidão”), *civilidade* (as pessoas gritam, brigam, não controlam as emoções) sendo, conseqüentemente, vistas como um lugar *promíscuo*, hospedagem dos *bárbaros*. Um modo de classificação característico daquilo que Edward Said considerou como o Oriente do “Orientalismo”, ou seja, uma síntese aglutinadora de tudo aquilo que o nós não é e nem quer ser (2003).

Vale observar como Luiz Edmundo descreve os cortiços de seu tempo, exemplos maiores de “incivilidade”:

Sob o tremular dos panos que gotejam de cima, o movimento de vaivém dos moradores, em baixo, numa agitação contínua e rumorosa. Gente de várias raças de todas as cores: pretas, crioulas de saias rodadas e cachimbos de barro, pendendo de enormes bocas, portuguesas sobrançelhudas e vermelhas, de braços grossos, e peitara forte, mulatinha flébeis, de ar andrógino e ademanes sentimentais, italianos, espanhóis, alemães, sírios, chins... (...) É uma bebel enorme! E essa gente toda sabe falar, a sorrir, a se mexer. Aqui berra um, ali discute outro, um terceiro, adiante, assobia. Mais longe outro rezinga, berra, discute e briga. (1987: p. 78)

Através da etnografia, contudo, conseguimos observar e registrar uma rica diversidade de estratégias e modos de *individuação* em uma habitação coletiva. Pudemos perceber que nos corredores da ocupação Zumbi dos Palmares não existiam apenas as crianças que brincavam sem descanso; os moradores que ouviam música no volume mais alto; que deixavam sempre as portas de suas casas abertas ou colocavam cadeiras por sobre os tapetes de entrada da casa; que sentavam nos bancos, nas escadas; que negariam, a partir de um certo olhar, toda uma “literatura da civilidade” peculiar à modernidade (ARIÉS, 2009). Havia, também, aqueles moradores mais tímidos ou desconfortados com o lugar, que aguardam o silêncio emergir ao redor, enunciando que os olhos alheios resguardaram-se em seus cômodos, para, assim, saírem de casa e, desse modo, não serem vistos. Estes moradores, estes modos de habitar, dificilmente são considerados pela visão estigmatizada do local.

A habitação coletiva, como nos lembra Bernardo Soares, é um lugar muito mais rico em diversidade do que os esteriótipos podem imaginar. Existem os mais “sociáveis” – para usar um termo do narrador - que passam grande parte do dia nos espaços coletivos do prédio, convivendo com os vizinhos, em suas casas, compartilhando o lugar com pessoas que anseiam angustiadamente pela sombra, pelo

escuro, pela discrição, pelo anonimato (PESSOA, 1999). Personagens da cidade, como ele – o ajudante de guarda-livros da Rua dos Barbonos –, como o heterônimo Álvaro de Campos, que preferem a solidão das janelas de seu quarto, “do meu quarto de um dos milhões do mundo que ninguém sabe quem é” (1999). Anônimos que não querem ser vistos, nem sentirem-se obrigados a conversar de seu mundo com algum vizinho tão próximo, quando tão estranho. Um incômodo com a multidão que abre certos paradoxos já que ao buscarem, muitas vezes, fugir dos olhos alheios, eles colocam seus próprios olhos e ouvidos sobre eles. Querem saber onde estão os “outros”, para não serem vistos; o que falam como garantia de seus segredos; seus costumes e horários, seus hábitos, para, desse modo, planejar seus horários, passos, suas estratégias no sentido de uma maior privacidade e impessoalidade.

Alguns moradores da ocupação, mesmo depois de anos, ainda passavam como “estranhos” mesmo residindo no lugar há tanto tempo. E não eram tão poucos – ainda que não fossem a maioria e que ganhassem os adjetivos de “metidos” ou “estranhos” por alguns - os moradores que cultivavam este modo de habitar mais “resguardado”. Renata, por exemplo, dizia: “nem 10% do prédio conhece meu filho”. Sendo que ele e sua mãe moraram no mesmo quarto, número 407, desde o início da ocupação quando se mudaram da Rua da América, no Santo Cristo, onde alugaram um quartinho por cinco anos. Seu Carlos também dizia conhecer apenas seus “vizinhos de porta, isso porque não há como não saber quem são”. Os óculos escuros e o chapéu, usados independente do tempo, eram seus utensílios, seu disfarce. Dona Maria, disse que escolheu o primeiro andar para morar, pois ali não seria vista pelo prédio inteiro enquanto passasse pelas escadas e corredores.

Quando falamos de privacidade e intimidade nas Ocupações, um aspecto, porém, como chama atenção Bachelard, é fundamental nesta discussão: a organização da *casa*, seus espaços e imagens⁵¹. Quando os moradores entraram na Zumbi encontraram um prédio, diferente da Ocupação Chiquinha Gonzaga, que não havia sido construído e pensado como um local de moradia. Em todo o edifício havia apenas dois banheiros, localizados no primeiro andar. Desde as quatro horas da manhã as pessoas já corriam

⁵¹ Segundo Bachelard, toda pesquisa sobre as “imagens da intimidade”, sobre o universo interior das almas, deve iniciar a partir de uma “poética da casa”, uma excursão sobre seus espaços e objetos. Pois, como coloca, “a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo (...). Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser ‘atirado ao mundo’, como o professam os metafísicos apressados, o homem é colocado no berço da casa” (1972: p. 22-23).

para eles. Entre as seis e sete horas, uma longa fila formava-se em frente às portas. Lembro-me das pessoas impacientes apertando as toalhas, batendo os pés no chão, socando o tempo. Imagina, todo dia, se não bastasse o trabalho ao longo da semana, enfrentar uma extensa fila para simplesmente ir ao banheiro. Muitas pessoas, claro, fugiam das filas preferindo “lavar-se” de balde na área onde fica a cisterna. Outras molhavam-se nos próprios quartos coletivos.

Os quartos, nos primeiros meses de ocupação, também eram coletivos. Quase todos os moradores, nos primeiros dias, dormiam juntos, agrupados em salas e corredores. Com o passar dos dias, com a relativa estabilização do lugar, as pessoas começaram a subir as escadas. Foi o momento, então, de surgimento das “casas”. Importante destacar que isso ocorreu tanto na Zumbi, como nas Ocupações Chiquinha Gonzaga (2004), Quilombo das Guerreiras (2006) e Machado de Assis (2009). No caso da Zumbi, os moradores ocuparam quartos, por meses, apenas até o terceiro andar do prédio. Isso por motivos de segurança⁵² e porque todos os quartos ainda seriam divididos na assembléia de moradores. Quando eles começaram a ocupar os quartos *individuando-os*, tornando-os espaços particulares, de uma pessoa, de amigos próximos ou da família, mesmo antes da divisão “oficial”, eles passaram da categoria “quarto coletivo” para “casa”. Não foram mais classificados ou sentidos como um *espaço provisório de uso coletivo*, mas como um *lar*. Pois, a casa está relacionada a esta percepção: algo que é particular, de uso do morador, da família, onde o espaço é gerido por eles. Ela pode ter espaços onde se desenvolvem atividades “públicas”, como é o caso das manicures e cabelereiras, mas nunca deixam de pertencer à uma família que possui o direito de gestão do espaço, ainda que ela não tenha nunca a propriedade do quarto, mas apenas a posse, já que todo apartamento na ocupação pertence ao coletivo⁵³.

⁵² Diante da possibilidade de um despejo rápido, comum nos primeiros dias de uma Ocupação, a proximidade dos moradores é vista como uma alternativa de resistência que dificulta a entrada de policiais dentro do prédio.

⁵³ A definição dos quartos privados como propriedades do coletivo, tem o intuito, também, de impedir a especulação imobiliária dentro da Ocupação, possível de acontecer através do aluguel ou da venda de um quarto. Afirmando, assim, a moradia como um direito e não uma mercadoria. Dizem os pontos 9 e 10 do regimento desta Ocupação: “As famílias não podem vender ou alugar as casas, lotes ou apartamentos; aqueles que fizerem isso perderão o direito de permanecer na ocupação”; “A casa é pra moradia e não para estabelecimento comercial, industrial ou igreja”.

Assembléia da Ocupação Zumbi dos Palmares



Autor: Pedro Freire (2005)

A divisão dos quartos em uma ocupação está entre os seus principais acontecimentos. É um momento dramático, permeado por conflitos, de grande mobilização coletiva e pressão. Afinal, o que mobiliza os moradores para ocuparem um prédio, a princípio, é a possibilidade da “casa”, de um espaço deles. Para organizar a divisão dos quartos entre os moradores forma-se uma comissão específica na assembléia. Todos os critérios, também, são decididos na mesma⁵⁴. Entre estes, os mais importantes são a idade dos moradores, o número de pessoas que irão residir em um mesmo quarto e a participação de cada um na organização coletiva do prédio: assembléias, comissões de trabalho (portaria, hidráulica, elétrica, comunicação), mutirões, atos, etc. Estabelecida uma ordem de moradores, sempre rediscutida nas assembléias, estes passam a escolher os quartos. Os primeiros andares são ocupados pelos mais idosos. Os quartos maiores ficam com as famílias mais extensas. Os quartos com janelas para os que mais contribuíram nas atividades coletivas dentro do prédio. E assim vai, claro, misturando as características destes espaços, variando de acordo com o gosto de cada um.

A divisão dos quartos, transformados em *moradia da família*, não soluciona, contudo, os problemas da privacidade em uma ocupação sem-teto. Debates sobre a liberdade individual de cada morador, sobre a gestão da casa, transformam-se, muitas vezes, em polêmicas e conflitos que chegam a ser levados à assembléia de moradores.

⁵⁴ A Ocupação Zumbi dos Palmares adotava um modo de organização chamado de “coletivo”. Neste, não há nem a presença de coordenadores ou presidente. Todas as decisões que envolvem a vida do prédio precisam ser decididas nas assembléias de moradores, afirmando um processo de autogestão.

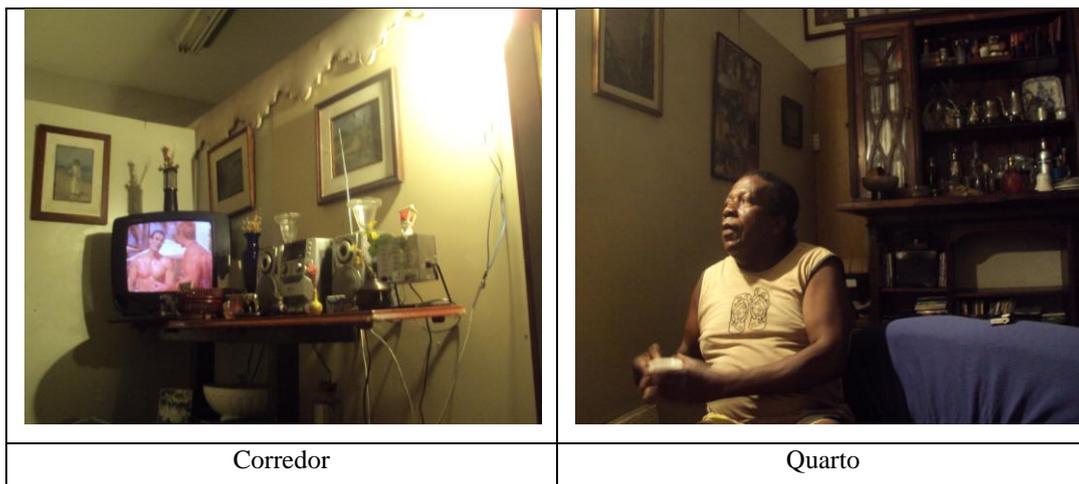
Pois, o uso do espaço privado em uma Ocupação sem-teto, como na maior parte dos condomínios, atende a regras e contratos de ordem coletiva, só que debatidos, neste caso, em reuniões e, em menores proporções, em conversas de vizinho⁵⁵. Tanto nas Ocupações Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras, como antes na Ocupação Zumbi dos Palmares, normas criadas pelo coletivo e inscritas no regimento da ocupação – como a proibição da venda e uso de drogas, ainda que em espaços privados, ou um acordo enquanto ao som em cada residência – visam combinar os interesses do indivíduo, a autonomia da casa, e do lugar habitado por todas as famílias.

Nesse sentido, a presença de valores relacionados, como diria Dumont, ao “indivíduo” e que seriam característicos e exclusivos da modernidade- como a “intimidade”, a “privacidade”, a “discrição”, a “igualdade”- podem ser observados, facilmente, logo após os quartos serem divididos, *individuos*. Em quase todas as casas na ocupação, mesmo as que são habitadas apenas por uma única pessoa, vemos uma divisão do espaço aos moldes do modelo que consideramos “normal” de casa. Primeiro, organiza-se a sala e o quarto. Depois, a cozinha. Mais tarde, caso haja recurso, um banheiro. Aquele espaço vazio, liso, sem repartições, vai se aproximando cada vez mais da imagem de casa que nós conhecemos, “moderna”.

A casa de Manuel, por exemplo, organiza-se assim:



⁵⁵ Sobre a interferência do “coletivo” nas relações de ordem interpessoal, diz uma moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em entrevista realizada por Rafael Almeida e Marianna Moreira: “A questão é que, grande parte do Coletivo defende, embora algumas frases na sociedade, elas tenham um peso como se fosse verdadeiras, né? Tipo: briga de marido e mulher ninguém mete a colher etc. e tal. Muitas pessoas no Coletivo acreditam que não adianta conquistar moradia se você não muda a sua postura, né? Então, por exemplo, o cara que bebe (...) se ele agride, ele toma uma advertência. Então, o cara que bebe e bate na mulher, toma advertência, então o Coletivo às vezes interfere em coisas que são pessoais, mas que deixam de ser pessoais porque a estrutura aqui é diferente”.



O espaço, anteriormente reto, foi dividido em sala, cozinha e quarto. Para fazer esta espacialização do lar, esta divisão entre os cômodos, ele improvisou uma “parede” entre os três espaços e ainda criou um pequeno corredor separando a sala do quarto.

No apartamento 607, de Valdir, ele fez uma casa “meio moradia, meio oficina”, como assim a classificou. Vejamos as fotos:



Com a transformação do quarto vazio em “lar da família”; com a posterior organização dos objetos na casa; a criação de novos cômodos separados por cortinas, armários ou ladrilhos; a partir do uso dos espaços, da organização da casa; podemos buscar compreender como os próprios moradores classificam e valorizam os fenômenos da vida, como interpretam o mundo à partir de suas próprias histórias e categorias. Ao mesmo tempo, também, que colocam em jogo o uso de categorias como uma política de acusações, o que será discutido no próximo capítulo.

Dos modos à mesa

Nesse meio tempo, a mulher do jaguar avisa o caçador, em segredo, que a carne será bem apimentada e que, ao comer, ele não deve mostrar contrariedade. O jantar realmente lhe queima a boca, mas o homem consegue, a muito custo, esconder seu sofrimento. O jaguar fica encantado, cumprimenta-o e lhe mostra o caminho da aldeia
Nim

Claude Lévi-Strauss, ao analisar alguns mitos entre povos indígenas da América, percebeu um conjunto de regras referentes aos *modos à mesa*. Estas orientações quanto à *etiqueta* ou, simplesmente, às práticas culinárias, manifestavam aspectos importantes da cosmologia de um determinado grupo: seus interesses, valores, intrigas, gostos, oposições. Ao mesmo tempo, também, nos ajudava a pensar nossos próprios *códigos e hábitos*, nossas “maneiras”:

Um esquema inicial da série das Planícies coincide, portanto, com o que havíamos percebido por detrás dos mitos jê sobre a origem da cozinha. E a sequência é um episódio culinário, ou melhor, uma história de modos à mesa, certamente esdrúxula de nosso ponto de vista, pois que o comportamento prescrito consiste em fazer ruído ao comer. Mas será que alguma vez paramos para pensar na importância extraordinária que damos à mastigação silenciosa? Em nossa sociedade, ela fornece um critério suficiente para classificar definitivamente o desconhecido que não a respeitar (2006: p. 450).

Este esquema, comentado acima, foi construído a partir da coleção de alguns mitos que atravessam o *Novo Mundo*. Segundo Lévi-Strauss, desde os Arapho até os Hidatsa, todos os mitos que se iniciam com a *disputa dos astros* apresentam um elemento comum: reconhecem como um mérito da esposa humana o fato de mastigar ruidosamente (2006). É o que aparece neste mito dos Mandan, transcrito no terceiro volume das *Mitológicas*:

Antigamente, vivia uma moça chamada Seda-de-Milho (...). Ela tinha resolvido se casar com o Sol, e perguntou a uma boa mulher como podia chegar até ele. Esta aconselhou-a a fazer a viagem em várias etapas e passar as noites com os camundongos.

Na primeira noite, a moça pediu aos “camundongos-de-cabana”, que lhe servissem feijões da terra que tinham acabado de colher. Em troca, ela lhes ofereceu gordura de bisão, para passarem nas mãos irritadas por esse trabalho difícil, e contas de pedra azul. Na segunda noite, a mesma cena se repete na casa dos camundongos de peito branco e, na terceira, na dos camundongos de nariz comprido. Aos ratos de bolsa que a acolheram na quarta noite, ela ofereceu, pelos feijões costumeiros, gordura de bisão e bolinhos de milho, que também tinha trazido.

No anoitecer do dia seguinte, Seda-de-Milho chegou à casa do povo celeste. Impressionada com sua beleza, a velha convidou-a a entrar. Cada irmão ocupava um lado oposto da casa e a mãe instalou a moça do lado de Lua. Quando veio uma mulher

cheyenne do mundo terrestre, a velha mandou-a para o lado onde o Sol costumava dormir.

Sol achou que a mãe o lesava em proveito do irmão e se queixou. Ela respondeu que Lua recebia poucas propostas de casamento. Quando chegou a hora de comer, a velha serviu para Sol, que era Canibal, um cozido de mãos, orelhas e pele humanas. A mulher cheyenne e ele comeram com apetite.

Cada mulher deu à luz um filho. Como sol queria que o sobrinho se tornasse canibal, Lua prolongou a noite para permitir que Seda-Milho fugisse com o filho. Este cresceu na aldeia materna, contra a qual moveram guerra os dez irmãos da mulher cheyenne. Transformado em pássaro-trovão, Lua combateu com o povo da esposa e matou os dez irmãos; seu filho matou e decapitou o primo, filho do Sol, queimou-lhe o corpo numa fogueira e ofereceu a cabeça ao Espírito das águas. Ele se tornou chefe de guerra entre os Mandan. (Bowers 1950 *apud* LÉVI-STRAUSS, 2006: p. 283-284)

Em outro mito que iremos mostrar abaixo, do mesmo grupo, este *valor* quanto aos modos à mesa re-aparece, ainda mais nítido:

Sol e Lua desceram outrora à terra. Eles queriam se casar, pois sua velha mãe estava cada vez mais debilitada. Lua pretendia escolher uma esposa entre “debulhadoras de milho”. Sol protestou que as humanas só tinham um olho e franziam o rosto ao olhá-lo, enquanto as sapa voltavam em sua direção lindos olhos azuis. “Pois bem – disse Lua. Você se casará com uma sapa e eu, com uma Mandan.”

Lua aproximou-se de uma grande aldeia de verão. Viu duas moças que catavam lenha. Transformado em porco-espinho, atraiu a mais nova até o alto de um salgueiro e dali para o céu. Diante de sua porta, cresciam árvores de frutos vermelhos e diante de Sol, “salgueiros” vermelhos. A mãe convidou as duas mulheres a entrar, mas teve dificuldades em encontrar a sapa, que permanecia escondida no mato e urinava a cada salto.

Quando lhes serviu a refeição, a moça mandan escolheu um pedaço de tripa fino e a sapa, um pedaço grosso. A velha queria saber quem comia melhor e faria mais ruído ao morder. A índia tinha dentes afiados e devorava como um lobo. Mas a sapa não conseguiu fazer estalar pedaços de carvão entre as gengivas. Todos riam dela. Furiosa, ela saltou sobre o peito de Lua e ali ficou colada. Ele a desgrudou com a faca e a jogou no fogo. Então, ela foi para as costas dele, bem no meio das omoplatas, onde ele não conseguiu alcançá-la. É a origem das manchas da lua (Ibidem: p. 282-283).

Nestes dois mitos, portanto, a mastigação ruidosa é tratada como um gesto importante que deve ser seguido e apreciado. A heroína deve mastigar ruidosamente à diferença de sua rival, a rã. Entre outros povos, contudo, estes *modos* se invertem. Os heróis timbira de M10⁵⁶ e o herói tukuna de M53, quando do momento de comer, não devem fazer ruído, ainda que a carne esteja crocante num caso e queime a boca no outro (2004). Em outros dois mitos, um destes de onde extraímos a epígrafe do capítulo, o herói humano - para escapar do jaguar canibal (M53) ou de sua mulher, igualmente faminta (M10) - deve comer em silêncio já que, desse modo, ele pode mediatizar a oposição entre a natureza e a cultura (2004).

⁵⁶ Numeração dos mitos presentes nas *Mitológicas*.

A heroína mandan, por sua vez, sem se tornar canibal, precisa provar para o Sol, detentor das fontes de vida, que o homem, embora provenha das entranhas da terra e dependa da água para sobreviver, pode pôr-se contra esta última, do lado do céu. A uma empresa de mediatização opõe-se, portanto, na América do Norte, uma empresa de des-mediatização (2006). O mesmo pode ser dito de outro modo: os Timbira prescrevem o silêncio à mesa do jaguar, dono de um fogo terrestre e construtor, enquanto os índios das Planícies que contam a história da disputa dos astros prescrevem a mastigação ruidosa à mesa do Sol, dono do fogo celeste e destruidor. Finalmente, se a visitante do povo celeste deve provar seu vigor e mastigar ruidosamente, é na condição de embaixatriz da espécie humana, e para mostrar àqueles canibais que *ela vale tanto quanto eles* (2006).

Para melhor compreender esta oposição – estes modos à mesa distintos – vejamos como o antropólogo francês a analisa:

Compreende-se então porque o herói Jê deve mastigar em silêncio e a heroína das Planícies ruidosamente. Num caso, trata-se de realizar a passagem entre o alimento cru e o alimento cozido, de fazer do ato de alimentar uma operação cultural e mediatizada. Por ter sido o primeiro a tentá-lo, o herói timbira merece tornar-se o santo padroeiro de todas as criancinhas civilizadas que escutam seus pais repetindo incansavelmente que ‘não se deve fazer barulho ao comer’. A mastigação sonora e de boca aberta, ao contrário e por duas razões, conjuga forças que geralmente se prefere manter separadas (...). Trata-se de demonstrar, para o sol canibal, que o homem é capaz de incorporar uma parte das forças hostis, fazer-se seu cúmplice e usá-las a seu favor. Se o ruído parece ser condenável quando se come à mesa do dono do fogo de cozinha, ao contrário, ele se opõe na do dono do fogo celeste (2006: p. 450-451).

Esta diferença quanto aos modos à mesa, observado nas duas Américas, coloca uma questão importante em relação aos nossos próprios códigos. Para Lévi-Strauss, se os mitos das duas Américas prescrevem comportamentos diferenciados de acordo com as circunstâncias, nós, ao contrário, autorizamos apenas um comportamento à mesa, em qualquer situação que possa se apresentar. Independente do lugar e do tempo, nosso código de educação exclui a possibilidade de comer ruidosamente. Tal desacordo, diz, “não se reduz ao que é normal observar entre as representações míticas e os hábitos, pois mesmo no caso destes, os índios da América admitiam que os comportamentos se adequassem às situações” (2006: p. 451). Lévi-Strauss dá o exemplo dos Ingalik, que geralmente comiam em silêncio, mas produziam um estalido de lábios quando achavam a comida ruim e queriam envergonhar a cozinheira.

Desse modo, a partir da análise destes mitos ameríndios e da observação dos costumes na civilização moderna, ele faz uma diferenciação entre dois códigos referentes aos modos e às maneiras: entre os povos considerados selvagens, “os modos à mesa constituem uma espécie de código livre, cujos termos eles sabem combinar para transmitir mensagens distintas” (Ibidem). Já no mundo “civilizado”, estes modos constituiriam um código mais fechado, que já não varia de acordo com as circunstâncias ou as mensagens que deseja emitir. Ele é constituído por uma generalidade, uma universalidade moral que rege as normas e as classifica enquanto certas ou erradas:

Trocamos, portanto, nossos modos à mesa por outros que, pelo menos em termos de norma, tornaram-se gerais no ocidente. Pois, em nossa civilização, modos diferentes de mastigar não mais denotam tradições nacionais ou locais. São simplesmente corretos ou não. Em outras palavras, e ao contrário do que observamos em sociedades exóticas, os comportamentos não mais constituem para nós um *código livre*: selecionamos alguns, proscovemos outros e nos conformamos aos primeiros para transmitir uma *mensagem forçada*. (2006: p. 452)

Norbert Elias, a partir de uma história dos costumes, mostrou como os modos à mesa no Ocidente mudaram – o que Lévi-Strauss começara a apresentar⁵⁷ - e a grande importância que tiveram dentro do processo civilizador. Se ao longo da Idade Média, como diz, o conjunto de regras quanto ao comportamento era mais simples, menos rígido - as pessoas comiam juntas, pegavam a carne com os dedos na mesma travessa, bebiam vinho no mesmo cálice, tomavam a sopa na mesma sopeira ou prato fundo -, já na modernidade um código complexo e bem delimitado de regras de comportamento foram estabelecidos. Surgiam, ao mesmo tempo, novos objetos à mesa como os talheres, os guardanapos, que manifestavam, justamente, a emergência ou desenvolvimento do privado, do íntimo, do individual, de uma estrutura social e emocional distinta (1994).

Sobre o uso de garfos, por exemplo, Elias conta-nos que Henrique III quem o introduziu na França, trazendo-o provavelmente de Veneza. Seus cortesãos, diz:

não foram pouco ridicularizados por essa maneira ‘afetada’ de comer e, no princípio, não eram muito hábeis no uso do utensílio: pelo menos se dizia que metade da comida caía do garfo no caminho do prato à boca. Em data tão recente como século XVII, o

⁵⁷ “Mas entre nós, até não muito tempo atrás, ocorria o mesmo. No século XIX, os franceses reconheciam o modo ibérico de elogiar uma refeição copiosa com arrotos cortesios no final. E mais: nossos antepassados decifravam como uma linguagem as diferenças de modos de comer que notavam entre eles e os povos estrangeiros”. (2006: p. 451)

garfo era ainda basicamente artigo de luxo da classe alta, geralmente feita de prata ou de ouro. (1994: p. 88)

Isso, pois apenas a partir do século XVI, segundo Elias, uma hierarquia social mais rígida começa a se firmar, formando-se uma nova classe superior, uma nova aristocracia, que já não se identificava, ou sentia-se contemplada, com os valores *cortesês*. Surge então, como auto-representação de si, os conceitos de *civilité* e, posteriormente, no tempo das “revoluções”, de *civilization*. Neste universo de imagens, a questão do bom comportamento, sua uniformidade, torna-se cada vez mais candente, especialmente porque “a estrutura alterada da nova classe alta expõe cada indivíduo de seus membros, em uma extensão sem precedentes, às pressões dos demais e do controle social. Não bruscamente, mas bem devagar, o código de valores torna-se mais rigoroso e aumenta o grau de consideração esperado dos demais” (Ibidem). Nesse momento, com a transformação estrutural da sociedade, com o novo modelo de relações humanas, ocorre uma mudança: aumenta a compulsão de policiar o próprio comportamento.

Na contramão ou total desconhecimento deste processo civilizador, bem próximo de alguns mitos ameríndios analisados por Lévi-Strauss, Aluísio Azevedo, em *O Cortiço*, enfatiza o que seriam os modos *selvagens* de se alimentar compartilhados entre os moradores da estalagem São Romão:

Meia hora depois vinha das duas casas uma algazarra infernal. Falavam e riam todos ao mesmo tempo; tilintavam os talheres e os copos. Cá de fora sentia-se perfeitamente o prazer que aquela gente punha em comer e beber à farta, com a boba cheia, os braços envernizados de molho gordo. Alguns cães rosnavam à porta, roendo os ossos que traziam lá de dentro. De vez em quando, da janela de uma das casas aparecia uma das moradoras, chamando a vizinha, para entregar um prato cheio, permutando as duas entre si os quitutes e as petisqueiras em que eram mais peritas. (2007: p. 156)

Diante da continuidade destas mesmas representações quando se pretende classificar as habitações coletivas ou favelas, perguntamos: Quais *códigos* regem os modos à mesa em uma habitação coletiva como a Ocupação Zumbi dos Palmares? A experiência da *cozinha coletiva*, que durou cerca de seis meses, pode nos ajudar a pensar esta questão. Ela surgiu no primeiro dia de ocupação, logo após os moradores entrarem no prédio. Antes mesmo de ocuparem, comissões de trabalho distintas já distribuía os futuros ocupantes nos trabalhos coletivos. Uma destas comissões era a da cozinha. Durante todos os meses em que a cozinha coletiva existiu, esta esteve aos cuidados desta comissão. Como havia assembléias todos os dias, elas eram escolhidas nestes espaços, renovando-se constantemente. Todo morador devia participar de alguma

comissão de trabalho (Hidráulica, Elétrica, Portaria, Cozinha), decisão inscrita no próprio regimento interno da ocupação⁵⁸.

Todos os membros da comissão contribuía de algum modo. Quando do momento da comida, no almoço e na janta, estes se distribuía em distintas tarefas. Enquanto um grupo servia as pessoas, outro lavava os pratos, copos e colheres para que estes pudessem ser reutilizados por outras pessoas, já que não havia o número suficiente para todos. Os moradores faziam uma fila, recebendo, cada pessoa, um prato, um conjunto de talheres, e um copo. Os primeiros da fila eram sempre os idosos e as crianças. No momento de comer, as pessoas sentavam em uma mesa extensa, bem longa, que durante muito tempo foi usada durante as reuniões. Depois de uma hora, mais ou menos, a cozinha fechava. Os membros da comissão terminavam de lavar os panelões e os pratos, e depois comiam.

O cardápio oferecido não era um grande *menu*, mas enchia a barriga de muita gente. Quem participou deste período e não lembra do arroz com angu, o macarrão com salsicha, o panelão de feijão carregado por aqueles braços pesados? A longa fila atravessando o salão de entrada, as pessoas ansiosas com os cotovelos sobre a mesa?

A cozinha coletiva durou cerca de cinco meses. Um dos motivos para o seu fim foi a insatisfação de alguns moradores com as pessoas que “passavam o dia inteiro no prédio, almoçando e jantando na ocupação”, sem passar perto das finanças coletivas⁵⁹. Outro fator, comum em todas as ocupações, é a ocupação individualizada dos quartos pelas famílias. Com os quartos divididos, as pessoas organizam sua própria cozinha, em sua própria casa, usando a antiga cozinha apenas em atividades coletivas, como festas e encontros promovidos pela própria ocupação.

Consideramos o exemplo da cozinha coletiva como um caso importante nesta discussão, pois ela mostra como entre os moradores existe uma percepção da individualidade, uma noção e distanciamento do outro, uma separação do eu e do todo, uma especialização e individualização dos lugares e objetos à mesa. Existe o que é do indivíduo, individual, e não mais de todos, do “coletivo”. Esse conjunto de valores,

⁵⁸ Segundo os pontos 7, 8 e 9 do regimento interno, decidido em assembléia dos moradores nas reuniões que antecederam a ocupação: “7) As famílias deverão se comprometer a trabalhar, contribuir como o coletivo e participar das assembléias para o bom andamento do coletivo; 8) Cada família se comprometerá a trabalhar um determinado número de horas (variando de situação para situação) por dia para o coletivo; 9) O trabalho na ocupação é coletivo e organizado em comissões de trabalho . Todo morador deverá participar dos trabalhos e das comissões”

⁵⁹ Cada família, nesta época, precisava contribuir, toda semana, com cinco reais para o funcionamento da cozinha coletiva.

percepções e comportamentos é parte e obra deste processo civilizador do qual fala Elias. Parte da modernidade e das mudanças que vão ganhando maior força e forma no final da Idade Média e no Renascimento, e que vão sendo “devoradas” de um modo próprio pelos ocupantes.

Nas ocupações, já dentro das casas, muitas vezes os pratos são coletivos, assim como os talheres e copos. As pessoas compartilham estes objetos no momento comum de comer. Entretanto, geralmente ou quase sempre estes são lavados antes de serem reutilizados por outra pessoa, o que favorece uma maior individualidade. Caso raro, então, é o não-uso de talheres nos momentos de se servir e de se alimentar. Dificilmente se observa alguém pegar o bife ou o arroz com a mão. O uso de talheres é visto como algo próprio da higiene e da civilidade. Este é o padrão observado. Um modo de estar e ser no tempo moderno – mesmo que não implique em regras rígidas e numerosas -, que, como vimos, não existiu durante quase toda a Idade Média. Um modo de se relacionar com os objetos e com as pessoas que se apropriou e também rejeitou, à seu modo, as categorias e formas impostas pelo processo de “modernização” dos costumes e hábitos das populações consideradas “selvagens” e “brutas”.



Autores: Ângela de Moraes e CMI

Direito e conflito

Quem sabe direito o que uma pessoa é? Antes sendo: julgamento é sempre defeituoso, porque o que a gente julga é o passado. Mas, para o escriturado da vida, julgar não se dispensa; carece? Só que uns peixes tem, que nadam rio-arriba, da barra às cabeceiras. Lei é lei? Loas! Quem julga, já morreu.

João Guimarães Rosa

No importante livro de Chrétien de Troyes, *Lancelot, o Cavaleiro da Charrete*, a presença do *duelo* desenha uma obra à seu tempo. Tendo como tema o amor de Lancelot por Guinevere, esposa do Rei Arthur, logo, o amor cortês de um cavaleiro por uma dama, o duelo torna-se ou apresenta-se como personagem indispensável. Ele aparecerá muitas vezes ao longo da história, em todos os momentos dramáticos que se dão desde o seqüestro da rainha à batalha final. Isso, pois, por amar - *estar* apropriado pelo amor -, o cavaleiro deve superar dificuldades, enfrentar perigos, ser “corajoso” e “valente”. Combater, lutar, afinal, como diz Foucault, “o direito feudal é a forma ritual de guerra” (1999) e o amor de um cortesão mostra-se pela valentia, pelo duelo.

Enquanto fragmento que nos ajuda a pensar o amor cortês em sua relação com o duelo e o direito feudal, destacamos esta passagem do texto:

- Por Deus, os diabos e os demônios do inferno vos traíram! Fostes ardente demais esta noite, e vossos ferimentos reabriram. O que conta nada vale. A verdadeira prova está aqui sob nossos olhos: o sangue que mancha os dois leitos. É justo que o criminoso provado pague pelo seu crime. Jamais cavaleiro de vosso renome causou tal decepção. Estais desonrado!

- Sire, sire – protesta Kai -, pela honra de minha senhora e pela minha, saberei refutar pelas armas as acusações de vosso filho. Ele me lança em tormento, mas proclamo que sem razão.

- Estais em muito mau estado para que tenhais de lutar

- Sire, permiti que me bata contra ele e provarei que não cometi o crime que me acusa.

A rainha mandou chamar Lancelot em segredo. Ela diz ao rei que terá um cavaleiro para defender o senescal contra Meleagant, se este mantiver a acusação infamante. Mas Meleagant não se preocupa:

- De todos os cavaleiros – diz ele -, não há um único, nem mesmo um gigante, contra quem não empreenda combate até que um de nós seja vencido sem recurso.

Neste instante chega Lancelot. De pronto a sala fica repleta de cavaleiros. Diante de todos, jovens e encanecidos, a rainha conta-lhe o que aconteceu.

- Lancelot – diz ela -, Meleagant acaba de me acusar de grande desonra: coloca-me sob suspeita diante de todos que o cercam. Cabe a vós fazer que se retrate. Segundo ele, eu teria recebido Kai esta noite no leito, porque viu meus lençóis e os de Kai manchados de sangue. E Meleagant afirma que o senescal deverá ser julgado traidor se não concordar em bater-se com ele, ou se algum outro não o fizer em seu nome.

- Não precisais fazer um longo discurso – responde Lancelot. – Deus não permita que suspeitem de vós e do senescal. Se me derem consentimento, estou pronto a defendê-lo. Combaterei por ele.

Rompe Meleagant:

- Deus me ajude, também eu quero isso! Não vá homem pensar que o fazer me contraria!

Diz Lancelot ao rei:

- Sire rei, conheço bem as regras e as leis dos processos e dos julgamentos. Um combate sobre assunto de tão grave suspeita não deve acontecer sem juramento.

Meleagant responde de pronto, sem temor:

- De acordo quanto ao juramento! Trazei depressa as relíquias dos santos! Bem sei que estou em meu direito. (1999: p. 177-178)

Nessa passagem, os principais personagens do “direito feudal” – o dano, a acusação, a prova, os assistentes e o duelo – manifestam-se, todos, imbricados no drama. Sentindo-se em “dano”, Meleagant acusa Kai e a Rainha de um delito dos mais sérios na sociedade medieval: a traição. Para provar o que afirma, mostra ao pai os lençóis manchados de sangue usados por ambos. Diante de tal situação, o único modo de Senescau, o cavaleiro, provar que estava com a razão, que não havia se deitado com a esposa do rei, era através do duelo, do recurso à batalha como a maior prova do certo, do justo. No seu lugar, lutando pela corte de Arthur, Lancelot é convocado, representando-os na batalha.

O duelo, portanto, que irá determinar quem estava certo ou errado, quem pecou, quem foi justo. A resolução do conflito não se dá através das normas do direito moderno ou dos instrumentos de produção de saber e verdade que florescem a partir do século XII, como nos mostra Michel Foucault. Não estão em cena, nesse processo dramático, testemunhas, procuradores, inquisidores, que irão, através da palavra, da busca da verdade, solucionar o conflito. Sua resolução encontra-se na própria relação entre os dois guerreiros. A batalha é o modo possível para se estabelecer a certeza e realizar a justiça.

Segundo Foucault, no antigo Direito Germânico e ao longo de toda a alta Idade Média, o que caracterizava uma ação penal era sempre uma espécie de duelo,

de oposição entre indivíduos, entre famílias ou grupos. Não havia intervenção de nenhum representante da autoridade. Tratava-se de uma reclamação feita por um indivíduo a outro, só havendo intervenção destes dois personagens: aquele que se defende e aquele que acusa. (1996: p. 56).

Os assistentes, como o Rei, não possuíam o papel nem o direito de julgar quem estava certo, quem dizia a verdade entre os cavaleiros. No sistema da prova judiciária feudal, como nos mostra o filósofo francês, trata-se não da pesquisa da verdade, mas de “uma espécie de jogo de estrutura binária. O indivíduo aceita a prova ou renuncia a ela. Se renuncia, se não quer tentar a prova, perde o processo de antemão” (FOUCAULT, 1996: p. 61). Ao rei, cabe-lhe, apenas, garantir que o duelo ocorra dentro das regras previstas pelo próprio direito.

Esse sistema de práticas judiciárias começará a desaparecer no final do século XII e no curso do século XIII. A partir da segunda metade da Idade Média, o Ocidente irá assistir à transformação destas velhas práticas e à invenção de novas formas de justiça, de novas formas de práticas e procedimentos judiciários. Aparecem, então,

coisas totalmente novas em relação à sociedade feudal, ao Império Carolíngio e às velhas regras do Direito Romano, como a figura do procurador, a noção de infração, a organização de um inquérito, este como uma maneira de saber, de produzir a verdade. Ele se apresentará como modo principal de produzir a verdade, tanto no plano dos discursos científicos, nas esferas religiosas, quanto no plano jurídico, do direito.

Em *O Grande Serão Veredas*, o julgamento de Zé Bebelo – um dos principais momentos da história – surpreende os jagunços e encanta o narrador por seu trato. No caso, após longa batalha entre os grupos de Joca Ramiro e Zé Bebelo – quem iniciou esta guerra no sertão ao buscar “desnortear, desencaminhar os sertanejos de seu costume velho de lei...” (ROSA, 1986: p. 243) – este foi aprisionado e levado à julgamento, como convém aos códigos de combate entre os jagunços guerreiros. No eirado da Fazenda Sempre-Verde, do doutor Mirabô de Melo, Joca Ramiro, chefe do “bando” vencedor, organiza um tribunal para julgar o prisioneiro. Rodeado pelo povaréu jagunço – aquele povo... “rio que se enche com intervalo dos estremecimentos, regular, como o piscar de olho dum papagaio” (p. 242) -, apresenta a acusação, permite o direito de defesa do réu e garante a fala de todos os participantes do julgamento (os jagunços que ali estavam), que lançavam suas propostas para solucionar o conflito. Hermógenes, cabra “ruim”, é o primeiro a propor, defendendo a morte de Zé Bebelo, “tralha” de sujeito, inimigo seu:

- “Acusação, que a gente acha, é que se devia de amarrar este cujo, feito porco. O sangrante... Ou então botar atravessado no chão, a gente todos passava a cavalo por riba dele – a ver se vida sobrava, para não sobrar!”
- “Quá?” – Zé Bebelo debicou, esticando o pescoço e batendo com a cabeça para adiante, diversas vezes, feito pica-pau em seu ofício em árvore. Mas o Hermógenes com aquilo não somou; foi pondo:
- “Cachorro que é, bom para a faca. O tanto que ninguém não provocou, não era inimigo nosso, não se buliu com ele. Assaz que veio, por si, para matar, para arrasar, com sobejidão de cacundeiros. Dele é este Norte? Veio a pago do Governo. Mais cachorro que os soldados mesmos... Merece ter vida não. Acuso é isto, acusação de morte. O diacho, cão!” (p. 246)

Opondo-se a Hermógenes e seus seguidores, na “defesa de Zé Bebelo”, colocam-se Titão Passos, Gu e Riobaldo. Eles contestam a legitimidade jurídica e moral da proposta lançada pelo primeiro, propondo, por sua vez, que Zé Bebelo fosse solto como assim prevêm as leis que orientam a guerra no sertão:

“... Sem querer ofender ninguém – vou afiançando. O que eu acho é que é o seguinte: que este homem não tem crime constável. Pode ter crime para o Governo, para delegado e juiz-de-direito, para tenente de soldados. Mas a gente é sertanejos, ou não é

sertanejos? Ele quis vir guerrear, veio – achou guerreiros! Nós não somos gente de guerra? Agora, ele escapou e perdeu, está aqui, debaixo de julgamento. A bem, se, na hora, a quente a gente tivesse falado fogo nele, e matado, aí estava certo, estava feito. Mas o refrego de tudo já se passou. Então, isto aqui é matadouro ou talho?... Ah, eu, não. Matar, não. Suas licenças...” (p. 252)

Após as explicações dos ouvintes, a defesa do prisioneiro, Joca Ramiro – chefe do grupo e quem tem o direito de deliberar sobre o conflito – decide enviar Zé Bebelo para Goiás, com a garantia de que este seguirá o destino escolhido e que não voltará aos estados de Minas e Bahia até contra-ordem ou morte sua:

- “O julgamento é meu, sentença que dou vale em todo este norte. Meu povo me honra. Sou amigo dos meus amigos políticos, mas não sou criado deles, nem cacundeiro. A sentença vale. A decisão. O senhor reconhece?”

- “Reconheço” – Zé Bebelo aprovou, com firmeza de voz, ele já descabelado demais (...).

- “Bem. Se eu consentir o senhor ir-se embora para Goiás, o senhor põe a palavra, e vai?”

Zé Bebelo demorou resposta. Mas foi só minutozinho. E, pois:

- “A palavra e vou, Chefe (...)” (p. 262)

Esse julgamento, como diz Zé Bebelo, é “prova de que vós nossos jagunços do Norte são civilizados de calibre” (p. 160). Pois, todos são gente bruta, conhecidos da morte, mas “não matam um qualquer inimigo pegado. Isso aqui não são essas estrebarias...” (ibidem). Não se travam mais, ao longo do ritual de acusação e julgamento, duelos – como chegou a ser proposto por Hermógenes e Sô Candelário⁶⁰ – como meio de produzir a verdade e verificar quem está correto. A batalha acaba com a guerra. O julgamento não vive mais desta, nela, mas do seu fim, após o seu desfecho. Organiza-se um tribunal, com participação dos envolvidos no caso, com direito de defesa do prisioneiro, e com a posterior deliberação de um juiz, o que só é feita após esta sequência de atos jurídicos e morais.

Nas Ocupações Quilombo das Guerreias e Chiquinha Gonzaga - e por muito tempo na Ocupação Zumbi dos Palmares - a justiça exercida pelos moradores assemelha-se ao cenário de “alta civilidade” apresentado no grande sertão, tendo, obviamente, suas especificidades. Nestas ocupações, quando alguém sofre uma acusação (que ultrapassa o universo particular), esta é levada e apresentada na assembléia dos moradores, no “coletivo”. No primeiro momento, os acusadores

⁶⁰ “Sobre o que, sobreveio Sô Candelário, arre avante, aos priscos, a figura muita, o gibão desombrado. Sobrava fala: - “Com efeito! Com efeito!...” – falou. Vai, vai, forteou mais a voz: - “Só quero pergunta: se ele convém em nós dois resolvermos isso à faca! Pergunto para briga de duelo... É o que acho! Carece mais de discussão não... Zé Bebelo e eu – nós dois, na faca!...” (p. 248).

apresentam os elementos que permeiam a mesma. O acusado, em seguida, possui o direito de defesa, tendo o mesmo tempo de fala de todos que participam da assembléia. Apresentadas a acusação e a defesa, assim como no julgamento de Zé Bebelo, os moradores possuem o direito de falar e fazer propostas sobre a situação, considerando, sempre (mesmo que seja para contrariá-lo), o regimento interno do prédio.

Após o desfecho das falas, chega o momento de deliberar sobre o caso. Momento, este, onde o “tribunal” da ocupação mais se distingue dos julgamentos, tanto entre os jagunços citados como da própria justiça moderna. Pois, a deliberação não é mais realizada por uma única pessoa, por um juiz especial, mas pela assembléia reunida. Movimenta-se, no caso, um dispositivo popular onde a justiça é direta e coletiva. Onde rejeita-se um terceiro elemento mediador, considerado neutro.

O primeiro julgamento realizado na Ocupação Zumbi dos Palmares, por exemplo, ocorreu logo no início da ocupação, nos primeiros dias. Um morador foi acusado de roubar roupas do varal e quartos coletivos. O caso foi levado à assembléia, com a presença dos moradores, os acusadores e o acusado. Após o ritual descrito acima, o acusado foi expulso do prédio por maioria absoluta de votos.

Essa espécie de “justiça popular”, como diz Foucault, descarta certos atores e desenhos do tribunal “burguês”, promovendo outra disposição e realização da justiça, já distantes das espacialidades e formas marcadas por um aparelho de Estado:

...creio que essa idéia de que pode haver pessoas que são neutras em relação às duas partes, que podem julgá-las em função de idéias de justiça com valor absoluto e que as suas decisões devem ser executadas vai demasiado longe e parece muito distante da própria idéia de uma justiça popular. No caso de uma justiça popular, não há três elementos; há as massas e os seus inimigos. Em seguida, as massas, quando reconhecem em alguém um inimigo, quando decidem castigar esse inimigo – ou reeducá-lo – não se referem a uma idéia universal abstrata de justiça, referem-se somente à sua própria experiência, à dos danos que sofreram, da maneira como foram lesadas, como foram oprimidas. Enfim, a decisão delas não é uma decisão de autoridade, quer dizer, elas não se apóiam em um aparelho de Estado que tem a capacidade de impor decisões. Elas as executam pura e simplesmente (2004: p. 45)

Ela nasce, inclusive, das experiências dos tribunais revolucionários na Comuna de Paris e da Guerra Civil Espanhola, de uma memória de justiça que remonta a lutas operárias e que vão aos poucos sendo incorporadas e modificadas pelos ocupantes.

Nesse sentido, a realização da justiça nestas ocupações sem-teto – quando o coletivo prevalece, e tem prevalecido nas Ocupações Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras, como na maior parte do tempo em que existiu a Ocupação Zumbi dos

Palmares - movimenta diversos elementos do direito ocidental moderno, afasta outros, e acentua um aspecto chave, que a modernidade se pretende guardiã: a democracia.

A construção de uma moradia “democrática” é um tema, inclusive, fundador das ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras. Não que ela não tenha convivido e conviva – nas outras duas ocupações que ainda existem – com duelos ou brigas entre os que se consideram “mais interessados” nas questões que motivam um conflito. A organização coletiva de uma Ocupação não é um éden ou a imagem da comuna que não sobressai. O paraíso vencido. Ela é um esforço no plano da vida e quando está fraca, quando desmorona, é justamente o momento em que as resoluções dos conflitos são resolvidas a partir do duelo, da violência, quando surgem “justiceiros” e pretendentes a chefe, pois os assuntos deixam de ser vistos e sentidos como parte do direito comum, coletivo, a ser tratado por todos os moradores nas assembleias, democraticamente.

Todavia, ainda com seus muitos problemas, existentes em qualquer grupo social independente da forma de gestão, estas Ocupações apresentam experiências muito ricas e fortes no que tange a participação coletiva dos indivíduos e o direito coletivo de gestão. Abraçadas a bandeira da *Autogestão*, elas vêm afirmando outras possibilidades de realização da política e da democracia que não passam, necessariamente, pela reprodução do aparelho de Estado, e que foram, em parte, descritas por nós ao longo deste capítulo quando falamos do funcionamento das comissões de trabalho, das assembleias e do regimento interno do prédio.

Nestas ocupações, um grande desafio é alcançar um tempo em que o *autogoverno* - a negação da autoridade e do governo de um Homem sobre outro (PROUDHON, 1983)⁶¹ - seja uma exigência sentida por todos, o que vem sendo buscado a partir de uma experiência política que privilegia a democracia direta à experiências de democracia representativa associadas à hierarquia e a delegação da

⁶¹ Esta busca, esta insubmissão à autoridade, escreve-se muitas vezes como um grito, faz-se como tempestade, revolta. Vejamos, nas palavras de Proudhon, a expressão deste sentimento: “Ser governado é ser guardado à vista, inspecionado, espionado, dirigido, legisferado, regulamentado, depositado, doutrinado, instruído, controlado, avaliado, apreciado, censurado, comandado por outros que não têm nem o título, nem a ciência, nem a virtude. Ser governado é ser, em cada operação, em cada transação, em cada movimento, notado, arrolado, tarifado, timbrado, medido, taxado, patenteado, licenciado, autorizado, apostilado, admoestado, estorvado, emendado, endireitado, corrigido. É, sob pretexto de utilidade pública, e em nome do interesse geral, ser pedido emprestado, adestrado, espoliado, explorado, monopolizado, concussionado, pressionado, mistificado, roubado; depois, à menor resistência, à primeira palavra de queixa, reprimido, corrigido, vilipendiado, vexado, perseguido, injuriado, espancado, desarmado, estrangulado, aprisionado, fuzilado, metralhado, julgado, condenado, deportado, sacrificado, vendido, traído (...). Eis o governo, eis sua justiça, eis sua moral! (1983: p. 79)

capacidade de um indivíduo decidir – seu direito político - à um representante eleito que por determinado tempo decidirá questões que envolvem a sua vida sem consultá-lo e sem ser debatidas por ele⁶². Na perspectiva destas ocupações, este modelo só promove a apatia dos moradores – já que eles aguardam as soluções dos problemas a partir do outro - e reproduz estruturas sociais características de uma sociedade desigual que elas almejam arrebentar, destruir.

Uma antropologia da vida moderna

Tendo atravessado, a partir da etnografia, a intimidade e a vida comum de um prédio, gostaríamos, agora, de pensar o conceito de *modernidade* e como os moradores desta ocupação dialogam ou existem com ela. Como nasceram e foram se alargando as classificações e invenções do selvagem, do bárbaro, quais interesses políticos elas carregam, e até que ponto estes moradores podem ser despejados nestas classificações. O que eles criam e reproduzem, e que é vida.

A invenção dos “bárbaros”

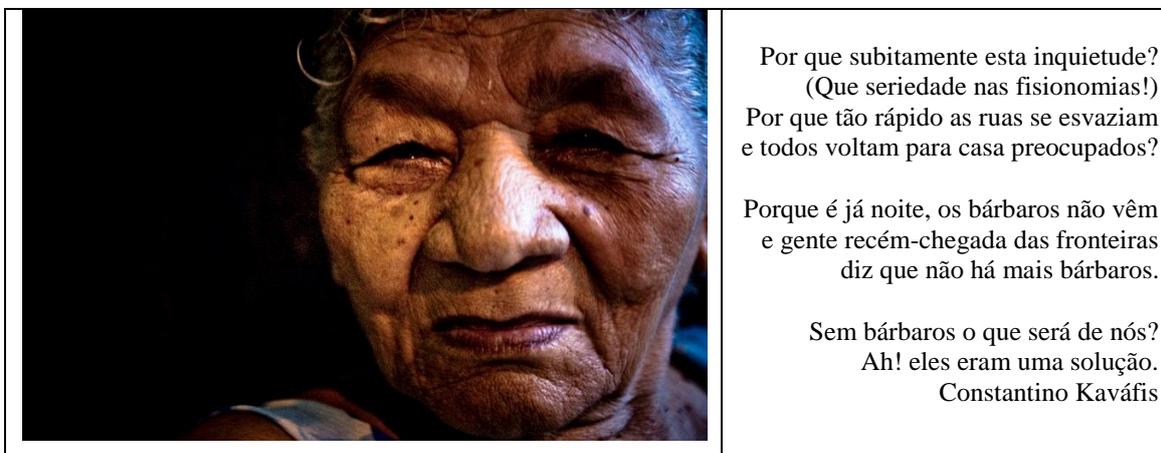


Foto: Chapolim (2010)⁶³

Um espírito malicioso, disse Lévi-Strauss, “definiu a América como uma terra que passou da barbárie à decadência sem conhecer a civilização” (1996: p. 91). Ao

⁶² Criticando o sistema representativo, questiona Proudhon: “Quando eu me apresento para contratar, vós me dizeis que é preciso eleger árbitros que, sem me conhecer, sem me ouvir, pronunciarão minha absolvição ou minha condenação? Qual a relação, eu vos suplico, entre este congresso e eu? Que garantia ele pode me oferecer? Por que faria este sacrifício enorme, irreparável à sua autoridade, de aceitar o que lhe agrada resolver como sendo a expressão de minha vontade, a justa medida de meus direitos?” (1983: p. 72-73)

⁶³ Foto de moradora da Ocupação Zumbi dos Palmares

tratar de terras brasileiras, no reino “da cobra grande”, poderíamos acrescentar ao discurso em questão que outra fala larga, também muito forte entre os homens vestidos, não apenas opôs *bárbaros e selvagens à humanos e pessoas*, mas definiu certos povos e classes sociais como grupos e “entulhos” - pois atrapalham a marcha à *modernidade* - que nunca deixaram a *barbárie*, sem nem ter conhecido, ao menos, a decadência. Entre estes, especialmente, figuram com especial destaque, no léxico dos primitivos, os povos indígenas, os “caipiras”, os “favelados”, os moradores de habitações coletivas populares – cortiços, ocupações sem-teto, hospedagens, mocambos -, pessoas e lugares, no caso, alheios à *cultura*: vigência e vigor da *terra crua*, desnuda, virgem.

Morte das cidades, das máquinas, dos *homens*.

Esta atitude de deslocar para “fora da cultura” certos grupos e personagens “quase humanos”, esteve presente no Brasil desde os primeiros textos e crônicas sobre os *homens de pele vermelha* que habitavam a costa brasileira quando da chegada das naus e dos “filhos da mandioca”, essa gente branca, diz Macunaíma, “donos sem mistério e sem força” (ANDRADE: p. 42). Em diversas passagens de *Mundus Novus* e de *Quatuor Americi Vesputti Navigationes*, cartas atribuídas a Américo Vespúcio e que percorreram a Europa do tempo das grandes navegações, a “gente” que o narrador encontra ou diz encontrar nas terras novas é comparada à animais, ao universo *feroz* da selva. Em uma passagem de *Mundus Novus*, por exemplo, o narrador diz, sobre estes: “São de estatura mediana, muito bem proporcionados, sua carne tende ao vermelho, como o pêlo do leão”. (2003: p. 70). Sobre as mulheres, consideradas “libidinosas”, mantém o uso de *metáforas* e *comparações* que afirmam uma sintaxe natureza-animalidade: “Em especial, depois do parto, vão lavar-se em algum rio, de onde reaparecem sãs e limpas como peixes (p. 74)”.

É na descrição da antropofagia, sobretudo, que esta natureza mais “selvagem” parece se expressar, se apresentar ao narrador, ainda mais clara e assustadora. Na carta escrita ao “ilustríssimo Renato, Rei de Jerusalém e da Sicília”, contanto as experiências de sua primeira navegação – que os pesquisadores acreditam não ter havido (p. 63) – o pseudo-Vespúcio diz:

Muitos raramente comem outra carne que não a humana e mostram-se tão desumanos e brutais ao devorá-la que superam as feras e os animais. Homens e mulheres indistintamente comem todos os inimigos que matam ou mantêm prisioneiros com tal feridade que nada de mais cruel e brutal se pode dizer ou ver. Eu mesmo com frequência em vários locais tive ocasião de vê-los assim ferozes e desumanos, e eles se admiravam de que nós, de modo algum, comêssemos nossos inimigos. (p. 78)

O momento em que o narrador e seus colegas assistem, do barco, os *selvagens* anunciarem que haviam matado e comido um de seus colegas, é uma das passagens mais fortes e conhecida destas cartas. A descrição do canibalismo também faria da experiência de Hans Staden um conto fantástico. Em seu livro, onde narra suas histórias, o contato com os índios, e o tempo em que esteve preso entre os Tupinambás, o próprio título já apresenta a imagem que emite sobre as populações locais: *História Verdídica e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo...* Numa descrição longa e minuciosa, Staden apresenta o momento de dividir e comer o corpo da vítima, logo após esta ter sido morta com um golpe na nuca:

Depois que a pele foi limpa, um homem o segura e lhe corta as pernas acima dos joelhos e os braços rente ao tronco. Aproximam-se, então, as quatro mulheres, pegam os quatro pedaços, andam ao redor das cabanas e fazem uma grande gritaria de contentamento. A seguir separam as costas junto com o traseiro da parte dianteira. Dividem tudo entre si. As vísceras ficam com as mulheres. Fervem-nas, e com o caldo fazem uma massa fina chamada mingau, que elas e as crianças sorvem. As mulheres comem as vísceras, da mesma forma que a carne da cabeça. O cérebro, a língua e o que mais as crianças puderem apreciar, elas comem. Quando tudo tiver sido dividido, voltam pra casa, e cada um leva seu pedaço (p. 165-166).

Estes adjetivos – *desumano, bárbaro, cruel, besta* –, presente nos textos dos cronistas, são empregados, principalmente, quando descrevem a prática de se alimentar de carne humana. Todavia, elas não aparecem apenas no momento em que procuram qualificar este “costume”, considerado tão “terrível”. Em outra passagem de Vespúcio, o mesmo diz: “As armas deles são arcos e flechas. E, quando se preparam para as guerras, não cobrem nenhuma parte do corpo para se proteger, de modo que nisso são semelhantes a bestas” (p. 44). Observando o modo de se alimentar, não deixa de frisar que os mesmos “possuem modo bárbaro de comer e não se alimentam em horas precisas, mas, noite ou dia, toda vez que lhes dá vontade” (p. 73)

Na passagem que trazemos abaixo, *desumano* e *bárbaro* novamente se aproximam como imagens de uma população que circularia entre o humano e a animalidade, a cultura e a natureza, sendo capazes de gestos cruéis não apenas com seus inimigos, tratados como alimento, mas com os seus próprios:

Quando alguém morre, têm muitos e variados modos de fazer as exéquias: uns sepultam e enterram os defuntos, pondo-lhes junto à cabeça água e víveres com que poderão alimentar-se, segundo crêem, e então por eles não fazem nem luto nem outras

cerimônias. Em certos lugares, utiliza-se um modo extremamente bárbaro e desumano de sepultamento, pois, quando julgam que alguém se aproxima da hora de morrer, os parentes o levam até uma grande floresta, onde, colocado naquelas redes de algodão em que dormem, presas entre duas árvores, suspendem-no ao ar e, em seguida, tendo dançado envolta dele assim suspenso por um dia inteiro, ao cair da noite, colocam-lhe ao lado da cabeça água e outros víveres com que possa viver durante uns quatro dias. Depois, deixando-o ali pendurado, sozinho, voltam para a casa. Se depois o doente se alimentar e sobreviver e, convalescendo até recobrar a saúde, por si mesmo voltar para casa, a família e os parentes o acolhem com grande festa. Mas pouquíssimos são os que superam tamanho perigo, porque ninguém vai visitá-los, e, se morrem ali, não têm depois nenhuma sepultura. (VESPÚCIO, 2003: p.77)

Contemporâneos e leitores das cartas apócrifas de Américo Vespúcio, Michel de Montaigne e Thomas More surpreenderam sua época ao colocarem em suspensão os valores e categorias empregadas para classificar as populações ameríndias e que atravessam todo o discurso dos autores citados acima. Sobre Michel de Montaigne, por exemplo, diz Lévi-Strauss: “sua atitude diante das coisas e dos homens do Novo Mundo revela-se mais complexa do que algumas páginas célebres levariam a crer. De fato, o Novo Mundo está presente em toda a sua obra...” (p. 190). Entre esta, com certeza, *Dos Canibais* possui um lugar de destaque, devastando imagens e signos. Em uma das mais famosas passagens desse ensaio, Montaigne não hesita em dizer e destoar de toda uma interpretação sobre os povos que habitavam o Novo Mundo e que vinha sendo construída principalmente a partir da publicação das cartas do Pseudo-Vespúcio. Neste trecho, por exemplo, o escritor francês ressalta:

...não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. E é natural, porque só podemos julgar da verdade e da razão de ser das coisas pelo exemplo e pela idéia dos usos e costumes do país em que vivemos. Neste a religião é sempre a melhor, a administração excelente, e tudo o mais perfeito. A essa gente chamamos selvagens como denominamos selvagens os frutos que a natureza produz sem intervenção do homem. No entanto aos outros, àqueles que alteramos por processos de cultura e cujo desenvolvimento natural modificamos, é que deveríamos aplicar o epíteto. (p. 105).

Bem antes de ser criada a antropologia, no final do século XIX, como um discurso e saber que destina ao tema da *alteridade* um lugar de grande destaque, Michel de Montaigne já expunha os alicerces do etnocentrismo, da depreciação e representação de outra *cultura* a partir dos costumes e práticas compartilhados na sua. Se não fosse muito, - colocar em questão todo um modo de ver o outro que desde o idioma grego clássico deprecia o estrangeiro ou dê-semelhante com a palavra “bárbaro” -, Montaigne ainda pôs em “cheque” e descredenciou a superioridade dos valores e costumes de sua

época. Nós, os que se modernizavam, os que carregavam a civilização, “que os excedemos em toda sorte de barbaridades” (p. 107).

Ao comparar os dois modos de vida, de pensamentos, dos continentes que agora se encontravam, não lhe pareceu injusto afirmar que entre os considerados selvagens “a religião é sempre a melhor, a administração excelente, e tudo o mais perfeito”. Entre os seus, sim, “civilizados”, é que podemos observar uma grande quantidade de vícios, de valores corrompidos, o que tornava necessário, inclusive, “um julgamento moral assaz pervertido para desculpar a traição, a deslealdade, a tirania, a crueldade, nossos defeitos habituais” (p. 107).

Os habitantes do Novo Mundo, portanto, não apenas apresentam um modo mais “perfeito” de viver – pois, simples, pouco “modificados pela ingerência do espírito humano” (p. 106) – como chegariam a suscitar grande curiosidade à Platão se este os pudesse conhecer. Estabelecendo – prática comum e própria do ensaio – uma relação com o livro do “mestre”, *A República*, e enaltecendo as novidades que surgiam a partir da experiência, Montaigne escreve:

Ninguém concebeu jamais uma simplicidade natural elevada a tal grau, nem ninguém jamais acreditou pudesse a sociedade subsistir com tão poucos artifícios. É um país, diria eu a Platão, onde não há comércio de qualquer natureza, nem literatura, nem matemáticas; onde não se conhece sequer de nome um magistrado; onde não existe hierarquia política, nem domesticidade, nem ricos e pobres (...). Quanto a República que imaginava lhe pareceria longe de tamanha perfeição! ‘São homens que saem das mãos dos deuses’. ‘Como essas, foram as primeiras leis da natureza (p. 106).

A partir de colocações como essas, de comparações com aqueles que seriam mais distantes e diferentes, Montaigne não apenas fez um *elogio* da natureza, mostrando a superioridade de uma sociedade que não deslocou a *cultura* de sua “mãe”, mas pôs em questão a própria possibilidade de julgar um *outro*, base de uma moral que será percorrida por ele em outro ensaio, *Do arrependimento*.

O livro *A Utopia*, de Thomas More, também é um importante ensaio escrito no decorrer do século XVI, onde tanto os elementos mais importantes do projeto humanista, como muito de sua crítica, encontram-se presente. O ensaio desenvolve-se a partir de uma conversa entre o narrador, Thomas More, e Rafael Hitlodeu. Este, personagem fundamental do ensaio, é um homem que reúne todos os preceitos da sabedoria nesta nova época. Domina perfeitamente os estudos antigos – sendo excelente leitor dos gregos e romanos – e as novidades que advém da experiência. Consegue relacionar perfeitamente as surpresas suscitadas pela descoberta do novo mundo, com a

literatura clássica. Como diz o narrador, tendo em vista que o seu “conhecimento teórico é tão grande quanto a vossa experiência prática...”, Hitlodeu está longe de ser *mais-um*, um simples cidadão. Este aspecto, inclusive, leva o narrador a lhe propor que ocupe uma posição de conselheiro do Rei, já que estes “são uma espécie de fonte eterna de benefícios e males para as populações sobre as quais reinam” (p. 22). Hitlodeu, entretanto, recusa e destaca a impossibilidade, a não-funcionalidade desta medida, já que a própria *estrutura* da corte, do governo, inviabilizavam as propostas de mudança e a realização das boas ações, dos bons conselhos. Segundo o sábio, “não há lugar para a filosofia nos conselhos reais” (p. 60).

Os conselheiros e governantes, como apresentados por Hitlodeu, são invejosos, arrogantes, e sempre postos a defender seus interesses particulares. Em outra parte do ensaio, reafirma estas características:

Tendes aí, portanto, um grupo de homens que invejam todos os homens e só admiram a si mesmos. Pois bem: se entre homens assim alguém sugerisse um plano de ação que já tivesse visto adotado em algum outro país, ou a respeito do qual pudesse citar um precedente histórico, o que é que aconteceria? Sem dúvida, iriam comportar-se como se a sua reputação estivesse em jogo, pois passariam por tolos o resto de suas vidas se não conseguissem encontrar argumentos que pudessem por terra a sugestão apresentada. E, se todos esses argumentos não funcionassem, certamente diriam: Assim procederam todos os nossos antepassados, e quem somos nós para colocar em dúvida a sua sabedoria? Depois disso, voltariam a refestelar-se em suas poltronas com o ar de quem tivesse dito a última palavra sobre a questão – como se o fato de ser mais sábio que os antepassados fosse um desastre irremediável. (p. 23-24).

Assim, mesmo que alguns conselheiros fossem realmente sábios ou cultos, deixariam esta sabedoria de lado para não contrariar os interesses do Rei, da corte e todos os seus vícios. Pois, ao Rei europeu, interessa-lhe as guerras, importante meio através do qual consegue justificar os impostos cobrados à população. O fato que nos interessa aí, nesta passagem do ensaio, é que o narrador faz uma relação entre “nós”, auto-intitulados *humanos*, e “eles”, os tais *bárbaros* recém-descobertos, mencionando na conversa, como exemplo capaz de ensinar boas ações aos governantes europeus, aos ditos “civilizados”, um incidente ocorrido no país dos açorianos, que se situa a sudeste de Utopia, no Novo Mundo. Por força de alguma antiga aliança,

o rei desse país achou que tinha um direito hereditário sobre outro reino, e por este motivo lançou seu povo em uma guerra. Por fim, saíram-se vitoriosos, mas só para descobrirem que o reino em questão era muito mais difícil de ser mantido do que conquistado. Viviam sob a permanente ameaça de rebeliões internas e agressões externas, e, quando não estavam lutando contra os seus novos súditos, precisavam ir à

luta para defendê-los de novos invasores. Tornou-se impossível depor as armas, e, enquanto isso, foram se arruinando (...). Vendo que essa situação desesperadora jamais teria fim, a não ser que tomassem medidas imediatas, os açorianos resolveram, finalmente, propor ao rei que escolhesse, de sua livre vontade, com qual dos dois reinos deseja ficar. Não podia ficar com os dois, explicaram-lhe, porque eram um povo grande demais para ser governado por um rei pela metade. Nem mesmo um condutor de bestas de carga seria controlado se não pudesse dedicar-se integralmente a seu serviço. E, assim, esse monarca exemplar viu-se forçado a ceder seu novo reino a um amigo – que pouco demorou a ser dele escorraçado – e a dar-se por satisfeito com o que lhe pertencia. (p. 52-53).

O exemplo dado por More dos açorianos mostra como a cobiça e o vício são negativos e que, tendo eles percebido o mal que lhes causavam, resolveram satisfazer-se com o que possuíam. Escolheram a paz, a felicidade, justamente o contrário do que os governantes na Europa faziam. Pois, tanto More como Montaigne consideram corrompidos os tempos em que vivem. Época de grandes erros, como a ganância, a ambição, a ociosidade, que movimentam e são defendidas pelos reis e suas cortes. Em tempos “doentes”, os homens desejam muito mais do que necessitam; nunca estão satisfeito com o que possuem, e sempre desejam mais, travando, para isso, guerras e mais batalhas para alcançá-los. Promovem uma política da violência, ao invés da paz.

Hitlodeu lembra que à um Rei cabe cultivar e favorecer entre seus súditos “uma vida mais confortável e segura para todos” (p. 57). O egoísmo é condenado, e um bom governante, honroso, deve cuidar para que o povo esteja bem, “e não atuar em benefício próprio” (ibidem). Recorrendo, novamente, à exemplos, cita o país dos macarenses, “um país não muito longe de Utopia” (p. 59). No dia de coroação, entre estes, o rei...

...se compromete solenemente a nunca ter mais de mil libras de ouro em sua fortuna pessoal, ou o equivalente em prata. Dizem eles que esse sistema foi criado por um rei excelente que lá existiu, e que marcou seu reinado por uma preocupação bem maior com o bem-estar dos seus súditos do que com o próprio. Ele pensava que a estipulação de tal quantia impediria que o exagerado acúmulo das riquezas reais levasse o país à miséria, e estipulou aquela soma específica por imaginar que seria suficiente para acabar com uma revolução ou repelir uma invasão, mas insuficiente para inspirar o soberano quaisquer idéias de conquistar novos domínios. Era esta sua idéia principal, mas não a única. Achava, também, que essa medida seria capaz de manter em circulação dinheiro o bastante para que o povo continuasse a efetuar os seus negócios, e que o rei não teria motivos para abarrotar ilicitamente os seus cofres, não podendo seu capital exceder o limite determinado por lei (ibidem)

Segundo More, o país dos macarenses apresenta um exemplo onde o rei é “temido pelos maus cidadãos e amado pelos bons”. Mas, como diz, tais referências não bastariam para alcançar homens “surdos”, convencidos a “abraçar pontos de vista

opostos”, e que viviam em um mundo tão distante da *Utopia*, do Novo Mundo, da justiça e ternura.

Na leitura do ensaio vemos como More, a partir de uma comparação feita entre os povos que existiriam na América (A *Utopia* e outros próximos) e a Europa, inverte e desconstrói representações. Como Montaigne em seus ensaios, More apresenta a partir da descrição de um povo distante, considerado bárbaro, o *barbarismo* de quem os julga.

Não tendo sobressaído - figurando como um discurso menor, marginal, até, principalmente, o desenvolvimento da antropologia, das vanguardas estéticas modernas e das lutas anti-coloniais -, os textos de More e Montaigne não puderam evitar que no século XIX grandes obras, classificadas ou auto-intituladas como *naturalistas*, mantivessem e desenvolvessem ainda mais esta associação de alguns grupos e povos com uma “vida natural”. *O cortiço*, com certeza, é um clássico nesse sentido.

Nesta obra, a *natureza*, o meio tropical, manifesta e guia o próprio modo de habitar, de estar no mundo, dos moradores da estalagem. Seus corpos, seus gestos, são metáforas orgânicas, determinações da terra quente, distante da cultura, como podemos observar nesta descrição que Aluísio faz de Rita, esta personagem “símbolo, súcubo e gênio da terra” (CANDIDO: p. 120), que faz o português sucumbir às pressões do sol:

Naquela mulata está o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebera chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o calor vermelho das sestras da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoava nas matas brasileiras. (AZEVEDO, 2007: p. 113)

No caso, como destaca Antonio Candido, não apenas os personagens da habitação coletiva são associados à natureza, mas o cortiço também. Ele parece ter vida própria, orgânica, animal. O próprio nome do cortiço rival escolhido por Aluísio, Cabeça-de-Gato, expressa bem isso. Um tipo de habitação, como os seus moradores - que “fazem dele o que ele é” -, reduzido ao estágio de bicho, sempre subordinado às leis da natureza, às determinações da terra⁶⁴:

⁶⁴ Como salienta Antonio Candido, na visão pessimista dos naturalistas, na crença da vitória da natureza sobre a cultura, eles pensam um Brasil incompatível com a civilidade, com a vida moderna: “Na composição, o cortiço é o centro de convergência, o lugar por excelência, em função do qual tudo se exprime. Ele é um ambiente, um meio, físico, social, simbólico -, viciado a certo modo de viver e condicionando certa mecânica das relações. Mas além e acima dele o romancista estabeleceu outro meio mais amplo, a “natureza brasileira” que desempenha papel essencial, como explicação dos comportamentos transgressivos, como combustível das paixões e até da simples rotina fisiológica, Aluísio aceita a visão romântico-exótica de uma natureza poderosa e transformadora, reinterpretando-a em chave naturalista. Para ele, é como se a nossa fosse incompatível com a ordem e a ponderação dos costumes europeus; e ao cair nessa falácia mesológica, que tanto perturbou naquele tempo a vida intelectual

Ligado à natureza, que no Brasil ainda era a presença a ser domada, ele cresce, se estende, aumenta de volume e é conseqüentemente tratado pelo romancista como realidade orgânica, por meio de imagens orgânicas que o animam e fazem dele uma espécie de continuação do mundo natural. (CANDIDO, 2004: p. 114)

Esta representação da população pobre e da habitação popular, presente na obra de Aluísio Azevedo, como as outras imagens apresentadas acima que atravessam a história e inventam um Brasil, não são como rios derramando sozinhos e que por acaso se encontram. Característica e marca do pensamento ocidental, esta representação negativa do não-semelhante, do *estranho*, da cultura diversa, não pode ser pensada longe ou alheia de um conceito *estruturante* de sua cosmologia: o *etnocentrismo*. Ao lado, também, das muitas tentativas, no universo da própria cultura, para superá-lo ou reproduzi-lo. É o que tentaremos ver agora, jogando esta discussão nos debates sobre a cultura brasileira que instigaram nosso modernismo.

Etnocentrismo devorado

O bárbaro é aquele que crê na barbárie

Claude Lévi-Strauss

Em seu ensaio *Raça e História*, o antropólogo Claude Lévi-Strauss assim analisou o fenômeno da diversidade de culturas e da representação do *outro*:

... parece que raramente a diversidade das culturas mostrou-se aos homens tal como ela é: um fenômeno natural, resultante das relações diretas ou indiretas entre as sociedades; viu-se nisto sempre uma espécie de monstruosidade ou escândalo. Nesses assuntos, o progresso do conhecimento consistiu menos em dissipar esta ilusão em benefício de uma visão mais exata do que em aceitar ou encontrar o meio de resignar-se a ela (1985: p. 67).

Nas palavras de Pierre Clastres, tanto na base como na forma deste não reconhecimento do outro enquanto singularidade e sujeito, como realização particular do Homem, encontra-se o que a antropologia denominou de *etnocentrismo*, esta vocação para “avaliar as diferenças pelo padrão da própria cultura” (2004: p. 85). Desse ponto de vista, a cultura de uns passa a ser a natureza de outros, assumindo a condição

brasileira e a própria definição de uma consciência nacional, ele deixa transparecer o pessimismo, alimentado pelo sentimento de inferioridade com que sua geração retificou a euforia patriótica dos românticos. (2004, p. 117-118)

de objeto diante de um sujeito que o produz no discurso sem a preocupação de alcançar e compreender o ponto de vista dessemelhante.

Isso, talvez, como salienta Macedo (2011)⁶⁵, explique a interpretação via etnocentrismo dos apelidos dados a outras tribos, povos ou aldeias, como “ovos de piolho” ou “macacos terrestres” (LEVI-STRAUSS, 1985: p. 54), que do ponto de vista ocidental situam estes no campo da natureza – eles “não participam das virtudes humanas” (Ibidem). Chegando a demarcar, inclusive, os limites possíveis do homem: “a humanidade acaba nas fronteiras da tribo”. De modo semelhante, também nos ajude a compreender como certos personagens, como o vaqueiro Fabiano criado por Graciliano Ramos⁶⁶, interiorizando um ponto de vista da “cidade” e do “senhor”, criam uma imagem de si associada aos bichos e cores que formam a paisagem seca da caatinga, chegando a repetir, sucessivas vezes:

- “Você é um bicho, Fabiano” (RAMOS, 2003: p. 19).

Você não é humano.

Bruto e sem muitas palavras, o sertanejo sentia-se parte da natureza que conhecia. Seu coração era grosso como um cacto, suas mãos rachadas como o chão. Vivia longe dos homens,

Só se dava bem com animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia (Ibidem: p. 20).

Matriz e condição do etnocentrismo, como coloca Viveiros de Castro, “a oposição natureza/cultura seria uma espécie de princípio da apercepção transcendental coletiva, algo que ‘deve poder acompanhar’ todas as representações sociais” (ibidem). Em outra parte do mesmo ensaio citado no início deste texto, Lévi-Strauss diz:

A atitude mais antiga, e que se baseia indiscutivelmente em fundamentos psicológicos sólidos (já que tende a reaparecer em cada um de nós quando nos situamos numa situação inesperada), consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais: morais, religiosas, sociais, estéticas, que são as mais afastadas daquelas com as quais nos identificamos (...). Recusamos admitir o próprio fato da diversidade cultural;

⁶⁵ Ver *OUTROS OUTROS: ETNOCENTRISMO E PERSPECTIVA*, dissertação de mestrado defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

⁶⁶ Sobre este aspecto da obra de Graciliano Ramos, e a imagem que Fabiano constrói de si, diz Marilene Felinto: “Bicho, coisa, escravo: sua auto-imagem é construída a partir de identificações com cachorros, urubus, tatus, patos e com o próprio papagaio mudo que a família um dia tivera. Ele também se sente coisa (uma bolandeira, um traste) e escravo negro (apesar de ser ruivo e ter olhos azuis), por não possuir terra e ser obrigado a trabalhar para os outros” (2003: p. 133-134)

preferimos lançar fora da cultura, na natureza, tudo o que não se conforma à norma sob a qual se vive. (1985: p. 57)

Em tempos modernos, a norma sob a qual se vive está associada e amarrada às regras de *civilidade*, de etiqueta, de distanciamento social, que, por sua vez, não podem ser dissociadas dos valores que as carregam, que as fundam, como as noções modernas de individualidade, privacidade, e resguardo de si. Desse modo, tudo que está, aparentemente, afastado desse modelo – como os modos de habitar em favelas, cortiços, mocambos, conjuntos habitacionais -, torna-se anti-moderno, atrasado, primitivo, incivilizado.

Esta premissa fez Sérgio Buarque de Holanda ver e classificar o Brasil, por exemplo, como um país ainda arcaico, atrasado, com relações de sociabilidade e modos de subjetivação pouco ou nada modernos. Nossa grande contribuição às civilizações, lembra o sociólogo...

...será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. (2007: p. 147)

Modos de se relacionar com o outro e estar no mundo marcados ainda pela invasão da casa sobre a rua, do ambiente privado sobre o espaço público, por laços de família, o que dificultava e impedia a formação de um Estado burocrático moderno, como pensava Max Weber, e interações humanas que fossem pautadas por um sentido de individualidade, onde o individualismo fosse um valor. A impessoalidade, a distância social, a solidão, o ser-estranho entre outros, diz Holanda, parece assustar o brasileiro:

No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. (...). A manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade. (ibidem: p. 147-148)

O homem cordial, desse modo, expressaria o perfil brasileiro, desenho e realização de uma sociabilidade de fundo emotivo, pessoalizada, intimizada, herdeira do

domus, fruto da supremacia do patriarca. A grande dor de Macunaíma, este herói ambíguo, personagem-imagem de Brasil, se dá, justamente, quando o herói percebe-se sozinho, num silêncio arrasador, o que lhe desperta um sentimento duro, triste, de abandono e esquecimento:

Macunaíma se arrastou até a tapera sem gente agora. Estava muito contrariado porque não compreendia o silêncio. Ficara defunto sem choro, no abandono completo. Os manos tinham ido-se embora transformados na cabeça esquerda do urubu-ruxama e nem sequer a gente encontrava cunhas por ali. O silêncio principiava cochilando à beira-rio do Uraricoera. Que enfaro! E principalmente, ah!... que preguiça!... (p. 173)

Macunaíma, de certo modo, é a história de um personagem que se faz “herói de nossa gente” entre ela, com ela. Ainda que o egoísmo e a falta de solidariedade sejam sempre destacados como manifestações da sua “ausência de caráter”, das alienações do homem brasileiro, esta visão de ou a partir de si não resulta em um elogio da privacidade, ou qualquer sinal acentuado que se aproxime de uma “individualidade moderna”, reservada, tal como foi pensada a partir de uma imagem de homem civilizado, habitando uma grande metrópole⁶⁷.

Sozinho na Mata-Virgem, sem os irmãos, as cunhãs, sem Cy, as brincadeiras, sem a muiraquitã, Macunaíma não lê um livro, ou agradece o descanso-dos-outros. Desolado, prefere deixar a vida, tornar-se estrela, constelação, como seus pais, sua gente, sua família:

E pulava mais. As lágrimas pingavam dos olhinhos azuis dele sobre as florzinhas brancas do campo. As florzinhas tingiram de azul e foram os miosótis. O herói não podia mais, parou. Cruzou os braços num desespero tão heróico que tudo se alargou no espaço pra conter o silêncio daquele penar (...). Ia pro céu viver com a marvada. Ia ser brilho bonito mais inútil porém de mais uma constelação. Não fazia mal que fosse brilho inútil não, pelo menos era o mesmo de todos esses parentes, de todos os pais dos vivos da sua terra, mães, pais manos cunhas cunhadas cunhatãs, todos esses conhecidos que vivem agora no brilho inútil das estrelas. (p. 180-181)

Tanto Mário de Andrade como Sérgio Buarque, portanto, pintam um perfil de brasileiro, de homem nacional, onde o que está pautado e o que se alcança é uma totalidade, um universal. “Descobre-se”, para usar uma expressão de Mário, o brasileiro, esta unidade diversa e confusa, maior que as separações de classe social, região e cor⁶⁸.

⁶⁷ Ver Georg Simmel, *A vida mental das metrópoles* (1976).

⁶⁸ O poema *Descobrimeto* aponta justamente para este aspecto diverso mas integrado da identidade brasileira, de ser brasileiro. Apresentando opostos, o homem “abancado à escrivaninha” na Rua Lopes Chaves e o “homem pálido magro de cabelo escorrendo nos olhos.”, Mário chega numa síntese de Brasil, de pátria: “Esse homem é brasileiro que nem eu” (1986: p. 58).

Macunaíma, assim como o Homem Cordial, atravessa o país, sem deixar pra trás nenhum grupo específico, nenhuma sombra ou canto frio.

Mas Macunaíma, de Mário, não traz apenas este avesso da solidão, esta angústia do silêncio, do fim-de-noite profundo. Macunaíma é, segundo Oswald de Andrade, a melhor realização, o fruto-maior e grandioso de uma literatura que carregou a antropofagia como símbolo e que buscou subverter e dê-recalcas todos os traumas impostos pelo colonialismo, pelo messianismo, pela cruz e a “lábria”. Sobre a importância e efeito do livro de 1927, diz Antônio Candido, em *Literatura e Sociedade*:

Mário de Andrade, em *Macunaíma* (a obra central e mais característica do movimento), compendiou alegremente lendas de índios, ditados populares, obscenidades, estereótipos desenvolvidos em sátira popular, atitudes em face do europeu, mostrando como a cada valor aceito na tradução acadêmica e oficial correspondia, na tradição popular, um valor recalcado que precisava adquirir estado de literatura (p. 120)

A própria *cordialidade*, enunciada por Sérgio Buarque, quando lida e interpretada por Oswald de Andrade, ganha outro lugar e sentido. Todas as características da sociabilidade cordial apontadas pelo sociólogo paulista, e que possuíam, ao seu olhar, um efeito nocivo, pois impediam o desenvolvimento de valores, relações e instituições modernas, impessoais e burocráticas, passam a ser elogiadas e incorporadas pelo poeta modernista, tornando-as expressão e realização desta subjetividade antropofágica, fundada na devoração, na comunhão, na “alteridade”.

O “homem cordial” de Oswald, não apenas desconhecia ou rejeitava o modo de individuação moderno, mas tinha nisto sua grande qualidade, fruto de um berço que não é mais a família patriarcal, como pensou Sérgio Buarque, mas o matriarcado originário e a descrença em um Deus único e soberano:

As civilizações que admitem uma concepção messiânica da vida, fazendo o indivíduo objeto de graça, de eleição, de imortalidade e de sobrevivência, se desolidarizam, produzindo o egotismo do mundo contemporâneo. Para elas, há a transcendência do perigo e a sua possível dirimção em Deus. (p. 143).

O antropófago, ao contrário do homem moderno europeu, não está pautado no indivíduo enquanto centro irradiador da vida social, da experiência do mundo. Ele “compreende a vida como devoração e a simboliza no rito antropofágico, que é comunhão” (ibidem). A antropofagia, desse modo, não é mais a forma e expressão por excelência de um modo de ser desumano ou que desumaniza o próprio homem. Ao

contrário, ela é uma prática que simboliza o sentimento de solidariedade, generosidade, cuidado com o outro, valores que engrandecem o homem. Ela traz a imanência do perigo, de um mundo sem um Deus salvador, e “produz a solidariedade social que se define em alteridade” (ibidem).⁶⁹

Na proposta antropofágica de Oswald de Andrade, como bem analisou Antônio Candido, nossos antigos defeitos, inferioridades, vergonhas, passam a ser lidos e afirmados, positivados. Se a antropofagia, como vimos nas letras de Vespúcio e Staden, surgia como o costume mais bárbaro dos ameríndios, é justamente ela que será lançada como nome deste movimento que almejava libertar a arte brasileira da imitação, do colonialismo, dos salões. Já que o intuito era re-significar os símbolos que alegorizaram um país colonizado, e tendo lido a obra de Hans Staden por meio de Paulo Prado, Oswald encontrou na “antropofagia” a palavra sintética, redutora, forte e concreta que sua poesia pau-brasil buscava. O avesso mais radical desse universo messiânico, patriarcal, colonial, que precisava ser superado com rebeldia e coragem, algo que não faltava aos guerreiros canibais tupi.

A proposta antropofágica, sobretudo, foi um combate, um enfrentamento estético, político, filosófico que visou inserir, autonomamente, com consciência e paixão por sua originalidade, a literatura e sociedade brasileiras no mundo moderno, na civilização técnica. Não precisávamos recorrer à outros povos, como faziam as vanguardas européias, para dar vida e lugar à um modo outro de existir que não fosse a imagem de uma sociedade esgotada na culpa, na fraqueza, na violência, no tabu. Entre nós, antes da dominação colonial, manifestou-se um modo de ser outro, e que ainda permanece no sub-consciente e nas práticas diárias da nossa população. Um modo de realização da realidade a partir da coragem, da invenção, da liberdade, da justiça, que precisa ser des-recalcado, solto, *totemizado*.

Isso não faz de Oswald, fique claro, um “neo-indianista”. Como diz Benedito Nunes, “Oswald interiorizou na antropofagia o índio, mas como imagem do primitivo vivendo numa sociedade outra, e movendo-se num espaço etnográfico ilimitado, que se confundia com o inconsciente da espécie” (p. xxxviii). Ele é o personagem veloz de outra revolução, mãe de todas as outras. Utiliza a técnica para superar a civilização das máquinas. Devora os símbolos, forças, da sociedade messiânica moderna, e com eles – a

⁶⁹ Em seu *Informe sobre o modernismo*, Oswald explica sua visão sobre a prática antropofágica entre os ameríndios: “é evidentemente primordial que se restaure o sentido de comunhão do inimigo valoroso no ato antropofágico. O índio não devorava por gula e sim num ato simbólico e mágico onde está e reside toda a sua compreensão da vida e do homem.” (p. 104)

partir do dos elementos da vida urbana – restitui o “homem natural” na vida moderna, quer dizer, afirma valores caraíbas, antropófagos, no universo contemporâneo. Trata-se do “bárbaro tecnizado”, de um “indianismo às vezes”, para usar uma expressão de Haroldo de Campos, “inspirado no selvagem brasileiro de Montaigne (*Des Cannibales*), de um ‘mau selvagem’, portanto, a exercer sua crítica (devoração) desabusada contra as imposturas do civilizado” (1974: p. 50).

A antropofagia é a construção e perspectiva de um projeto distante e oposto das soluções civilizatórias, etnocêntricas, que atravessam a história política do país e que voltam à todo instante, à cada necessidade ou pulo do mercado. O projeto antropofágico é uma proposta libertadora, anti-colonial, que descarta e rejeita o jogo de oposições entre natureza e cultura, marcado por lançar populações fora da experiência humana e de oprimi-las politicamente. Arma de combate, diz Eduardo Viveiros de Castro, “contra a sujeição cultural da América Latina, índios e não-índios confundidos, aos paradigmas europeus e cristãos” (2008: p. 129)⁷⁰. “Queremos a Revolução Caraíba”, gritam: “Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem” (ANDRADE: 1970, p. 15). Fim da sociedade patriarcal, do capitalismo, da língua agarrada: “Já tínhamos o comunismo. Já tínhamos a língua surrealista. A idade de Ouro” (Ibidem, p. 16).

Ponta de lança de um pensamento que devorou o etnocentrismo e a maior parte das categorias que ainda representam as populações pobres do país, registramos aqui a força e importância desse movimento que estremeceu a criação cultural brasileira e que ainda nos ajuda a pensar a nossa sociedade e a antropologia.

⁷⁰ Eduardo Viveiros de Castro faz uma relação entre a antropofagia oswaldiana e o conceito de *perspectivismo*, criado pela professora Tania Stolze Lima e pelo mesmo, considerando-os da “mesma família política e poética”. Segundo Viveiros de Castro, podemos dizer que “o perspectivismo é a retomada da antropofagia oswaldiana em novos termos” (2008, p. 129)

Jamais fomos modernos?



Autor: Pedro Freire (2005)⁷¹

No capítulo anterior começamos a pensar a modernidade a partir de um dos seus valores fundamentais, a noção de *indivíduo*, visualizado no uso do quarto, da casa, nos modos à mesa, na realização do direito. Outra dimensão, também fundamental para o Homem do Ocidente, a *escrita*, pode visualizar noções e percepções do Eu. Nesse sentido, os trabalhos de Georg Lukács e Walter Benjamin são verdadeiras obras primas.

Em *Teoria do Romance*, lançado em 1916, o crítico húngaro faz uma análise da formação e vida interna desta forma literária que se tornou preponderante na modernidade, o *romance*, destacando, neste, a necessária presença do autor, do personagem, da interioridade, mostrando como na epopéia e na tragédia o indivíduo faltava, inexistia, enquanto sujeito que volta para si em movimento de alheamento do mundo exterior. Como, sobretudo, ele não poderia acontecer, já que a sociedade em questão negava a sua possibilidade de ser e estar, limitava e impedia o seu surgimento:

O herói da epopéia nunca é, a rigor, um indivíduo. Desde sempre considerou-se traço essencial da epopéia que seu objeto não é um destino pessoal, mas o de uma comunidade. E com razão, pois a perfeição e completude do sistema de valores que determina o cosmos épico cria um todo demasiado orgânico para que uma de suas partes possa tornar-se tão isolada em si mesma, tão fortemente voltada a si mesma, a ponto de descobrir-se como interioridade, a ponto de tornar-se individualidade. A onipotência da ética, que põe cada alma como única e incomparável, permanece alheia e afastada desse mundo. Quando a vida, como vida, encontra em si um sentido imanente, as categorias da organicidade são as que tudo determinam: estrutura e fisionomia individuais nascem do equilíbrio no condicionamento recíproco entre parte e todo, e não da reflexão polêmica, voltada sobre si própria, da personalidade solitária e errante. (p. 67)

⁷¹ Moradores da Ocupação Zumbi dos Palmares em ato contra despejo.

Somente na passagem da Idade Média para o mundo moderno, com as transformações que tumultuavam a vida social e interior das *almas*, apenas com o lento – e violento – nascimento de uma nova percepção de vida - de convívio consigo e com o outro -, as formas e linhas que caracterizam o romance começaram a aparecer. Para Lukács, Dante marca esta transição entre formas e épocas, anunciando o mundo das individualidades, dos personagens, tão próprios do texto e da vida moderna:

Dante é o único grande exemplo de uma vitória inequívoca da arquitetura sobre a organicidade, e por isso constitui uma transição histórica-filosófica da pura epopéia para o romance. Ele possui ainda a completude e ausência de distância perfeitas e imanentes da verdadeira epopéia, mas seus personagens já são indivíduos que resistem conscientemente e energicamente a uma realidade que a eles se fecha e, nessa oposição, tornam-se verdadeiras personalidades. E o próprio princípio constitutivo da totalidade de Dante é sistemático, superando a independência épica das unidades orgânicas parciais e transformando-as em verdadeiras partes hierarquicamente ordenadas. Tal individualidade, sem dúvida, é encontrada mais nos personagens secundários do que no herói, e a intensidade dessa tendência aumenta à medida que se afasta do centro rumo à periferia; cada unidade parcial conserva sua própria vida lírica, uma categoria que a antiga epopéia não conheceu nem podia conhecer. (p. 68-69)

O que Lukács nos diz, sobretudo, e que influenciará bastante o desenvolvimento de uma sociologia da literatura, é que uma vida lírica própria, existente em cada unidade parcial do texto, e a constituição do personagem como indivíduo, como já se vê no autor de *Divina Comédia*, não apenas não são vistas na epopéia como nela não podiam aparecer. Pois, o mundo antigo, épico, possuía estruturas e traços sociais que impediam o desenvolvimento destes personagens e formas⁷². Apenas na modernidade, quando o mundo deixa de ser intrinsecamente homogêneo, quando os homens passam a diferenciar qualitativamente entre si e a vida própria da interioridade torna-se possível, eles terão pleno espaço e impulso para acontecerem.

Walter Benjamin, em seu famoso texto *O narrador*, também apresenta o *indivíduo* como o elemento novo que distancia e funda outras formas artísticas. Ele surgirá como condição e força do *romance*, que apesar, como diz, de remontar à Antiguidade, “precisou de centenas de anos para encontrar, na burguesia ascendente, os elementos que levariam ao seu florescimento” (1992: p. 33).

⁷² “A vida própria da interioridade só é possível e necessária, então, quando a disparidade entre os homens tornou-se um abismo intransponível; quando os deuses se calam e nem o sacrifício nem o êxtase são capazes de puxar pela língua de seus mistérios” (LUKÁCS, 2000: p. 75)

O seu advento, no começo da modernidade, marca o primeiro sinal de decadência da antiga narrativa, do antigo narrador, surgindo de outra fonte que já não é a tradição oral, destas histórias que circulam de boca em boca e que necessitam de companhia, mas do *indivíduo* isolado, dependente do livro, da escrita, da solidão:

O que distingue o romance de todas as outras formas de prosa – contos, sagas e mesmo novelas – é que ele não provém da tradição oral, nem a alimenta. O romance distingue-se, sobretudo, da narrativa. O narrador vai colher aquilo que narra à experiência, seja própria ou relatada. E transforma-a por vezes em experiência daqueles que ouvem a sua história. O romancista isola-se. A origem do romance é o indivíduo na sua solidão, que já não tem autoridade para se apresentar como um exemplo quando se pronuncia sobre os seus interesses mais importantes, que já não recebe nem sabe dar conselhos. Escrever um romance significa levar o incomensurável aos seus últimos limites na descrição da vida humana (1992: p. 32)

É também o indivíduo, como centro da vida social, de um sistema de valores e idéias, que Louis Dumont destacará como o aspecto singular e excepcional do tempo moderno. Como diz o antropólogo francês, em *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*, “a civilização moderna difere radicalmente das outras civilizações e culturas”. Este abismo e distância manifestam-se, em princípio, na configuração⁷³ de uma ideologia *individualista*, oposta e em contraste com os valores e idéias *holísticas*, característica das sociedades não-modernas.

Nas sociedades modernas, “individualistas,

...a concepção do homem como indivíduo implica o reconhecimento de uma ampla liberdade de escolha. Alguns dos valores, em vez de emanarem da sociedade, serão determinados pelo indivíduo para seu próprio uso. Por outras palavras, o indivíduo como valor (social) exige que a sociedade lhe delegue uma parte de sua capacidade de fixar os valores. A liberdade de consciência é o exemplo típico (...). Estamos diante de novo diante de duas configurações exclusivas: ou o valor se vincula ao todo em relação as suas partes e o valor está imbricado, é prescrito, por assim dizer, pelo próprio sistema de representações, ou o valor se vincula ao indivíduo, o que tem por resultado, como vimos, separar idéia e valor. Essa antítese exprime-se bem na linguagem de Tonnies: vontade espontânea e vontade arbitrária, sendo o fulcro da questão que a liberdade de escolha, ou *kurwille*, exerce-se num mundo sem todos ou, melhor, num mundo onde os conjuntos ou todos empíricos que se encontram estão privados de sua função de orientação, de sua função de valor. (2008: p. 83)

A existência de uma ideologia que desloca o valor para o indivíduo, não resultou, no entanto, numa hegemonia absoluta da mesma. O convívio e o contato com

⁷³ Sobre o conceito de configuração, explica Dumont: “num texto dado, de um dado autor, existem idéias que têm entre si certas relações e, sem essas relações, elas não seriam nada. Essas relações constituem, em cada caso, uma configuração. Essas configurações variam de um texto, de um autor, de um meio a um outro, mas não variam de todo em todo e podemos esforçar-nos por ver o que eles têm em comum em cada nível de generalização”.

valores *holísticos* podem ser observados em todas as sociedades modernas, variando em grau e intensidade de acordo com a sociedade e no modo como os valores individualistas chegaram e se estabeleceram. Assim,

Um processo mais complexo, muito importante, mas só timidamente detectado até agora, vamos encontrar no domínio das culturas e resulta, em suma, na sua interação. As idéias e os valores individualistas da cultura dominante, à medida que se propagam através do mundo, sofrem localmente modificações que dão origem a novas formas. Ora, e está aí o ponto inapercebido, essas formas modificadas ou novas podem passar, por sua vez, para a cultura dominante e nela figurar como elementos modernos de pleno direito. A aculturação à modernidade de cada cultura particular pode, assim, deixar um precipitado duradouro no patrimônio da modernidade universal. (p. 93)

A sociedade brasileira, portanto, na perspectiva de Dumont, é uma sociedade onde encontram-se, chocam-se, misturam-se, valores tipicamente modernos – impostos pelo processo “civilizador”, pela “aculturação à modernidade” - e valores considerados “tradicionais”, que permanecem vivos pela presença, no caso, da família, da igreja e de valores trazidos ou nascidos do contato com as populações africanas, indígenas e orientais. A ausência ou fraqueza do *individualismo* entre nós, olhadas deste modo, justificam-se por este hibridismo característico da formação social brasileira do qual falavam Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Nas habitações coletivas estudadas aqui, como a Ocupação Zumbi dos Palmares, pudemos observar que alguns valores desta “aculturação”, como as noções de “interioridade” e “resguardo de si”, tornaram-se fundamentais entre seus moradores, algo da constituição da casa, dos hábitos alimentares, dos usos dos talheres.



Fonte: Chiq da silva

A preocupação com a individualidade é tão presente nas ocupações que a dificuldade de realizar momentos privados é um dos aspectos que mais incomoda as pessoas que saem ou desejam sair dessas moradias. Líder das reclamações, por exemplo, estão os banheiros coletivos que diminuem, entre outras coisas, a intimidade e o conforto dos moradores. Isto não quer dizer, longe disso, que predomine na ocupação a construção *típica-ideal* do morador de um apartamento de classe média, onde os vizinhos não se conhecem, onde reina a absoluta impessoalidade e privacidade. Muitos moradores, claro, apreciam os aspectos proporcionados por esta vida “mais holística”, como a proximidade das casas e dos vizinhos, o movimento nos espaços de uso comum, a agitação, o menor controle dos gestos, o barulho, o que de certo modo nega um estilo “blase”, considerado autenticamente moderno e urbano (SIMMEL, 1999).

Estes modos de habitar e conviver no lugar, contudo, assim como a necessidade que todos os moradores possuem de participar da organização coletiva do prédio, em momento algum negam valores como a *privacidade* e a *individualidade*, o que Dumont chamava de “ideologia base” da modernidade. Eles não deixaram de estar no mundo moderno, ao mesmo tempo que nunca foram burgueses nem europeus.

O próprio socialismo, diz Marx, é uma criação da modernidade, obra destes tempos (1948). Das críticas feitas pelo anarquista Makhail Bakunin aos que chamou de “novos jacobinos”, destaca-se a necessidade de radicalização da liberdade individual, em nenhum momento oposta à solidariedade e aos ideais socialistas⁷⁴. A existência de qualquer Estado, ditadura, ainda que do “proletariado”⁷⁵, como se cunhou dizer, é condenada em nome da liberdade e da autonomia da classe e do indivíduo:

⁷⁴ “Só sou verdadeiramente livre quando todos os seres humanos que me cercam, homens e mulheres, são igualmente livres. A liberdade do outro, longe de ser um limite ou a negação da minha liberdade, é, ao contrário, sua condição necessária e sua confirmação. Apenas a liberdade dos outros me torna verdadeiramente livre” (BAKUNIN: 1980, p. 32)

⁷⁵ Disputando, dentro da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), os rumos da luta operária, os anarquistas opuseram-se tanto ao programa proposto pelos “Blanquistas”, como pelos partidos associados a Marx. Em tom quase profético, identificam no sonho das “ditaduras populares” uma novo governo opressor, formado por “burocratas do Estado”. Vejamos este trecho escrito por Mikhail Bakunin: “Conforme a teoria do Sr. Marx o povo não apenas deve destruir o Estado, como, ao contrário, deve consolidá-lo, torná-lo ainda mais forte e, sob esta forma, colocá-lo à disposição de seus benfeitores, de seus tutores e de seus educadores, os chefes do partido comunista, em suma à disposição do Sr. Marx e seus amigos, que começarão a libertá-lo à sua moda. Tomarão nas mãos as rédeas do governo, porque o povo, ignorante, necessita de uma boa tutela; criarão um banco do Estado único que concentrará em suas mãos a totalidade do comércio, da indústria, da agricultura e até da produção científica industrial e o exército agrícola, sob o comando direto dos engenheiros do Estado, que formarão uma nova casta sábio-política privilegiada”.

Nenhuma ditadura pode criar a liberdade do povo, nenhuma ditadura pode ter outra finalidade senão a de durar o máximo possível, de gerar a escravidão no povo e de educá-lo nessa escravidão; a liberdade só pode ser criada pela liberdade (1983: p. 66)

A estatização completa da vida, a eliminação do direito individual, sempre foi criticada pelos anarquistas, conhecidos por se oporem a qualquer projeto de governo que esgote o livre-arbítrio e a livre-iniciativa das pessoas (MAKHNO, 2000)⁷⁶. Em seu debate com os blanquistas, adeptos de uma “coletivização” plena, da renúncia do “eu” em nome de uma nova “comunidade”, Proudhon frisa sua crítica à este pensamento, imagem, aos seus olhos, de uma nova “tirania” e violência:

O sistema de Luxemburgo (...), sistema comunista, governamental, ditatorial, autoritário, doutrinário, parte do princípio de que o indivíduo é essencialmente subordinado à coletividade; que somente dela ele obtém seu direito e sua vida; que o cidadão pertence ao Estado como a criança à família; que ele está em seu poder e posse, *in manum* e que lhe deve submissão e obediência em tudo (1983, p. 112)

Mas, não foram apenas os anarquistas – entre os socialistas - que se opuseram à estas idéias e projetos associados à uma “ditadura de grupo”, onde uma minoria exerceria o poder em nome de uma massa. Inclusive Marx, em sua leitura da Comuna de Paris, defendendo-se das críticas que recebia, fez questão de ressaltar que o que chamava de “ditadura do proletariado” não era mais que a eliminação do antigo “*poder del Estado*”⁷⁷ e a criação de um novo governo exercido diretamente pelos trabalhadores através de assembleias e conselhos (MARX, 1980). A comuna, como disse, “*dotó a la república de una base de instituciones realmente democráticas*” (p. 67). Isso, pois, os operários perceberam que não podiam “*limitarse simplemente a tomar posesión de la máquina del Estado tal y como está y servirse de ella para sus propios fines*” (Ibidem, p, 59). Era preciso substituir o Estado pela Comuna.⁷⁸

A análise feita por Rosa Luxemburgo dos primeiros anos da Revolução Russa também caminha neste mesmo sentido, apontando os perigos, para a revolução, da

⁷⁶ Apesar de terem como crítica comum a supressão das liberdades individuais e visualizarem no socialismo libertário o desenvolvimento destas, as interpretações sobre o lugar e o modo de realização do indivíduo são bastante diversas entre estes. Ver, por exemplo, *Anarquia e Organização*, de Nestor Makhno, e a coleção *Textos escolhidos* de Malatesta, Bakunin, Proudhon e Kropotkin.

⁷⁷ “*No se trataba de destruir la unidad de la nación, sino por el contrario, de organizarla mediante un régimen comunal, convirtiéndola en una realidad al destruir el poder de Estado, que pretendía ser la encarnación de aquella unidad, independiente y situado por encima de la nación misma, en cuyo cuerpo no era más que una excrecencia parasitaria*” (1980, p. 65)

⁷⁸ “*La antítesis directa del Imperio era la Comuna. El grito de ‘república social’, com que la revolución de febrero fue anunciada por el proletariado de París, no expresaba más que el vago anhelo de una república que no acabase sólo com la forma monárquica de la dominación de clase, sino com la propia dominación de clase. La Comuna era la forma positiva de esta república*” (Ibidem, p. 62)

eliminação das liberdades individuais e da formação de um Estado centralizador e imponente que sufoque a espontaneidade e a criação das pessoas:

...abafando a vida política em todo o país, é fatal que a vida seja cada vez mais paralisada nos próprios soviets. Sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada da imprensa, de reunião, sem livre luta entre as opiniões, a vida morre em todas as instituições públicas, tona-se uma vida aparente, onde a burocracia constitui o único elemento que permanece ativo. É esta uma lei à qual ninguém escapa... A vida pública pouco a pouco adormece; algumas dúzias de chefes de partido, de uma energia inesgotável e de um idealismo sem limites, dirigem e governam; entre eles, a direção está na realidade nas mãos de uma dúzia de homens de cérebro eminente, e uma elite da classe operária de tempos em tempos é convocada a reuniões para aplaudir aos discursos dos chefes, votar com unanimidade as resoluções que lhes apresentam – trata-se, portanto, no fundo, de um governo de grupo – uma ditadura, é verdade, mas não a do proletariado, não: a ditadura de um punhado de políticos, isto é uma ditadura no sentido burguês, no sentido da dominação jacobina. (1968, p. 152)

Difícil não associar estas posições da revolucionária comunista dos “prenúncios”, ainda no século XIX, feitos por anarquistas como Bakunin, Proudhon, Kropotkin, entre outros. Lendo frases como esta – “Liberdade sem socialismo é injustiça; socialismo sem liberdade é escravidão” (BAKUNIN; 1998) - encontramos outra interpretação e experiência de socialismo, distante e oposta do que ficou conhecido como o “socialismo real”, principalmente a imagem da antiga União Soviética, retificadas por estas palavras à beira da morte:

Liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de modo contrário. Não pelo fanatismo pela “justiça”, mas porque tudo o que há de instrutivo, de salutar e de purificante na liberdade política reside nisso e ela perde sua eficácia quando a “liberdade” se transforma num privilégio (LUXEMBURGO, 1968: p. 154)

Desse modo, como estamos querendo mostrar, compartilhar uma noção de *individualidade* não resulta, necessariamente, em um individualismo obsessivo – existem *possibilidades e modos* de realização do indivíduo -, um desgosto ou rejeição do convívio coletivo, ou um horror ao outro, nem mesmo a adesão total ao Ocidente, ao Capitalismo, à propriedade privada e tudo que nele se criou e que ele combateu como o *outro*. A individualidade, a liberdade individual, é um valor na ocupação ao mesmo tempo em que ela apresenta diversos espaços de ação e interação coletiva, de convívio comum, que se afastam de um modelo de ação *moderna*, civilizada, ocidental, que teria fundado, segundo Dostoiévski, o período de “isolamento do homem”⁷⁹.

⁷⁹ Para o escritor russo, o indivíduo é o homem que esqueceu, abandonou a “unidade geral dos homens”, fraturou-se. Ele se “acostumou a esperar unicamente de si e separou-se do todo como unidade, acostumou

O fundamental, em questão, para nós, não é classificar os moradores como *modernos* ou *não-modernos*, mas evidenciar como o discurso que os expurga da modernidade e os lança na natureza nasce de um princípio moral e de um jogo de interesses políticos que marcam a história brasileira. Enfatizar como estas populações estão distantes da representação que se faz sobre elas e que lhes negam um acesso mínimo, no plano subjetivo, ao mundo contemporâneo e à grande cidade.

Antropófagos, talvez, no sentido de uma apropriação singular das categorias modernas em relação com os sentidos transmitidos e recalcados pela colonização, seja, realmente, a melhor definição destes grupos diversos, que atravessam heranças imbricadas ao longo de séculos de colonização e experiências nacionais. Mas, esse não é o nosso interesse aqui, já satisfeito em aproximar os símbolos que alegorizam o projeto modernizador, hoje bem expresso pela revitalização da área portuária - que é a pauta do nosso próximo capítulo -, de um debate central na antropologia.

5. Revitalização do Porto: Processo Civilizador?

Civilizar-se, então.

Benvinda: *Inté logo.*

Figueiredo: Que *inté logo!* Até logo é que é! Olha, em vez de *inté logo*, dize: *Au revoir!* Tem muita graça de vez em quando uma palavra ou uma expressão francesa.

Arthur Azevedo

A imagem da população brasileira, como vimos no capítulo anterior, sempre conviveu com os *quadros* da não-civilidade. Inclusive a corte imperial, quem deveria resguardar os bons costumes, despertava risos aos olhos da “boa etiqueta”. Dom João VI, por exemplo, é constantemente lembrado pelos seus “maus hábitos e costumes”: um príncipe “aburguesado, porcalhão, com os gestos moles, os dedos quase sempre melados de molho de galinha” (FREYRE, 2000: p. 66).

Ao longo de todo o século XIX, a fins de inserir o país nas galerias modernas, o tema da “boa educação” e da “civilidade” da população fez-se presente. As comédias

sua alma a não acreditar na ajuda dos homens, nos homens e na humanidade” (2008, p. 415). O burguês, fundado na *desunião*, é o homem que levou o individualismo ao seu nível maior e horrível: “acumula riqueza isoladamente e pensa: como hoje sou forte e como sou abastado! mas o louco nem sabe que quanto mais acumula mais mergulha em sua loucura suicida” (Ibidem).

de costumes apresentam, ironicamente, paisagens desta época de importantes mudanças. Na peça *Capital Federal*, de Arthur Azevedo, o “Grande Hotel da Capital Federal” é criado como uma miniatura – para usar o termo de Antônio Cândido - da cidade pós-colonial, imersa no conflito entre o “arcaico” e o “moderno”, o “sobrado” e a “casa rústica”, o “civilizado” (francês) e o “selvagem” (africano, indígena e português). O gerente do Hotel, “homem de progresso”, de grandes invenções, personifica a ciência da época e seus sonhos de inovação. Seus hóspedes - a família do fazendeiro Eusébio, do cocheiro Lourenço, do ex-caxeiro Gouvêa - são personagens da vida cotidiana na corte. Deslumbram-se com a arquitetura moderna do edifício, contemplam o cenário, mas não compreendem os signos estéticos emitidos das torneiras de ouro, dos elevadores, das máquinas inglesas que abrilhantam o “Grande Hotel”. O gerente, então, se irrita, espanta-se, perturbado com os gestos “vulgares” que simbolizam a distância entre o seu sonho de um Rio moderno e as práticas coloniais que percorriam as diversas classes da sociedade carioca da época.

Satirizando os projetos *civilizatórios*, o dramaturgo maranhense estabelece uma oposição entre o ideal renovador e as práticas cotidianas da população, representadas como “grosseiras”, “sujas”, “atrasadas”. Figuras e marcas de uma colônia atrasada, ainda próxima, que não esvaíra assim, como um ato trágico. A “elite da época”, afetada pelos modos civilizados ensinados de Paris, é representada por personagens engraçados, *ridículos*, protagonistas de uma moral hipócrita. Imagens de um capitalismo emergente, onde tudo pode ser feito quando se busca luxo e dinheiro. O Rio de Janeiro de Arthur Azevedo, sobretudo, é a capital-palco de jogadores, malandros, oportunistas, mercenários ávidos por riqueza e poder. De Lola, a mulher “vendida” que engana os homens em busca de status e jóias, às empresas imobiliárias que vendem falsas indicações de casas, tudo é percorrido por um imenso oportunismo.

A Rua do Ouvidor, esta “rua exagerada e indiscreta”, como diz João do Rio, era o principal palco desta cidade que se pretendia moderna. Ambiente de luxo, seus cafés e galerias serviam de encontro da “alta” (e seus pretendentes à) sociedade da época. Lá se encenava o que esta nova sociedade podia apresentar de melhor, de mais *refinado*: o luxo das construções e os bons costumes, a polidez, a elegância. O passeio de Figueiredo e Fredogonda, que antes de ser “acolhida” pelo cavaleiro chamava-se Benvinda, nas festas da corte, é uma boa ironia deste mundo. Figueiredo, que tinha entre seus maiores prazeres “civilizar as mulatas trigueiras” que chegavam à capital, apresenta-se deste modo no “baile” promovido por Lola:

Figueiredo: Convidado pela gentilíssima Lola para comparecer a este forrobodó elegante, não quis perder o magnífico ensejo, que se me oferecia, de iniciar a formosa Fredogonda nos insondáveis mistérios da galanteria fluminense! Espero que Vossas Excelências e Senhorias queiram recebê-la com benevolência, dando o necessário desconto às clássicas emoções da estréia, e ao fato de ser Dona Fredogonga uma simples roceira, quase tão selvagem como a princesa etíope que o seu vestuário representa (1965: p. 374).

Sobre a docência de seu cavaleiro, Benvinda devia substituir o seu português “mal falado” por um novo uso da língua que conjugasse palavras francesas capazes de amenizar o arcaísmo da língua lusitana. Devia, também, moderar suas emoções, heranças de sua cor “selvagem”, africana:

Figueiredo: (...) Não é preciso fazer projeções do holofote para todos os lados! Assim, olha... (Anda.) Um movimento gracioso e quase imperceptível dos quadris...

Benvinda (Rindo.): Que *home* danado!

Figueiredo: É preciso também corrigir o teu modo de falar, mas a seu tempo trataremos desse ponto, que é essencial. Por enquanto, o melhor que tens a fazer é abrir a boca o menor número de vezes possível, para não dizeres *home* em vez de *homem* e quejandas parvoíces... Não há elegância sem boa prosódia (1965: p. 354).

Se no fim da comédia, a vitória de Eusébio na corrida de cavalos simboliza, de certo modo, a vitória da *rusticidade* sobre a cidade - vítima desta doença de fora, este “micróbio da pândega” -, a reforma Pereira Passos, como vimos anteriormente, buscou evitar qualquer risco de derrota neste jogo: a cidade devia ser ocupada com novos hábitos, precisava se “modernizar”. As classes populares, obviamente, eram o principal alvo destas políticas. E continuaram sendo. Nos Parques proletários construídos ao longo do Estado Novo as regras de habitar frisavam explicitamente o desejo de *civilizar* esta população (SIMÕES, 2008). De modo parecido, bem semelhante, foram construídos os conjuntos habitacionais nas décadas de 60 e 70.

Estes conjuntos e parques surgiram como a tentativa de realizar a utopia renascentista – com suas cidades regulares que se distinguiam das cidades medievais - através das técnicas disciplinares modernas. Os acampamentos romanos, com suas projeções urbanísticas, retornavam como modelo, como referência para as novas construções urbanas. Michel Foucault, procurando apresentar o nascimento destas técnicas e os modos de investimento do *poder* nas cidades do século XVIII, cita o caso de Richelieu, uma “cidadezinha que foi construída a partir de nada, precisamente”, sobre uma perspectiva *disciplinar*:

Onde não havia nada, construiu-se uma cidade. E como a construíram? Pois bem, utilizou-se a célebre forma do acampamento romano que, na época, acabava de ser reutilizada na instituição militar como instrumento fundamental da *disciplina* (2008: p. 44).

Ao contrário das cidades pensadas pela soberania, que se projetavam a partir de um macrocosmo, a cidade começou a ser pensada de início, não a partir do maior que ela, o território, mas a partir do menor que ela, “a partir de uma figura geométrica que é uma espécie de módulo arquitetônico, a saber, o quadrado ou o retângulo por sua vez subdivididos, por cruces, em outros quadrados ou outros retângulos” (Ibidem).

Os parques proletários, as triagens e os conjuntos habitacionais nasceram no Rio de Janeiro como expressões deste esforço feito pelo Estado para criar aqui essas “cidades disciplinares”, capazes de produzir novos comportamentos e hábitos. O que caracteriza estas cidades, como explicou Foucault...

...é o constante controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada um numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). Recorte, pôr indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial da cidade (1999: p. 98).

A Nova Holanda, uma das 16 favelas que formam a Maré, foi criada a partir desses valores e estratégias. Construída em 1960, sobre um imenso aterro, ela foi idealizada pelo governo Carlos Lacerda como um conjunto habitacional provisório. Com suas casas em série, seu traçado em xadrez, seria um local de passagem onde os moradores de favelas removidas “aprenderiam” hábitos mais “civilizados e urbanos”. A forma geométrica e racional do espaço, aliado a vigilância das práticas, dos corpos - as regras que impediam os “puxadinhos”, a formação de vielas, certas apropriações do espaço público - tornariam os ex-habitantes de favelas pessoas “aptas”, preparadas para habitar o que consideravam como a “cidade formal” (JACQUES, 2002).

O uso da disciplina, neste projeto *modernizador*, interliga-se, na maioria dos casos, com outra tecnologia de poder: a *biopolítica*. Ambas, articuladas, formam o que Foucault chamou de *biopoder* – um tipo específico de poder que investe sobre a vida humana – tanto quanto corpo como espécie. Se as técnicas disciplinares se dirigem, principalmente, ao corpo individual, a *biopolítica* tem como alvo principal a “população”. Ela emprega, ao investir sua tecnologia sobre a cidade:

mecanismos regulamentadores, que incidem sobre a população enquanto tal e que permitem, que induzem comportamentos de poupança (...). Sistemas de seguro-saúde ou de seguro-velhice; regras de higiene que garantem a longevidade sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação; as pressões que se exercem sobre a higiene das famílias; o cuidado dispensado às crianças; a escolaridade, etc. (FOUCAULT, 1977: p. 66).

Os conjuntos habitacionais são obras, principalmente, dessas duas tecnologias: a *disciplina* – a partir da sujeição dos corpos e sua organização no espaço – e a *biopolítica* – elaborando estatísticas e programas de habitação; coordenando fluxos populacionais; elaborando mapas demográficos; regulando-a e distribuindo-a pela cidade; moldando ou favorecendo modos mais *civilizados* de habitar a cidade.

Mas, os conjuntos habitacionais não são os únicos exemplos que expressam o esforço do Estado para modernizar a cidade e civilizar sua população. A “renovação urbana” realizada no bairro do Catumbi no final da década de 1970, como nos mostra Mello e Vogel (1980), também pode ser inserida no contexto destas políticas “modernizadoras” e “civilizatórias”. Ela se baseou na representação do bairro como um lugar obsoleto que devia desaparecer e dar lugar a estruturas e modos de vida mais modernos, com novos moradores enquadrados em um novo “status”. Para isso, foi realizada uma série de intervenções urbanas que promoveram amplas mudanças na paisagem e vida do lugar, detalhadamente descritas no livro *Quando a Rua vira Casa*.

Personagem importante, portanto, da nossa história política, o projeto civilizatório continua movimentando suas táticas, suas armas, seus discursos. A idéia de renovar a área portuária, nesse sentido, não se aparta de um anseio por *civilizar* estes bairros. Este ideal passa, claramente, por três propostas principais:

1) Eliminar os tipos de habitação considerados *insalubres* e favoráveis a *promiscuidade*, como cortiços, ocupações sem-teto e hospedagens, realocando seus moradores em habitações financiadas pelo governo ou, o que ocorre com mais frequência, apenas despejando-os. Essa política deslocaria a maior parte desta população “indesejada” da região, vista como uma “pedra no caminho” destes projetos.

2) Os moradores que forem realocados nas proximidades serão todos agrupados em exíguos terrenos, onde serão construídas as habitações populares financiadas pelo Programa *Minha Casa, Minha Vida*. Estas novas habitações, por sua própria estrutura física, de *apartamento*, dizem, contribuirá para o cultivo de novos hábitos, *civilizados*, por parte da população remanejada. A própria palavra *apartamento* deriva do verbo

apartar, no sentido de separar, dividir. Possui, já de si, uma perspectiva do *habitar* onde a privacidade é um valor importante que se mostra na distribuição dos cômodos e demais espaços da casa. O tamanho das casas destes conjuntos, entretanto, já contradiz esta idéia, pois não permite aos membros de uma família conforto e intimidade. Muitas vezes, estes precisam adaptar os cômodos da casa ao tamanho do grupo, tornando o novo lar imagem próxima dos antigos quartos e vagas de onde foram expulsos.

3) A presença de “classes sociais mais elevadas” economicamente e culturalmente na região, como novos moradores destes bairros, agiriam no sentido de civilizar o lugar e prepará-lo para receber turistas e grandes eventos. Promovendo, assim, um “aburguesamento” da região, interesse “estético” e econômico que muito atrai e seduz o capital privado.

Entremos, portanto, no projeto em si, começando com uma história vivida pelo autor e que nos joga dentro do plano de revitalização da região.

Porto Maravilha



O porto que sonho é sombrio e pálido
E esta paisagem é cheia de sol deste lado...
Mas no meu espírito o sol deste dia é porto sombrio
e os navios que saem do porto são estas árvores ao
sol...

Fernando Pessoa

Autor: Pedro Freire (2010)⁸⁰

Existe uma “vila”, na Ladeira do Barroso, que é mais uma destas testemunhas da cidade que já atravessou um século de vida. Sua fachada, seu telhado, suas paredes, pedras, janelas, portas, narram histórias que perpassam o tempo, distâncias. Uma delas, das mais recentes, se passou no dia 22 de Março, como iremos contar agora.

Da Ladeira de pedras, que a abriga, a visão que temos da vila é da fachada da primeira casa, do portão e de uma casa alta e nova, mais atrás, contrastando com a

⁸⁰ Foto tirada do terraço de uma das casas onde morei na Ladeira do Barroso.

primeira. Esta, no caso, tem seu rosto pintado de salmão, margeando as duas janelas antigas, brancas e gradeadas.

A entrada para a “avenida”, como também a chamam, ocorre por um único portão cinza. Logo que este se abre, vemos um pequeno degrau de acesso a casa número 01. A porta de entrada, então, já não é nem branca e nem salmão. Mistura de cinza e amarelo esvaindo com o tempo. Esta primeira casa, que nos tempos de sua construção fora única, soberana e solitária, descansando sobre um jardim longo com vista para a baía e para o porto, foi dividida em três. Com este desmembramento, ela encurtou, diminuiu, tendo apenas uma sala, um banheiro, um quarto, uma cozinha, e um corredor estreito e bem curto ligando os dois. Moravam nesta residência, no dia, cinco pessoas – Dona Nilde, seus dois filhos (Fernando e Éllen) e dois netos (Pedro Lucas e Michel).

Na casa 02, também com um quarto, uma sala, uma cozinha e um banheiro, morava um casal no qual inclui este que aqui escreve. A entrada se dá por uma pequena escada de pedra que leva a uma porta velha, machucada, banhada por um azul descascado pelas décadas. Três janelas altas a iluminam. O teto destas duas casas, outrora uma, também é muito alto, alcançando-o apenas com uma escada cumprida.

Em baixo destas duas casas fica o antigo porão, transformado, em parte, em moradia. Ele possui duas janelas baixas, um quarto e um banheiro. Por sua posição, ele é muito escuro. Era habitado por um casal (Alda e Marcos) e seu filho (Marcelo). A esposa, no caso, é filha da senhora que habitava a casa 01 e mãe de um dos seus dois netos – Pedro Lucas.



Entrada da Vila

Terraço

Autor: Pedro Freire (2009)

De frente ao porão e embaixo da casa 02 existe o lar da Celeste. Uma senhora de 77 anos que habita esta casa há cerca de quarenta anos. O lugar, como os outros, é pequeno e compartilhado no mesmo número de cômodos. O que muda, em todos os casos, é a distribuição destes. Na casa 01, após a porta, depara-se com a sala, um pequeno corredor, uma cozinha bem fina e um quarto um pouco mais largo – um do lado do outro. Na casa 02, da porta segue-se a cozinha e do lado direito de quem entra um banheiro muito pequeno e escuro, já que sem janela. Do outro braço, segue-se a sala e o quarto, este menor em comprimento e largura. No porão, distribui-se, em ordem, cozinha, quarto e banheiro. Na casa 04, em questão, estão sala, quarto, cozinha e banheiro, nesta sequência.

Celeste mora sozinha nesta casa há quase sete anos, quando sua mãe, que residia com ela, faleceu. Durante quase todo o dia, atravessando a noite, ela fica sentada no sofá antigo, coberto com uma manta vermelha. Um cigarro aceso e o corpo em frente à mesinha da sala. As horas passam ao som das conversas com vizinhos, da TV, das crianças brincando no pátio, e do rádio, onde ouve a oração de Santa Rita de Cássia. Na pequena estante, na sala, a imagem e o cordão da santa, de quem é muito devota.

A casa não possui quatorze ou infinitas portas; a sua moradora, em questão, nunca teve grandes riquezas, nem é filha de rainha; mas resguarda suas semelhanças com aquela que Borges apresentou como a “casa de Astérion”. Uma casa com as portas e janelas sempre abertas (no caso de Celeste, quase sempre já que ela as fecha à noite, ao dormir); com um único morador que dela não sai, mesmo que estas estejam escancaradas – “é verdade que não saio de minha casa, mas também é verdade que suas portas estão abertas dia e noite aos homens e também aos animais” (1999: p. 87) -; uma casa onde não se encontra pompas mulheris nem o bizarro aparato dos palácios, mas sim a quietude e a solidão.

Assim, ou perto disso, podemos dizer, é a casa 04.

Todas essas quatro casas são muito pequenas e com cômodos improvisados. Sobretudo para a primeira família que habitava a primeira. Todos apinhados em um pequeno quarto onde mal cabem as camas e um armário. Por sobre a casa da Lelete, encontra-se a maior casa da “Vila”. Ela tem dois andares – “altos e baixos” – onde morava um casal nordestino que trabalha no supermercado 2001, na Rua Senador Pompeu. Zezinho, cearense, veio há nove anos para o Rio, tempo em que mora no morro. Já morou na Rua do Monte e na Ladeira do Livramento, antes de se mudar a seis anos atrás para essa vila. Possuem um filho – Luã – que durante o dia, enquanto Claudia

trabalha, fica sobre os cuidados de Alda, da casa 03. Eles moraram nesta casa até junho de 2010, quando se divorciaram depois de uma briga violenta. Zezinho, depois de chegar bêbado, brigou com a esposa e a lançou pelas escadas. Dois dias depois, se mudavam da vila.

Por baixo desta casa grande e ao lado da casa da Celeste, o pátio corre para a parte de trás, o traseiro da vila. Este local é muito importante para a vida do lugar, pois ficam os tanques coletivos, alguns varais e máquinas de lavar. Na parte do antigo quintal, existem três casas. Na maior de todas, a casa 05, moram Dona Lucia e seu filho Edilson, o “Cici”. Esta senhora pernambucana, que emigrou para a cidade do Rio na década de 60, foi quem construiu com seu marido – falecido há nove anos – estas casas atrás do “casarão”, onde hoje moram suas outras duas filhas – Enilda e Enilza – com seus maridos e filhos. Enilda, funcionária de uma empresa de Telemarketing, é quem administra os negócios da mãe. Responsável pelas contas do lugar, em especial à da água e a cobrança dos aluguéis, seus gritos ao chamar os filhos Pedro, Marlon e João cortam todas as casas. De noite, costuma passar pelo pátio com “bobs” no cabelo, óculos e pijama. Poucos sorrisos. Voz forte. Firme. Enilza, sua irmã, já é o oposto. Tem uma voz leve, baixa, e dificilmente ouvimos algum grito. Está cursando pedagogia e trabalha em uma empresa de telecomunicação.

Nesta casa, nesta vila, situada no Morro da Providência, eu acordei no dia 22 de Março, como assim o fiz por mais de um ano. O sol batendo no telhado antigo, correndo por entre as janelas de madeira, jogara-me da cama quente. Quanto calor! Precisava sair logo. O relógio marcava oito horas. Estava atrasado, novamente.

Na vila, com suas oito casas, o movimento seguia como todas as manhãs. Das cinco horas até as sete, bateram o portão Marcos – estivador do Cais do Porto -, Zezinho e Claudia - funcionários do Supermercado 2001 -, Fernando – atendente das Drogarias Pacheco -, Enilza – telefonista -, Amanda, Marlon, Pedro Lucas e Israel – estudantes - assim sucedendo-se até o sol remansar, já vencedor. De sete e meia às nove, o pátio movimentava seus personagens de todas as manhãs. Fátima brincava com seu neto Michel, nas escadinhas de casa. Alda levava seu filho também, Marcos, além de Luã, filho de Claudia. Antes das nove, a porta da Celeste já se encontrava aberta. Em poucos minutos, saíram de casa Ellen e suas sobrinhas, Esther e Alice, ambas filhas de Edilza. Todas querem brincar com as crianças, que engatinham, caem, choram.

Com o pátio já ocupado, passa Edson, marido de Enilda, para comprar pão na padaria do seu Jorge, na Praça Américo Brum. Neste intervalo de tempo, entra o seu

cunhado, Everaldo, quem está ajudando-o na obra de casa. Com uma latinha de cerveja na mão e fazendo um barulho danado, passa Cici, figura pública das mais conhecidas do morro. Com problemas de saúde mental e dependência química, suas histórias no morro nunca acabam. Após “cheirar” e beber, é comum vê-lo saltar na rua com chapéu de cangaceiro, faca na cintura, dizendo que vai matar polícia e bandido. Erguer a faca e depois apontar para as pessoas, enquanto todo mundo morre de rir ou de “asno”. Entrar na casa dos outros, sentar, se aconchegar e ainda pedir água e comida.

Um dia, há alguns anos atrás, “os homens da boca bateram na vila pra matar ele”. O que se conta é que “ele cheirou muito dinheiro, disse que ia pagar depois, e sumiu”. O pai, conhecido como “faz-tudo”, foi lá em baixo, parece que arrumou uma grana e conseguiu salvar a vida do filho. A rua, nesse dia, parou. Dizia um vizinho: você sabe que “tudo no barroso é um escândalo e nessa matéria ele é doutor”. Tem a voz enrolada, grossa. Seu João, da casa ao lado, diz sempre ouvir a sua “voz esquisita, embolada”, quando passa na rua. Há dois anos, como diz o próprio, “converteu-se a cristo”. Abraçado à bíblia, passeia pelo morro com seu terno e gravata, o que não o impede de dar seus espetáculos quando de suas constantes “recaídas”.

Em uma dessas, bateu na ex-mulher, na filha, e tentou quebrar a própria casa onde os parentes moravam. “Tomado”, entrou no porão e com uma enxada tentou quebrar as sustentações de madeira. Nilde chamou a polícia e o problema deflagrou-se de vez. Após essa confusão, ela, seu neto e dois de seus filhos quase foram expulsos da Vila. Desrespeitaram a regra do lugar: “aqui ninguém chama polícia, ninguém chama bandido”. Tudo se resolve entre os moradores, ou não se resolve.

Desse modo, dada as circunstâncias, nada acontecia de diferente, tão estranho neste dia 22, já que as manhãs de sol na vila passam-se quase sempre assim, repletas de barulho e confusão. Mas alguma coisa tornaria este dia diferente e eu perceberia isto somente lá fora. Quando descia a ladeira, depois de gastar as calçadas dos vizinhos com as conversas - quase inevitáveis - com os personagens da rua que passam o dia inteiro para o lado de fora de suas portas, deparei com a surpresa da qual falava: policiais do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) subiam o morro em quatro carros, sendo um destes o conhecido “caveirão”. Bom, até aí eu não tinha conhecimento de que esta era a grande novidade do dia, pois, infelizmente, incursões militares estão no cotidiano da maior parte das favelas da cidade. Associei esta possível incursão ao início do Fórum Urbano Mundial, organizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) e que aconteceu do dia 22 ao dia 27 de Março, nos armazéns do porto. Apressei meu passo em

direção à Candelária, onde haveria uma passeata de inauguração de outro Fórum, o Fórum Social Urbano, um evento construído por movimentos sociais e que surgiu da crítica destes grupos à existência do primeiro. Enquanto a passeata se preparava para sair, uma amiga me fez uma pergunta e acabou me dando a seguinte informação:

- “Pedro, como está a situação na Providência? Acabei de ler na internet que o BOPE ocupou o morro hoje para instalar uma UPP lá”.

Pronto. Conseguia, enfim, associar a presença dos carros de polícia subindo a ladeira de manhã; a notícia que lera no jornal, antes de chegar à Candelária, anunciando o início oficial das obras do projeto de “Revitalização da área portuária”; e a inauguração do Fórum Urbano Mundial, realizado, justamente, na área portuária. Atormentado, segui a passeata até a Avenida Rodrigues Alves pensando em voltar pra casa e observar como estavam as coisas, o que ocorria. Foi o que fiz, logo depois do fim da manifestação.

Ao chegar em casa, procurei as mensagens que saíam nos jornais e na internet. Todas relacionavam a construção da UPP no Morro da Providência com o projeto de “revitalização” da região. Vejamos esta matéria do Jornal O Globo:

Rio terá quase quatro mil novos PMs em nove UPPs instaladas até o fim de 2010

O Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, explicou nesta segunda-feira, em entrevista coletiva, os fatores que contribuíram para a decisão de implantar uma nova Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro da Providência, no Centro do Rio. Entre eles, a situação tranquila vivida pelos morros da região nos últimos meses, devido a uma briga dentro da quadrilha que controla o tráfico na área. Beltrame apontou também a formação de mil novos policiais, programada para a segunda quinzena de abril. De acordo com a secretaria, cerca de 3.850 novos PMs estarão trabalhando nas UPPs instaladas na cidade até o fim do ano. Além disso, segundo o secretário, a nova UPP - ainda sem data para ser inaugurada - também contribuirá de forma decisiva para o ordenamento da área em volta dos morros (Providência, Pedra Lisa e Moreira Pinto) e será fundamental para o *projeto de revitalização da Zona Portuária*.

(...) O prefeito Eduardo Paes também elogiou a operação:

- É mais uma vitória da segurança pública, mais uma vitória para a nossa cidade. Além de garantir mais cidadania aos moradores da comunidade, a chegada da UPP ao Morro da Providência beneficia toda a região central do Rio. A parceria com as forças de segurança é fundamental para o projeto de resgate do Centro, em especial a *revitalização da Zona Portuária*. Tenho certeza de que a presença da Unidade de Polícia Pacificadora vai nos ajudar a recuperar e valorizar essa área onde o Rio nasceu e cresceu.

Maria Lúcia Telles, diretora do Sesi/Senai-RJ, também festejou:

- Dentro do projeto que está sendo anunciado, é importante essa retomada do Morro da Providência. Nós temos uma parceria com a prefeitura para fazer, ali na Gamboa, a *restauração de dois galpões*. Eles abrigariam uma escola de restauro e uma de audiovisual. Essa notícia é mais uma *motivação* para nós.

A gerente de Relações Institucionais da concessionária Metrô Rio, Rosa Cassar, também ressaltou a importância da medida:

- A Metrô Rio *aposta na revitalização de diversas áreas do Centro*, como a Cidade Nova, onde está construindo uma nova estação, além de fazer parte do Polo Empresarial da Nova Rua Larga, que resgatou o potencial econômico de ruas antigas, como a Marechal Floriano e adjacências. Portanto, a empresa acredita que a implantação da UPP no Morro da Providência é positiva, por contribuir para o aumento da *segurança*, item imprescindível para o pleno processo de *revitalização da região*.

Fonte: Jornal O Globo (22/03/2010)

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) surgiram no final de 2008 com a Ocupação do Morro Santa Marta, em Botafogo, no dia 10 de Dezembro. Com a última unidade construída no Morro dos Macacos, elas somam 12 unidades (Santa Marta, Cidade de Deus, Jardim Batam, Chapéu Mangueira e Babilônia, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, Tabajaras e Morro dos Cabritos, Morro da Providência, Morro do Borel, Morro do Turano, Andaraí, Morro dos Macacos e São João).

Morro da Providência



Autor: Pedro Freire (2009)

A proposta de construção de uma UPP no Morro da Providência – promessa de segurança feita pelo Estado para que as empresas “se sintam motivadas em investir na região portuária” - esteve presente desde o princípio do projeto de “Revitalização do Porto” apresentado pela Prefeitura, Governo do Estado e União em 2009. Ela foi tratada, quando de seu surgimento, como a iniciativa - tomada pelas instâncias do Estado - que inaugurou a política de “revitalização” desta parte da cidade, um projeto que não surgiu com esse governo e que já atravessa décadas. Afinal, a partir dos anos 80 a região portuária do Rio passou a integrar diversos projetos de renovação urbana que visavam “revitalizar” a região. Projetos como *SAGAS* (Saúde, Gamboa e Santo Cristo), *Corredor Cultural*, *Novas Alternativas*, abriram um caminho que já não era, tanto, o da metáfora da feira, como foi usada por Lévi-Strauss para pensar as cidades no Novo Mundo⁸¹, mas o da “reabilitação dos patrimônios” (CERTEAU, 2001). Os projetos de renovação urbana passaram a privilegiar a recuperação à destruição do que já existe. Tanto por razões econômicas como nacionais e culturais, voltamos, como dizia Michel de Certeau, a “esse passado que muitas vezes envelheceu menos que o novo” (p. 30).

Todavia, a maior parte destes projetos que visavam “revitalizar” a área portuária não saiu do papel. Apenas com a ascensão do Prefeito Eduardo Paes para a prefeitura do Rio, em 2008, e as escolhas do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 e a cidade do Rio de Janeiro como a cidade olímpica de 2016, esta proposta ganhou maior força. No dia 23 de junho de 2009 o Prefeito, ao lado do Governador Sergio Cabral e do então Presidente Lula, apresentou o projeto *Porto Maravilha*, considerado a maior intervenção urbanística na cidade nos últimos tempos. A previsão de investimentos neste projeto, apenas numa primeira etapa, “é de R\$ 392 milhões em recursos da União, prefeitura e iniciativa privada”⁸². Nesta primeira fase, iniciada em 2011 e que deverá ter o prazo de três anos, estão previstas a construção do “Museu de Arte do Rio”, que se localizará no edifício Dom João VI, na Praça Mauá; o “Museu do Amanhã”, no Píer Mauá; uma “garagem subterrânea”, também na Praça, com espaço para mil carros; a

⁸¹ Dizia Lévi-Strauss, sobre as cidades da América: “Para as cidades européias, a passagem dos séculos constitui uma promoção; para as americanas, a dos anos é uma decadência. Pois não são apenas construídas recentemente; são construídas para se renovarem com a mesma rapidez com que foram erguidas, quer dizer, mal. No momento em que surgem, os novos bairros nem sequer são elementos urbanos: são brilhantes demais, novos demais, alegres demais para tanto. Mais se pensaria numa feira, numa exposição internacional construída para poucos meses. Após esse prazo, a festa termina e esses grandes bibelôs fenecem: as fachadas descansam, a chuva e a flegem traçam seus sulcos, o estilo sai de moda, o ordenamento primitivo desaparece sob as demolições exigidas, ao lado, por outra impaciência” (1996: p. 91-92).

⁸² Todos os dados e citações apresentados aqui foram extraídos do Jornal O Globo (21/06/09, 24/06/09, 12/07/09, 04/08/09, 06/01/2011) e do site www.portomaravilhario.com.br.

“reurbanização do Píer Mauá, do Morro da Conceição e do bairro da Saúde” e a criação de 499 novas residências em imóveis antigos “subutilizados” através do Programa “Novas Alternativas”. Esse número, todavia, como disse o secretário de Habitação do Rio Jorge Bittar, “é para início imediato. Nós vamos construir na Zona Portuária outras sete mil unidades a partir da restauração”.

Para concretizar seus objetivos, o projeto planeja ainda outras duas fases. A segunda é a mais ambiciosa. Prevê o lançamento de títulos no mercado (CEPACS) que garantirão aos compradores o direito de construir na área “espigões de até 50 andares”. Com os R\$ 3 bilhões que pretende arrecadar com a operação, a prefeitura pretende realizar “obras de reurbanização completa em quatro bairros e derrubar a perimetral”. Quanto ao transporte público, foi abandonado o antigo projeto de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para a área central, que iria ligar a Área Portuária ao centro de negócios, à Lapa e a São Cristóvão. Agora, fala-se apenas em uma VLT com circulação restrita ao bairro e uma pequena ciclovia. A execução do projeto, definida em 2010, está a cargo de uma Parceria Público Privada (PPP), cuja licitação com valor fixado em R\$ 7,6 bilhões por 15 anos de concessão, a maior do gênero no Brasil, foi vencida por um consórcio de grandes construtoras (Norberto Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia).

Impulsionado pelas Olimpíadas de 2016, o projeto de “revitalização do porto” estará integrado ao evento. Visto como o “grande legado dos jogos”⁸³, a prefeitura comemorou, no dia 20 de maio, a decisão do Comitê Olímpico Internacional (COI) de transferir parte das instalações olímpicas da Barra da Tijuca para a área do Porto, proposta feita pelo Comitê Rio 2016. Com o acordo, a região vai receber parte da Vila de Mídia, da Vila de Árbitros e algumas unidades administrativas (Centro de Tecnologia, Centro de Logística e Centro de Mídia Não-Credenciada). A previsão, segundo membros do projeto de “revitalização”, é que sejam construídas cerca de oito mil unidades habitacionais para “abrigar jornalistas e árbitros – e esses apartamentos serão convertidos em moradias após o término dos Jogos. Já os centros administrativos poderão se transformar em centros de convenções ou shopping centers”⁸⁴. Haverá, segundo os mesmos, “a abertura de um concurso público para escolher o desenho das

⁸³ Em matéria presente no “Boletim do porto”, disse o Secretário Municipal de Desenvolvimento, Felipe Góes, sobre a decisão do Comitê Olímpico Internacional: “O COI foi sensível ao nosso pedido e entendeu que o processo de revitalização do Porto pode representar o maior legado para a cidade”. Ver (www.portomaravilhario.com.br/media/informativo/boletim_do_porto.pdf)

⁸⁴ Ver www.portomaravilhario.com.br/media/informativo/boletim_do_porto.pdf.

vilas e a expectativa é de que os projetos arquitetônicos estejam prontos até o fim de 2010. Já as obras e a inauguração dos edifícios devem acontecer entre 2014 e 2015”⁸⁵.

Em todos os discursos presentes no plano de “revitalização”, a renovação urbana realizada na área portuária da capital argentina – Puerto Madero -, que tornou uma área considerada “erma” e “degradada” em uma das regiões mais valorizadas de Buenos Aires, e a revitalização do porto em Barcelona, quando esta sediou as Olimpíadas de 1992, são as grandes referências para o projeto de “Revitalização do Porto” carioca⁸⁶. Rubens Vasconcelos, vice-presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, ansioso, diz que “se tudo der certo os preços dos imóveis na área podem chegar a valores de Leblon e Ipanema”. À frente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP), Jorge Arraes calcula que a região pode gerar R\$ 70 bilhões em vendas ao fim de seu desenvolvimento.

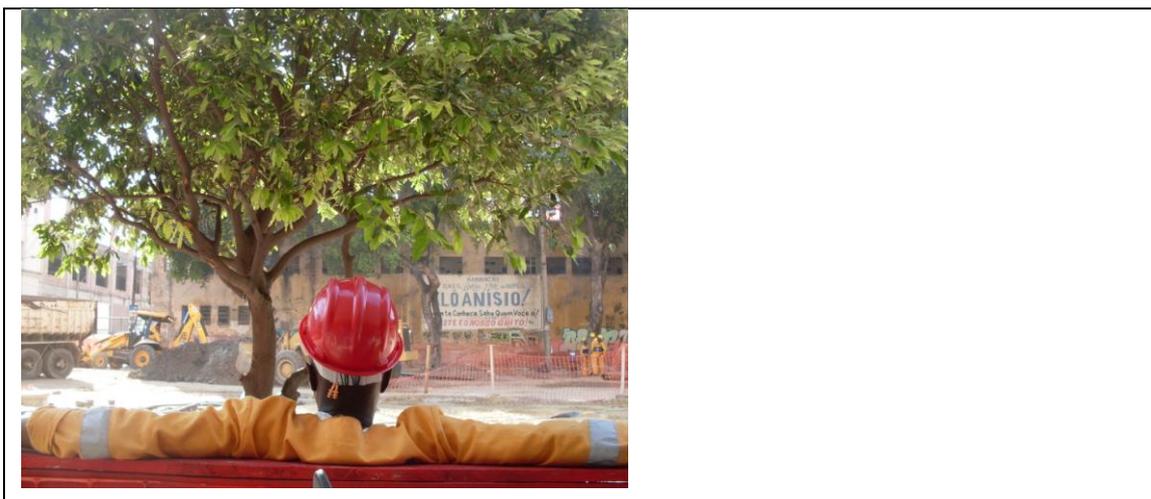
Quer dizer, os bairros considerados “degradados”, “perigosos”, “sujos”, fariam a “cidade renascer”. Uma mudança radical alcançaria a região, alterando a paisagem, o perfil dos moradores e certos “modos de habitar” tão característicos dessa parte da cidade. Estes interesses estão bem expressos no site do projeto, quando diz: “o Projeto Porto Maravilha, união das esferas municipal, estadual e federal, além da iniciativa privada, pretende revitalizar toda a Zona Portuária da cidade, transformando-a em um pólo turístico e de investimento para empresários de vários setores”.⁸⁷



⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Segundo propaganda do próprio projeto, “o processo de revitalização do Porto do Rio segue a tendência das principais cidades ao redor do mundo, que reformularam sua região portuária. Os maiores exemplos são Puerto Madero, em Buenos Aires, e o Porto de Barcelona, na Espanha”. Ver www.portomaravilhario.com.br/oprojeto/

⁸⁷ Ver www.portomaravilhario.com.br/oprojeto/



Autoria: Ana Morel

Como diz o ditado, “quem paga escolhe a música”. Mais uma vez o capital privado é o sentido e o fim de um projeto que altera radicalmente o espaço público.

Do outro lado, para além das cifras e da grande propaganda que vem sendo feita pelas três esferas do Estado, se analisarmos o discurso e as práticas do projeto *Porto Maravilha*, sustentado por um conjunto de elementos e representações do local inconsistentes – que inventam um espaço da cidade quase que integralmente abandonado e sem vida -; permeados por paradigmas urbanistas racionalistas que menosprezam a importância vital das ruas e dos usos combinados do espaço para a vida das cidades (JACOBS, 2000); despejando famílias que há muitos anos habitavam sobrados, prédios e casas térreas até então vazias e degradadas; reproduzindo mecanismos de poder violentos e discriminatórios; podemos dizer que ele sinaliza para uma reforma dos bairros portuários à luz das políticas de habitação autoritárias desenvolvidas no decorrer dos séculos XIX e XX na cidade. Que a própria palavra “renovação” não deixa de ser um “eufemismo” para práticas autoritárias que visam deslocar forçosamente populações consideradas indesejáveis. Afinal, com sua efetivação, os personagens que habitaram esta parte da cidade nos seus “tempos de degradação” – como Macabéia, a imigrante criada por Clarice Lispector que trabalhava como datilógrafa e alugava uma vaga em uma pensão na Rua Acre (1998) - terão que sair de suas casas, despejados pelo Estado ou pelas pressões da especulação imobiliária.



Autor: Pedro Freire e CMI

O porto, com a imagem dos navios ancorando no cais, recordado pela protagonista-trágica do Romance Lispectoriano em seus últimos momentos de vida, quando seu corpo sangrava deitado em uma rua do centro, é desejado como um “novo Leblon, uma nova Ipanema”, sem Macabéias, Severinos, Marias, Roberto Carlos, sem ocupações e cortiços. Retornamos, aí, ao antigo significado latino da palavra *porto*, levar, do qual derivou o substantivo *porto* (em latim *portus*) na língua portuguesa. Para estes habitantes indesejados, a revitalização do *portus* talvez seja apenas um verbo, uma viagem com itinerários longínquos.

Nesta conjuntura tumultuada, este cenário ambíguo parece nos jogar em um poema de Fernando Pessoa. Como em *Chuva Oblíqua*, um *portus* confuso constrói-se entrecruzado por sonhos e paisagens, natureza e tristeza, realização de um mundo que se desenha a partir do contraste poético:

O porto que sonho é sombrio e pálido
 E esta paisagem é cheia de sol deste lado...
 Mas no meu espírito o sol deste dia é porto sombrio
 E os navios que saem do porto são estas árvores ao sol (1998).

Se no poema de Pessoa, o narrador abandona-se desta paisagem, sentindo o seu porto iluminar-se subitamente pelas águas transparentes, para os trabalhadores pobres, contudo, o mergulho parece sombrio demais, criando muros altos que impedem a chegada da luz. Escuridão vasta, marca dos despejos, do medo.

Conflitos e dramas: águas do cais



Ante a tímida gente
que vive na paz caseira
ergue-se um halo de incêndio
de mil olhos.
Ó meu derradeiro grito!
Dize aos séculos futuros
pelo menos isto:
Que eu estou em chamas.

Maiakóvski

Autor: Chapolim (2010)

A história da Ocupação Zumbi dos Palmares, na multidão de seus desenhos, poderia ser composta como um drama⁸⁸ onde o esforço do homem, seu medo, sua revolta, seu desprezo, seu silêncio, são temas implacáveis. Nascendo em 2005, com as reuniões que lhe davam corpo, leis, seus moradores passaram anos entre o despejo e a permanência, entre a violência e a luta. Neste capítulo tentaremos contar um pouco desse processo, começando pelas sucessivas tentativas de despejo que ocorreram mobilizando os moradores para ações públicas de protesto e vindicação de direitos, *ações diretas*, coletivas, como estes panfletos da época escritos por moradores da ocupação e movimentos sociais de apoio mostram:

Ato de Apoio a Ocupação Zumbi dos Palmares

Na última segunda-feira (25/04/2005) ocorreu a Ocupação Zumbi dos Palmares. Tudo transcorreu dentro do previsto, de forma segura, sem acidentes ou incidentes. A ação foi bem sucedida e os ocupantes se encontram agora dentro do prédio com a intenção, a disposição e os meios para permanecer.

NESTA QUINTA-FEIRA (28/04/2005) ÀS 17H. HAVERÁ ATO DE APOIO AO MOVIMENTO EM FRENTE A OCUPAÇÃO SITUADA NA RUA VENEZUELA Nº 53 - CENTRO - RIO DE JANEIRO. A presença de todos é fundamental no sentido de garantir a permanência dos moradores e dar visibilidade e segurança a ocupação. Por isso, além da presença, é importantíssima a ampla divulgação do ato e da própria ocupação em todos os meios ligados ao movimento popular, sindical, social...

Neste sentido, solicitamos a solidariedade, apoio político e material, nessa importante luta. Lembramos, ainda, a todos que estamos necessitando de todas as formas de doação: desde alimentos e produtos de limpeza à dinheiro e material de construção e eletricidade.

⁸⁸ Em sua *Poética*, Aristóteles definiu a arte dramática como a representação de pessoas fazendo, agindo: “Essa, segundo alguns, a razão do nome *drama*, o representá-las em ação” (1990: p. 33).

Ato:

PARTICIPEM!

Solidariedade à ocupação Zumbi dos Palmares

Quinta feira, 09/06, às 18 horas. Na Rua Venezuela, n° 53 – Praça Mauá

Os moradores da Ocupação Zumbi dos Palmares estão há mais de 40 dias na luta por seus direitos à moradia e dignidade. Em pouco tempo os moradores através de trabalho e organização coletiva ocuparam 3 andares, montaram uma cozinha coletiva, estabeleceram um sistema de hidráulica.

Transformando o prédio abandonado num recomeço de suas vidas.

Contudo devemos citar o expressivo apoio do movimento sindical, dos militantes políticos e do movimento estudantil que estão dando todo apoio necessário logístico para a manutenção do prédio, além da ajuda financeira necessária para os gastos e compra dos equipamentos.

Devemos lembrar que a luta não está vencida. O Estado teima a enviar liminares com pedidos de reintegração de posse do imóvel nos colocando numa situação de nervosismo coletivo, pois não sabemos quando o Estado pode usar de força para nos retirar do prédio.

Os moradores da ocupação Zumbi dos Palmares pedem a ajuda da sociedade para que o Estado não utilize sua força despejando as 180 famílias que residem atualmente na ocupação. É preciso ressaltar o papel fundamental da sociedade nesta luta social, lembrando que hoje temos mais 10 milhões de pessoas morando irregularmente ou totalmente sem teto.

Esperamos a colaboração da sociedade e agradecemos a toda ajuda que nos tem sido dada.

“Se morar é um direito, ocupar é um dever.”

“Ocupar! Resistir! Lutar pra garantir!”

Quinta feira, 09/06, às 18 horas, na Rua Venezuela, n° 53 – Praça Mauá

Ainda que tenham provocado grande tensão – batendo nos corações como um martelo sobre as pedras - estas primeiras tentativas de despejo não tiveram sucesso. Foram interrompidas, secadas, por mulheres, homens e crianças que tomavam ruas, Câmeras Legislativas, Tribunais de Justiça, como se toda semana Zumbi tivesse que soprar seu grito forte e assim a cidade passaria a ser um vasto e fantástico Quilombo, sem casas abandonadas, sem famílias sem-teto escondidas entre marquises.

“Ah!”, dizia Neruda, “se com só uma gota de poesia ou de amor pudéssemos aplacar a ira do mundo, mas isso só podem a luta e o coração resoluto” (1979: p. 54). Embora os moradores tenham mostrado seus rostos armados, sua vontade impossível, uma grande batalha não se vence tão rápido, como uma tempestade. Nem “basta estar certo”, cantaram ao morto, “para vencer a batalha” (GULLAR, 2004: p. 196).

O Estado não se vence com uma só primavera.⁸⁹

Assim, os esforços para despejar os ocupantes não ficaram restritos, somente, aos primeiros meses da ocupação. Não se saciaram com os primeiros goles, as primeiras mordidas. Sucessivas ordens de despejo – uma sobre a outra - foram emitidas na Justiça

⁸⁹ Uma guerra revolucionária, dizia Mao Tsé-Tung, precisa ser popular e prolongada. “Lutas, reveses, novas lutas, novos reveses, ainda novas lutas e daí até a vitória – esta, a lógica do povo” (1967, p. 47)

Federal, sendo “derrubadas” a partir de novas manifestações feitas por moradores e movimentos de solidariedade aos ocupantes, como, também, pela ação de seus advogados na esfera jurídica. Anexamos, abaixo, materiais escritos ao longo de três anos (2006-2009), e que falam um pouco sobre estes “processos dramáticos” no decorrer desta época:

| | |
|--|---|
| <p align="center">ATO CONTRA DESPEJO DA OCUPAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES!!!</p> <p>Nessa segunda-feira, às 9h na Câmara Municipal do RJ, terá um ato contra o despejo da ocupação Zumbi dos Palmares, decretado pela juíza Salete Macalóz na quinta-feira dando 30 dias para os moradores abandonarem o prédio do INSS ocupado há mais de 1 ano. É IMPORTANTE A PARTICIPAÇÃO DE TODOS NESSE MOMENTO, quando a justiça e o governo se colocam mais uma vez contra os trabalhadores e a favor dos milionários que vivem da especulação imobiliária. Pra resistir só dependemos da nossa união e da nossa força, da solidariedade de todos que acreditam na luta popular como forma de alcançar direitos e de obter justiça. TODOS SEGUNDA NO ATO CONTRA O DESPEJO DA OCUPAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES !!! OCUPAR, RESISTIR, LUTAR PARA GARANTIR !!!!!!!!!</p> <p>Concentração: 8h na porta da ocupação, na Av. Venezuela 55 praça Mauá centro RJ</p> <p>(Manifestação contra despejo: 22/05/2006)</p> | <p align="center">URGENTE!!! Ocupação Zumbi dos Palmares pede ajuda</p> <p>Mais uma vez os canhões dos estados viram-se contra Palmares.</p> <p>Na manhã desta segunda-feira dia 15/10 a Juíza Salete Macalóz esteve na ocupação com a polícia federal e representantes do INSS para uma vistoria (?) no prédio. Após a visita e as críticas que ela fez ela notificou o coletivo de que o processo já estava praticamente ganho pelo INSS e que "a nossa água já estava acima da barriga". Orientando o coletivo a pressionar o governo municipal para que abra as discussões sobre os conjuntos habitacionais, afim de que após sairmos do prédio nós tenhamos lugar para ficar. Traduzindo foi um aviso de que a ordem de despejo bate a nossa porta e que é hora de voltarmos a ocupar as ruas na luta pela moradia.</p> <p>Hoje as 20:00 faremos uma assembléia para discutir os rumos da manifestação de amanhã e discutirmos meios de resistência.</p> <p align="center">AMANHÃ AS 10:00 DA MANHÃ ESTAREMOS FAZENDO UM ATO NA PORTA DA OCUPAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES E LOGO APÓS SAIREMOS EM PASSEATA. CONTAMOS COM TODOS VOCÊS!!!</p> <p>(Ameaça de despejo e manifestação: 15/10/2007)</p> |
| <p align="center">"Choque de Ordem" ameaça Ocupação Zumbi dos Palmares</p> <p>Uma equipe da prefeitura esteve hoje (12/02) na Ocupação Zumbi dos Palmares (Av. Venezuela, 53) e entregou aos moradores uma notificação de interdição do prédio. O pretexto é o suposto risco de queda da marquise frontal do prédio, o que colocaria transeuntes em risco. A marquise não apresenta nenhum sinal de dano estrutural e o único incidente observado nos quase quatro anos de ocupação (que começou em 25/04/2005) foi o desprendimento de pequenos pedaços de revestimento (emboço), que não causaram dano a ninguém e a nada.</p> <p>Tudo indica, portanto, que a notificação é apenas um subterfúgio para aplicar o "Choque de Ordem" de Eduardo Paes e Cia. contra a ocupação, onde uma grande parte de moradores (cerca de 130 famílias) são camelôs que trabalham no centro do Rio.</p> <p>Os moradores já começaram a se mobilizar, amanhã participarão de uma entrevista na rádio Bandeirantes (1360 kHz AM, programa Faixa Livre do jornalista Paulo Passarinho) e estão agora à noite realizando uma assembléia geral extraordinária. Toda solidariedade é importante neste momento, trata-se não apenas da manutenção da conquista da moradia para as famílias da Zumbi, mas também de enfrentar esta ofensiva da prefeitura que é fascista até no nome: "Choque de Ordem".</p> <p align="center">(Ameaça de despejo: 12/02/2009)</p> | |

Por uma forte e apaixonada organização dos moradores, como vemos acima, estes conseguiram resistir a ventos longos e tortuosos, permanecendo no prédio ocupado, refazendo-se montanha, muralha, mesmo que as ameaças não cansassem. E elas não cansavam, de fato. Pareciam sempre novas, cheias de pernas, ainda que fossem velhas como as nuvens. Rápidas como uma criança, mentirosas, voltaram pesadas e implacáveis após o anúncio do projeto *Porto Maravilha*, este “crocodilo”⁹⁰ de moedas e saco de borracha. Pelos próprios mapas do projeto, lançados em 2010, na área onde estava situada a ocupação (área comercial) já não existiam casas, quartos, camas, famílias. Para o Estado e seus sócios, o fim da Ocupação Zumbi dos Palmares e demais habitações coletivas já havia sido definido⁹¹:



Fonte: Projeto Porto Maravilha

O ano de 2010, desse modo, afirma o início de um fim, de um desmanche, que para acontecer necessitou de um importante jogo de alianças políticas. Notícia emitida no *Jornal do Brasil*, neste mesmo ano, apresentava um impasse entre Ministério das Cidades e a Prefeitura do Rio no que tange ao destino do prédio ocupado, mas já anunciando interesse da última no edifício:

⁹⁰ A imagem do crocodilo como metáfora de um projeto de Estado foi pensada por Dostoiévski, em sua novela inacabada de 1864, quando ironizou o processo “civilizador” observado nas cidades russas. Nesta obra, o crocodilo é descrito, por um dos personagens, como um animal vazio, com seu interior elástico feito um saco de borracha (2000).

⁹¹ O próprio modo como o espaço está dividido carrega a marca do urbanismo racionalista, conhecido por promover políticas de deslocamento forçado em diversas cidades. O desprezo pelo uso combinado dos espaços, como podemos observar nesta imagem, foi destacado por Jane Jacobs como um dos traços fundamentais destes projetos – ao lado do desprezo pela rua, pelas calçadas, pela diversidade de pessoas, atividades e construções –, e que têm como consequência um esfacelamento da vida urbana (2000).

Enquanto o Ministério das Cidades promete regularizar e fixar as 560 pessoas no local, a prefeitura, através da Secretaria Municipal de Habitação, pretende remover as famílias para um empreendimento do programa Minha Casa Minha Vida, em terreno pertencente à empresa Unilever, na Rua do Livramento, na Gamboa (JB/2010).

Na proposta inicial da prefeitura, o terreno na Rua do Livramento abrigaria 234 famílias. A remoção seria necessária em razão do “projeto de Revitalização da Zona Portuária” e da intenção do Tribunal de Justiça do Rio de transformar o imóvel em Escola de Magistratura. Em caminho oposto, colocava-se, no início, o Ministério das Cidades, como podemos ver a seguir:

No ano passado, foi feita uma lista de 190 imóveis do país que poderiam virar centros habitacionais. Vinte e sete dessas construções já foram regularizadas e esta da Avenida Venezuela pode ser legalizada até o fim do ano – contra-argumentou o Ministério das Cidades, também em nota. Para regularizar a ocupação será necessário renegociar a dívida do INSS – referente às despesas do edifício – com a União. O valor não foi revelado, mas o Ministério das Cidades diz estar próximo de um acordo. (JB/ 2010)

A pressão feita pela Prefeitura do Rio sobre o Ministério das Cidades foi tão grande que este, em nome da aliança e “boa amizade” entre os governos federal e municipal e a participação de ambos no projeto *Porto Maravilha*, decidiu renunciar das suas intenções iniciais. A partir daí, por meio de uma linguagem do temor e da ameaça e da cooptação de alguns ocupantes, membros da Secretaria de Habitação passaram a entrar dentro do prédio e a definir os caminhos da Ocupação.

As primeiras conversas entre a Prefeitura e moradores visando a inserção destes em projetos de realocamento articulados pelo Município e pelo Governo Federal, aconteceram no mês de Março de 2010, em uma reunião de apresentação do projeto *Porto Maravilha*, realizada na Avenida Venezuela, então Rua da Ocupação. Neste dia, membros da Secretaria de Habitação convidaram alguns moradores ali presentes para uma reunião que aconteceria no Piranhão, sede da Prefeitura. Inicialmente, “negociou-se” a transferência dos moradores para moradias populares integradas ao Programa *Minha Casa, Minha Vida* que serão construídas na Rua do Livramento, na própria área portuária, em um prédio que pertencia à empresa Unilever, como anunciou o Jornal do Brasil. Concluída a “negociação”, os moradores teriam que sair do prédio em um mês, num verdadeiro “vire-se como puder”, recebendo, até serem entregues as casas, o valor de R\$ 400,00 referentes a inserção destes no Programa de Aluguel Social da Prefeitura do Rio.



Autor: Pedro Freire (2008)

Como esta proposta enfrentou a resistência de quase todos os moradores da Ocupação, receosos de que o “auxílio-moradia” não fosse devidamente pago e também descontentes com o valor do cheque, a Secretaria apresentou outra proposta, dividindo os moradores em dois grupos. Quem recusasse a primeira opção, poderia optar pela transferência imediata para as casas que estavam terminando de ser construídas em Cosmos, no bairro de Campo Grande, integrando-se ao Programa *Minha Casa, Minha Vida*, do Governo Federal. Para concretizar esta proposta, a Secretaria disponibilizou, inclusive, um ônibus para apresentar as casas construídas na Zona Oeste.

As duas alternativas, contudo, continuavam a desagradar a maior parte dos ocupantes, que preferiam permanecer no prédio mesmo com o risco – dito por membros da secretaria, caso recusassem todas as propostas - de “saírem de lá sem nada”. Foi neste momento, então, após diversas reuniões entre um pequeno grupo de moradores – auto-intitulado como “mulheres que andam com as próprias pernas” - e a Secretaria, que esta apresentou a sua última proposta e que acabou, no final, sendo aceita por cerca de 80% dos moradores da Ocupação. Esta constava no pagamento de um cheque indenizatório no valor de vinte mil reais para cada família que ocupasse um quarto.

É preciso dizer que esta alternativa não foi facilmente “engolida” pela maioria das famílias que residiam na Ocupação. A maior parte dos moradores bateu pés, ergueu mãos. Organizaram assembleias, escreveram uma contra-proposta e fizeram uma passeata que seguiu da Ocupação até a sede da Prefeitura, no dia 05 de Setembro de 2010, exigindo o direito de morarem no prédio que desde 2005 tornaram seus. A festa

de cinco anos da ocupação também se posicionou contra as intenções da Prefeitura, tendo como bandeira a seguinte frase: “Zumbi sim, minha casa e minha vida”.



Autor: Chapolim (2010)

Como se ouvissem a conversa entre José e o retirante, à beira do mangue alagadiço, assumiram os versos de Mestre Carpina, diante da pergunta desistida, diante da vontade que é abandono, quando se entrega ao oposto da vida:

— Seu José, mestre carpina,
e em que nos faz diferença
que como frieira se alastre,
ou como rio na cheia,
se acabamos naufragados
num braço do mar miséria?
— Severino, retirante,
muita diferença faz
entre lutar com as mãos
e abandoná-las para trás,
porque ao menos esse mar
não pode adiantar-se mais.
(MELO NETO: 1986, p. 232)

Lutar ainda era importante, mesmo que a vida, como conheciam, fosse essa... uma “vida Severina”. Vida de sem-teto, vida que retira. Por mais que o final os perseguisse, em todo canto de avenida.

Assim, numa carta aprovada pelos moradores e entregue a Prefeitura em Setembro de 2010, a Ocupação Zumbi dos Palmares recusou as três propostas feitas pela Secretaria de Habitação e reafirmou seu interesse e luta por uma moradia na área central da Cidade, onde a maior parte dos moradores trabalha, onde seus filhos estudam,

onde com o suor escorrido nos olhos conseguem escapar desta morte seca, de fome, que “é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta” (p. 240). Morte da qual fugiram quando correram o caminho dos rios. Quando, emigrando em centenas, fundaram-se nas bocas do porto, numa madrugada de chuva e frio.

Para os que ainda decidiam lutar, quem resistia, havia apenas dois caminhos possíveis: a reforma do prédio que ocupavam, através de financiamento público, ou a transferência para casas que fossem construídas na área central, deslocando-se da Ocupação apenas no dia em que estas fossem realmente entregues.

Todavia, ao seu modo de negociar – onde apenas uma parte propõe e decide -, a Prefeitura não aceitou a proposta feita pela Ocupação, fechando as “conversas” com os moradores nas três opções já apresentadas, alterando apenas – já nos últimos dias de ocupação - o endereço das casas de Cosmos para Paciência. Apoiados em uma moradora contratada para avançar as negociações, a Prefeitura começou a trabalhar com o medo e a desilusão dos ocupantes. Assistindo, diariamente, ocupações e cortiços serem jogados “fora da ponte e da vida”; vendo um número grande de moradores chutados de suas casas muitas vezes sem receber nada, ou, no máximo, o valor irrisório de R\$ 400,00 - referentes ao Aluguel Social - e ainda terem seus pertences jogados como esterco em caminhões de lixo; já sem a força dos primeiros anos, quando a união era forte e até oceanos se moviam, mudavam de cor; o pensamento de que “mais vale uma andorinha na mão do que duas voando” acabou prevalecendo. Com o coletivo enfraquecido, dividido, assustado, e jogando com o descontentamento dos moradores diante das péssimas condições de moradia do prédio – obra do próprio Estado que se recusou a reformar o edifício e a fornecer regularmente água e luz para os moradores durante os cinco anos que permaneceram na Ocupação - a Prefeitura acabou vencendo o conflito.

- “Esta união do Estado é forte demais. A gente não tem hoje força, e nosso medo é ser jogado na rua, como eles fazem, sem receber nada”, disse Rafael, resumindo o sentimento e opinião da maior parte dos moradores, rendidos diante do medo e de um dinheiro que, grande parte, nunca assistiram em mãos.

6. Outros exílios: viagens

O Brasil é uma República Federativa cheia de árvores e de gente dizendo adeus

Oswald de Andrade

No século XVII um acontecimento terrível e grandioso, que mobilizou mares e reis, navios e deuses, chamou a atenção de um orador barroco, nascido no Brasil, conhecido pelo nome Antônio Vieira. Destinos desaguando cativos, prisioneiros, no mercado da carne humana, “mercancia diabólica” (p. 57), entravam em seus sermões, com palavras de susto e medo, como versos soprados de dentro da dor:

Uma das grandes coisas que se vêem hoje no Mundo, e nós pelo costume de cada dia não admiramos, é a transmigração imensa de gentes e nações etíopes, que da África continuamente estão passando a esta América. A armada de Enéias, disse o príncipe dos poetas, que levava Tróia a Itália: *Ilium in Italiam portans*; e das naus que dos portos do mar Atântico estão sucessivamente entrando nestes nossos, com maior razão podemos dizer, que trazem a Etiópia ao Brasil. Entra por esta barra um cardume monstruoso de baleias, salvando com tiros e fumos de água as nossas fortalezas, e cada uma pare um baleato; entra uma nau de Angola, e desova no mesmo dia quinhentos, seiscentos e talvez mil escravos. Os israelitas atravessaram o mar vermelho, e passaram da África à Ásia, fugindo do cativo; estes atravessam o mar Oceano na sua maior largura, e passam da mesma África à América para viver e morrer cativos (...). Oh trato desumano, em que a mercancia são homens! (p. 57)

Na terra de onde partira quando criança, o cenário violento, pousado sobre seus olhos cheios, o perturbava, levando suas palavras de “imperador”, seu rosto aflito, cansado, ao apelo de Deus, à sua verdade e ouvido, ao seu descanso:

Já se depois de chegados olharmos para estes miseráveis e para os que se chamam seus senhores, o que se viu nos dois estados de Jó, é o que aqui representa a fortuna, pondo juntas a felicidade e a miséria no mesmo teatro. Os senhores poucos, os escravos muitos; os senhores rompendo galas, os escravos despidos e nus; os senhores banqueteados, os escravos perecendo à fome; os senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados de ferros (...). Oh Deus! (...) Estes homens não são filhos do mesmo Adão e da mesma Eva? Estas almas não foram resgatadas com o sangue do mesmo Cristo? Estes corpos não nascem e morrem, como os nossos? Não respiram com o mesmo ar? Não os cobre o mesmo céu? Não os aquece o mesmo Sol? Que estrela é logo aquela que os domina, tão triste, tão inimiga, tão cruel? (p. 58)

Se em Vieira, a beleza deste sermão – Sermão Vigésimo Sétimo –, lido hoje, ainda nos toma, foi dois séculos depois, na despedida romântica, que a grande “diáspora africana” conheceu seu poeta-cantor. Castro Alves, “último adolescente do nosso romantismo”⁹², trouxe em seus versos o grito sufocado, os filhos mortos, os porões enforcados com ossos e danças. Em sua poesia, a liberdade é a tempestade exigida, e o escravo é o mar cortado, heróico, de uma épica do desterro sangrento, da justiça futura:

⁹² Ver Alfredo Bosi, *História Concisa da Literatura Brasileira*.

O sol, do espaço Briareu gigante,
P'ra escalar a montanha do infinito,
Banha em sangue as campinas do levante.

Então em meio dos Sáhrrás – o Egypto
Humilde curva a fronte e um grito errante,
Vae despertar a Sphinge de granito.

O povo é como o sol! Da treva escura
Rompe um dia co'a dextra iluminada,
Como o Lazaro, estala a sepultura!...

Oh! Temei-os da turba esfarrapada,
Que salva o berço a geração futura.
Que vinga a campa à geração passada.
(p. 53)

Em seus versos de redenção, nascem águas, navios, mortos, amarrados a uma travessia ambiciosa, com crueldade jamais vista. *Navio Negreiro*, um dos principais poemas da literatura brasileira, canta esta *tragédia no mar*, esta diáspora escura, tão absurda e impossível. Afinal, como aquele mar, onde “do firmamento/ Os astros saltam como espumas de ouro.../ O mar em troca ascende as ardentias,/ - Constelações do liquido thesouro...”, onde “Dois infinitos/ Ali se estreitam n'um abraço insano/ Azues, dourados, plácidos, sublimes.../ Qual dos dous é o céu? Qual o oceano?...” (p. 121), pode ser o cenário de um desastre tão profundo e consciente? Parece fantasia, sente o poeta, tamanho horror...

Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho,
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dansar...

Negras mulheres, suspendendo ás têtas
Magras creanças, cujas bocas pretas
Rega o sangue das mães:
Outras, moças, mas nuas e espantadas,
No turbilhão de espectros arrastadas,
Em ânsia e mágoa vãs!
(p. 125-126)

Em meio à dispersão da consciência, o sonho terrível, os olhos comidos por gritos e choros, como Vieira, Castro Alves também recorre a Deus, único, talvez, capaz de lhe recobrar a razão e o sentido, de responder-lhe a pergunta e acalmar-lhe o tumulto que nasce da imagem de multidões expulsas, desterradas, em *diáspora*:

Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus?!
O' mar, porque não apagas
Co' a esponja de tuas vagas
De teu manto este borrão?...
Astros! noite! tempestades!
Rolai das immensidades!
Varrei os mares, tufão!
(p. 127)

Se hoje retomamos, a partir dos dois escritores, o tema da *diáspora*, é que se nos mantivermos na palavra, *διασπορά*, que traduziu em texto “sagrado” a emigração do povo de Israel, tomando-a em suas devidas proporções, encontraremos multidões de famílias despejadas, desposadas, desalojadas, por uma política de Estado fundada na dispersão, no retiro, no exílio.

Somente no caso de um prédio, a Ocupação Zumbi dos Palmares, a política de “remanejamento” dos ocupantes, articulada, sobretudo, pela Secretaria de Habitação do Município do Rio de Janeiro, com a participação do INSS e do Governo Federal, promoveu a emigração de quase 600 pessoas pela cidade, especialmente para os bairros da Zona Oeste, favelas da Zona Norte, cortiços da área central e Municípios da Baixada Fluminense.

Das 133 famílias que residiam na Ocupação, cerca de 15 famílias se mudaram para Paciência, bairro próximo a Santa Cruz. Um número bem maior, de quase 100 famílias, preferiu receber o cheque de vinte mil reais, seguindo por endereços diversos, principalmente os municípios de Caxias e Nova Iguaçu, para as favelas do Borel, Mangueira, Providência, Falete, Barreira do Vasco, e para bairros da Zona Oeste como Campo Grande, Realengo e Padre Miguel. Apenas 20 famílias, aproximadamente, optaram pelo aluguel social e estão aguardando – a maior parte em cortiços nas proximidades da Central do Brasil – a construção de casas populares integradas ao Programa *Minha Casa e Minha Vida*, na Rua do Livramento⁹³. Como estas não têm prazo para serem entregues, ainda que a imensa maioria dos moradores preferisse permanecer na área central da cidade, poucos decidiram “arriscar” nesta opção, considerada pela maioria dos moradores como a mais insegura.

⁹³ Como o registro de deslocamento das famílias foi feito pelos funcionários da Secretaria de Habitação do Município do Rio, não tendo sido apresentado para as pessoas que acompanharam o processo, os dados que temos foram estimados pelos moradores do prédio e pelo pesquisador.

Um traço comum entre todos estes destinos e dúvidas, entretanto, é sua inserção em um novo processo de dispersão de multidões que vem sendo observado no Rio de Janeiro. Se as Ocupações sem-teto e cortiços vêm sofrendo com despejos, sendo os principais alvos da política de “revitalização” da área central da cidade, diversas favelas que também se localizam em áreas de interesse do capital e que estão em regiões visadas pelos organizadores dos mega-eventos que acontecerão na cidade, também vem enfrentando deslocamento forçados e ameaças do poder público. Apenas em 2010 e início de 2011, moradores de “comunidades” como Vila Harmonia, Vila Recreio II, Campinho, Restinga, Vila das Torres, Avenida das Américas, KM 35⁹⁴ foram removidos de suas casas por estas se localizarem em regiões consideradas estratégicas para a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

Em menos de dois anos, um vasto número de ocupações, favelas, cortiços, vilas e casas foram esvaziadas e seus moradores, em grande parte, deslocaram-se para bairros da Zona Oeste e municípios da Baixada Fluminense. Segundo pesquisa desenvolvida no IPPUR/UFRJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional), “estão previstas remoções de 130 favelas até as Olimpíadas” (MARQUES, 2011)⁹⁵. Muitas destas estão sendo e serão “apagadas” da cidade para que possam ser construídas, em seu lugar, três grandes vias rodoviárias (Transcarioca, Transoeste e Transolímpica) consideradas imprescindíveis para a realização dos mega-eventos. Segundo estimativa da própria Secretaria de Habitação do município, a previsão de domicílios removidos até 2012 é de 12.196. Quer dizer, se a média de moradores por domicílio for de quatro membros, cerca de 50 mil pessoas serão arrancadas de suas casas em menos de dois anos.

Uma crítica comum, feita por moradores destas “comunidades” que foram ou estão sendo removidas, atualmente articuladas no *Conselho Popular* e no *Comitê Popular da Copa*, é que a maior parte das casas do Programa *Minha Casa e Minha Vida* está sendo construída em bairros como Campo Grande, Paciência e Santa Cruz, distantes do centro da cidade e dos bairros onde residiam⁹⁶. A maior parte dos

⁹⁴ No caso das comunidades Vila Harmonia, Restinga e Vila Recreio II, ambas localizadas no bairro do Recreio dos Bandeirantes, os moradores foram removidos em virtude da construção da Transoeste. Juntas, essas comunidades possuíam cerca de quinhentas famílias, removidas, segundo informe da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro encaminhado a ONU, com “truculência” e “irregularidade” (2010: p. 7).

⁹⁵ Segundo nota da própria Secretaria de Habitação da Cidade do Rio de Janeiro, 119 favelas serão plenamente removidas até 2012, chegando à um número de 12.196 domicílios demolidos. Ver <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias>.

⁹⁶ Segundo artigo de Grandi, “a grande maioria das unidades construídas pelo programa (*Minha casa, Minha vida*) são localizadas em bairros distantes da área central da cidade, tal como Cosmos e Paciência.

moradores de “comunidades” como Campinho e Vila das Torres⁹⁷, por exemplo, localizadas na Zona Norte da cidade, já foram deslocados para os conjuntos que foram erguidos em Cosmos e Paciência.

Este fato, é importante ressaltar, não é nenhuma novidade se revisarmos as políticas de remanejamento feitas pelo Estado nas últimas décadas. No bairro onde foi realocada parte das famílias que residiam na Ocupação Zumbi dos Palmares, em Paciência, foi construído um Conjunto Habitacional, durante o regime militar, para acolher removidos de favelas da Zona Sul da cidade. Em Santa Cruz, bairro vizinho, diversos conjuntos habitacionais foram erguidos ao longo das décadas de 80 e 90 para abrigar remanejados ou famílias cadastradas em planos de moradia popular.

Quatro fatores observados por nós em uma pesquisa realizada em 2009 na região⁹⁸ parecem importantes quando pensamos na criação e expansão dos conjuntos habitacionais na Zona Oeste. Entre estes, destacam-se o antigo desejo do Estado e das classes médias e altas de esvaziar e retirar as populações mais pobres do centro da cidade e de suas adjacências⁹⁹; a falta de moradia entre a população de baixa-renda da cidade, motivando uma procura por casas mesmo em locais considerados distantes; a busca, por parte de candidatos e governantes, de novos campos eleitorais para as

Tais áreas não têm qualquer outro tipo de investimento em infra-estrutura pública para acolher essa nova população. Estão também longe da maioria das mínimas oportunidades de emprego, lazer, estudo e saúde. Alguns bairros, especialmente aqueles controlados por milícias, oferecem também o risco de expulsão das famílias recém-chegadas em favorecimento de pessoas ligadas a tais grupos criminosos. Essa política de reassentamento baseada no oferecimento de moradias distantes fere a própria legislação municipal (Lei Orgânica Municipal, art. 429) quando empurra as famílias para locais muito afastados de suas antigas residências, laços sociais e de trabalho” (2011: p. 4).

⁹⁷ A comunidade Vila das Torres, no bairro de Madureira, era formada, até o início das remoções, por aproximadamente novecentas famílias. Destas, apenas trezentas permanecem no local. O motivo da remoção, alegada pela prefeitura, é a construção de uma nova via rodoviária e uma área de lazer no bairro. Segundo relato da Defensoria pública, a prefeitura “pressionou os moradores e realizou negociações individuais, desmobilizando a comunidade. Nas demolições de casas germinadas, não se preocuparam com a integridade das partes não negociadas. Os restos das demolições são deixados no local” (2010). No caso da comunidade “Campinho”, um terço dos moradores já foram removidos em razão da construção da Via Light. Novas irregularidades foram cometidas por funcionários da Prefeitura ao “avisarem os moradores que apenas receberiam indenizações os possuidores de registro formal de propriedade ou título de usucapião” e que “os comércios não seriam indenizados” (2010: p. 9).

⁹⁸ Ver *As margens da alegria: Uma Avenida chamada João* in <http://pelamoradia.wordpress.com>

⁹⁹ Em uma descrição “afinada” de Paris, Dostoiévski compara Baal e a cidade francesa, comentando o medo que sentia o burguês parisiense, seu desejo de “ordem”, e o afastamento das classes populares de seu centro: “Baal não esconde de si, como se faz por exemplo em Paris, certos aspectos selvagens, suspeitos e alarmantes da vida. Não o perturbam sequer a miséria, o sofrimento, os murmúrios e embotamento da massa. Desdenhoso, permite a todos esses aspectos suspeitos e lúgubres viver ao seu lado, à luz do dia. Ao contrário do parisiense, ele não se esforça, assustado, em se convencer, animar, em comunicar a si mesmo que tudo está tranqüilo e bem-sucedido. Ele não esconde, como em Paris, os pobres em alguma parte, para que não lhe perturbem o sono e não o assustem inutilmente. A exemplo do avestruz, o parisiense gosta de esconder a cabeça na areia, a fim de não ver os caçadores que o estão alcançando” (2000, p. 121)

disputas políticas institucionais que se intensificavam com o fim do regime militar; e a transferência de algumas instituições do centro da cidade para a Zona Oeste, como a Casa da Moeda. No ano de 1978, esta instituição, criada em 1694, transferiu-se para o bairro de Santa Cruz. Segundo seu Aílton, funcionário aposentado da Casa da Moeda e morador do conjunto Alvorada, “a casa da Moeda financiou duzentas casas em cada conjunto. Eram mil e duzentas casas em seis conjuntos habitacionais”. A importância dos “moedeiros” para os conjuntos existirem foi tão grande que ainda hoje quase todos os moradores antigos dizem que eles foram construídos para os funcionários da Casa da Moeda.

No entanto, aconteceu algo bem diferente do que se enunciava inicialmente. A maioria dos “beneficiados” do programa não quis morar em um local tão distante, sem infra-estrutura, “passando” as casas. Muitas unidades também foram “invadidas” já que estavam vazias. Os conjuntos habitacionais passaram a ser habitados, portanto, por um número enorme de famílias que não possuía vínculos com a Casa da Moeda. Famílias, em sua maior parte, interessadas na moradia – preferindo morar em Santa Cruz à pagar aluguel, morar na rua ou em casas de parentes ou conhecidos como agregados.

Ao longo da década de 80 a CEHAB construiu oito conjuntos habitacionais apenas na Avenida João XXIII: Miécimo da Silva, Reta do Rio Grande, Liberdade, Alvorada, Novo Mundo, João XXIII, São Fernando e Guandú. Este último ficou conhecido como Guandú Velho, pois no final da década de 90 outros dois conjuntos foram criados, dessa vez pela Prefeitura, carregando o nome do velho rio: Guandú I e Guandú II, ambos planejados para moradores removidos de favelas.

O Guandú I, conhecido na Reta por “Vale do Sol”, recebeu moradores removidos de uma antiga ocupação que existia no bairro de Jacarepaguá. A ocupação se chamava Vale do Sol, por isso o nome do conjunto. O Guandú II, mais conhecido como “Ayrton Senna”, também surgiu em 1994, alguns meses depois do Guandú I. Ele foi construído para abrigar moradores removidos das favelas Farias Timbó e Mangaça.

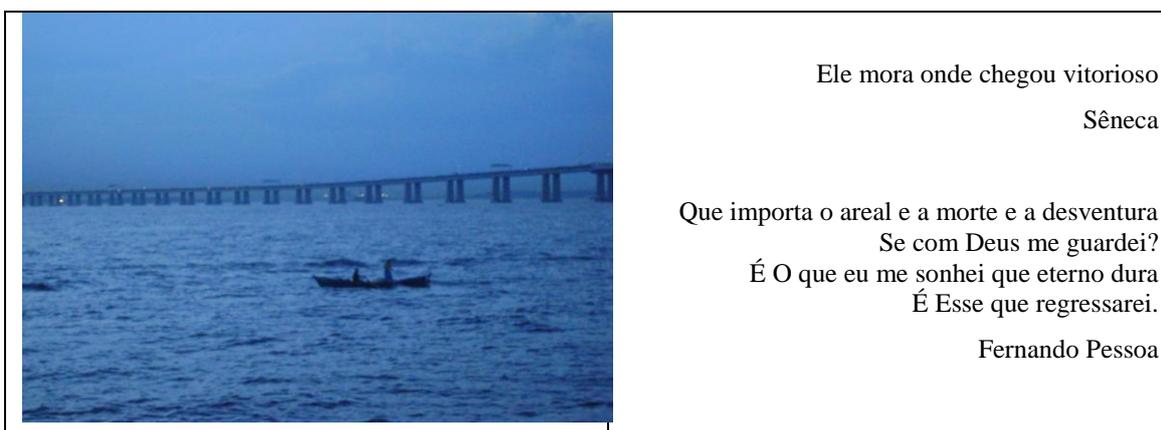
Portanto, assim como já havia ocorrido nos conjuntos habitacionais criados ao longo da ditadura militar, o modelo ideal de conjunto logo se esvaiu. Lícia do Prado Valladares, no livro *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*, mostra como os conjuntos habitacionais criados pelo governo ao invés de diminuir o número de favelas – a partir do deslocamento forçado de seus moradores – as ampliou (1978). Por estarem distantes dos seus antigos locais de moradia e trabalho, dos laços de sociabilidade e afeto construídos ao longo de anos, grande parte

dos removidos não quis permanecer nos conjuntos, “passando” as casas. Muitos alugaram, venderam ou simplesmente abandonaram as residências.

No caso das famílias que moravam na Ocupação Zumbi dos Palmares e que optaram pelas casas em Paciência ou que se deslocaram para Zona Oeste e Baixada Fluminense, muitos, ao se mudarem da ocupação, deixaram aquele aviso e certeza de que a viagem ainda não acabou. Sendo esta apenas mais uma despedida, mais um Adeus, com anúncio de uma viagem próxima. É o caso de Valmir, antigo morador da ocupação e que eu encontrei, em Abril de 2001, pelas ruas do centro, “procurando uma casa, um cantinho aqui pra baixo”¹⁰⁰.

5. Conclusão

Cidade dos desterrados



Autor: Pedro Freire (2009)

“Desta arte me figura a fantasia./ A vida com que morro desterrado/ Do bem que em outro tempo possuía” (CAMÕES, 1963: p. 56), escreveu Camões ao fazer da sua experiência de desterro elegia poética. Em suas *Rimas*, o poeta retoma Ovídio, lembrando, como já havia percebido o poeta latino, que o exílio é dor que não se acha igual, tristeza desmedida, violenta. Ele corta, machuca, pesa os passos. Movimenta uma angústia de casa, uma vida como falta, ausência, erro. Modo de ser a partir da perda, da frustração, do vazio, desde um lado outro, para lá daqui, de nós mesmos.

Em *Tristium*, como vimos em outra passagem, o exílio antecipa a morte do espírito, provocando a mais larga tristeza, o fim mais frágil e turvo:

¹⁰⁰ Valmir residiu na Ocupação Zumbi dos Palmares do primeiro aos seus últimos dias. Entre as opções impostas pela Prefeitura, “escolheu” o cheque de 20 mil reais, comprando, com este, uma casa no bairro de Campo Grande. Todavia, em menos de quatro meses, já estava descontente com o novo endereço, buscando uma casa na área central da cidade, mais próximo de onde trabalha, na Central do Brasil.

O mar, os ventos e o terrível inverno
Me perseguem.
Toda inquietação
Deve estar longe dos versos:
Eu, desvairado,
Imagino desde agora
Que uma espada atingirá
Minha garganta
(1952: p. 24)

O último pedido do poeta em vida, feito a César, era que a “cólera do príncipe” se apaziguasse e ele pudesse, assim, morrer em sua cidade, em “mansões pátrias” (p.23), amenizando a sua dor, estancando sua angústia.

Também Melibeu, nas *bucolicae* de Virgílio, pergunta, depois de ver-se espoliado de sua terra, banido da pátria (*finibus exsul*), se ainda a encontraria, mesmo que em tempos distantes, como um rever que suspira:

Algum dia, depois de longo tempo, a pátria
e meu pobre casebre entre a relva revendo,
com espanto verei no meu reino uma espiga?
(2005: p. 19)

O exílio em terras outras (*At nos hinc alii sitientis ibimus Afros,/ pars Scythiam et rapidum cretae ueniemus Oaxen/ et penitus toto diuisos orbe Britannos...*¹⁰¹), o espólio de seus campos, movimentando um universo escuro, tenebroso. Entregue ao infortúnio e aos males da guerra, o canto do pastor desvanece, enquanto tombam da montanha umas tamanhas sombras (*mioresque cadunt altis de montibus umbrae*), imagem poética de seus dês-caminhos, sua despedida.

Um ímpio militar possuirá estas glebas?
Um bárbaro a seara? Onde a guerra lançou
miseros cidadãos! Para outro semeamos!
Enxerta, Melibeu, a pêra, para as vides!
Ide, gado feliz outrora, ide, cabritas:
depois não vos verei, deitado em verde gruta.
longe, pendidas sobre um rochedo entre sarças;
eu não cantarei mais, nem guiando-vos, cabritas,
comereis o codesso e os salgueiros amargos.¹⁰²

¹⁰¹ Mas partiremos, uns para a árida África/ ou a Cítia, através das torrentes do Oaxe,/ outros até os bretões isolados do mundo...

¹⁰² *Impius haec tam culta noualia Miles habebit,/ Barbarus há s segetes? Em quo discórdia ciuis/Produxit miseris! His nos consequimur agros!/Insero nunc,/Meliboee, piro, pone ordine uitis!/Ite meae, Felix quondam pecus, ite capellae:/Non ego uos posthac uiridi proiectus in antro,/Dumosa pendere procul de*

(ibidem)

O grande espanto de Melibeu, *presentificação* de sua estranheza, é ver Týtyro, em tempos onde por “toda parte o campo é perturbado” (Ibidem; p. 13), quando multidões vêm-se lançadas ao exílio forçado, em seus doces campos, “tranquilo à sombra”, levando selva a ecoar sua amada, Amarílis:

Týtyro, tu, sentado embaixo da ampla faina,
tocas na tênue flauta uma canção silvestre;
nós deixamos a pátria e estas doces pastagens;
nós fugimos, e tu, tranqüilo à sombra, Týtyro,
levas selva a ecoar Amarílis formosa.
(Ibidem)

Aconselhando os romanos a permanecerem em sua terra, fugindo destas dores, evitando viagens, guerras, evitando-se *estrangeiros*, Horácio, em uma de suas *Odes* (II, 16), advertia-lhes dos perigos e desconsoles desta dispersão, vividas pelo “mestre do amor” e pelo espoliado Melibeu, por cidadãos romanos lançados ou que se lançavam em *terras bárbaras*.

O deslocar-se de sua terra natal, de sua própria pátria, alerta Horácio, poderia ser mais que uma despedida de um país. Um apartar de si, uma “fuga de si mesmo”:

Vive com pouco e bem aquele a quem
pátrio saleiro esplende à mesa simples
e não lhe rouba o sono, o medo e a inveja,
sórdido vício.
Por que, assim, tanto, intrépidos, visamos,
se a vida é breve? Buscar outra terra,
sob outro sol? Mas quem, fugindo a pátria,
foge a si mesmo?
(2003: p. 108-110)

O exílio, entretanto, nem sempre teve um aspecto negativo na obra de Horácio. Em um de seus *Epodos* (16), considerando as desgraças da guerra civil, quando “nós, ímpia geração, maldito sangue,/ arruinaremos e, de novo, as feras/ lhe ocuparão o solo, como outrora./ O bárbaro, ah!, lhe pisará, invicto,/ as suas cinzas e, a cavalo, patas,/ batendo, ultrajará nossa cidade” (2003: p. 231), o poeta convoca a população a partir da cidade e seguir “o oceano, que circunda/ a terra”, à procura dos campos “inda incultos, os felizes/ campos e as ilhas fortunadas, onde,/ não trabalhada embora, a terra fértil,/

rupe uidebo;/Carmina nulla canam; non, me pascente, capellae,/Florentem cytisum ET salices carpetis amaras

anualmente produz suas colheitas,/ e a vinha não podada assás floresce,/ o ramo da oliveira, que repona,/ jamais engana a quem confia nele” (p. 235)

Sêneca, exilado pelo Imperador Cláudio sob a acusação de adultério¹⁰³, buscou na experiência do *desterro* um modo ou possibilidade de realização dos valores estoicos que ao longo de sua vida ensinou. Longe da cidade de Roma, pensava, das disputas e vaidades que enforcavam a capital do Império, ele poderia dedicar-se plenamente à uma vida simples, virtuosa, cuidando da *alma* sem render-se aos sentidos do corpo e as riquezas que escapam junto a morte¹⁰⁴.

Apresentou, também, outra visão sobre o *estrangeiro*, este *peregrinus* que atravessa terras outras, estranhas. O *cidadão do mundo* que funda as cidades, que as permite serem. As cidades como Atenas e Roma, lembremos, marcavam um lugar diferenciado para o estrangeiro. Não se trata de mera obsessão etimológica observar a semelhança das palavras *hostes* (inimigo) e *hospes* (hóspede, estrangeiro) na língua latina. Nestes dois grandes centros da Antiguidade Clássica, ainda que possuíssem leis e rigidez diferente alteradas diversas vezes, o estrangeiro era “pequeno”, peça rouca, rasa. Na cidade considerada “modelo por excelência, origem e paradigma, da democracia” (CASSIN, 1993: p.7), ele fazia parte de uma massa composta por bárbaros, mulheres, metecos e escravos, todos “confinados, cada um a sua maneira, ao lado das crianças e dos animais, fora do político” (Ibidem). Poucos, como o sofista Antifonte, questionaram esta classificação do *outro* como ser inferior por substância, natureza.

Em um dos fragmentos que restaram de sua obra, diz o pensador grego, numa passagem que lembra uma frase famosa de Lévi-Strauss - “Bárbaro é aquele que crê na barbárie” – ou os olhos bêbados de Montaigne dançando entre canibais e caçadores:

(...) nós as conhecemos e as veneramos. Mas elas [as leis?] daqueles que moram longe, nós não as conhecemos e não as veneramos. Por isso, de fato, tornamo-nos bárbaros uns em relação aos outros ao passo que, de qualquer modo, por natureza, todos, em tudo, da mesma maneira, encontramos-nos naturalmente feitos para ser tanto bárbaros quanto gregos. É lícito constatar que as coisas que fazem parte do que é por natureza são necessárias em todos os homens e acessíveis, com a ajuda das mesmas faculdades, a todos, e que em tudo isso nenhum dentre nós se encontra marcado nem como bárbaro nem como grego. Respiramos, com efeito, no ar, todos, através da boca

¹⁰³ Ver *Obras*, Sêneca (1961).

¹⁰⁴ “O que no homem há de melhor, está além de toda a força humana e não pode ser dado nem tirado. Esse céu que é a coisa maior e mais bela que a natureza tenha criado, e a alma que o contempla e o admira – e que é a parte mais nobre – são nossos, sempre, e conosco ficarão enquanto vivermos. Por isso, alegres e de cabeça erguida iremos com passo intrépido onde quer que a sorte nos leve, percorreremos qualquer terra: entre os confins do mundo não há exílio; porque nada daquilo que está dentro dos confins do mundo é estranho ao homem” (Ibidem, p. 63-64)

e das narinas; e rimos ao nos regozijarmos pelo espírito ou choramos ao sentir a dor; e, pelo ouvido, acolhemos os sons, e pela luz do sol, vemos com a vista; e com as mãos, trabalhamos, e com os pés, caminhamos (ANTIFONTE *apud* CASSIN, 2005: p. 304-305)

Sêneca, ao lado do filósofo grego, distante deste conjunto largo de representações que marcavam uma inferioridade do estrangeiro na própria natureza, positiva a experiência do exilado, elevando-o à uma posição que nunca lhe foi concebida nestas cidades antigas. Dissertando sobre o seu exílio, em sua famosa *Ad Helviam Matrem de Consolatione* (Consolação à minha mãe Hélvia), fala, com singela beleza, sobre a relação entre estrangeiros e cidade:

Olha, pois, para a multidão, à qual não são suficientes as casas da imensa Roma: a maior parte dela está longe de sua pátria. Afluem de seus municípios, de suas colônias, de toda a terra, quem levado pela ambição, quem pelo seu dever de magistrado, quem por uma missão confiada, quem pelo afã de gozar em lugar mais apropriado e rico de vícios, quem pelo desejo de estudos literários, quem pelos espetáculos; alguns foram impelidos pela amizade, outros por uma atividade que encontrou mais amplo teatro para demonstrar a própria virtude; alguns levaram para lá a sua venal beleza, outros sua venal eloquência. Nenhuma raça de homens falta na cidade, que oferece grandes prêmios às virtudes e aos vícios. Suponhamos que todas essas pessoas sejam chamadas, uma por uma; e se pergunte a cada uma onde nasceu: veremos que a maioria é formada por gente que deixou sua residência para estabelecer-se numa cidade grandíssima e belíssima, realmente, mas não sua. Em seguida, deixando essa cidade, que se pode chamar de cosmopolita, vamos para todas as outras: não existe nenhuma que não tenha sua população em grande parte estrangeira (1961: p. 57-58).

A partir da leitura destes versos, vemos como em Sêneca o exílio e a viagem são possibilidades e condições de vida das cidades. Possuem uma íntima relação com o próprio Homem, que nela habita, e com a natureza, já que estes vivem em constante mudança, movimento, alternância. O absurdo, então, seria pensar uma cidade onde só residisse em suas casas, só habitasse os seus bairros, quem lá nascesse. Estranhos, impossíveis, são aqueles que permanecem a vida inteira no mesmo lugar.

Os que não exilam.

Não deixam...

...Todos os homens e todos os povos, sem exceção alguma, mudaram suas sedes (...). A volúvel raça humana espalhou-se por todos os caminhos do mundo, mesmo se desagradáveis e desconhecidos (...). Que mais são essas emigrações de povos, senão públicos exílios? (Ibidem, p. 61)

Percebemos, portanto, que para Sêneca não há possibilidade de ser da cidade sem uma rica diversidade que lhe é própria, favorecida e condicionada, justamente, pela

presença destes que emigram, viajam, abandonam. Este pensamento, claro, não pode ser deslocado da própria Roma de seu tempo, dos Césares. Uma cidade repleta de emigrantes, habitada por uma multidão que se amontoava nas *insulae* do centro da cidade. Nos mercados, nas ruas estreitas, tortas, nas filas do circo ou da morte. Roma foi, talvez, a mais cosmopolita de todas as cidades da antiguidade (“Roma é o mundo”, cantava Aristides). Como dizia o próprio Sêneca, lá havia de tudo, todos os tipos de pessoas. Uma cidade com uma diversidade incrível, fundada por um *exilado*, um fugitivo:

O Império Romano reconhece como seu fundador um exilado, fugido pela queda de sua cidade, à procura de terras longínquas por medo dos vencedores, trazido à Itália pelo Fado com poucos companheiros sobreviventes. E quantas colônias semeou mais tarde, por todas as províncias o povo romano! Ele mora onde chegou vitorioso. (Ibidem, p. 62)

As trajetórias, narrativas e modos de habitar destacados neste texto também são obras desta inconstância elogiada por Sêneca: são construções e criações da cidade, da vida que se faz dispersa e viva. Sem elas, com certeza, a vida urbana perderia muito de sua surpresa, seu mistério, sua angústia.

Sua grandeza.

Afinal, a cidade, a *pólis* – como dizia Aristóteles - é uma multidão de cidadãos (1997).

Remanso de viajantes.

Barcos.

Esquinas.

Ela não se ergue ou se protege com o mesmo, mas com o dessemelhante: *ex anomoióon he polis* (ARISTÓTELES, 1954).

Como diz o poeta Ferreira Gullar, que fez da cidade carne e roupa de sua poesia¹⁰⁵,

A cidade. Vista do alto
ela é fabril e imaginária, se entrega inteira
como se estivesse pronta.
Vista do alto,
com seus bairros e ruas e avenidas, a cidade

¹⁰⁵ A cidade, a vida urbana, está presente praticamente em toda a obra de Ferreira Gullar. Como o próprio diz, no poema *Coisas da Terra*, “Todas as coisas de que falo estão na cidade/ entre o céu e a terra./ São todas elas coisas perecíveis/ e ternas como o teu riso/ a palavra solidária/ minha mão aberta/ ou este esquecido cheiro de cabelo/ que volta/ e acende sua flama inesperada/ no coração de maio...” (p. 174)

é o refúgio do homem, pertence a todos e a ninguém.
(1991: p. 78).

Neste lugar de muitos lugares, entre milhares de pessoas e suas janelas acesas, nuas, atropelando-se nos mercados - “uma cidade/ é um amontoado de gente que não planta/ e que come o que compra/ e pra comprar se vende./ Uma cidade, como a nossa, é/ um labirinto de arranha-céus e transições financeiras, um mercado de brancos/ (de negros, de mulatos,/ de malucos)...” (p. 313) -, como encontrá-la, ela, que é uma só, nesta que é tamanha, imensa, tão vasta?

A cidade é grande
tem quatro milhões de habitantes e tu és uma só.
Em algum lugar estás a esta hora, parada ou andando,
talvez na rua ao lado, talvez na praia
talvez converses num bar distante
ou no terraço desse edifício em frente,
talvez estejas vindo ao meu encontro, sem o saberes,
misturada às pessoas que vejo ao longo da Avenida.
Mas que esperança! Tenho
uma chance em quatro milhões.
Ah, se ao menos fosses mil
disseminada pela cidade.
A noite se ergue comercial
nas constelações da Avenida.
Sem qualquer esperança
continuo
e meu coração vai repetindo teu nome
abafado pelo barulho dos motores
solto ao fumo da gasolina queimada
(GULLAR: p. 177-178)

A cidade engana e confunde.

Recebe.

Esconde.

Deitados sobre as beiras do cais, empurrados pelo grande centro de mercados e ofícios da cidade, os bairros portuários foram constituindo-se, ao longo da história do Rio, como estes *bairros de acolhimento*, *locis* urbanos por excelência: abrigo dos que chegam, dos que atravessam, sempre assistidos por mãos que encostam no porto, nas ruas, e que olham... quem vai, quem fica... “como quem olha pro mar” (PESSOA: 2007), como quem observa a chuva.

E é justamente esta característica do lugar que parece morder pele e fios de cabelo de urbanistas e burgueses. Afinal, a proposta de cidade presente nos atuais projetos de “renovação urbana”, pensada desde e a partir do capital privado, das

empresas e construtoras que atuam no mercado imobiliário, esvazia e arranca a diversidade própria destes bairros, esse potencial de surpresa do qual fala Sêneca e que estas *barras* fazem trazer e voltar. Esta riqueza empobrecida, de cortiços e vagas, quartos e cortinas, entupidas de febre e grito.

Apesar de terem como um dos seus argumentos, para a “revitalização” da região, a representação destes bairros como espaços sem vida, mortos, ermos – o que a etnografia das ruas (capítulo I) pôs em questão -, estes espaços “cinzas”, degradados, são obras destes mesmos projetos. As partes desertas e exangues existentes nos bairros portuários foram criadas, principalmente, por projetos de renovação urbana desenvolvidos pelo próprio Estado. A Avenida Rodrigues Alves, construída para abrigar o porto da cidade, é um exemplo desse processo. Apesar da sua extensa área, são poucos os edifícios utilizados para habitação, sendo a maior parte fruto da ação de famílias sem-teto como a Ocupação Flor do Asfalto e o “cortiço” localizado bem próximo ao “casarão azul”, despejado no ano de 2009. Com exceção destas ocupações, há apenas um edifício destinado à habitação provisória: o “Hotel Rodoviário”, situado ao lado da Rodoviária Novo Rio, vizinho do número 157 - ocupação, da qual, outras 30 famílias também foram despejadas em 2008. Esta longa Avenida - feia, suja, sem faixas para pedestres, sem bares, eternamente escura - é a área mais “erma” da região portuária. Uma área que continuará vazia e perigosa já que o projeto de “revitalização do porto” não prevê a construção de moradias nesta avenida.

Desse modo, esquematizando o espaço em blocos rígidos; deslocando para periferia ou esquadrinhando a população indesejada em espigões quadrados, construídos e controlados pelo Estado; eliminando as diversas habitações coletivas, justamente os lugares da *urbis* que acolhem os fugitivos e viajantes que por cá atracam, chegam, que possibilitam o ser da cidade; organizando uma mecânica do espaço urbano onde, acredita-se, ser possível controlar e prever todos os seus gestos, suas falas, suas vontades mais íntimas; onde, enfim, nos *civilizamos*; o risco, talvez, é que as próprias *ciudades* deixem de viver, comidas por plantas que deitam pesadas a uma mesa de vidro. Que, desse modo, desvaneçam, ou, quem sabe, passem a ser, elas mesmas, estes *exilados* que por largos séculos carrega, viajando, por fim, por algum “mar sem porto” (OVIDIO; 1952) para os lados de lá: “uma terra aonde, enfim,/ Muito a leste não fosse o oeste já!”, como sonhava Álvaro de Campos. (2007)

Referências sobre Ocupações sem-teto:

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. *A “economia popular solidária” e sua espacialidade: Estudo das práticas sócio-espaciais em uma ocupação de sem-teto do Rio de Janeiro*. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia / UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

ALMEIDA, R. de, GRANDI, M. da S. e MOREIRA, M. F. *Oïkos, ágora e akklesía: uma introdução às fronteiras, pontes e “áreas de sombra” de um espaço ocupado por sem-teto*. In *Cidades*. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2009.

_____. *Um abraço amigo, um canto prá dormir e sonhar”*: Rabiscos introdutórios (sobre o papel dos espaços privados na espacialidade de processos coletivos do movimento dos sem-teto) feitos à luz da experiência da Ocupação Quilombo das Guerreiras - Rio de Janeiro/RJ.

Azevedo, Larissa Lima. *Ocupação sem-teto Chiquinha Gonzaga: do conflito social à efetivação do direito à moradia*. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

BLOCH, Janaina Aliano: *O direito à moradia: Um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia / USP, São Paulo, 2007.

DEMINICIS, Rafael. *“Ocupar, resistir, garantir”*: os movimentos sociais de ocupações do Rio de Janeiro na construção de uma política autogestionária. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2009.

GRANDI, Matheus. *Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: Espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

_____ *Entre a cruz e a espada?: Alguns limites das “alternativas” oferecidas pelo poder público às ocupações do Centro do Rio de Janeiro* in <http://pelamoradia.files.wordpress.com/2011/03/desafios-luta-por-moradia.pdf>

GRANDI, Matheus da Silveira. TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009): *Espacialidade Cotidiana e Sociedade Instituinte: Uma Reflexão Sobre os Espaços de Compartilhamento da Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro*. Florianópolis, Anais do XIII ENANPUR.

LIMA, Sonia Lucio Rodrigues de. *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional / IPPUR / UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

MAMARI, Fernando. *Se morar é um direito, ocupar é um dever! As ocupações de sem-teto na metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

MOREIRA, Marianna Fernandes. GRANDI, Matheus da Silveira. ALMEIDA, Rafael Gonçalves. *Xadrez Urbano: Uma Introdução às Peças e Estratégias Espaciais do Movimento dos Sem-Teto*. Brasília: Anais do XI SIMPURB, 2009.

OLIVEIRA, Elaine Freitas de. *Revitalização dos centros urbanos: A luta pelo direito à cidade*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana / UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O que pode a economia popular urbana? Pensando a produção e a geração de renda nas ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/O_que_pode_a_economia_popular_urbana.pdf>. Acesso em: 12 de jan. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009): Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: Territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2009.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. *O “léxico espacial” do movimento dos sem-teto: Um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. GRANDI, Matheus da Silveira. *O agir comunicativo e sua espacialidade: Reflexões a partir do exemplo da ocupação Chiquinha Gonzaga, no Centro do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/agircomunicativo_e_espacialidade.pdf>. Acesso em: 21 de nov. 2009.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. LONGO, Felipe S. de Castro. Objeções a recente onda de ataques ideológicos as ações dos movimentos sociais: ocupação não é crime! *Passa Palavra*. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=1754>>. Acesso em: 01 dez. 2009.

Outras:

ABREU, M. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 3a ed. Rio de Janeiro. IplanRio, 1997.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

ALVES, Castro. “Os escravos”. In: *Obras Completas*. São Paulo: Editora Nacional, 1942.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Obra completa*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979.

ANDRADE, Mário de. *Amar, Verbo Intransitivo*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1982

_____ *Poesias Completas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

_____ *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Circulo do Livro, 1992.

ANDRADE, Oswald de. *Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____ “O caminho percorrido”. In: *Ponta de Lança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____ *Poesias Reunidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____ *Estética e Política*. São Paulo: Ed Globo, 1992.

ARANTES, Pedro, FIX, Mariana. *Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação* in <http://passapalavra.info/?p=9445>; <http://passapalavra.info/?p=10258>; <http://passapalavra.info/?p=10735>.

ARIÈS, Philippe. “Por uma história da vida privada”. In: *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARISTÓTELES, *Política*. 3ª ed. Brasília: UnB, 1997.

_____ *Poética*. S. Paulo: Ars Poética, 1993.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ciranda cultural, 2007.

_____ *Casa de Pensão*. São Paulo: Ática, 1989

AZEVEDO, Arthur. “A Capital Federal”. In: *Teatro de Arthur Azevedo IV*. Rio de Janeiro: INACEN, 1987.

_____ *Contos: Obras imortais da nossa literatura*. São Paulo: Três, 1973.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. Rio de Janeiro: Eldorado 1972.

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

BAKUNIN, Mikhail. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983.

- _____. *Federalismo, Socialismo e antiteologismo*. São Paulo: Cortez, 1998.
- BARROS, Manoel de. *Poesias Completas*. São Paulo: Leya, 2010.
- _____. *Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010.
- BENJAMIN, Walter. “O Narrador”. In: *Benjamin, Adorno, Horkheimer, Habermas*. São Paulo: Abril Cultural. 1980.
- _____. “Franz Kafka”. In: *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- BORGES, Jorge Luis. “Ficções”. In: *Obras completas*. São Paulo: Globo, 1999.
- BRAGA, Teófilo. *Cancioneiro português da Vaticana*. Lisboa: Ed Crítica, 1878.
- BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1956*. São Paulo: Ed. 34, 200.
- BRÉHIER, É. *La théorie des incorporels dans l'ancien stoïcisme*. Paris: J. Vrin, 1997
- BRITTO, Ana Lucia. *Novas formas de Produção Imobiliária na Periferia: O caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, IPPUR, 1990.
- CAMPOS, Haroldo de. “Uma poética da radicalidade”. In: *Poesias Reunidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- CAMÕES, Luiz Vaz de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1963
- CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- _____. *O discurso e a Cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
- CAPELÃO, André. *Tratado do Amor Cortês*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. .p.119.
- CASSIN, Barbara. *O efeito sofisticado*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano vol. I e II*. 7ª Ed. Petrópolis. Ed Vozes, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras, 1996
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1982
- _____. *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1987
- DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- _____. *A dobra: Leibniz e o Barroco*. Trans. L. B. L. Orlandi. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.
- _____. *Crítica e Clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DIAS, Gonçalves. *Poesias Completas*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1957.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Diários de um Escritor*. Lisboa: Arcádia, 2 volumes. 1968.
- _____. *O crocodilo e Notas de inverno sobre impressões de verão*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- _____. *Crime e Castigo*. 4ª ed. São Paulo: Ed 34, 2002

- _____ *Os irmãos Karamázov*. São Paulo: Ed 34, 2008.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- _____ *Homo Hierarchicus: O Sistema de Castas e Suas Implicações*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1957
- _____ *Memórias*. Volume 3. 1958.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador – uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FOGEL, Gilvan. *Porque não teoria do conhecimento? Conhecer é criar*. Cadernos Nietzsche no. 13. São Paulo, 2002.
- _____ *O desaprendizado do símbolo (a Poética do ver imediato)*. Revista Tempo Brasileiro, 171, out.-dez, 2007
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____ *História da Sexualidade I*. 7ª ed.: Rio de Janeiro, Graal, 1990.
- _____ *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.
- _____ *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____ *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____ *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- _____ *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- GULLAR, Ferreira. *Toda Poesia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e Conferências*. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOMERO. *Odisseia, v.1: Telemaquia*. Porto Alegre: L&PM: 2007.
- HORÁCIO. *Odes e Epodos*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida nas Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000
- KAFKA, Franz. *A Metamorfose*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- KHLIÉBNIKOV, Vielímir. “Quando morrem, os cavalos respiram”. In: *Poesia Moderna Russa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LEMINSKI, Paulo. *80 poemas*. Curitiba: Ed. Zap, 1980.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo : Edusp.1974
- _____ “Raça e História”. In: *Os pensadores* (pp. 48-87). São Paulo: Abril Cultural, 1985

- _____ *História de lince*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____ *Antropologia Estrutural I*. 4ª Ed. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1993.
- _____ *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____ *O Cru e o Cozido*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- _____ *Da origem dos Modos à Mesa*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. Rio de Janeiro. 1960.
- LISPECTOR, Clarice. *A hora da Estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Revolução Russa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- MACEDO, ERIC. *Outros outros: Etnocentrismo e perspectiva*. Dissertação de Mestrado em Antropologia-Universidade Federal Fluminense. ICHF, PPGA. 2008.
- MACHADO DE ASSIS, José Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio, Garnier, 1988.
- _____ *Quincas Borba*. Rio, Garnier, 1988.
- _____ *Dom Casmurro*. Rio, Garnier, 1988.
- MAIAKOVSKI, Vladímir. *Poesias*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- MAKHNO, Nestor. *Anarquia e Organização*. São Paulo: Luta Libertária, 2000.
- MARIGUELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Mariguella*. Rio de Janeiro: Livramento, 1979.
- MARQUES, Guilherme. *Pau e Circo: Copa, Olimpíadas, Movimentos Sociais e Cidade* in <http://pelamoradia.wordpress.com>, 2011.
- MARX, Karl. *La guerra civil em Francia*. Moscou: Progreso, 1980.
- _____ *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____ *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MELLO, Marco Antonio, VOGEL, Arno, SANTOS, Carlos Nelson F. *et alii. Quando a rua vira casa: A apropriação de espaço de uso coletivo em um centro de bairro*. Finep – Ibam/CPU, Rio de Janeiro, 1980.
- _____ *Sistemas Construídos e Memória Social: Uma Arqueologia Urbana?* In: Revista de Arqueologia, Belém, 2(2): 46-50, jul./dez.1984.
- MELO NETO. João Cabral de. *Agrestes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____ *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MENDES, Murilo. *Poesia Completa e Prosa*. Nova Aguilar, 1994.
- MONTAIGNE, Michel de. “Dos canibais”. In: *Ensaio*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- _____ “Do arrependimento”. In: *Ensaio*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- OVÍDIO. *Tristium*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

- PESSOA, Fernando. *Obras em prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.
- _____ *Livro do Desassossego*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____ *Poesia completa de Alberto Caetano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005
- _____ *Poesia completa de Álvaro de Campos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983.
- PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. Porto Alegre: Globo, 1960
- RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. São Paulo: Martins, 1972.
- _____ *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- RILKE, Rainer Maria. *Histórias do Bom Deus*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2003.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SANTOS, Paulo. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. 1º Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de. *Poemas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SÊNECA. “Consolação a minha mãe Hélvia”. In: *Obras*. São Paulo: Atena, 1961.
- SIMMEL, George. “A metrópole e a vida mental”. In: *O Fenômeno Urbano*. Otávio Guilherme Velho (org.). Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- SIMÕES, Soraya Silveira. *Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional da Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado em Antropologia-Universidade Federal Fluminense. ICHF, PPGA. 2008.
- SPINA, Sigismundo. *Presença da Literatura Portuguesa*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966
- SPINOZA, Baruch. *Ética*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- TROYES, Chrétien de. “Lancelote, o Cavaleiro da Charrete”. In: *Romances da Távola Redonda*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- TSÉ-TUNG, Mao. *Citações do presidente Mao Tsé-Tung*. Rio de Janeiro: José Alvaro, 1967.
- VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo. As cartas que batizaram a América*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- VIEIRA, Padre Antônio. *Sermões*. Porto: Livraria Lello & Irmão, 1945.
- VIRGÍLIO. *Bucolicas*. Belo Horizonte: Crisália, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, E. “Perspectivismo e Multinaturalismo na América Indígena”. In: *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

_____ “Nativo relativo”. In: *Mana* 8 (1), 2002.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZORBAUGH, Harvey W. “Áreas Naturais” in Pierson, Donald. *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo: Martins, 1970.

Anexo 1: Fotos do prédio quando ele foi ocupado





Anexo do Regimento Interno da Ocupação:

REGIMENTO DA OCUPAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES

- 1 Um membro de cada família (maior de idade), deverá estar presente diariamente na ocupação;
- 2 Em caso de falta justificada, um voluntário maior de idade apresentado ao coletivo deverá substituir o ocupante que faltou , durante a sua ausência;
- 3 Em caso de doença deverá ser apresentado ao coletivo um atestado médico;
- 4 Caso a família tenha 5 faltas consecutivas justificadas, a mesma deverá encontrar junto ao coletivo uma forma de reparar as faltas dentro do mês;
- 5 Em caso da família faltar cinco vezes a ocupação sem justificativa, será expulsa do coletivo;
- 6 O coletivo organizará assembléias, reuniões e discussões para planejar com o conjunto dos ocupantes todos os passos da ocupação;
- 7 As famílias deverão se comprometer a trabalhar, contribuir como o coletivo e participar das assembléias para o bom andamento do coletivo;
- 8 Cada família se comprometerá a trabalhar um determinado número de horas (variando de situação para situação) por dia para o coletivo;
- 9 O trabalho na ocupação é coletivo e organizado em comissões de trabalho . Todo morador deverá participar dos trabalhos e das comissões;
- 10 As famílias não podem vender ou alugar as casas, lotes ou apartamentos; aqueles que fizerem isso perderão o direito de permanecer na ocupação;
- 11 A casa é pra moradia e não para estabelecimento comercial, industrial ou igreja;
- 12 É proibido o uso de bebidas alcoólicas e demais drogas na ocupação;
- 13 O ocupante que se apresentar embriagado ou alterado na ocupação, ficará impedido de trabalhar e permanecer na ocupação naquele dia, ficando em débito com as horas; para 3 casos consecutivos o ocupante não poderá permanecer no coletivo;
- 14 As questões afetivas não devem interferir no andamento da ocupação;
- 15 Não será permitida a entrada de pessoas estranhas ao coletivo na ocupação;
- 16 As visitas deverão ser feitas em horário até a solução das tensões relativas à ocupação;
- 17 Não é permitida a relação de qualquer ocupante com parlamentares, governos e representantes de partidos políticos, forças repressoras e/ou patronais dentro da ocupação;